



**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria de Desenvolvimento
Urbano

CONTRATO Nº 39/2009

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES



**SEGUNDO BLOCO
TOMO IX - DIAGNÓSTICOS E LEVANTAMENTOS
VOLUME 2 - RDS 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA
TEXTO**

PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES

TOMO IX – DIAGNÓSTICOS E LEVANTAMENTOS

VOLUME 2 – RDS 20 – VITÓRIA DA CONQUISTA

TEXTO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. O PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES ..	4
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	7
3.1 ESTRATÉGIA DA COLETA DE DADOS	7
3.2 ESTRATÉGIA DE VALORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO	7
4. CARACTERIZAÇÃO DA RDS.....	9
4.1 ASPECTOS AMBIENTAIS	9
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO	13
5. APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO NA RDS.....	20
5.1 SITUAÇÃO INSTITUCIONAL	20
5.2 PANORAMA DO SANEAMENTO NAS ÁREAS URBANAS DA RDS	24
6. DIAGNÓSTICO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RDS 20 – VITÓRIA DA CONQUISTA	28
6.1 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA METODOLOGIA ADOTADA	29
6.2 O MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS NA RDS 20	36
7. O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DA RDS	58
7.1 PANORAMA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA RDS	58
8. LEVANTAMENTO DA REDE SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DA RDS 20	84
8.1 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES.....	84
8.2 PERFIL DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES.....	98
8.3 PROJETOS E AÇÕES	113
8.4 PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO	146
8.5 NÍVEL DE CONHECIMENTO PRÉVIO SOBRE SEDUR E CONSÓRCIOS	158
8.6 NÍVEL DE INTERESSE PELO PEMAPES	158
9. POSSIBILIDADE DE PRÁTICAS DO REÚSO DOS ESGOTOS.....	159

ANEXOS

CARACTERIZAÇÃO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO POR MUNICÍPIO

- 1.1 MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS POR MUNICÍPIO

1.2 PERFIL DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM CADA MUNICÍPIO

1.3 RELATÓRIOS-RESUMO

1.3.1 ANAGÉ

1.3.2 ARACATU

1.3.3 BARRA DO CHOÇA

1.3.4 BELO CAMPO

1.3.5 BOM JESUS DA SERRA

1.3.6 CAETANOS

1.3.7 CÂNDIDO SALES

1.3.8 CARAÍBAS

1.3.9 CONDEÚBA

1.3.10 CORDEIROS

1.3.11 ENCRUZILHADA

1.3.12 GUAJERU

1.3.13 JACARACI

1.3.14 LICÍNIO DE ALMEIDA

1.3.15 MAETINGA

1.3.16 MIRANTE

1.3.17 MORTUGABA

1.3.18 PIRIPÁ

1.3.19 PLANALTO

1.3.20 POÇÕES

1.3.21 PRESIDENTE JÂNIO QUADROS

1.3.22 RIBEIRÃO DO LARGO

1.3.23 TREMEDAL

1.3.24 VITÓRIA DA CONQUISTA

1. APRESENTAÇÃO

Diante da necessidade de definição de estratégias para a gestão das águas urbanas, no que respeita ao enfrentamento dos problemas sanitários e ambientais decorrentes do adensamento populacional e da expansão descontrolada experimentadas nas sedes dos municípios do Estado da Bahia, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR contratou a GEOHIDRO (Contrato nº 039/2009) para a elaboração do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PEMAPES.

O PEMAPES visa construir um suporte técnico à SEDUR para oferecer um panorama geral da situação atual dos serviços de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais, e da percepção da sociedade relativa a esses serviços, nas sedes dos municípios e de determinados distritos baianos. Preconiza a proposição de intervenções, estruturais e não estruturais, que ensejem a melhoria dos serviços prestados a partir da consecução de um Plano de Ações em sintonia com as diretrizes nacionais e estaduais definidas para o Saneamento Básico.

A área de atuação do PEMAPES compreende as sedes de 404 municípios, estrategicamente distribuídos em 25 unidades de planejamento, cada uma correspondendo a uma Região de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Abrange ainda as sedes distritais operadas pela Embasa e as nucleações populacionais identificadas como “área urbana isolada”. Essa etapa dos trabalhos não contempla a Região Metropolitana de Salvador – RDSMS, uma vez que esta será objeto de análise situacional específica, enfocando os aspectos similares que considera as intervenções em andamento do PAC.

O presente documento, parte integrante da etapa de **Levantamentos e Diagnósticos**, constitui o relatório diagnóstico da situação das águas urbanas nas sedes municipais com relação ao manejo de águas pluviais e aos serviços de esgotamento sanitário. Com efeito, apresenta as condições sob as quais as águas pluviais são manejadas nas cidades e a situação em que se encontram os serviços de esgotamento sanitário nas mesmas, em abordagem interdisciplinar. Tendo em vista a consolidação dos elementos necessários à formulação e à discussão do PEMAPES, o relatório comporta um importante segmento relativo à avaliação do quanto e de como a sociedade percebe os aspectos sanitários e convive com os problemas evidenciados.

Os estudos desenvolvidos neste Plano Estadual se baseiam em informações disponíveis obtidas de fontes variadas, como as secretarias municipais, entidades estaduais e federais, estudos e projetos específicos, e através de coleta em visita local.

Por premissa metodológica, o diagnóstico de avaliação dos sistemas e infraestruturas implantadas foi elaborado a partir de visita de equipe multidisciplinar às áreas urbanas objeto do estudo. A estratégia adotada para o levantamento das informações considera, além das atividades de coleta de dados e de percepção das situações estruturais *in loco*, a abordagem a gestores públicos municipais e lideranças sociais como forma de se perceber a visão pela qual a sociedade lida com as questões associadas às águas urbanas no âmbito dos municípios.



Figura 1.1 – Localização da RDS de Vitória da Conquista

Cabe ressaltar que, a uniformidade e precisão das informações são afetadas pelas diferentes fontes e métodos de obtenção disponíveis e utilizados, e pela própria escala de detalhamento característica. Maior refinamento dos dados levantados e dos diagnósticos deverá ser escopo dos projetos oriundos dos presentes trabalhos, objeto de futuras contratações. Dessa forma, o usuário desse produto deve entendê-lo no conjunto de cada RDS e não em cada cidade isoladamente.

Isso posto, as informações foram processadas tendo como foco principal a definição das políticas públicas e a intercessão do planejamento na esfera estadual. Enfoque mais pormenorizado está reservado para 32 cidades que serão alvo de estudos de manejo de águas pluviais mais detalhados e de 55 sistemas de esgotamento sanitário operados pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa, conforme estabelece o escopo do contrato.

Os resultados obtidos com o diagnóstico ensejam a orientação de investimentos futuros quanto à gestão do esgotamento sanitário e da drenagem urbana, além de nortear a melhoria das informações existentes, quanto à uniformidade e ao detalhamento.

Embora não previsto inicialmente no escopo do contrato, mas tendo em vista a sua importância para o PEMAPES, foi criada uma base de dados informatizada, contendo registros técnicos e imagens obtidas em campo, para as vertentes temáticas objeto dos trabalhos. Essa plataforma de dados, dada a natureza e amplitude de informações, subsidiará a SEDUR no planejamento e na definição de estratégias para a realização, nas sedes municipais, de ações posteriores, que extrapolam o objeto do presente PEMAPES.

Este Volume 2 do TOMO IX contém os dados levantados e diagnósticos das sedes urbanas municipais que compõem a **Região de Desenvolvimento Sustentável de Vitória da Conquista – RDS 20**. A Região é integrada por 24 municípios, sendo eles os municípios de Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanós, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente João Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

Figura 1.2 - Municípios integrantes Região de Desenvolvimento Sustentável de Vitória da Conquista – RDS 20



Os capítulos 2 e 3, que integram esse volume, abordam respectivamente os propósitos do Plano Estadual de Manejo de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário – PEMAPES e os aspectos metodológicos, respectivamente, sendo que esses capítulos são comuns aos demais 24 volumes que abordam o diagnóstico das outras RDS.

No capítulo 4, é feita uma breve caracterização da RDS com relação a aspectos ambientais, envolvendo a qualidade das águas e unidades de conservação existentes, e ao perfil socioeconômico da população.

No capítulo 5, é apresentada a situação dos serviços de saneamento na RDS, considerando a situação institucional, os investimentos e ações em andamento, e um breve panorama do saneamento na RDS com base em dados secundários disponíveis.

O capítulo 6 traz o diagnóstico do manejo de águas pluviais na RDS, apresentando aspectos relativos à produção do escoamento superficial, aos sistemas de macro e microdrenagem, áreas com ocorrência de inundações ribeirinhas, áreas com problemas críticos, os aspectos institucionais e análise do potencial de utilização de técnicas de manejo sustentáveis.

No capítulo 7, os serviços de saneamento são analisados dentro do conjunto da RDS, abordando aspectos institucionais relativos aos serviços de esgotos, estimativa da produção dos volumes e cargas de esgotos gerados nas áreas urbanas e a situação do manejo dos esgotos sanitários, propriamente dito, considerando as formas de coleta, tratamento e disposição final.

No capítulo 8, consta o levantamento da rede social dos municípios da RDS, abordando o perfil das organizações, perfil de atuação das organizações, os projetos e ações desenvolvidos, inclusive os que possuem interface em saneamento, e a percepção sobre a qualidade dos serviços de saneamento.

2. O PLANO ESTADUAL DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTAMENTO SANITÁRIO – PEMAPES

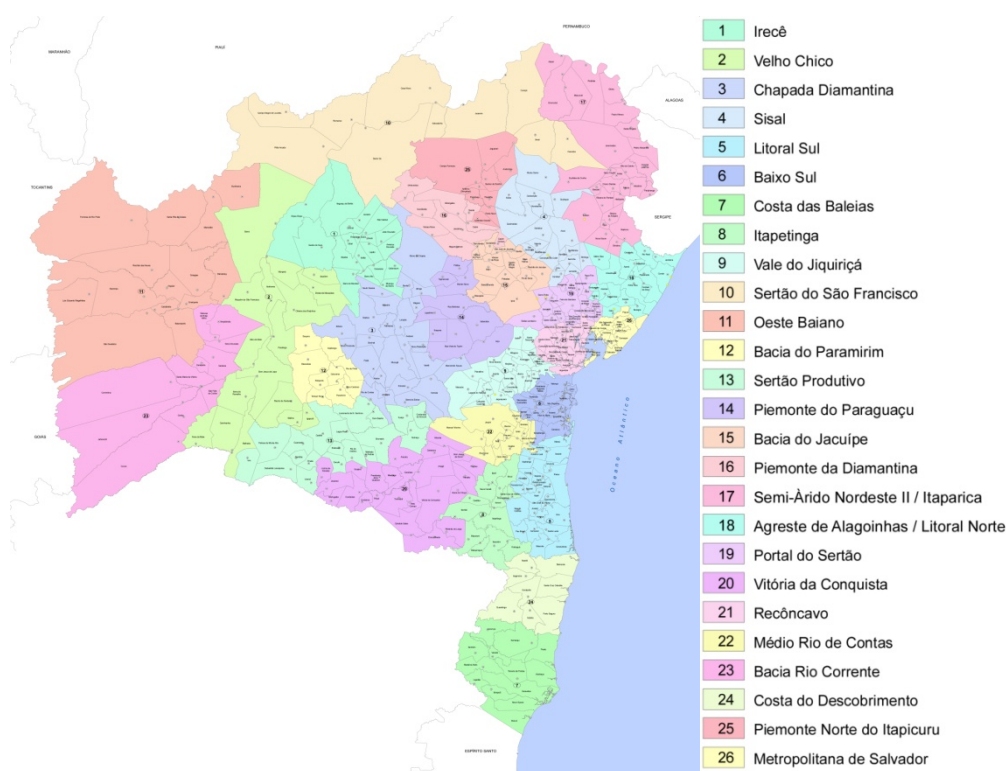
O PEMAPES objetiva o conhecimento da situação em que se encontram os serviços de esgotamento sanitário e de manejo das águas pluviais nas sedes municipais e em determinados distritos do Estado da Bahia e propor ações e diretrizes para a melhoria dos serviços.

O PEMAPES se distingue de planos anteriormente elaborados por estar alinhado às diretrizes nacionais para o saneamento básico definidas na Lei Federal n.º 11.445/07, que instituiu a política federal para o setor, e pela Lei Estadual nº 11.172/08, que definiu as diretrizes da política estadual. Ressalta-se que a Bahia foi o primeiro estado da federação a estabelecer seu marco regulatório fundamentado na lei federal.

A partir da instituição do marco regulatório do saneamento básico no Estado, a SEDUR lança-se ao planejamento da gestão dos serviços correlatos, buscando definir arranjos e modelos institucionais viáveis que possibilitem as condições para que as metas de universalização e a eficiência dos serviços de águas e esgotos no Estado sejam progressivamente atingidas. Assim, a prestação regionalizada dos serviços de saneamento, cujas normas gerais são orientadas pela Lei dos Consórcios (Lei Federal nº 11.107/05), passa a ser uma alternativa para que, através de consórcios públicos, os municípios possam atuar de forma conjunta, enfrentando dificuldades inerentes a natureza dos serviços de saneamento e obtenham a economia de escala.

Dentro desse conceito, foram definidos módulos de abrangência regional cuja dimensão preserva a identidade de cada região evitando o enfrentamento de dificuldades que advêm normalmente da heterogeneidade de fatores regionais. Assim, o estado foi dividido, recentemente, em 26 Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS), cuja conformação é apresentada na **Figura 2.1**.

Figura 2.1 - Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Estado da Bahia



Com base nessa regionalização o Governo do Estado formulará, com bases legais fundamentadas, sua Política Estadual de Saneamento Básico, estimulando a participação dos municípios na gestão associada da prestação dos serviços correspondentes, buscando viabilizar e ampliar a prestação dos mesmos. Compreendem os serviços o conjunto das ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. Assim, de forma consonante, os levantamentos e as proposições do PEMAPES estão sendo desenvolvidos adotando-se as Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) como unidades de planejamento.

Por fundamento, o PEMAPES vem proporcionar a discussão dos conceitos de adequabilidade e de sustentabilidade nos estudos e projetos de saneamento no âmbito dos municípios e das unidades de planejamento consideradas. É nessa linha que a integração entre as disciplinas *manejo de águas pluviais* e *esgotamento sanitário* é considerada. No contexto, as proposições técnicas do PEMAPES buscam incorporar novas técnicas e práticas voltadas à minimização e retenção do escoamento superficial das águas pluviais no espaço urbano e à possibilidade de reúso controlado de efluentes tratados das águas residuárias.

Destaca-se que no PEMAPES, a caracterização e a interpretação das situações atuais e o planejamento de cenários futuros vêm acontecendo de forma conjunta para os serviços de manejo das águas pluviais e do esgotamento sanitário nas cidades, distritos e aglomerados urbanos contemplados. Esta visão conjunta representa uma abordagem conceitualmente adequada, uma vez que a história e a realidade do Saneamento Básico demonstram que estes seus dois componentes são, na prática, indissociáveis.

De uma forma geral, em face da inexistência do planejamento setorial e da retração do investimento ao longo das últimas décadas, as gestões municipais, principalmente nas cidades de médio e pequeno porte, buscaram as mais diversas alternativas para o afastamento dos esgotos domésticos, disposições estas quase sempre não respaldadas em projeto de engenharia e implantadas sem observar normas e critérios técnicos. Entretanto, é forçoso reconhecer que, via de regra, as infraestruturas existentes, cumprem a função para a qual foram previstas e, ainda que tenham sido executadas de maneira informal e careçam de manutenção, não devam ser sumariamente descartadas nos estudos que advirão. Além disso, ressalta-se que, na maioria das situações, as soluções empregadas são compatíveis com a capacidade de gestão dos municípios e findam contribuindo para a minimização direta de impactos sobre a saúde da população

Ademais, tem-se que o inciso VIII do artigo 2º da Lei Nacional de Saneamento, apregoa a *“utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas”*. Assim, considera-se que deverão ser avaliadas as possibilidades e as vantagens de utilização da infraestrutura coletora existente, ao tempo em que a destinação de recursos poderá ser focada no tratamento dos efluentes, minimizando as condições de degradação dos corpos receptores. Estratégias dessa ordem poderão vir a ser empregadas até que se tenham condições de ampliar e adequar a infraestrutura coletora, otimizando os sistemas de saneamento, buscando-se a melhoria gradual dos serviços como um conjunto de ações que visa atender a uma coletividade.

Observa-se que em grande número das cidades baianas, consideráveis setores urbanos têm seus esgotos sanitários coletados em regime de condução conjunta com a drenagem pluvial, disposições estas que, em geral, se estabeleceram a partir de situações absolutamente peculiares. Normalmente, as cidades contam com linhas de coleta parcialmente separadoras nos quais esgotos são misturados com uma parcela de águas pluviais, enquanto a maior parte dessas últimas escoam pelas vias até ser recolhida e transportada por estruturas específicas, estabelecidas nos trechos mais baixos

As considerações e os conceitos acima apresentados permeiam a metodologia que será definida quando da elaboração dos estudos e Planos de Ação do PEMAPES. Em outras palavras, elas serão úteis para embasar a análise de aspectos centrais dos partidos a serem adotados, nas diversas regiões do Estado, no que se refere a sistemas de esgotamento sanitário e sistemas de drenagem, numa visão integrada do problema. Discutir a escolha entre sistemas unitários e sistemas separadores absolutos passa, necessariamente, pela assimilação de critérios que fundamentem a aceitação de sistemas mistos, uma realidade a ser enfrentada por imposição dos sistemas já existentes. Uma possível predominância dos sistemas mistos motivada pelas condições econômicas do presente não afetará o entendimento de que o ideal é propor soluções por meio de sistemas separadores absolutos, mesmo que, provisoriamente, se devam adotar sistemas mistos.

No contexto, a possibilidade de compartilhamento das linhas de esgotos e das estruturas de drenagem, visando à ampliação da oferta dos serviços, é considerada. Pode-se então prever a adequação da rede existente, e mesmo a implantação de novos dispositivos e estruturas sob regime de condução mista, que podem ser classificados como **Sistemas de Transição**.

Objetivamente, os sistemas de transição poderão conduzir as contribuições para estações de tratamento de esgoto, através da instalação, nas estruturas de macrodrenagem, de dispositivos que possibilitem a captação das “contribuições de tempo seco” ou mesmo através da implantação de condutos interceptores margeando as principais estruturas, contribuindo desta forma para a despoluição dos corpos d’água que atualmente recebem efluentes “in natura”.

Apropriadamente, a promoção do reúso controlado dos efluentes tratados será considerada e, em situações favoráveis serão propostas intervenções correspondentes.

De forma propositiva, o PEMAPES considera a elaboração de um Plano de Ação e indica a implementação de intervenções, tanto estruturais quanto não estruturais, visando a melhoria e a expansão racional dos serviços correlatos.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 ESTRATÉGIA DA COLETA DE DADOS

A estratégia de coletas de dados e informações para o diagnóstico geral do manejo das águas pluviais e esgotamento sanitários nas áreas urbanas objeto do Plano compreende basicamente duas etapas, uma de levantamentos de dados secundários e outra de dados primários, sendo que ambas ocorrem com algumas peculiaridades.

Na etapa de levantamento de dados secundários (etapa pré-campo) a estratégia inicial contemplou visitas técnicas a órgãos governamentais e instituições públicas, cuja atuação tem rebatimento no setor de saneamento, para identificação de informações, ações, estudos e projetos disponíveis ou em fase de elaboração, bem como para levantamento de intervenções estruturais propostas ou em implantação. Esses dados e informações, sistematizados por Região de Desenvolvimento Sustentável – RDS, possibilitaram, em avaliação preliminar, a visualização do “status” do conjunto dos municípios integrantes do PEMAPES e, de forma peculiar, dos grupos de municípios integrantes das distintas RDS.

A análise das informações secundárias permitiu identificar as ações ou conteúdos que necessitaram ser levantados ou verificados in loco a fim de compor o diagnóstico objeto dos estudos. Em seguida, tiveram início as atividades de campo, para a caracterização da situação sanitária e para colher as impressões que a sociedade tem das questões inerentes. Os levantamentos locais foram conduzidos por equipes multidisciplinares, compostas de profissionais das áreas de engenharia e socioambiental, atuando em articulação com a equipe de coordenação. Os membros das equipes foram previamente capacitados para o nivelamento do conhecimento e para a satisfatória integração, enquanto equipe multidisciplinar.

Para elaboração do diagnóstico são visitadas as sedes municipais integrantes das RDS, as sedes distritais operadas pela Embasa e determinadas nucleações urbanas isoladas. Como estratégia de campo, os trabalhos nos municípios têm início após a abordagem institucional dos gestores públicos quando são informados os objetivos e as atividades que integram o Plano. Na sequência, iniciam-se os trabalhos técnicos propriamente ditos, contando com a participação de gestores e operadores dos serviços de saneamento, e são realizadas entrevistas com representantes das redes sociais atuantes nos municípios.

A fim de facilitar as observações de campo e o registro de dados, foram elaborados formulários temáticos com o objetivo de organizar as informações, agilizar a permanência das equipes em campo, facilitar a sistematização dos dados, possibilitar a reparação de eventuais falhas e facilitar a tabulação ou valoração futura dos dados obtidos.

Os dados coletados em campo integram o sistema de informações do PEMAPES, elaborado em parceria com a SEDUR.

3.2 ESTRATÉGIA DE VALORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A avaliação da situação das águas urbanas e dos serviços correlatos, em cada região de desenvolvimento sustentável, é efetuada a partir de conjunto de informações diagnosticadas em campo. Os dados obtidos possibilitam análises e o estabelecimento de indicadores e índices de fragilidade que caracterizam a situação em cada município. Com as informações levantadas são compostos quadros que sintetizam os principais componentes analisados.

Cada componente é analisado a partir de uma coleção de fatores que potencializam a fragilidade do sistema em observação. Cada fator apresentado nos estudos está relacionado aos elementos obtidos a partir das informações primárias e secundárias levantadas.

Identificados os fatores associados ao componente realçado, o passo seguinte é a qualificação do fator naquela localidade em função dos dados obtidos e das observações de campo. Efetuada a qualificação, é atribuído um indicador que representa o potencial de fragilidade que aquele fator apresenta para o componente e, conseqüentemente, para o serviço como um todo. A média ponderada do conjunto de indicadores compõe um índice de fragilidade associado ao componente, sintetizando a análise efetuada sobre o tema na localidade.

Assim, nessa etapa de diagnóstico, cada localidade apresenta, para cada componente dos serviços, um índice que o caracteriza e que corresponde à média ponderada dos indicadores associados aos fatores levados em conta para a classificação.

Quando do início da etapa de formulação de estratégias para Plano de Ações, critérios específicos para o enquadramento e hierarquização serão adotados visando subsidiar a priorização das cidades, onde as proposições e intervenções se fazem necessárias.

4. CARACTERIZAÇÃO DA RDS

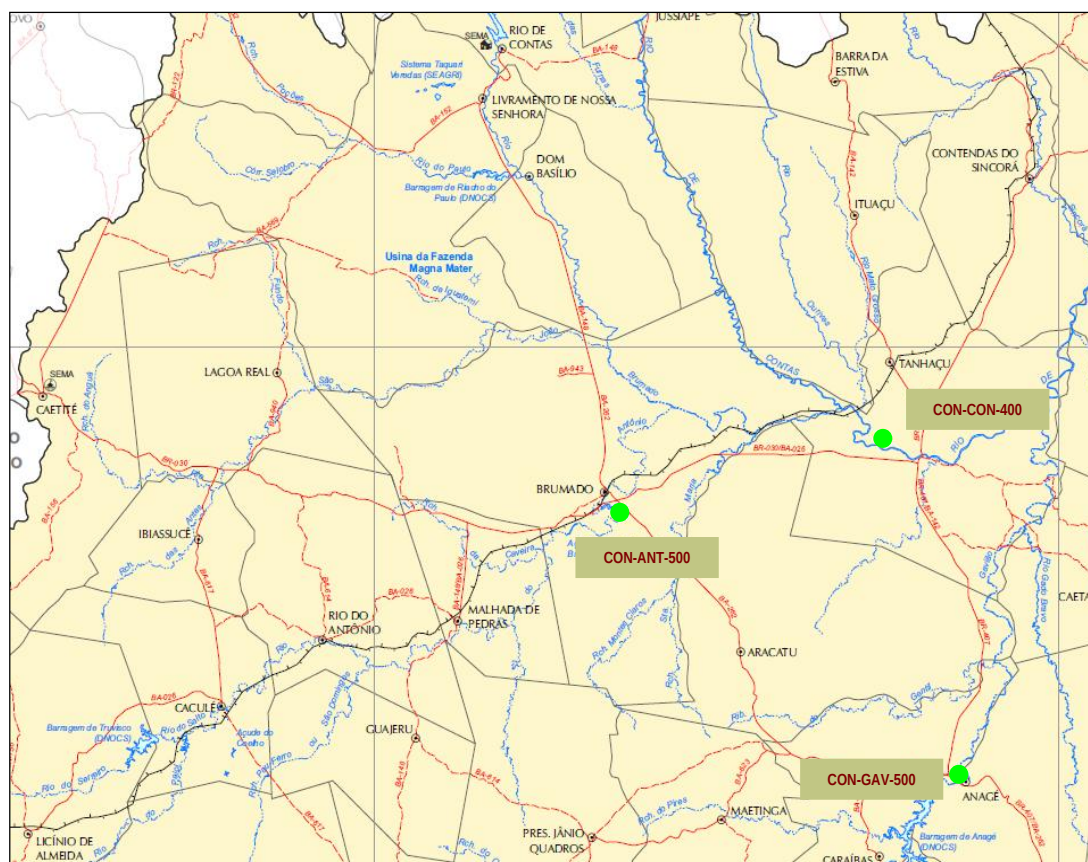
4.1 ASPECTOS AMBIENTAIS

▪ Qualidade das águas

O Estado da Bahia possui regiões hidrográficas com características diversas, havendo em seu vasto território tanto zonas com rios caudalosos quanto zonas com rios de pequena vazão, muitas das quais com cursos intermitentes. Estes corpos d'água com menor capacidade de depuração, assim como áreas de alagadiços, represas, etc., têm apresentado uma redução de sua qualidade ambiental, consequência de atividades humanas na zona rural e na zona urbana. Uma das causas ou fatores que contribuem para essa condição é o lançamento difuso de cargas poluentes decorrente da lixiviação de solos com nutrientes e adubos nas áreas de atividade agrícola na zona rural, agravada pela remoção da mata ciliar, e na zona urbana, o lançamento de esgotos e lixo causando poluição, danos à saúde, perda da vida aquática e prejuízos a atividades econômicas.

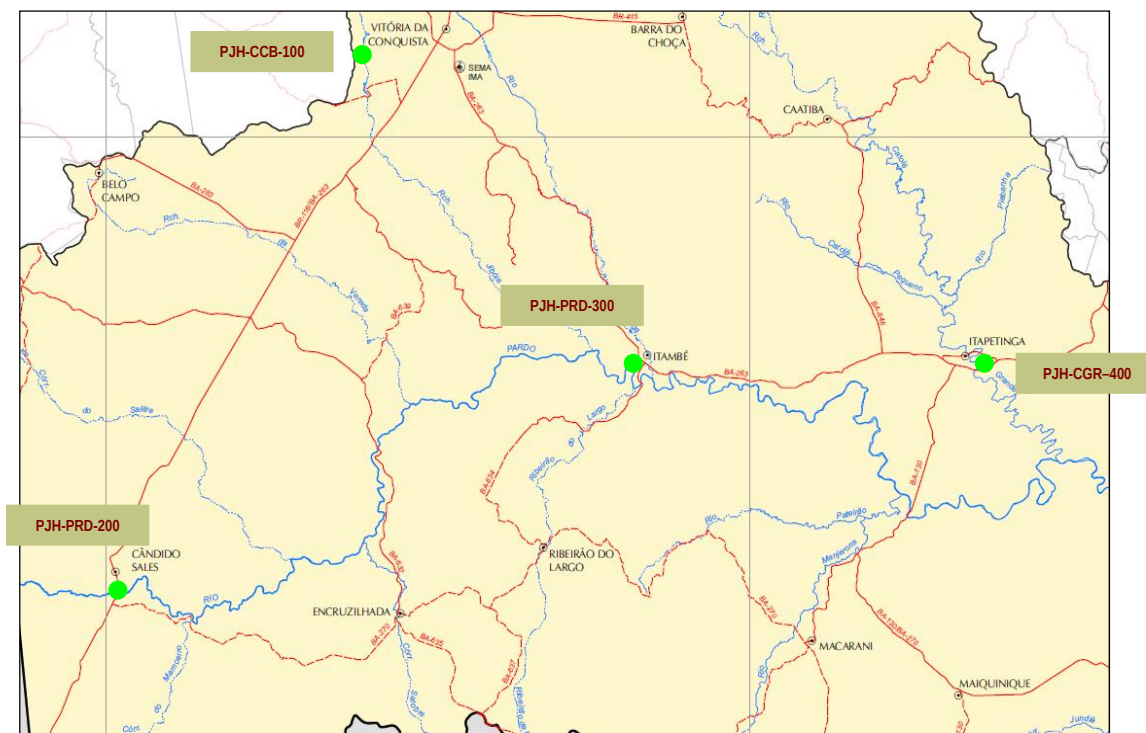
No presente caso da RDS 20 as sedes municipais estão inseridas nas bacias hidrográficas dos Rios de Contas e Pardo, que correspondem à Região de Planejamento de Gestão das Águas do Rio de Contas - RPGA 4 e à Região de Planejamento de Gestão das Águas do Rio Pardo - RPGA 2. O INGA – Instituto das Águas e Clima da Secretaria de Meio Ambiente tem realizado um monitoramento trimestral, em continuidade à série histórica antes realizada pelo IMA – Instituto do Meio Ambiente. As **Figuras 4.1 e 4.2** apresentam a localização dos pontos de monitoramento das águas desses rios.

Figura 4.1 – Rede de amostragem da RPGA do Rio de Contas - 2009



Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

Figura 4.2 – Rede de amostragem da RPGA do Rio Pardo - 2009



Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

Observa-se que muitas das estações situam-se na zona rural à montante ou à jusante das sedes municipais, de modo que a qualidade das águas monitoradas não necessariamente traduz a poluição específica nas mesmas, já que parte dessa poluição é depurada ao longo desses córregos. O **Quadro 4.1** apresenta as cidades da RDS 20, os respectivos rios situados próximos às suas áreas urbanas.

Quadro 4.1 - Bacias hidrográficas, cidades da RDS 20 e principais rios.

BACIA HIDROGRÁFICA	CIDADE	RIO	PONTO DE MONITORAMENTO
Rio de Contas	Anagé	Gavião	CON-GAV 500
	Aracatu	Contas	CON-CON 500
	Bom Jesus da Serra		
	Caetanos		
	Caraíbas	Gavião	CON-GAV 500
	Condeúba		
	Cordeiros		
	Guajeru		
	Jacaraci		
	Licínio de Almeida		
	Maetinga	Gavião	CON-GAV 500
	Mirante		
	Mortugaba		
	Piripá		
	Planalto		
	Poções		

BACIA HIDROGRÁFICA	CIDADE	RIO	PONTO DE MONITORAMENTO
	Presidente Jânio Quadros		
	Tremedal	Gavião	CON-GAV 500
Rio Pardo	Barra do Choça		
	Belo Campo		
	Cândido Sales	Pardo	PJH-PRD 200
	Encruzilhada	Pardo	PJH-PRD 300
	Ribeirão do Largo	Pardo	PJH-PRD 300
	Vitória da Conquista	Lagoa de Baixo	PJH-CLB 100

O **Quadro 4.2** apresenta os resultados de turbidez, sólidos totais, oxigênio dissolvido, DBO, nitrogênio total, fósforo total e coliformes termotolerantes das quatro campanhas de amostragem nos Rios de Contas e Pardo no ano de 2009, realizadas pelo INGA.

Quadro 4.2 – Qualidade da Água dos Rios de Contas e Pardo - 2009

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHA	PARÂMETROS						
			Turbidez (NTU)	Sólidos Totais (mg/L)	Oxigênio Dissolvido (mg/L)	DBO (mg/L)	N Total (mg/L)	P Total (mg/L)	Coliformes Termotolerantes (NMP)
RIO DE CONTAS	CON-GAV 500 (à jusante da barragem de Anagé)	1ª	6,3	277	6,7	2,9 J	2,3 J	0,057	760
		2ª	1,6	404	7,4	1,9 J	<0,17	0,014 J	58
		3ª	2,6	187	5,8	< 1,0	0,30 J	0,017	63
		4ª	2,1	264	6,0	1,1 J	2,7	0,290	150
	CON-ANT 500 (à jusante da antiga captação da EMBASA em Brumado)	1ª	1,2	258	5,2	1,9 J	1,6 J	ND	31
		2ª	2,0	282	2,2	< 1,0	<0,17	0,026	38
		3ª	1,3	184	3,9	< 1,0	0,20 J	0,011	4
		4ª	2,3	315	5,0	6,7	1,9	0,344	20
	CON-CON 400 (à jusante da captação da EMBASA para Sussuarana)	1ª	7,1	92	5,8	3,5	1,7 J	0,020	55
		2ª	8,6	85,3	5,7	2,1 J	<0,17	0,013 J	460
		3ª	6,1	104	5,9	< 1,0	< 0,17	0,016	46
		4ª	1,7	117	5,3	< 1,0	2,6	0,278	14
RIO PARDO	PJH-PRD 200 (à jusante de Cândido Sales)	1ª	10,6	41,3	5,12	ND	ND	0,032	71
		2ª	4,73	82	4,6	1,2 J	1,8	ND	64
		3ª	6,2	38	4,9	< 1,0	1,7	0,014	8
		4ª	13,0	59,3	4,8	< 1,0	< 0,80	0,028	150
	PJH-PRD 300	1ª	22,9	61,3	4,75	ND	ND	0,078	270
		2ª	9,16	141	4,7	1,3 J	0,6	0,040	120
		3ª	10,5	80	5,8	< 1,0	2,4	0,025	150
		4ª	29,9	124	4,0	< 1,0	4	0,063	580
	PJH-CCB 100 (à jusante de um bairro de Vit. Conquista)	1ª	12,5	405	0,15	2,2 J	ND	0,095	50
		2ª	6,67	380	2,9	1,3 J	1,7	0,043	120
		3ª	21,9	451	1,9	5	3,4	0,114	12
		4ª	9,9	395	1,0	1,1 J	< 0,80	0,059	170
	PJH-CGR 400 (à jusante de Itapetinga)	1ª	29,9	192	5,49	1,7 J	ND	0,195	17.000
		2ª	9,81	123	4,2	1,6 J	1,3	0,133	14.000
		3ª	12,2	109	3,9	1,1 J	1,7	0,154	2.600
		4ª	14,3	124	1,9	1,5 J	< 0,80	0,192	0
Valor de referência CONAMA 357/05			<100			>5,0		<0,100	<1.000

Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

*: A campanha indicada não foi realizada.

J: Analítico detectado, mas em concentrações abaixo do limite de quantificação do método.

Obs: Valores de OD entre parênteses por estarem excessivamente superiores ao valor de concentração de saturação

O **Quadro 4.3** apresenta o Índice de Qualidade da Água - IQA das amostras dos pontos monitorados dos Rios de Contas e Pardo, no ano de 2009.

Quadro 4.3 – Resultado do Índice de Qualidade da Água - IQA dos Rios de Contas e Pardo - 2009

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHAS 2009			
		1º	2º	3º	4º
RIO DE CONTAS	CON-GAV 500	BOA	BOA	BOA	BOA
	CON-ANT 500	BOA	BOA	BOA	BOA
	CON-CON 400	BOA	BOA	ÓTIMA	BOA
RIO PARDO	PRD-PRD 200	BOA	BOA	ÓTIMA	BOA
	PRD-CLB 100	REGULAR	BOA	BOA	REGULAR
	PRD-PRD 300	BOA	BOA	BOA	BOA
	PRD-CGR 400	BOA	BOA	BOA	BOA

Fonte: Relatório do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas do Estado da Bahia. INGA, 2009

O **Quadro 4.4** apresenta o índice do Estado Trófico das amostras dos pontos monitorados dos Rios de Contas e Pardo, no ano de 2009.

Quadro 4.4 – Resultado do Índice do Estado Trófico para amostras dos Rios de Contas e Pardo - 2009

MANANCIAL	PONTO DE MONITORAMENTO	CAMPANHAS 2009		
		2º	3º	4º
RIO DE CONTAS	CON-GAV 500	OLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	EUTRÓFICO
	CON-ANT 500	OLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	CON-CON 400	ULTRAOLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
RIO PARDO	PJH-PRD 200	OLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO
	PJH-PRD 300	ULTRAOLIGOTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO
	PJH-CLB 100	MESOTRÓFICO	EUTRÓFICO	ULTRAOLIGOTRÓFICO
	PJH-CGR 400	MESOTRÓFICO	OLIGOTRÓFICO	MESOTRÓFICO

Os relatórios indicam para os trechos de rios em análise uma de qualidade em acordo com a prevista pela legislação ambiental. Os valores de OD apresentam-se frequentemente abaixo do limite recomendado para preservação da vida aquática. Porém, os valores de DBO e fósforo, turbidez e sólidos totais encontram-se abaixo de limites indicadores de poluição.

O ponto PJH-CCR-400 situa-se na cidade de Itapetinga à jusante da RDS 20. Este ponto indica o comprometimento da qualidade da água.

No Rio de Contas, os valores de turbidez são altos e os de sólidos totais baixos. O inverso ocorre no Rio Pardo. Neste caso, essas características estão associadas à natureza físico química destas duas bacias hidrográficas.

Com relação ao fósforo e possíveis consequências na eutrofização dos corpos d'água, os valores são ainda baixo e os estágios de eutrofização também. Nesta RDS predomina a agropecuária extensiva com pouca utilização de insumos agrícolas. E as cidades, salvo Vitória da Conquista, são de porte pequeno e médio, com tipo de urbanização com residências que utilizam sistemas de fossas.

▪ Unidades de Conservação

O Estado da Bahia possui 54 Unidades de Conservação (excluindo-se as reserva particular do patrimônio natural), sendo 41 estaduais e 13 federais. Dentre essas unidades 32 são Áreas de Proteção Ambiental (APA), demonstrando mais expressividade em termos de unidades de conservação constituídas. Essas unidades, em geral, possuem grande extensão territorial, e permitem certo grau de ocupação humana. Dotadas de atributos importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, sejam esses de natureza abiótico, biótico, estética ou cultural, as APA tem com objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Quadro 4.5 – Unidades de Conservação do Estado da Bahia por tipologia

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	QUANTIDADE
Estadual	
Parque Estadual	3
Monumento Natural	2
Estação Ecológica	2
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	2
APA	32
Subtotal	41
Federal	
Parque Nacional	5
Estação Ecológica	1
Refúgio de Vida Silvestre	1
Reserva Biológica	1
Área de Relevante Interesse Ecológico	1
Floresta Nacional	2
Reserva Extrativista	2
Subtotal	13
TOTAL	54

Nota: Não foram consideradas as reserva particular do patrimônio natural

As Unidades de Conservação são espaços de território com características naturais relevantes e limites definidos, instituído pelo Poder Público para que se garanta a proteção e conservação dessas características naturais. Entretanto, não há nenhuma unidade de conservação com área inserida na RDS 20.

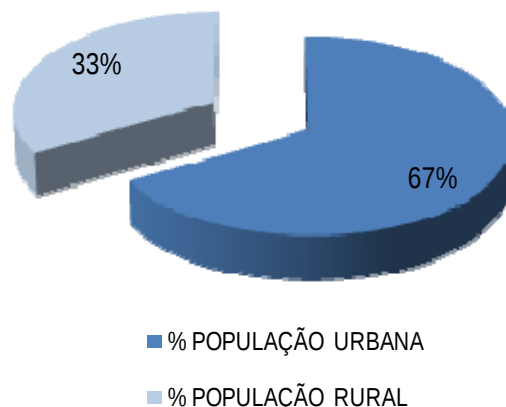
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO

▪ Perfil demográfico

A Região de Desenvolvimento Sustentável de Vitória da Conquista é composta por 24 municípios e ocupa uma área total de 26.809,99 km² representando 4,7% da área total do Estado.

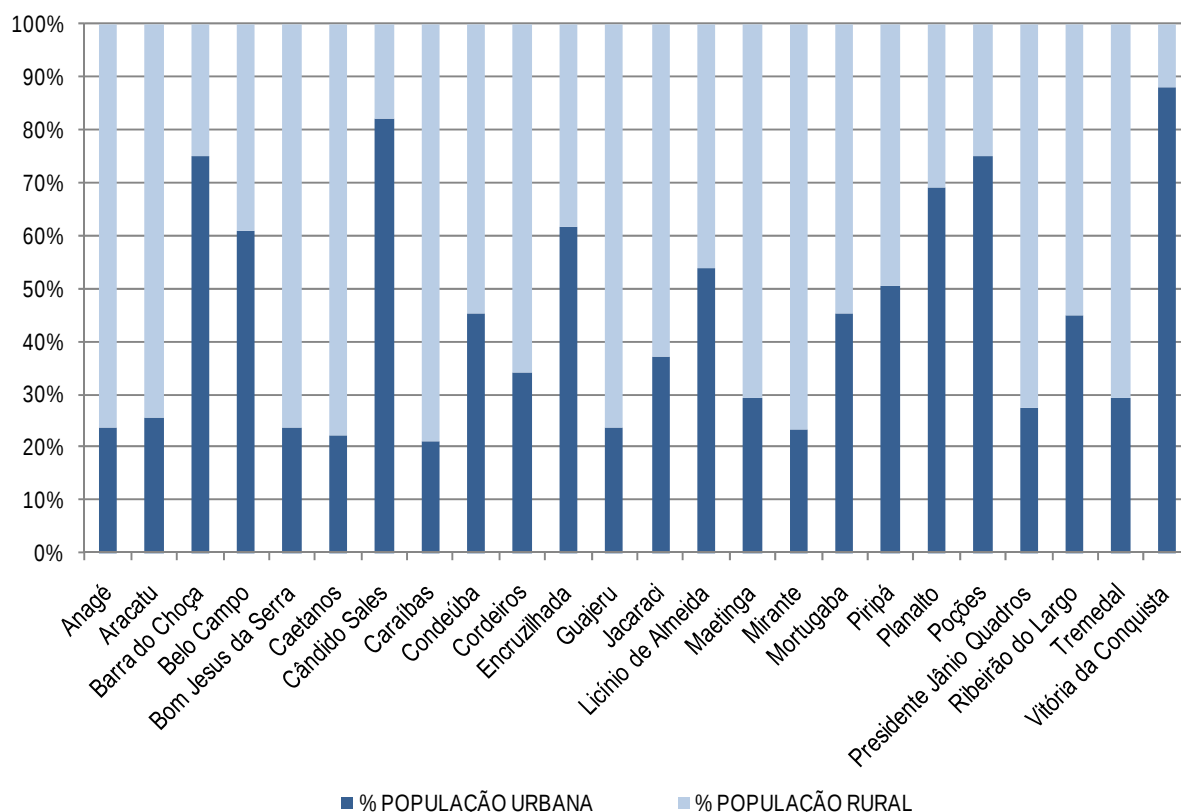
A população total atual da RDS é 709.936 habitantes, apresentando um perfil demográfico predominantemente urbano (67%), ficando acima da tendência verificada no estado, cuja população atual urbana é da ordem de 60%.

Gráfico 4.1 – Perfil demográfico da população - RDS 20



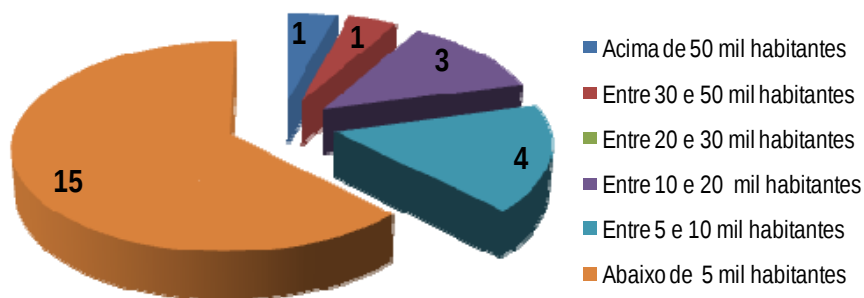
Observando-se o perfil demográfico dos municípios integrantes da RDS, na maioria dos municípios a população urbana é inferior a 50%. Embora a maioria das cidades tenha população predominantemente rural, na região como um todo prevalece a população urbana, pois os maiores municípios, Vitória da Conquista, Poções, Barra do Choça e Cândido Sales, têm as maiores percentagens de população concentrada nas áreas urbanas, 88%, 75%, 75% e 82% respectivamente.

Gráfico 4.2 – Perfil demográfico dos municípios - RDS 20



Em termos de porte das sedes municipais, na RDS de Vitória da Conquista a cidade mais populosa é a sede municipal de Vitória da Conquista, com mais de 264 mil habitantes. Ainda há o município de Poções, que possui mais de 30 mil habitantes em sua sede municipal. Com exceção destas, todos os municípios da RDS apresentam população com menos de 20 mil habitantes.

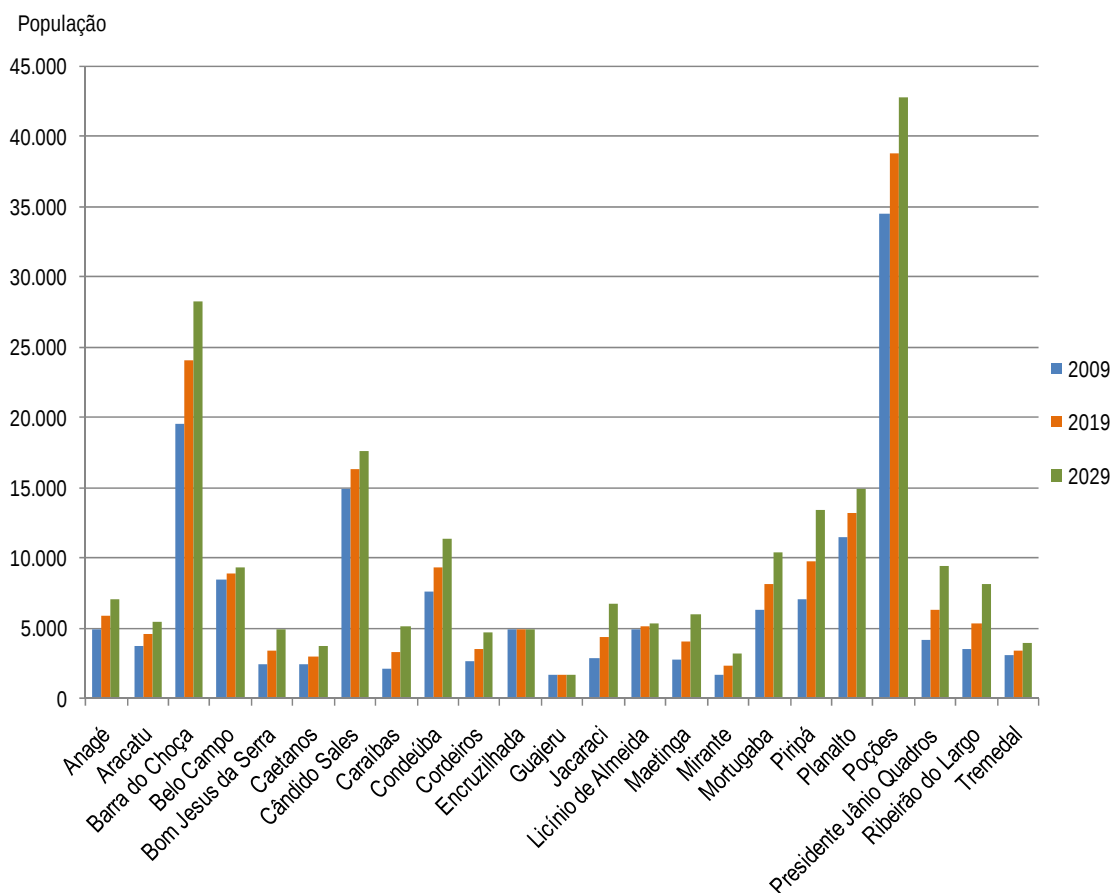
Gráfico 4.3 – Porte das sedes municipais dos municípios - RDS 20

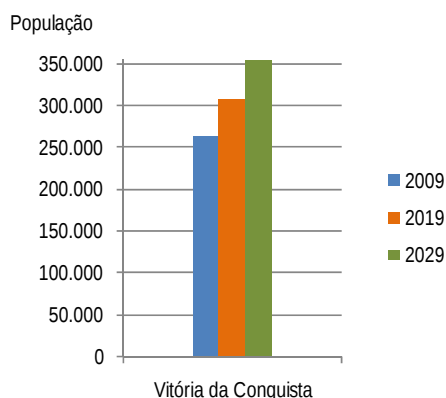


▪ Projeção populacional

A projeção populacional da RDS foi efetuada para o horizonte de 20 anos do plano, tendo sido adotado o ano-base 2009 para possibilitar a avaliação do nível de atendimento da infraestrutura existente nas áreas urbanas. A projeção foi efetuada tomando-se por base estudo de projeção da população das cidades e distritos do estado elaborado para a formação de cenários de regionalização de serviços de saneamento, o qual partir de estudos realizados os dados dos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2007. O referido estudo adotou parâmetros de projeção distintos em função do porte das cidades, tendo sido considerados três grupos: cidades com população inferior a 10.000 habitantes, cidades com população entre 10.000 e 50.000 habitantes, e cidades com população maior que 50.000 habitantes. O **Gráfico 4.4** apresenta a projeção populacional das sedes municipais da RDS para 2009, 2019 e 2029.

Gráfico 4.4 – Projeção populacional das sedes municipais para o horizonte de projeto - RDS 20



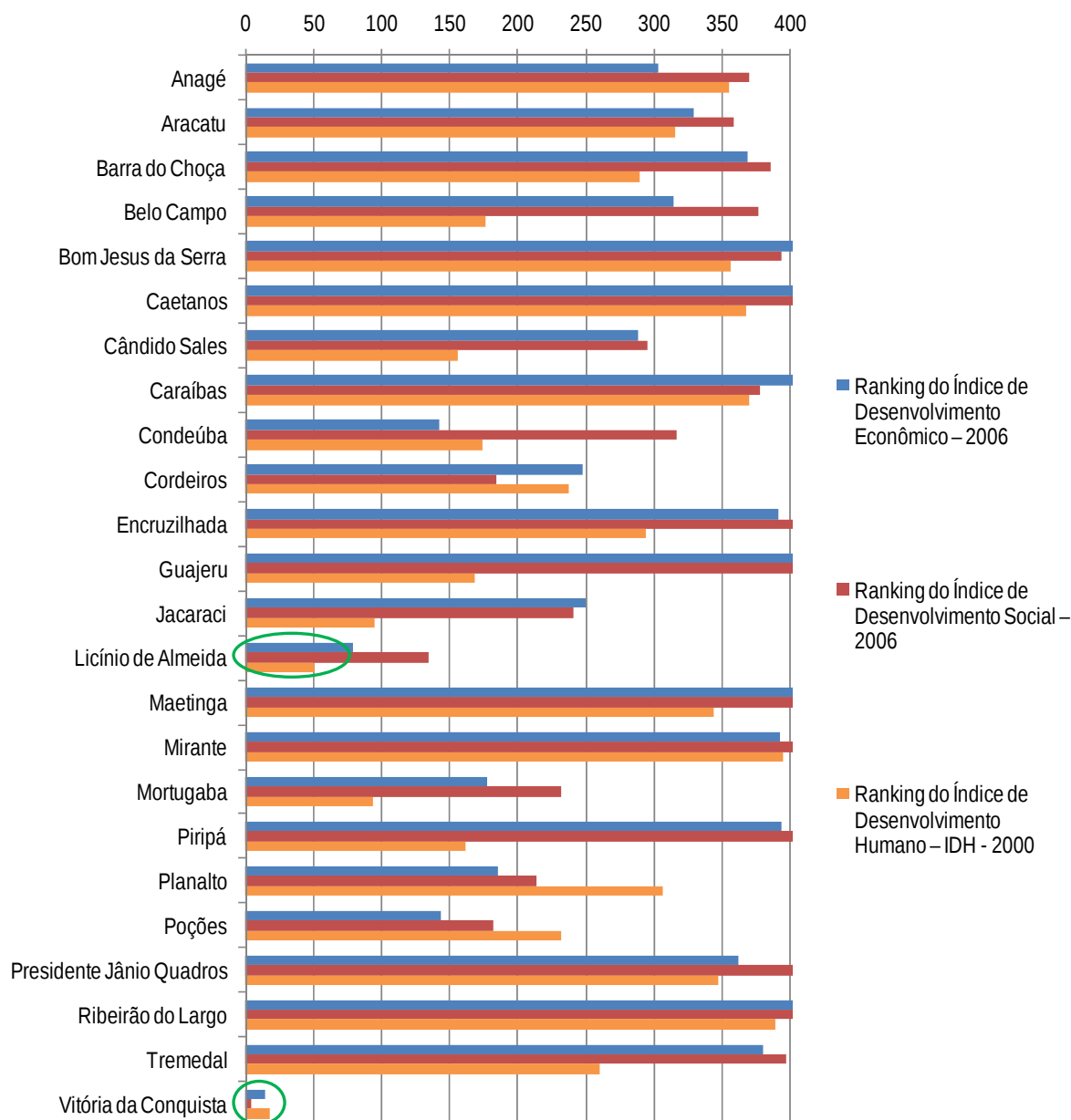


Fonte: Geohidro, 2010

▪ Indicadores socioeconômicos

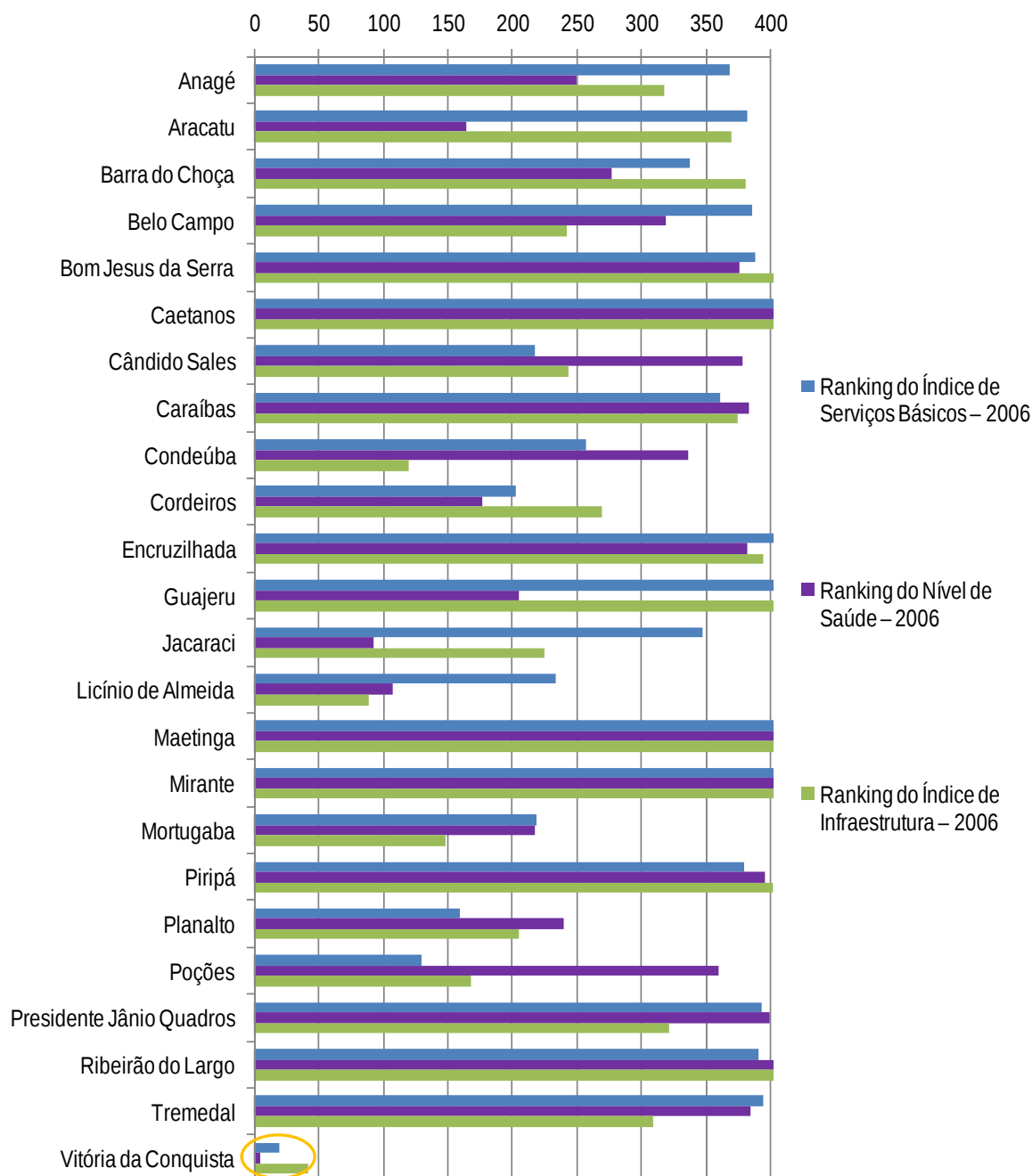
Com base nos índices socioeconômicos disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, é apresentado para um breve panorama baseado no ranking dos municípios que compõem esta RDS. Foram selecionados os IDS – Índice de Desenvolvimento Social, IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico, INF - Índice de Infraestrutura, INS - Índice do Nível de Saúde, ISB - Índice dos Serviços Básicos, disponíveis para o ano de 2006, e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M 2000.

Gráfico 4.5 – Ranking dos municípios com relação a índices sócio-econômicos de desenvolvimento humano, desenvolvimento social e econômico - RDS 20



Fonte: Índice de Desenvolvimento Econômico e Social – SEI, 2008

Gráfico 4.6 – Ranking dos municípios com relação a índices sócio-econômicos de serviços básicos, saúde e infraestrutura - RDS 20



Fonte: Índice de Desenvolvimento Econômico e Social – SEI, 2008

Com base nos dados disponíveis, ganha destaque o Município de Vitória da Conquista, que está entre os 50 primeiros colocados no Ranking do Estado para todos os indicadores socioeconômicos, sendo que em relação aos índices de Desenvolvimento Social e de Saúde está em quarto lugar no Estado.

O Município de Licínio de Almeida ganha também destaque pela boa colocação no ranking com relação aos indicadores de Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Econômico, e Infraestrutura, estando entre os 100 melhores no ranking estadual.

Já os municípios de Caetanos, Caraíbas, Encruzilhada, Maetinga, Mirante, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo e Tremedal são os que requerem mais atenção, pois apresentam baixos índices relativos ao conjunto de indicadores socioeconômicos.

5. APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO NA RDS

Para uma visão situacional dos serviços de saneamento básico na Região de Desenvolvimento Sustentável de Vitória da Conquista, são feitas algumas considerações sobre os aspectos institucionais, planos e programas de saneamento existentes e em elaboração, os investimentos que estão sendo feitos em saneamento na região, bem como apresentadas as informações relativas à situação do saneamento nas áreas urbanas a partir de dados e sistemas de informações disponíveis em instituições governamentais, objetivando conhecer, basicamente, a natureza e os níveis de cobertura dos serviços prestados nos municípios integrantes da RDS 20.

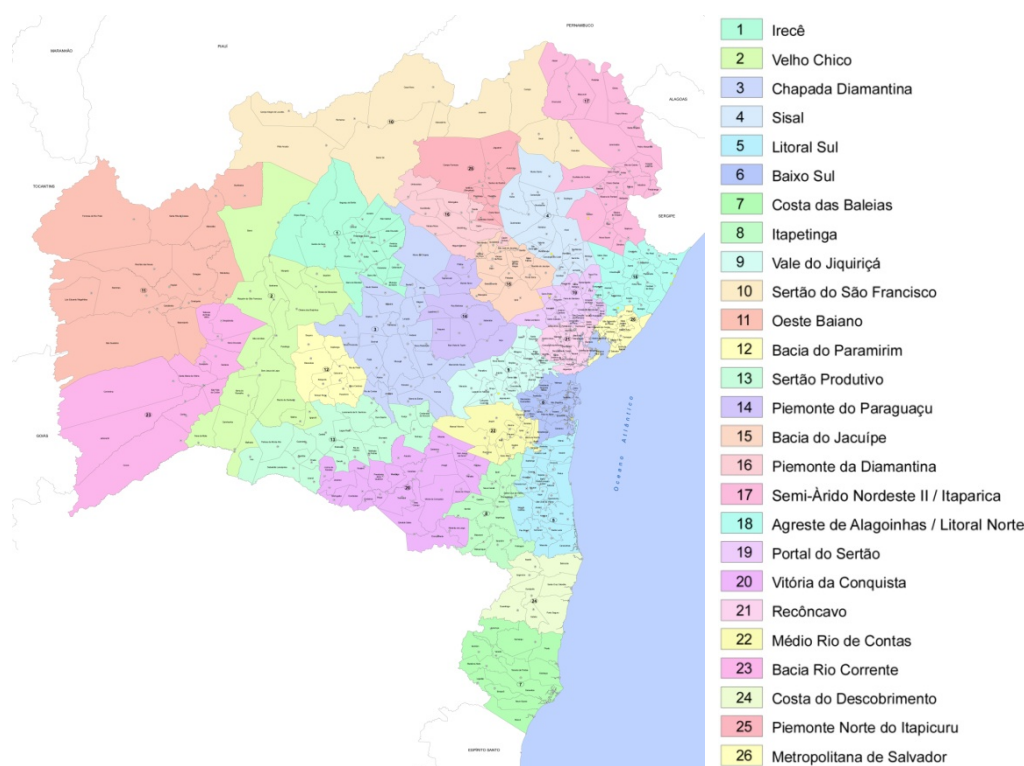
5.1 SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

A partir das políticas federais definidas pela Lei de Saneamento, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, juntamente com a Lei dos Consórcios (Lei Federal nº 11.107/05), a Bahia foi o primeiro estado a estabelecer seu marco regulatório fundamentado na Lei Federal nº 11.445/07, através da edição da Lei Estadual nº 11.172, de 1º dezembro de 2008, que instituiu os princípios e as diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico.

O Governo do Estado, através da SEDUR, encarregada da formulação da Política Estadual de Saneamento, vem atuando neste sentido, buscando definir arranjos e modelos institucionais viáveis que possibilitem as condições para que as metas de universalização e a eficiência dos serviços de águas e esgotos no Estado sejam progressivamente atingidas. Modelo esse que considera aspectos como a extensão do território do estado, as características geoambientais das diferentes regiões, a dispersão demográfica da população a ser atendida, o perfil socioeconômico dos municípios, a capacidade técnico-gerencial das prefeituras municipais, dentre outros fatores que pesem sobre a prestação dos serviços de saneamento.

Na busca de equacionar tais questões, a SEDUR desenvolveu estudos sobre os cenários para a otimização da estratégia de prestação dos serviços de águas e esgotos no estado. Afinada com a política de planejamento do Governo do Estado da Bahia de trabalhar as políticas públicas de forma regionalizada, assim, além da proposta de universalização da prestação dos serviços de saneamento básico, a regionalização permitir a integração entre as políticas de habitação, meio ambiente e desenvolvimento urbano. Dentro desse conceito, com base em critérios técnicos que contemplaram a identidade de territórios, a infraestrutura viária existente, aspectos referentes à economia de escala considerando o porte, o perfil das administrações municipais, dentre outras variáveis, foram definidos módulos de menor abrangência regional cuja dimensão preserve a identidade de cada região evitando o enfrentamento de dificuldades que advêm normalmente da heterogeneidade de fatores regionais. Assim, o estado foi dividido em 26 Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS), cuja conformação é apresentada na **Figura 5.1**.

Figura 5.1 - Regiões de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Estado da Bahia



Com base nessa regionalização o Governo do Estado formulará, com bases legais fundamentadas, sua Política Estadual de Saneamento Básico, sendo ela compreendida como conjunto das ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, estimulando a participação dos municípios na gestão associada da prestação de serviços a fim de viabilizá-los.

A SEDUR vem atuando como indutora na formação de consórcios públicos para a prestação regionalizada de serviços públicos, tendo como um dos focos os serviços de saneamento básico. Até o momento, já foram constituídos seis consórcios públicos, contemplando as Regiões de Desenvolvimento Sustentável do Sertão do São Francisco, Vale do Jiquiriçá, Irecê, Sisal, Portal do Sertão e Agreste Alagoinhas – Litoral Norte (Consórcio Intermunicipal Costa dos Coqueiros). Outros três estão em formação, contemplando as Regiões de Desenvolvimento Sustentável do Piemonte Norte do Itapicuru, Litoral Sul e Semi-Árido Nordeste II e Itaparica. Além desses, outros sete estão em fase de mobilização, são eles: Bacia do Jacuípe, Recôncavo, Velho Chico, Sertão Produtivo e Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina, **Vitória da Conquista** e Baixo Sul.

▪ Investimentos do PAC na RDS

Com a definição do marco regulatório do Saneamento, houve uma visível retomada dos investimentos no setor a partir de 2007, principalmente através de programas do Governo Federal (Orçamento Geral da União) e pelos fundos financiadores (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT). A retomada dos investimentos está sendo consolidada pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC I, com a oferta de recursos para o horizonte 2007 a 2010.

Através do PAC I, estão sendo destinados recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhão para investimentos em saneamento básico na Bahia, sendo R\$ 734 milhões, desse montante destinado para esgotamento sanitário em diferentes cidades do estado. Os investimentos do PAC 1 para esgotamento sanitário foram alocados, por origem dos recursos, de acordo com as seguintes fontes de recurso.

Quadro 5.1 - Recursos do PAC 1 por origem dos recursos para implantação de sistemas de esgotamento sanitário no Estado

FONTE DE RECURSO	VALORES (R\$ em milhões)
OGU	323,8
BNDES	84,7
FGTS	325,7
TOTAL	734,2

Fonte: SEDUR, fevereiro/2010

Através do PAC/Funasa estão sendo destinados recursos para a implantação de sistemas de saneamento beneficiando cidades de diferentes regiões do Estado. Através de convênios já assinados, compreendendo a dotação da Funasa e a contrapartida do Governo do Estado, estão sendo alocados recursos da ordem de R\$ 120 milhões, sendo R\$ 107 milhões correspondente aos recursos disponibilizados pela Funasa para a execução da infraestrutura. Há previsão de aplicação de mais R\$ 118 milhões, que serão disponibilizados após a assinatura dos Termos de Compromisso para a formalização de parceria convênios, após o cumprimento dos requisitos requeridos.

Através de Termos já assinados, estão sendo alocados recursos da ordem de R\$ 90 milhões para a viabilização de infraestrutura de esgotamento sanitário, compreendendo a dotação da Funasa e a contrapartida do Governo do Estado, sendo R\$ 81 milhões correspondente aos recursos disponibilizados pela Funasa.

Registra-se o expressivo montante de recursos alocados para a implantação de projetos de sistemas de esgotamento, em especial para cidades de grande e médio porte, considerando os investimentos realizados nas últimas décadas.

Alguns dos municípios do estado estão sendo beneficiados com recursos do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF) que é coordenado pela Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério da Integração Nacional.

As ações em andamento contemplam:

- Monitoramento da qualidade da água
- Reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas
- Obras de revitalização e recuperação do rio São Francisco
- Convivência com o Semi-Árido
- Recuperação e controle de processos erosivos

O PRSF tem recursos assegurados do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que no período 2007-2010, disponibilizaram montante da ordem de R\$ 1,27 bilhão. Dentre as Obras de revitalização e recuperação prevista, estão as intervenções em saneamento básico relacionadas ao abastecimento de água, ao tratamento e destinação de resíduos sólidos, à macrodrenagem urbana.

A cidade de Jacaraci está sendo beneficiada com recursos da Codevasf para implantação de sistemas de esgotamento sanitário nas sede municipal. A obra totaliza recursos de R\$ 3,1 milhões.

Por meio de recursos do PAC, estimado em R\$ 81,9 milhões, a sede municipal de Vitória da Conquista está sendo contemplada com obra de esgotamento sanitário.

A sede municipal de Mortugaba possui obras em andamento sendo realizada através de convênio com a Funasa. As obras iniciadas em maio de 2010, tem aproximadamente 30% da rede já construída. O investimento total dessa obra é de R\$ 1,0 milhão.

▪ **Municípios com projetos em desenvolvimento**

Com a destinação de investimentos para ampliação da infraestrutura de saneamento básico, muitos municípios estão sendo contemplados pela elaboração de projetos de engenharia, atendendo aos critérios exigidos pelos agentes financiadores, para viabilizar a destinação desses recursos para abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, e urbanização, quase sempre envolvendo esgotamento sanitário ou melhorias sanitárias para as áreas contempladas.

Está sendo elaborado, através de convênio entre a prefeitura municipal de Riacho de Santana e a Funasa, projeto para implantação de sistema de esgotamento sanitário que deverá atender toda a cidade. Também está elaborando projeto de SES a prefeitura municipal de Aracatu.

Já o município de Belo Campo possui projeto elaborado a cerca de oito anos pela prefeitura e aguarda resposta da Funasa. A prefeitura de Cândido Sales também possui projeto concluído, e aguarda o início das licitação das obras pela Funasa. No ano de 2005, a Embasa concluiu os projetos dos sistemas de esgotamento sanitário das sedes dos municípios de Caraíbas e Jacaraci, entretanto as obras na Cidade de Jacaraci já se encontram em andamento, sendo realizada pela Codevasf, enquanto que em Caraíbas ainda não foram iniciadas. A sede municipal de Jânio Quadros também apresenta projeto concluído para o sistema de esgotamento sanitário que contempla toda a sede.

▪ **Municípios com planos de saneamento**

Ainda que sem definição do marco regulatório para o saneamento, ao longo da última década alguns municípios do estado tiveram por iniciativa das gestões municipais a elaboração de planos municipais de saneamento básico, com o propósito de fortalecer a ação municipal ao tempo em que se buscava a retomada do planejamento do setor saneamento. Os municípios que deflagraram esse processo no estado foram Alagoinhas, Salvador, **Vitória da Conquista**, Barra do Choça e Pintadas.

Com a aprovação da Lei de Saneamento (Lei Federal nº 11.445/07) são definidas as diretrizes e instrumentos de planejamento que deverão ser observados no plano de saneamento. Em seu Art. 10 estabelece que *“a prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária”*. Nesses termos, a Lei Estadual nº 11.172/08, no seu Art. 9, inciso III, estabelece que a *“prestação de serviços públicos de saneamento básico, através de Contratos de Programa, celebrados pelos municípios com a Embasa na vigência de gestão associada, autorizada por convênio de cooperação entre entes federados ou por contrato de consórcio público”* e no Art. 16, que o Contrato de Programa, por meio do qual o município contrate a Embasa, deverá atender a todos os requisitos da Lei Federal nº 11.445/07, especialmente o plano de saneamento básico editado pelo município ou conjunto de municípios.

A Lei Estadual nº 11.172/08, traz em seu capítulo IV, as diretrizes para a elaboração do planejamento dos serviços públicos de saneamento básico no âmbito da Política Estadual de Saneamento Básico. Esse planejamento estabelece que os planos regionais de saneamento básico sejam elaborados de forma a subsidiar os planos municipais e abrangerão o território de municípios atendidos por sistema integrado de

saneamento básico ou cuja integração da regulação, fiscalização e prestação dos serviços seja recomendável dos pontos de vista técnico e financeiro. Em outras palavras, que desposem o critério de regionalização das Regiões de Gestão Integrada de Desenvolvimento Urbano, o qual se configura como o mais favorável para viabilizar a gestão associada dos serviços.

Assim, com relação aos planos de saneamento básico, o PEMAPES será um instrumento relevante para respaldar a formulação dos planos municipais e projetos de saneamento básico, mais detalhados no tocante ao manejo de águas pluviais e esgotamento sanitário.

▪ **Municípios com plano diretor urbanístico**

O Estatuto da Cidade, criado pela Lei Federal nº. 10.257/01, torna o Plano Diretor instrumento obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, ou cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas ou de áreas de especial interesse turístico. Na RDS 20, existem apenas dois municípios com população da sede urbana atual superior a 20 mil habitantes, considerando a projeção populacional das sedes para o ano de 2009: Vitória da Conquista e Poções. As duas sedes possuem Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

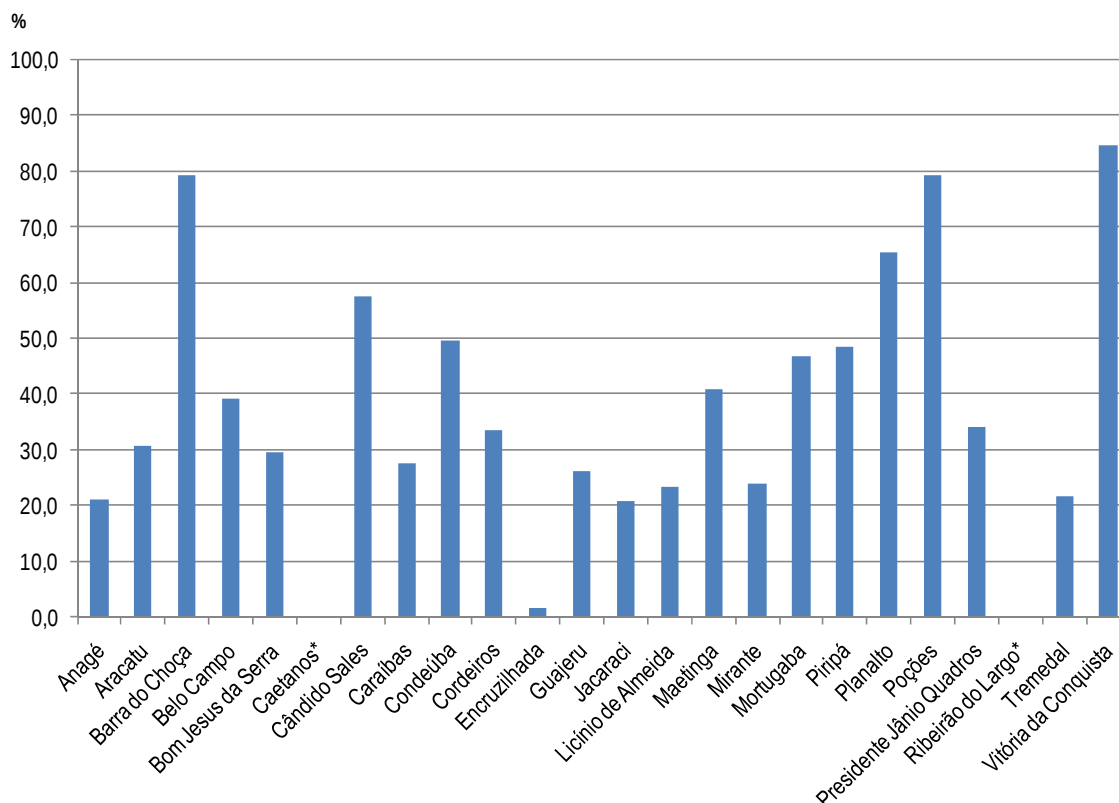
Na fase de levantamento de dados em campo, identificou-se que as cidades de Barra do Choça, Cândido Sales, Planalto e Tremedal também possuem Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) elaborado para disciplinar questões relacionadas ao planejamento urbano, os vetores de crescimento, e principalmente as formas de ocupação dos espaços urbanos, uma vez que há rebatimento direto sobre aspectos relacionados ao manejo das águas de pluviais no espaço urbano.

5.2 PANORAMA DO SANEAMENTO NAS ÁREAS URBANAS DA RDS

5.2.1 Abastecimento de água

De acordo com dados oficiais divulgados em 2008 pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, do Ministério das Cidades, o índice de atendimento das populações urbanas e rurais com abastecimento de água nos municípios integrantes da RDS 20 é apresentado no **Gráfico 5.1**. O percentual de atendimento das populações varia da ordem de 21% a 85%, sendo que os Municípios de Barra do Choça (79,3%), Poções (79,3%) e Vitória da Conquista (84,6%) registram os melhores índices de atendimento de população, em se considerando a situação dos demais municípios da região. De acordo com os registros do SNIS, o índice médio de atendimento das populações do estado por serviços de abastecimento de água é de 71%. Na RDS 20, 17 municípios apresentam índices de atendimento das populações abaixo de 50%, sendo que os municípios de Anagé (21,1%), Jacaraci (20,7%), Licínio de Almeida (23,3%), Mirante (24,0%) e Tremedal (21,6%) são os que possuem os mais baixos índices de atendimento considerando as das populações totais dos municípios. O município de Encruzilhada não foi citado entre os de menores índices de atendimento da população, pois embora os dados da localidade estejam disponibilizados pelo SNIS/2008, parece haver uma inconsistência neles.

Gráfico 5.1 – Percentual da população total dos municípios atendidos com abastecimento de água - SNIS/ 2008 – RDS 20

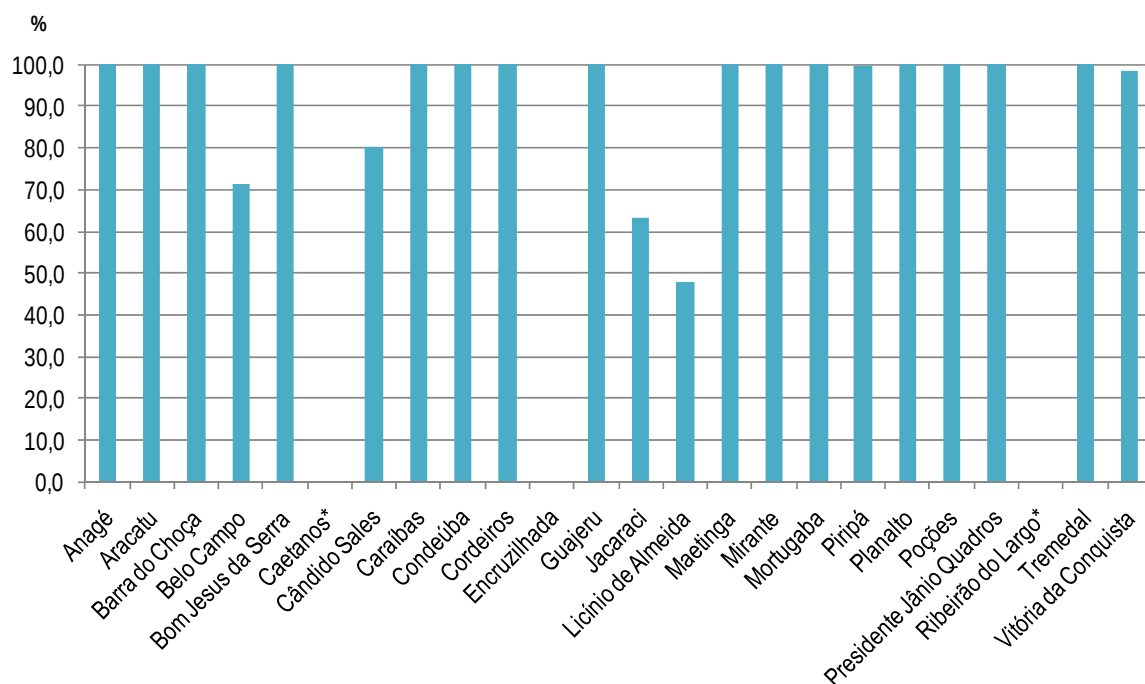


Fonte: SNIS, 2008

Nota: (*) Municípios sem dados disponibilizados pelo SNIS 2008

Já o índice de atendimento de água de populações urbanas das sedes municipais urbanas e distritos da RDS 20 são apresentados no **Gráfico 5.2**. O atendimento nesses municípios, de acordo com a base de dados, atinge 100% para 15 sedes urbanas com dados disponibilizados pelo SNIS, sendo que Jacaraci (63,3%) e Lício de Almeida (47,9%) possuem os índices mais baixos da região de atendimento urbano. Ainda de acordo com os registros do SNIS, o índice médio de atendimento das populações urbanas no estado é de 94%.

Gráfico 5.2 - Índice de atendimento urbano com abastecimento de água – SNIS/ 2008 – RDS 20



Fonte: SNIS, 2008

Nota: (*) Municípios sem dados disponibilizados pelo SNIS 2008

5.2.2 Esgotamento sanitário

De acordo com os dados disponíveis Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, em todo o estado apenas 64 municípios dispõem de registro sobre os serviços de esgotamento sanitário prestados pela concessionária estadual ou por serviços autônomos de água e esgotos (SAAE).

Os dados constantes no SNIS, 2008, para os municípios da RDS 20 informam que apenas a sede municipal de Vitória da Conquista dispõe de serviços de esgotamento sanitário, sendo o mesmo prestado pela concessionária estadual, com atendimento de 55,3% da cidade.

5.2.3 Manejo das águas pluviais

Em geral há uma grande deficiência de dados e informações relativas ao manejo das Águas Pluviais no tocante às fontes oficiais. As últimas pesquisas disponíveis, até então, que abordavam o tema eram o Censo e a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), ambas conduzidas pelo IBGE e datavam do ano 2000.

Após oito anos de defasagem de dados, somente em agosto de 2010, é publicada a mais recente Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), que mostra a situação do sistema de manejo das águas pluviais das cidades brasileiras relativa ao ano 2008. Essa defasagem de informações sobre o segmento de águas pluviais demonstra a falta de uma política de gestão, cada vez mais requerida em função do processo de ocupação desordenado das áreas urbanas.

De acordo com o PNSB 2008, 280 (67,1%) municípios baianos possuem ruas pavimentadas na área urbana com sistema de drenagem. Dos municípios com ruas pavimentadas na área urbana, 59,7% possuem sistemas de drenagem superficial, e 51,3% possuem sistemas de drenagem subterrânea. A

pesquisa revela ainda que dos municípios dotados de drenagem subterrânea, apenas 10,8% possuem tais estrutura em mais de 75% das ruas pavimentadas da área urbana.

5.2.4 Resíduos sólidos

Com relação à disposição final dos resíduos sólidos na RDS 20, o município de Vitória da Conquista possui um aterro sanitário convencional, implantado pela Prefeitura Municipal e Governo Federal, e Barra do Choça, Encruzilhada e Ribeirão do Largo possuem aterro simplificado, implantado pelo Governo Estadual. Os demais municípios destinam seus resíduos em lixões a céu aberto. Alguns municípios integrantes da RDS tiveram estudos e projetos elaborados ao longo dos últimos anos (**Quadro 5.2**), buscando soluções para atendimento das demandas de forma compartimentada, com gestão a ser efetuada exclusivamente pelo município a ser beneficiado pela infraestrutura de destinação final.

Quadro 5.2 - Estudos e projetos elaborados para o segmento de resíduos sólidos na RDS 20

MUNICÍPIO	ESTUDOS E PROJETOS
ANAGÉ	Diagnóstico dos SLU e Caracterização dos Destinos Finais (CAR/2004)
CÂNDIDO SALES	Diagnóstico dos SLU e Caracterização dos Destinos Finais (CAR/2004)
POÇÕES	Projeto Aterro Sanitário elaborado (Governo do Estado em 2005)
TREMEDAL	Diagnóstico dos SLU e Caracterização dos Destinos Finais (CAR/2004) Estudo de Seleção de áreas (Governo do Estado 2006)

Fonte: SEDUR, 2009

Recentemente, iniciativa do Governo Federal vem possibilitando maiores investimentos também na área de resíduos sólidos, seja através de estudos técnicos para definição de modelos e sistemáticas de melhoria da prestação dos serviços, seja através de obras de infraestrutura para a destinação final dos resíduos. A SEDUR, através de Convênio com o Ministério do Meio Ambiente – MMA vem desenvolvendo Estudo de Regionalização da Gestão integrada de Resíduos Sólidos para diversas regiões da Bahia, já contemplando a região de desenvolvimento sustentável como unidade de planejamento. A RDS 20 é uma das regiões da Bahia contempladas por esse estudo, no qual se busca a definição de um modelo institucional sustentável que promova a gestão integrada e compatível com o perfil dos municípios, e que por fim assegure uma destinação adequada dos resíduos sólidos. O referido Convênio prevê ainda a elaboração de Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos 115 Municípios da Bacia do Rio São Francisco, beneficiando alguns dos municípios da RDS de Vitória da Conquista.

6. DIAGNÓSTICO DO MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RDS 20 – VITÓRIA DA CONQUISTA

A expressão *manejo de águas pluviais* traz consigo uma percepção mais adequada nas relações entre o homem e suas atividades, a urbanização dos terrenos e as águas de chuva. No meio urbano, tradicionalmente, esta relação tem como uma de suas principais características a adequação do porte das estruturas de drenagem do fundo de vale às vazões que progressivamente tendem a aumentar como consequência da impermeabilização dos terrenos em uma bacia de drenagem. Esta prática correspondeu, ao longo do tempo, numa espécie de relação biunívoca que pode ser descrita por: aumento da impermeabilização implica em aumento de seção, revestimento e/ou retificação dos canais nos fundos de vale.

O tempo mostrou que esta estratégia não foi capaz de acompanhar a velocidade com que os processos de urbanização se desenvolveram nas cidades uma vez que sérias restrições de recursos financeiros, espaço público e outras limitações altamente complexas evidenciaram a impossibilidade de se continuar ampliando os dispositivos de drenagem nos fundos de vale. Não bastassem estes fatos, a evolução da forma como o homem vem efetuando sua relação com o meio ambiente proporciona profundas reflexões sobre as práticas tradicionais com o trato das águas de chuva, refletindo na necessidade urgente de se introduzirem novas formas de manejo que vão desde o controle na própria fonte (cada lote gerador de escoamento) assim como nos espaços públicos. Buscar resolver os problemas das águas pluviais dentro da perspectiva exclusivamente tradicional é, portanto, uma estratégia equivocada se não, pelo menos, incompleta.

O manejo das águas pluviais, tomando como base as reflexões anteriores, incorpora outros procedimentos que devem ser agregados à relação dos espaços públicos com as águas de chuva. Estes procedimentos devem promover, basicamente, formas de se compensar duas das principais consequências da urbanização: a maior transformação de precipitação em escoamento pelas superfícies e maior rapidez com que estas águas chegam aos fundos de vale.

Neste sentido, proporcionar maiores oportunidades de se infiltrar águas de chuva é uma das principais estratégias buscada nos manejos a serem incorporados no espaço urbano, respeitando as limitações decorrentes das características dos solos em uma localidade. Outro objetivo a ser perseguido pelas novas práticas de manejo das águas pluviais é o retardamento do fluxo, proporcionando que, ao longo do tempo, possa haver uma melhor distribuição dos volumes que aportam aos fundos de vale, oportunizando que as estruturas existentes possam apresentar eficiência de transporte das águas.

Incluir estes novos procedimentos entre as técnicas de convivência com as chuvas, principalmente aquelas de alta intensidade, é uma prática que promove sustentabilidade na relação entre chuva e urbanização.

As diretrizes que dão sustentação ao PEMAPES apontam na direção de se fazer evoluir sistemas tradicionais de drenagem urbana incorporando, dentro do possível, novas técnicas, que de certa forma, são compensatórias em relação aos processos de urbanização. Esta evolução implica não somente na aplicação de medidas estruturais, mas num conjunto de medidas não estruturais que envolvam a sociedade e os dirigentes públicos numa nova perspectiva de trato com as águas de chuva, os espaços urbanos e outros serviços públicos que diretamente afetam o sistema em questão.

Desta forma, nesta fase de diagnóstico do sistema de manejo das águas pluviais, o foco não se concentra exclusivamente nos aspectos tradicionais da drenagem das áreas urbanas, embora seja fácil perceber que estes predominam dentre as práticas atualmente empregadas. Agrega-se a estes aspectos

importantes da relação entre o espaço urbano e as chuvas, a identificação dos potenciais de produção do escoamento e de implantação de técnicas sustentáveis de manejo, dentro do espírito já comentado.

6.1 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA METODOLOGIA ADOTADA

▪ Considerações iniciais

Considerando os diferentes portes de cidades a serem analisadas e variabilidade das extensões das áreas de contribuição, foi necessário se estabelecer uma padronização de conceitos capaz de atender as múltiplas situações com a finalidade de identificar o que foi considerado como estruturas de **microdrenagem**, de **macrodrenagem** ou uma **inundação ribeirinha**. O critério mais comumente empregado utiliza como elemento diferenciador a dimensão das estruturas, o que possibilita interpretações distorcidas ao não se ponderar o porte das áreas de contribuição e sua real função de cada uma delas. Por conta disto, para efeito deste PEMAPES, o critério utilizado para identificar as estruturas de macrodrenagem, microdrenagem e uma inundação ribeirinha atendeu a um aspecto funcional. A seguir são apresentadas as definições consideradas neste plano para estes elementos de análise do sistema de drenagem.

A *microdrenagem* é entendida como um conjunto de práticas e dispositivos que existem para ordenar o fluxo das águas nas vias públicas. Com a urbanização, o escoamento das águas de chuva sobre a superfície é altamente impactado pelo sistema viário que se estabelece no espaço público. Construídas com o intuito de permitir a circulação de pessoas, de veículos, de permitir a prestação de diversos serviços, as vias passam também a exercer um papel de ordenador do fluxo das águas superficiais geradas pelas chuvas que ocorreriam de maneira difusa se não fossem a coleta e o transporte que pelas ruas passa a acontecer.

A *microdrenagem* é um conjunto de dispositivos hidráulicos ou superfícies drenantes que recebe o escoamento gerado pelos conjuntos dos lotes urbanos, se integra as vias públicas, transporte, passeios e outras infraestruturas e direciona seu fluxo para a macrodrenagem.

A *macrodrenagem* é entendida uma rede natural ou construída localizada nos vales das bacias, que coleta o conjunto de microdrenagem da bacia urbana do qual é o principal curso d'água. Tem como função receber o escoamento superficial produzido pelas chuvas e direcionar estas contribuições para corpos receptores da bacia de drenagem em questão. Trata-se, portanto, da rede natural de drenagem, existente na bacia antes mesmo de se iniciarem os processos de ocupação urbana da área. Dentro das práticas tradicionais, demandas de intervenções físicas nesta rede, quase sempre são atendidas dentro do espírito exclusivo de ampliação de sua capacidade de transporte.

Ainda nas questões referentes à macrodrenagem, muitas das redes naturais de drenagem durante as cheias inundam terrenos marginais que passam a funcionar como reservatórios temporários, estocando volumes de água necessários para compatibilizar, no tempo, as vazões que chegam ao sistema e sua capacidade de dar continuidade de transporte. Estas áreas de inundação temporária são estratégicas e devem ser respeitadas. Entretanto, a crescente demanda por espaços urbanos e o grande tempo em que ficam sem água potencializam grandes pressões de ocupação, geralmente sem grande resistência das autoridades públicas competentes por falta de visão estratégica e comodidade política. A perda destes elementos estratégicos do próprio sistema natural traz sérios prejuízos, tanto para os ocupantes quanto para a administração pública, por demandar grande montante de recursos para compensá-los.

As *inundações ribeirinhas* referem-se aos processos associados ao comportamento do regime dos rios e riachos de maior porte quando em período de cheias e dizem respeito a áreas situadas à margem de

curtos de água, geralmente associados a bacias de contribuição que extrapolam, em muito, a área urbana. Em muitos casos o que distingue o problema decorrente da ocorrência de inundação ribeirinha ou o mau funcionamento da macrodrenagem é muito tênue. A idéia básica, para fins desse plano, que diferencia uma situação da outra é que uma inundação ribeirinha poderá ocorrer mesmo que não estejam acontecendo chuvas diretamente na localidade. É importante ressaltar que problemas associados a pequenas bacias de contribuição com terrenos fora da área urbana não estão sendo considerados, nessa metodologia, como inundações ribeirinhas e sim como problemas de macrodrenagem, pois exigem a ocorrência de chuvas na localidade e suas imediações para formar cheias, podendo ser tratados com soluções típicas da macrodrenagem, envolvendo canais e áreas de amortecimento.

Os problemas decorrentes de inundações ribeirinhas sinalizam, geralmente, ocupações irregulares de áreas utilizadas pelos cursos de água para dar escoamento às suas cheias. Estão também associados ao sistema natural de drenagem, todavia, sua área de contribuição extrapola significativamente a área urbana das localidades.

Uma vez definidos os conceitos adotados para *macrodrenagem*, *microdrenagem* e *inundações ribeirinhas*, outro importante aspecto também analisado é a **Adequabilidade do sistema de existente**. Esse tema permite uma avaliação complementar em relação aos itens macrodrenagem e microdrenagem, possibilitando não apenas avaliar sua existência, mas perceber se o cenário atual proporciona maior ou menor desconforto nas áreas urbanas na ocasião em que ocorrem as chuvas mais intensas.

O fato de não dispor de dispositivos de macrodrenagem e/ou de microdrenagem não implica, obrigatoriamente, na existência de áreas críticas numa localidade. Características que garantam a continuidade do fluxo pelas sarjetas e o adequado lançamento em terrenos apropriados podem proporcionar um cenário atual adequado de convivência com chuvas intensas mesmo sem que exista uma complexa rede de caixas coletoras, galerias e canais. Este fato pode ser observado em várias localidades baianas.

Por conta destes e outros fatos, analisa-se a *Adequabilidade do Sistema Existente* onde se integram fatores referentes aos dois elementos da drenagem existente (macrodrenagem e microdrenagem) com as questões referentes às áreas críticas. Com isto procura-se mostrar o quanto o cenário atual de equipamentos urbanos de drenagem existente tem se mostrado adequado ou não no que se refere ao comportamento da localidade na convivência com as chuvas locais.

Outro relevante elemento do sistema analisado para uma localidade, dentro da metodologia adotada, corresponde às **Áreas críticas e os impactos** nelas observados. São as áreas urbanas que apresentam situações críticas de drenagem, com alagamentos e outros transtornos típicos de serem observados nas épocas em que acontecem as chuvas, principalmente as de maior intensidade.

Este aspecto do sistema é estratégico no processo de planejamento em questão por conta de apontar o quadro de como se manifestam os desarranjos do sistema, refletindo maior ou menor intensidade dos problemas vivenciados por uma comunidade, no que se refere à sua convivência com as chuvas nas áreas de contribuição.

A divisão do sistema de manejo de águas pluviais nestes diversos aspectos não considera que eles sejam independentes. Eles guardam entre si estreitas relações e estas são respeitadas, todavia, esta fragmentação possibilita uma observação mais acurada do conjunto.

Representar, analisar e avaliar este complexo sistema exigiu o desenvolvimento de uma estratégia própria para o PEMAPES. Esta metodologia pode ser caracterizada a partir das etapas desenvolvidas

para sua aplicação. A primeira delas corresponde ao levantamento de dados primários e secundários sobre o manejo das águas pluviais, realizado a partir de campanhas de campo e consulta a documentos oficiais. A segunda etapa corresponde a uma sistemática de estruturação destas informações organizando-os em fatores caracterizadores do sistema e grupos destes fatores, estruturados de tal forma que permita evoluir para uma visão global do mesmo a partir de suas unidades básicas, proporcionando a síntese. A terceira corresponde à avaliação dos fatores e agrupamentos de fatores a partir da atribuição de indicadores e índices que proporcionam a qualificação destes elementos do sistema. Por fim, na quarta etapa, efetua-se a análise a partir da interpretação dos elementos avaliados e respeitando a forma como foram agrupados. A visão do conjunto é efetuada por RDS, considerando as diversas localidades que a compõem e as características observadas para cada uma destas localidades.

6.1.1 O levantamento de dados

A principal fonte de informações são os questionários aplicados no campo junto às prefeituras e outras entidades envolvidas com os serviços de saneamento, com maior ênfase nos serviços correspondentes à drenagem. Existem dois tipos de formulário básicos para os serviços de drenagem. Um deles trata das questões mais gerais do sistema por sede municipal e o segundo é relativo às áreas críticas, sendo aplicado um para cada área crítica identificada. Em anexo, são apresentados os elementos correspondentes aos dados levantados por cidade.

Os dados secundários são obtidos de fontes oficiais e correspondem, geralmente, a aspectos gerais relativos à localidade, inclusive informações cartográficas.

O conjunto de informações alimenta o sistema de informações do PEMAPES.

6.1.2 Sistemática de estruturação das informações

As informações são organizadas em fatores associados ao manejo de águas pluviais, unidade básica do processo de caracterização do sistema.

O número de fatores empregados pela metodologia é consideravelmente elevado. Isto permite uma visão ampla do conjunto, todavia, demanda uma organização destes fatores em agrupamentos representativos, que possam convergir para uma síntese na qual os elementos mais significativos ganham destaque.

O manejo das águas pluviais numa cidade é analisado a partir dos seguintes segmentos:

- aspectos institucionais;
- produção do escoamento na bacia;
- infraestrutura de drenagem urbana;
- inundações ribeirinhas e
- áreas críticas e impactos.

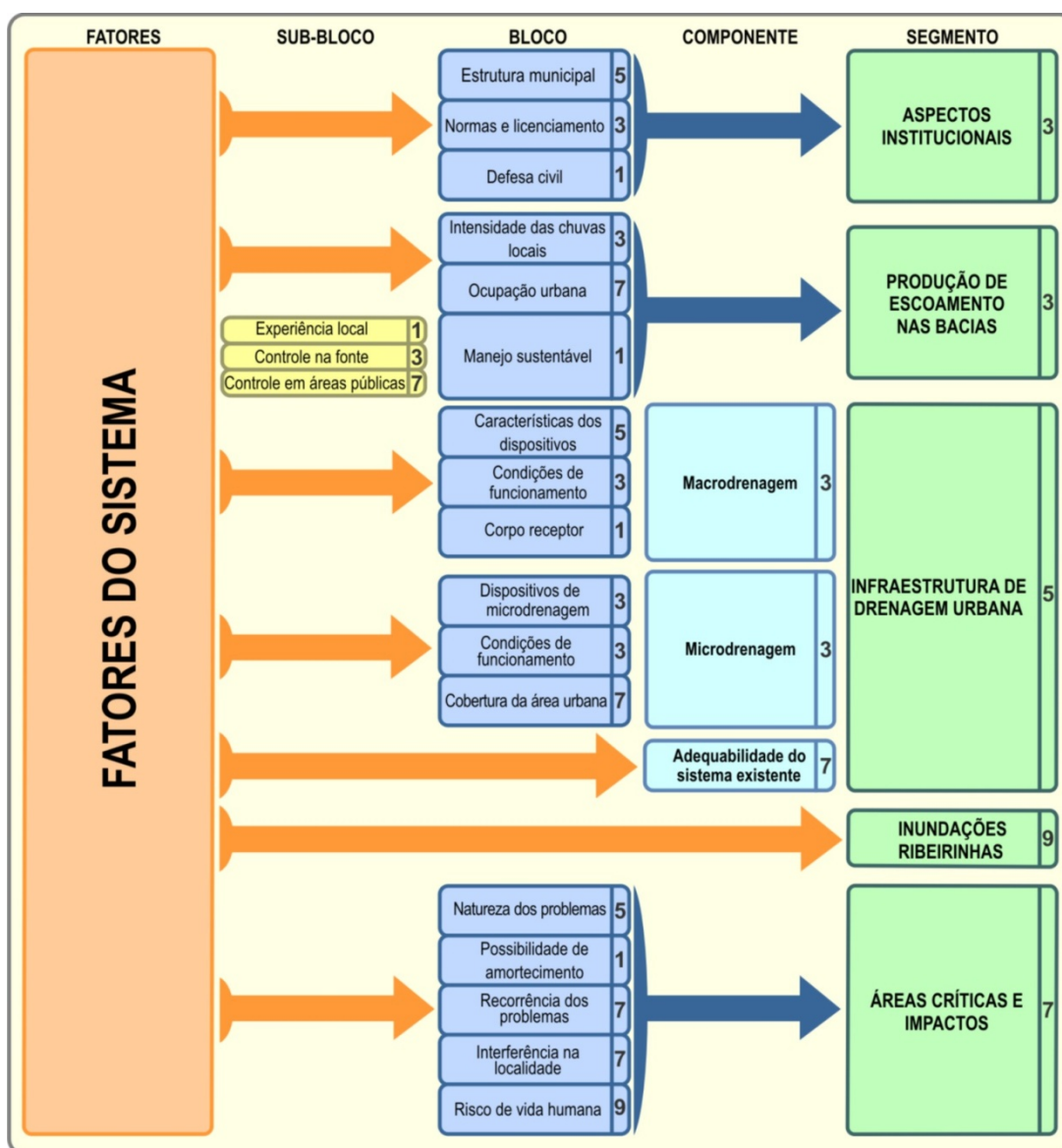
O segmento *Infraestrutura de Drenagem Urbana* é fragmentado em três componentes. São eles:

- macrodrenagem;
- microdrenagem e
- adequabilidade do sistema existente.

Os demais segmentos não apresentam componentes, sendo organizado em blocos, que agregam um conjunto de fatores levantados em campo ou em fontes secundárias.

A **Figura 6.1** apresenta a estruturação das informações, ressaltando a organização anteriormente descrita, contemplando os fatores empregados, a composição dos blocos, componentes e segmentos analisados.

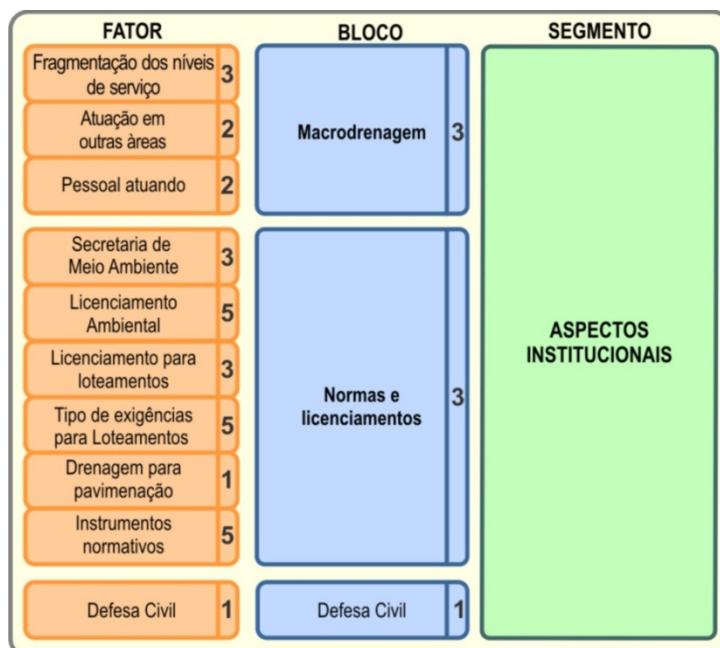
Figura 6.1 – Segmentos, componentes e blocos dos índices



Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

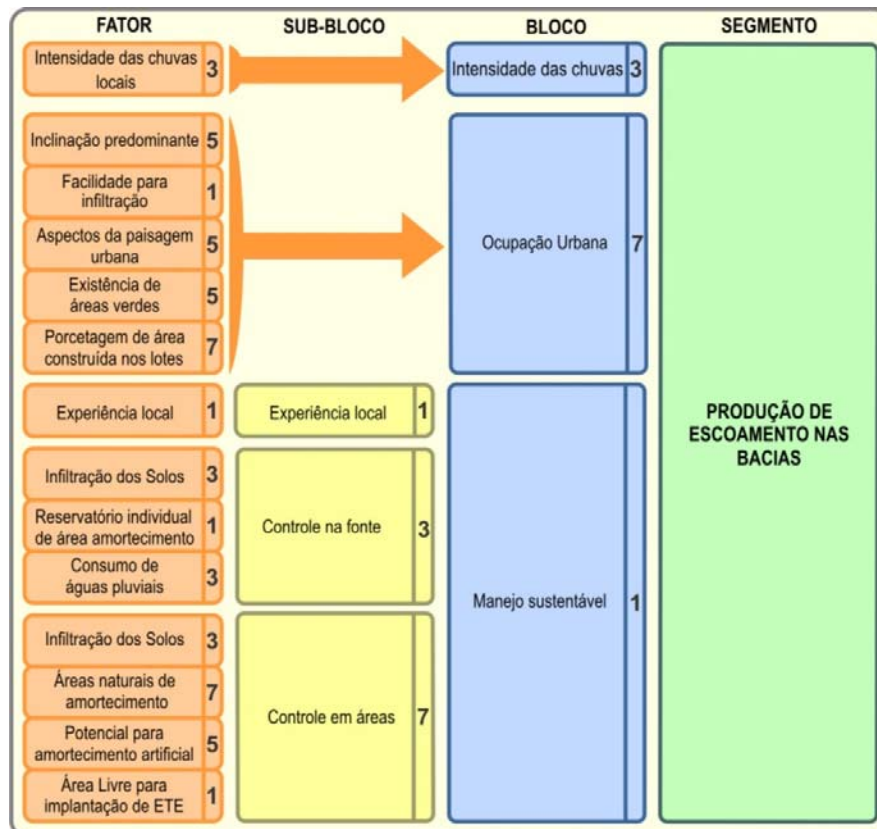
Os próximos quadros, separados por segmentos, detalham quais fatores são utilizados para a determinação dos diversos índices integrantes da análise do sistema de manejo de águas pluviais.

Figura 6.2 – Fatores e blocos do índice aspectos institucionais



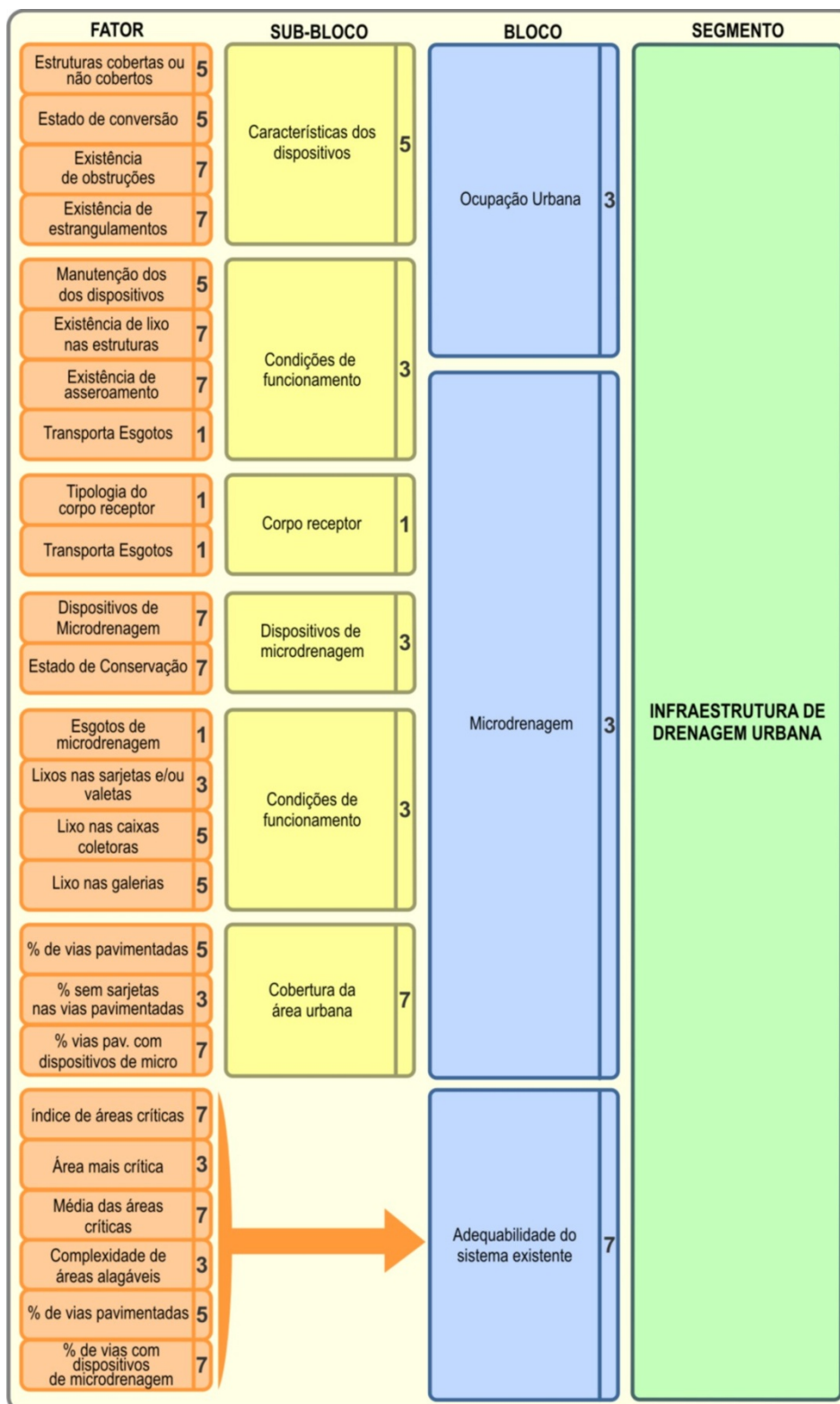
Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.3 – Fatores e blocos do índice de bacias



Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.4 – Fatores, blocos e componentes do índice infraestrutura de drenagem urbana



Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.5 – Fatores do índice inundações ribeirinhas

FATOR		SEGMENTO
Existência de Inundações recentes	7	INUNDAÇÕES RIBEIRINHAS
Frequência com que ocorrem	5	
Possíveis causas	1	
Ocupação dos terrenos inundações	7	
Área da bacia de contribuição	9	
Declividade média de talvegue	3	

Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

Figura 6.6 – Fatores do índice áreas críticas e impactos

FATOR		SUB-BLOCO	SEGMENTO			
Tipo de problema	7	Natureza dos problemas	ÁREAS CRÍTICAS E IMPACTOS			
Complexidade da área problema	7					
Adequação pavimento e caixas coletoras	1					
Ocupação dos terrenos adjacentes	5					
Agravantes do problemas	3					
Existência de projeto de engenharia	1					
Áreas estratégicas para amortecimento	7	Características dos dispositivos		ÁREAS CRÍTICAS E IMPACTOS		
Potencial de áreas estratégicas adicionais	5					
Decretação de estado de emergência	7	Características dos dispositivos			ÁREAS CRÍTICAS E IMPACTOS	
Alagamentos nos últimos 5 anos	5					
Frequência dos Alagamentos	5					
População afetada	7	Características dos dispositivos				ÁREAS CRÍTICAS E IMPACTOS
Casas alagadas	5					
Tempo de interrupção do trânsito	5					
Necessidade de intervenções	5					
Interferência no fluxo das pessoas na cidade	5					
Prejuízo material	5					
Processos erosivos na localidade	5					
Risco de vida humana	9	Risco de vida humana				

Nota: ao lado de cada fator é apresentado o peso utilizado no cálculo do índice

6.1.3 Avaliação do sistema

É efetuada a partir da aplicação de **Indicadores do potencial de fragilidade do sistema**. O indicador corresponde a um número entre zero e cinco que qualifica o fator do sistema em função das informações obtidas. O potencial de fragilidade explicita, com base nos dados levantados, maior ou menor vulnerabilidade que o sistema possui para apresentar problemas.

Indicadores com valores baixos, entre zero e dois, são classificados na faixa do aceitável. Indicadores elevados, entre três e cinco, são considerados inadequados. O **Quadro 6.1** seguinte apresenta os indicadores e a classificação correspondente a cada um deles.

Quadro 6.1 - Indicadores do potencial de fragilidade: valores e classificação

INDICADORES	VALOR	CLASSIFICAÇÃO
Desejáveis	0	Desprezível
	1	Muito Baixo
	2	Baixo
Indesejados	3	Requer Atenção
	4	Elevado
	5	Muito Elevado

Os agrupamentos de fatores também são avaliados. Para tanto são utilizados índices do potencial de fragilidade obtidos a partir de média ponderada dos indicadores que compõem cada agrupamento. Os pesos utilizados variam entre os valores um, três, cinco, sete e nove, sendo aplicados em função da importância relativa do fator dentro do grupo.

Os quadros apresentados na análise desta RDS e nos anexos referentes a cada localidade permitem observar os valores atribuídos aos diversos fatores e seus respectivos agrupamentos e os pesos adotados. Observa-se que estes pesos permanecem os mesmos em todas as regiões e localidades estudadas.

6.2 O MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS NA RDS 20

A análise para o diagnóstico do sistema de manejo de águas pluviais da RDS é desenvolvida a partir do potencial de fragilidade ou vulnerabilidade. Como referido no subitem 6.1, os segmentos analisados são os seguintes:

- Aspectos institucionais: que tratam da estruturação operacional e administrativa das entidades envolvidas com a prestação dos serviços, as questões normativas e ambientais associadas ao tema do manejo das águas pluviais, caracterizado pelo *Índice do potencial de fragilidade institucional*;
- Produção do escoamento superficial: que trata do maior ou menor potencial de transformação da chuva em escoamento, no particular, dentro de cada ambiente urbano, e onde se observa a possibilidade maior ou menor de se promover medidas compensatórias à urbanização proporcionando o retardamento do fluxo, a infiltração de parcela das precipitações e o uso para

fins de abastecimento, que não exijam tratamento, das águas pluviais, caracterizado a partir do Índice do *Potencial de fragilidade da bacia*;

- Infraestrutura de drenagem urbana: que trata das questões associadas aos sistemas de macrodrenagem, microdrenagem e a adequabilidade do sistema existente, caracterizado a partir do Índice do *potencial de fragilidade da infraestrutura de drenagem urbana*;
- Inundações ribeirinhas: trata das características relativas a este delicado problema que pode ocorrer em cidades que margeiam cursos de água. Quando a localidade já vem apresentando este tipo de problema, suas características são aqui reportadas. Caso a cidade margeie curso de água e não tem apresentado este tipo de problema, são feitas avaliações em função das características da bacia de contribuição associada ao curso de água em questão, permitindo associar o risco de eventualmente a cidade passar a apresentá-los. Corresponde a um Índice de *potencial de fragilidade para inundações ribeirinhas*, e
- Áreas críticas e Impacto: que trata dos fatos observados nas áreas críticas e que espelham os principais problemas identificados nas localidades estudadas e correspondente Índice do *potencial de fragilidade para áreas críticas e impactos*.

A princípio, a análise da RDS é feita por segmento (ou componente), comparando o que foi observado nas diversas localidades e, ao final, uma síntese global do sistema em estudo no conjunto da RDS. Para a análise são observados os valores dos indicadores e índices além do número deles classificado como elevado ou muito elevado, conforme são apresentados nos quadros respectivos.

6.2.1 Aspectos institucionais

A avaliação efetuada sobre os aspectos institucionais e normativos foi baseada num conjunto superficial de informações levantadas sobre as instituições e regulamentos referentes aos serviços de drenagem.

Instituições envolvidas, áreas de atuação de cada uma delas, envolvimento com outros segmentos do saneamento urbano, número de pessoas envolvidas diretamente com os serviços de drenagem, aspectos relativos à defesa civil, gestão ambiental, licenciamento para construção de loteamentos, instrumentos legais e normativos existentes foram alguns dos fatores pesquisados.

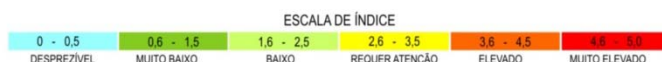
Difícilmente os serviços públicos relativos ao manejo das águas pluviais e, particularmente, à drenagem, conseguirão atingir um nível de satisfação adequado se for frágil na sua estrutura funcional e não dispuser de instrumentos normativos adequados.

O **Quadro 6.2** sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade classificados como elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.2 – Índice de aspectos institucionais – RDS 20

MUNICÍPIO	ESTRUTURA MUNICIPAL		NORMAS E LICENCIAMENTOS		DEFESA CIVIL		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
ANAGÉ	0	3,0	2	2,7	0	3,0	2,9	Requer atenção
ARACATU	0	2,0	3	4,5	0	3,0	2,9	Requer atenção
BARRA DO CHOÇA	0	2,5	2	3,2	1	5,0	3,0	Requer atenção
BELO CAMPO	0	3,0	4	4,6	0	3,0	3,5	Requer atenção
BOM JESUS DA SERRA	0	3,0	2	3,2	0	3,0	3,1	Requer atenção
CAETANOS	0	2,7	5	5,0	0	3,0	3,5	Requer atenção
CÂNDIDO SALES	0	3,0	1	2,3	0	3,0	2,8	Requer atenção
CARAÍBAS	0	2,7	5	4,8	0	3,0	3,4	Requer atenção
CONDEÚBA	1	3,3	2	4,6	1	5,0	3,9	Elevado
CORDEIROS	0	2,5	4	3,6	0	3,0	2,9	Requer atenção
ENCRUZILHADA	0	3,0	1	2,2	1	4,0	2,8	Requer atenção
GUAJERU	0	2,5	4	4,8	0	3,0	3,3	Requer atenção
JACARACI	0	2,7	3	3,6	0	3,0	3,0	Requer atenção
LICÍNIO DE ALMEIDA	1	2,3	3	3,8	0	3,0	2,9	Requer atenção
MAETINGA	0	2,7	5	4,8	0	3,0	3,4	Requer atenção
MIRANTE	0	3,0	4	4,6	0	3,0	3,5	Requer atenção
MORTUGABA	0	3,0	4	4,6	0	3,0	3,5	Requer atenção
PIRIPÁ	0	2,0	1	1,9	1	4,0	2,2	Baixo
PLANALTO	0	2,7	4	4,5	0	3,0	3,3	Requer atenção
POÇÕES	0	3,0	2	2,7	0	3,0	2,9	Requer atenção
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	0	3,0	4	4,3	1	5,0	3,7	Elevado
RIBEIRÃO DO LARGO	0	2,0	2	3,0	1	5,0	2,7	Requer atenção
TREMEDAL	0	2,0	4	4,2	0	3,0	2,8	Requer atenção
VITÓRIA DA CONQUISTA	0	1,7	0	1,4	1	4,0	1,9	Baixo
Somatório	2	63,3	71	88,9	7	83,0	73,8	
Média		2,6		3,7		3,5	3,1	
Desvio Padrão		0,4		1,1		0,8	0,5	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



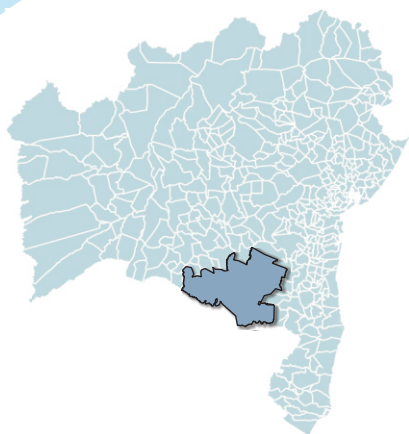
Segundo o índice médio regional, o panorama institucional regional requer atenção. Das 24 cidades da RDS, apenas Condeúba e Presidente Jânio Quadros ficaram com índice de fragilidade classificado como elevado, enquanto Piripá e Vitória da Conquista tiveram baixa fragilidade. Todas as demais foram classificadas da mesma maneira que a média regional, ou seja, como requer atenção. De uma maneira geral, as cidades apresentam três dos 10 fatores avaliados com classificação de fragilidade elevada ou muito elevada. Caetanos, Caraíbas, Maetinga e Presidente Jânio Quadros apresentam cinco fatores com esta avaliação inadequada sendo que dois destes fatores são considerados de peso elevado.

Dentro deste segmento do sistema, o aspecto avaliado com piores índices foi o relativo às normas e licenciamentos. A média regional é classificada como de potencial de fragilidade elevado, mostrando que não há um efetivo controle das interferências urbanas que podem refletir em aspectos complicadores para o sistema de manejo das águas pluviais e em particular nas questões dos serviços de drenagem. Em diversas cidades não existe licenciamento ambiental e, em geral, não há muitas exigências em relação a

projetos para construção de novos loteamentos. Além disso, na maioria das sedes municipais não é obrigatória a implantação de dispositivos de drenagem quando se pavimentam vias. O destaque positivo neste aspecto fica por conta de Vitória da Conquista, com potencial de vulnerabilidade muito baixo para esse item. Esta localidade é uma das poucas no estado que possuem Plano de Saneamento Ambiental.

Com relação à defesa civil, o quadro geral regional apresentou índice do potencial de fragilidade classificado como requer atenção. A comissão de defesa civil existe em quase todas as cidades, mas são apenas moderadamente atuantes em questões de inundação.

O aspecto relativo à estrutura municipal, que trata das questões envolvidas com a forma como a prefeitura local atua na prestação dos serviços de drenagem, apresenta uma situação regional cuja fragilidade é classificada como requer atenção. De uma forma geral, as localidades possuem estrutura semelhante, onde a entidade envolvida com a questão das águas pluviais desenvolve simultaneamente a tarefa de operação e de planejamento, além de atuar em outras áreas do saneamento, como esgoto e resíduos sólidos.

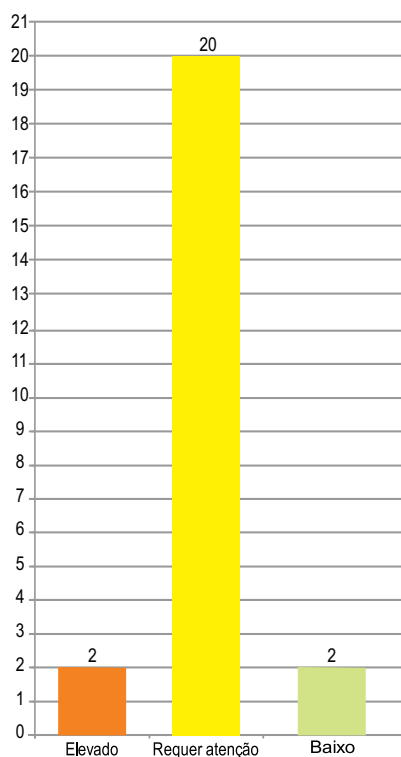
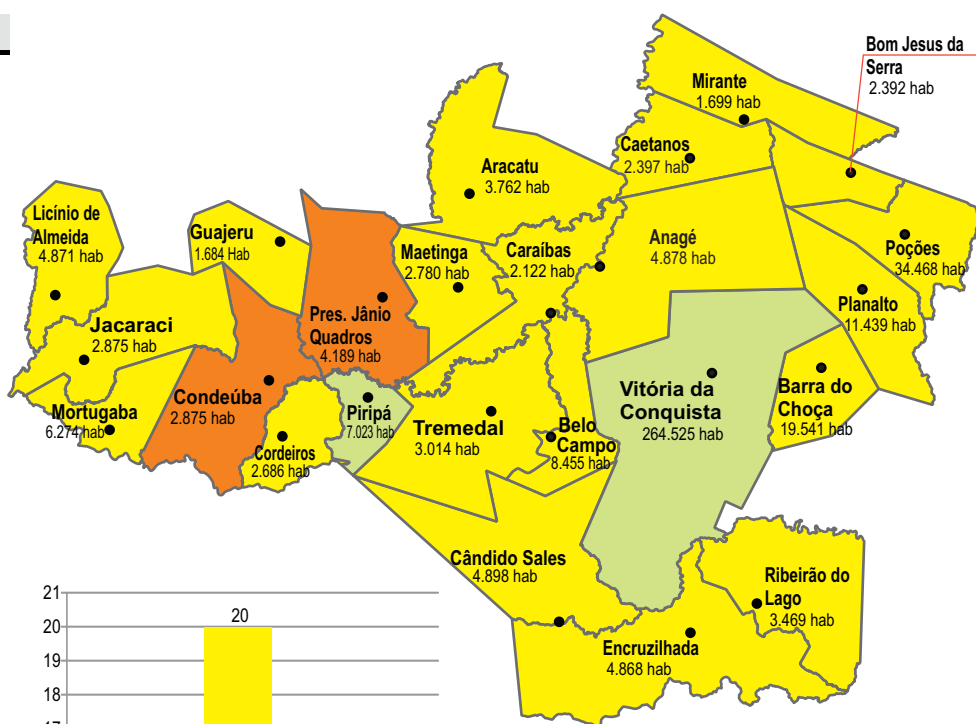


Município	Índice
Anagé	2,9
Aracatú	2,9
Barra do Choça	3,0
Belo Campo	3,5
Bom Jesus da Serra	3,1
Caetano	3,5
Cândido Sales	2,8
Caraibas	3,4
Condeúba	3,9
Cordeiros	2,9
Encruzilhada	2,8
Guajeru	3,3
Jacaraci	3,0
Licínio de Almeida	2,9
Maetinga	3,4
Mirante	3,5
Mortugaba	3,5
Piripá	2,2
Planalto	3,3
Poções	2,9
Presidente Jânio Quadros	3,7
Ribeirão do Largo	2,7
Tremedal	2,8
Vitória da Conquista	1,9

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)


RDS 20
VITÓRIA DA CONQUISTA

 MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
 POTENCIAL DE FRAGILIDADE
 ÍNDICE DE ASPECTOS INSTITUCIONAIS

6.2.2 A produção do escoamento superficial

O potencial de fragilidade de bacia avalia a produção do escoamento superficial e trata do maior ou menor potencial de transformação da chuva em escoamento, através de fatores como intensidade de chuvas e características topográficas e de ocupação urbana.

Além disso, o índice de bacia engloba o potencial de fragilidade relativo à sustentabilidade, ou seja, indica a maior dificuldade em encontrar e implantar técnicas e práticas que possam proporcionar uma relação com as águas de chuva que, de certa forma, compense os impactos que a urbanização imprime aos processos hidrológicos. Procedimentos que promovam a infiltração e o retardamento do fluxo são as estratégias mais comuns neste sentido. Desta forma, solos mais ou menos capazes de infiltrar as águas de chuva, espaço nas fontes geradoras de escoamento (nos lotes) onde possam ser implantados reservatórios de amortecimento, espaços públicos com áreas disponíveis para obras do mesmo tipo, mas de porte muito mais elevado, e até mesmo a existência de alguma experiência local no uso de práticas sustentáveis estão entre os fatores considerados.

Uma síntese dos índices por localidade e correspondentes indicadores selecionados para caracterizar este aspecto do sistema é apresentado no **Quadro 6.3** a seguir, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.3 – Índice de bacia – RDS 20

MUNICÍPIO	INTENSIDADE DAS CHUVAS LOCAIS		OCUPAÇÃO URBANA		MANEJO SUSTENTÁVEL		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
ANAGÉ	1	5,0	0	2,7	2	1,5	3,2	Requer atenção
ARACATU	1	5,0	1	2,7	5	4,8	3,5	Requer atenção
BARRADO CHOÇA	1	5,0	0	2,7	5	3,9	3,4	Requer atenção
BELO CAMPO	1	4,0	1	2,5	2	1,2	2,8	Requer atenção
BOM JESUS DA SERRA	1	5,0	0	2,6	2	3,0	3,3	Requer atenção
CAETANOS	1	5,0	0	2,6	1	2,9	3,3	Requer atenção
CÂNDIDO SALES	1	4,0	1	3,1	5	3,7	3,4	Requer atenção
CARAÍBAS	1	5,0	1	3,0	3	3,6	3,6	Elevado
CONDEÚBA	1	4,0	0	2,3	4	3,7	2,9	Requer atenção
CORDEIROS	1	4,0	0	2,5	3	2,7	2,9	Requer atenção
ENCRUZILHADA	1	4,0	1	3,1	4	2,5	3,3	Requer atenção
GUAJERU	1	4,0	1	3,1	2	1,7	3,2	Requer atenção
JACARACI	1	4,0	2	3,2	6	4,4	3,5	Requer atenção
LICÍNIO DE ALMEIDA	1	4,0	1	3,2	4	3,7	3,5	Requer atenção
MAETINGA	1	5,0	1	3,4	3	2,9	3,8	Elevado
MIRANTE	1	5,0	1	2,8	1	3,1	3,4	Requer atenção
MORTUGABA	0	3,0	2	3,3	7	4,6	3,3	Requer atenção
PIRIPÁ	1	4,0	0	2,8	4	4,3	3,3	Requer atenção
PLANALTO	1	5,0	0	2,6	4	3,5	3,3	Requer atenção
POÇÕES	1	5,0	0	2,6	6	4,1	3,4	Requer atenção
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	1	4,0	0	2,7	2	1,7	3,0	Requer atenção
RIBEIRÃO DO LARGO	1	4,0	1	3,4	3	2,6	3,5	Requer atenção
TREMEDAL	1	4,0	2	3,3	3	3,2	3,5	Requer atenção
VITÓRIA DA CONQUISTA	1	5,0	0	2,7	4	3,7	3,4	Requer atenção
Somatório	23	106,0	16	68,9	85	77,0	79,7	
Média		4,4		2,9		3,2	3,3	
Desvio Padrão		0,6		0,3		1,0	0,2	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



A análise dos elementos que compõem o **Quadro 6.3** permite as seguintes considerações:

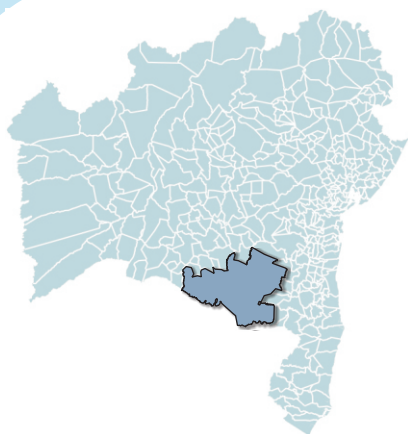
Entre as cidades da RDS 20, apenas Caraíbas e Maetinga foram avaliadas com índice de produção de escoamento nas bacias elevado. Todas as demais foram classificadas como requer atenção. A média regional neste segmento do sistema aponta uma região cujas características das cidades também requeiram atenção neste aspecto. Em média, as cidades apresentam cinco fatores classificados com vulnerabilidade elevada ou muito elevada. Jacaraci e Mortugaba são as localidades que mais apresentam destes fatores, nove cada uma.

A ocupação urbana foi o item melhor avaliado nesse segmento, mas com índice médio dentro da faixa de fragilidade requer atenção. Belo Campo, Condeúba e Cordeiros foram as únicas cidades a apresentarem potencial de fragilidade classificado como baixo no bloco referente à ocupação urbana em face das

condições menos favoráveis de formar escoamento, contribuindo com maior facilidade para evitar cheias. Em geral, as cidades são ocupadas com densidade média e nelas se observam algumas áreas verdes.

As chuvas locais apresentam intensidade bastante variada entre as cidades da região. Considerando precipitações com duração de 15 minutos e tempo de recorrência de 10 anos, a variação entre as cidade da RDS é de 115,8 mm/h em Mortugaba a 138,0 mm/h em Poções, enquanto a média do estado para o mesmo tipo de chuva é de 119 mm/h.

O bloco relativo ao manejo sustentável foi avaliado como que requerendo atenção. Não há, na maioria das cidades, experiência local no manejo das águas pluviais. Algumas localidades apresentam certa restrição para controle na fonte, principalmente em áreas públicas para a implantação de manejo sustentável, como Aracatu e Mortugaba que apresentam solos pouco permeáveis em toda a área urbana. Isto não impede o uso destas técnicas, todavia há certa limitação para um uso mais amplo em algumas cidades.

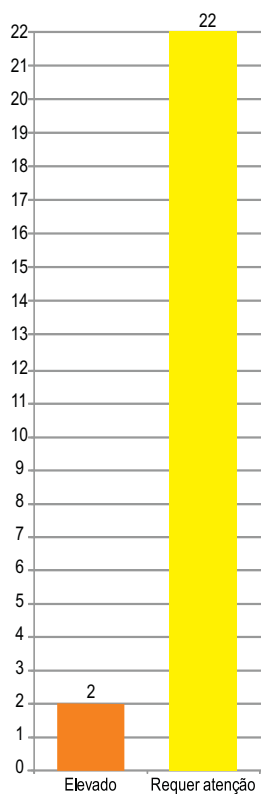
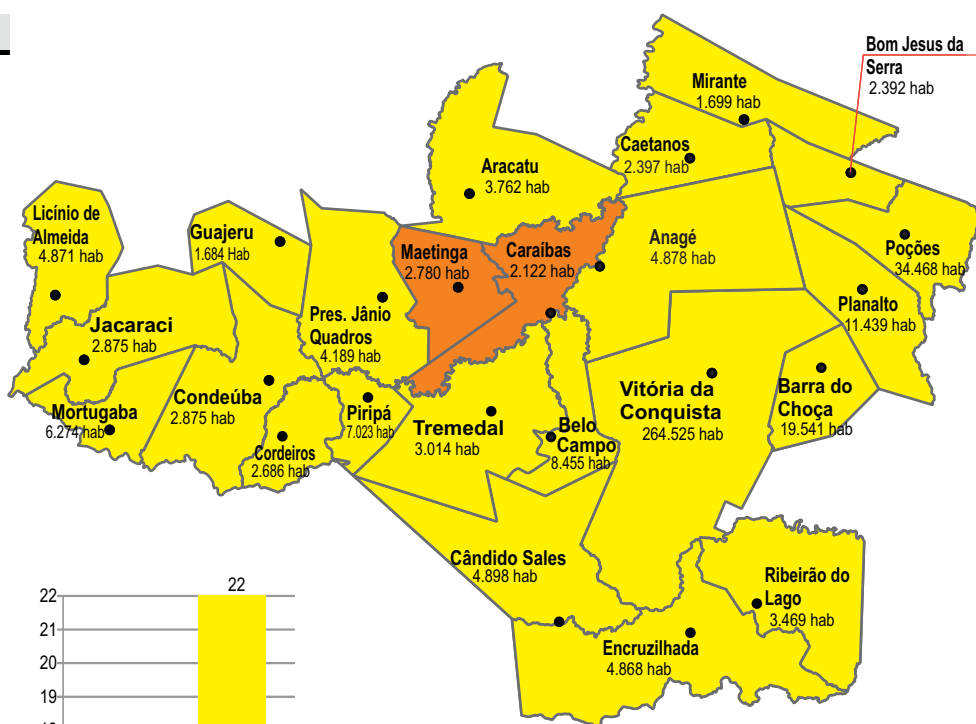


Município	Índice
Anagé	3,2
Aracatú	3,5
Barra do Choça	3,4
Belo Campo	2,8
Bom Jesus da Serra	3,3
Caetano	3,3
Cândido Sales	3,4
Caraibas	3,6
Condeúba	2,9
Cordeiros	2,9
Encruzilhada	3,3
Guajeru	3,2
Jacaraci	3,5
Licínio de Almeida	3,5
Maetinga	3,8
Mirante	3,4
Mortugaba	3,3
Piripá	3,3
Planalto	3,3
Poções	3,4
Presidente Jânio Quadros	3,0
Ribeirão do Largo	3,5
Tremedal	3,5
Vitória da Conquista	3,4

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)


RDS 20
VITÓRIA DA CONQUISTA
MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE BACIA

6.2.3 Macrodrenagem

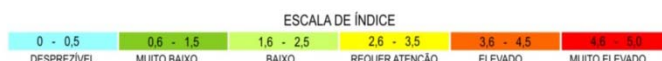
O potencial de fragilidade da macrodrenagem considera fatores como o tipo de estruturas hidráulicas existentes, a ocorrência ou não de obstruções e contrações, presença de assoreamento e lixo, convivência com esgotos brutos, estado de conservação e outros conforme apontado na metodologia de trabalho.

O **Quadro 6.4** sintetiza o conjunto de informações para as localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.4 – Índice de macrodrenagem – RDS 20

MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS DOS DISPOSITIVOS		CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO		CORPO RECEPTOR		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice			
ANAGÉ	3	4,2	4	5,0	2	4,5	4,5	Elevado	
ARACATU	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macrodrenagem
BARRADO CHOÇA	1	1,7	3	4,5	2	4,5	2,9	Requer atenção	
BELO CAMPO	0	0,8	2	3,0	0	1,5	1,6	Baixo	
BOM JESUS DA SERRA	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macrodrenagem
CAETANOS	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macrodrenagem
CÂNDIDO SALES	2	2,7	4	5,0	2	4,5	3,7	Elevado	
CARAÍBAS	0	0,8	1	2,0	1	2,5	1,4	Muito baixo	
CONDEÚBA	1	1,9	2	2,8	1	5,0	2,5	Baixo	
CORDEIROS	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macrodrenagem
ENCRUZILHADA	0	1,4	3	4,5	1	3,5	2,7	Requer atenção	
GUAJERU	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macrodrenagem
JACARACI	0	0,4	1	1,0	2	4,5	1,1	Muito baixo	
LICÍNIO DE ALMEIDA	3	3,5	3	4,5	2	5,0	4,0	Elevado	
MAETINGA	0	0,8	2	1,5	1	4,0	1,4	Muito baixo	
MIRANTE	1	1,9	0	0,8	0	1,5	1,5	Muito baixo	
MORTUGABA	2	2,7	3	3,3	2	4,5	3,1	Requer atenção	
PIRIPÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macrodrenagem
PLANALTO	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macrodrenagem
POÇÕES	1	2,9	3	4,5	1	4,0	3,6	Elevado	
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	-	-	-	-	-	-	-	-	Não há estruturas de macrodrenagem
RIBEIRÃO DO LARGO	1	1,7	1	1,5	2	4,5	1,9	Baixo	
TREMEDAL	0	0,8	3	4,5	1	4,0	2,4	Baixo	
VITÓRIA DA CONQUISTA	0	0,8	3	4,2	2	4,5	2,3	Baixo	
Somatório	15	29,0	38	52,6	22	62,5	40,6		
Média		1,8		3,3		3,9	2,5		
Desvio Padrão		1,1		1,5		1,1	1,0		

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.

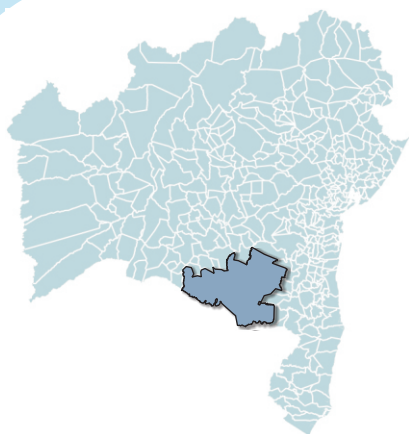


As condições médias regionais relativas a este tema foram classificadas com vulnerabilidade baixa, mas no limite superior da faixa. Enquanto oito das 24 cidades da região não apresentam dispositivos de macrodrenagem, Anagé, Cândido Sales, Licínio de Almeida e Poções apresentam vulnerabilidade elevada nesse aspecto. Já Barra do Choça, Encruzilhada e Mortugaba tiveram fragilidade classificada como requer atenção, Belo Campo, Condeúba, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista como baixa e Caraíbas, Jacaraci, Maetinga e Mirante como muito baixa. As cidades apresentam número variado de fatores classificados com fragilidade elevada. Enquanto Mirante apresenta apenas um fator assim classificado, Anagé apresenta nove, sendo quatro deles considerado de elevado peso.

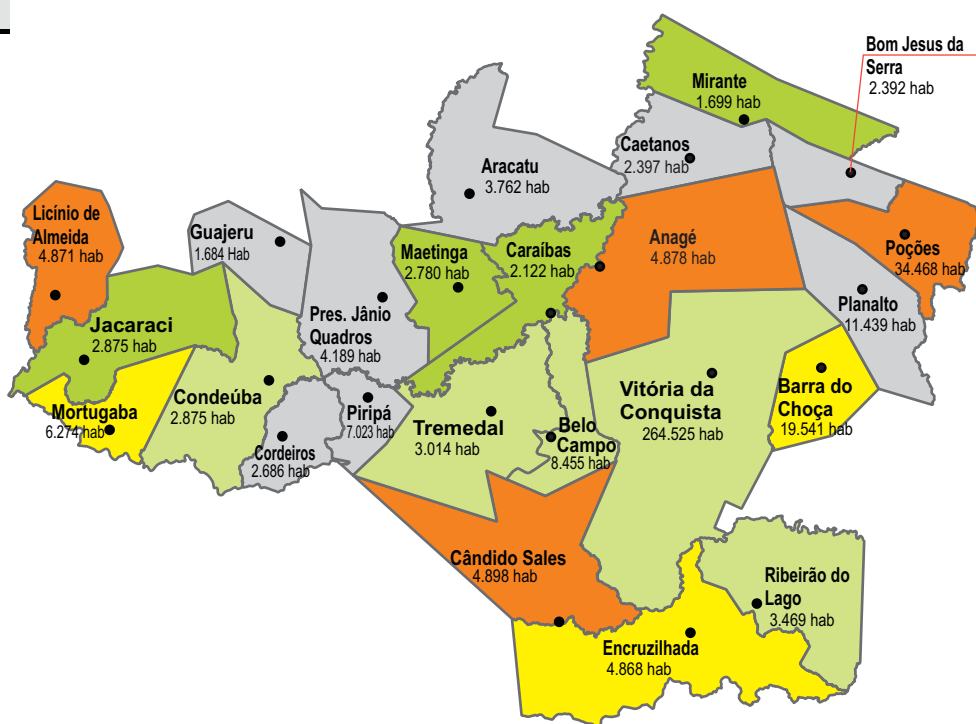
Dentro dos blocos analisados nesse tema, o relativo ao corpo receptor é o que apresenta a pior avaliação com índice médio classificado com potencial de fragilidade elevado, principalmente devido ao fato dos corpos receptores serem, em sua maioria, lagoas ou rios perenes. Esse tipo de elemento é mais suscetível à contaminação, principalmente quando há também transporte de esgoto pelas estruturas de macrodrenagem, o que ocorre em 13 das cidades analisadas.

No bloco relativo às condições de funcionamento dos dispositivos, as cidades dessa RDS apresentam situações bastante diferentes. Em Anagé e Cândido Sales, o potencial de fragilidade desse bloco é classificado como muito elevado, devido principalmente à existência de lixo e assoreamento nas estruturas. Já em Jacaraci e Mirante, a presença de lixo é pequena e não se observa assoreamento.

No que se refere às características dos equipamentos existentes, a avaliação da vulnerabilidade média regional foi classificada como baixa. Licínio de Almeida, Mirante, Mortugaba, Poções e Anagé apresentam características diferentes das demais cidades, pois nelas se observaram estrangulamentos em algumas estruturas de macrodrenagem. Além disso, também há obstruções nas estruturas desta última cidade.



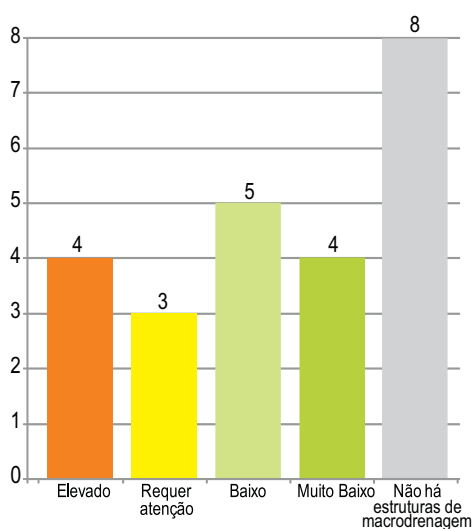
Município	Índice
Anagé	4,5
Aracatú	-
Barra do Choça	2,9
Belo Campo	1,6
Bom Jesus da Serra	-
Caetano	-
Cândido Sales	3,7
Caraibas	1,4
Condeúba	2,5
Cordeiros	-
Encruzilhada	2,7
Guajeru	-
Jacaraci	1,1
Licínio de Almeida	4,0
Maetinga	1,4
Mirante	1,5
Mortugaba	3,1
Piripá	-
Planalto	-
Poções	3,6
Presidente Jânio Quadros	-
Ribeirão do Largo	1,9
Tremedal	2,4
Vitória da Conquista	2,3



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- NÃO HÁ ESTRUTURAS DE MACRODRENAGEM

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)


RDS 20
VITÓRIA DA CONQUISTA
MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE MACRODRENAGEM

6.2.4 Microdrenagem

A análise referente à microdrenagem não se concentra sobre a capacidade hidráulica dos dispositivos, uma vez que, para tanto, seriam indispensáveis dados cadastrais dos dispositivos, quando existentes. Nenhuma prefeitura do estado, inclusive a de Salvador, possui esta informação.

Identificação do potencial de fragilidade se concentra na avaliação de fatores diretamente relacionados com a ordenação do escoamento nas vias públicas. Entre eles a existência de dispositivos de coleta e transporte das águas que escoam pelas vias. Havendo galerias, se estão disponibilizados poços de inspeção que possam dar melhor eficiência ao sistema. Presença de esgotos e lixo nas estruturas, possibilidade de ordenação de fluxo e controle do escoamento nas vias são também consideradas. Mas estas aferições somente são possíveis nos locais onde existam tais tipos de estrutura.

Em muitas das localidades estudadas no estado, não existem dispositivos de microdrenagem implantados nas vias. Isto resulta no escoamento das águas pluviais apenas pela superfície, nas sarjetas, quando elas existem, ou de forma desordenada, quando as vias não são pavimentadas ou quando, possuindo pavimentos revestidos, não se encontram guias de meio-fio.

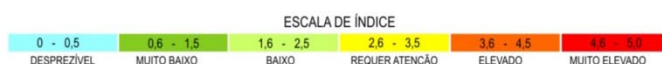
Nestas circunstâncias, problemas de alagamento estão diretamente ligados à possibilidade de continuidade do fluxo, o que implica em não existência de pontos baixos do *greide* das vias em lugar inadequado.

O **Quadro 6.5** seguinte sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.5 – Índice de microdrenagem – RDS 20

MUNICÍPIO	DISPOSITIVOS DE MICRODRENAGEM		CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO		COBERTURA DA ÁREA URBANA		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice			
ANAGÉ	1	5,0	0	3,0	2	4,2	4,1	Elevado	Escoamento apenas pelas sarjetas
ARACATU	0	0,5	0	0,1	1	2,9	1,7	Baixo	
BARRADO CHOÇA	0	0,5	1	1,0	0	2,6	1,7	Baixo	
BELO CAMPO	1	5,0	0	0,0	2	3,9	3,3	Requer atenção	Escoamento apenas pelas sarjetas
BOM JESUS DA SERRA	1	5,0	0	0,7	1	3,2	3,0	Requer atenção	Escoamento apenas pelas sarjetas
CAETANOS	1	3,5	0	1,0	2	3,9	3,1	Requer atenção	
CÂNDIDO SALES	1	5,0	0	0,2	1	4,2	3,5	Requer atenção	Escoamento apenas pelas sarjetas
CARAÍBAS	1	5,0	0	0,0	1	3,1	2,8	Requer atenção	Escoamento apenas pelas sarjetas
CONDEÚBA	0	1,0	0	0,1	1	3,5	2,1	Baixo	
CORDEIROS	0	1,0	1	2,4	1	3,5	2,7	Requer atenção	
ENCRUZILHADA	1	5,0	0	1,0	1	3,6	3,3	Requer atenção	Escoamento apenas pelas sarjetas
GUAJERU	1	5,0	0	0,0	2	3,9	3,3	Requer atenção	Escoamento apenas pelas sarjetas
JACARACI	1	5,0	0	0,0	1	2,9	2,7	Requer atenção	Escoamento apenas pelas sarjetas
LICÍNIO DE ALMEIDA	0	1,5	1	1,2	2	3,9	2,7	Requer atenção	
MAETINGA	1	5,0	0	0,0	2	3,9	3,3	Requer atenção	Escoamento apenas pelas sarjetas
MIRANTE	1	2,5	0	0,3	1	3,5	2,5	Baixo	
MORTUGABA	0	2,0	1	1,0	2	3,9	2,8	Requer atenção	
PIRIPÁ	1	2,5	1	1,0	2	3,9	2,9	Requer atenção	
PLANALTO	1	3,0	2	3,1	1	3,5	3,3	Requer atenção	
POÇÕES	1	5,0	0	0,0	1	3,5	3,0	Requer atenção	Escoamento apenas pelas sarjetas
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	0	2,0	1	1,2	2	3,9	2,8	Requer atenção	
RIBEIRÃO DO LARGO	0	1,0	1	1,2	1	2,7	2,0	Baixo	
TREMEDAL	0	1,5	1	0,9	1	3,5	2,4	Baixo	
VITÓRIA DA CONQUISTA	0	1,5	1	1,9	2	4,2	3,0	Requer atenção	
Somatório	14	74,0	11	21,3	33	85,8	68,0		
Média		3,1		0,9		3,6	2,8		
Desvio Padrão		1,8		0,9		0,5	0,6		

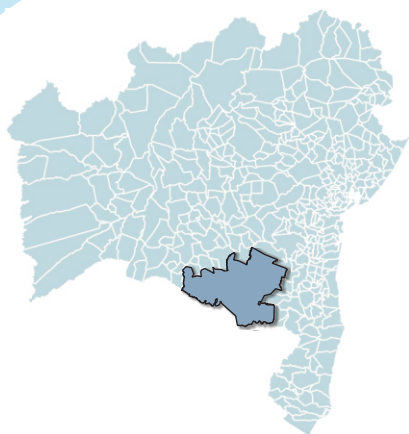
Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



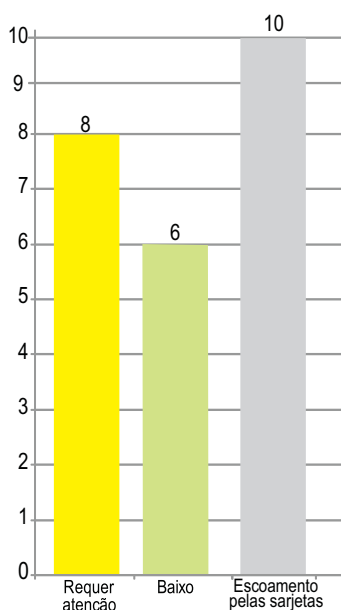
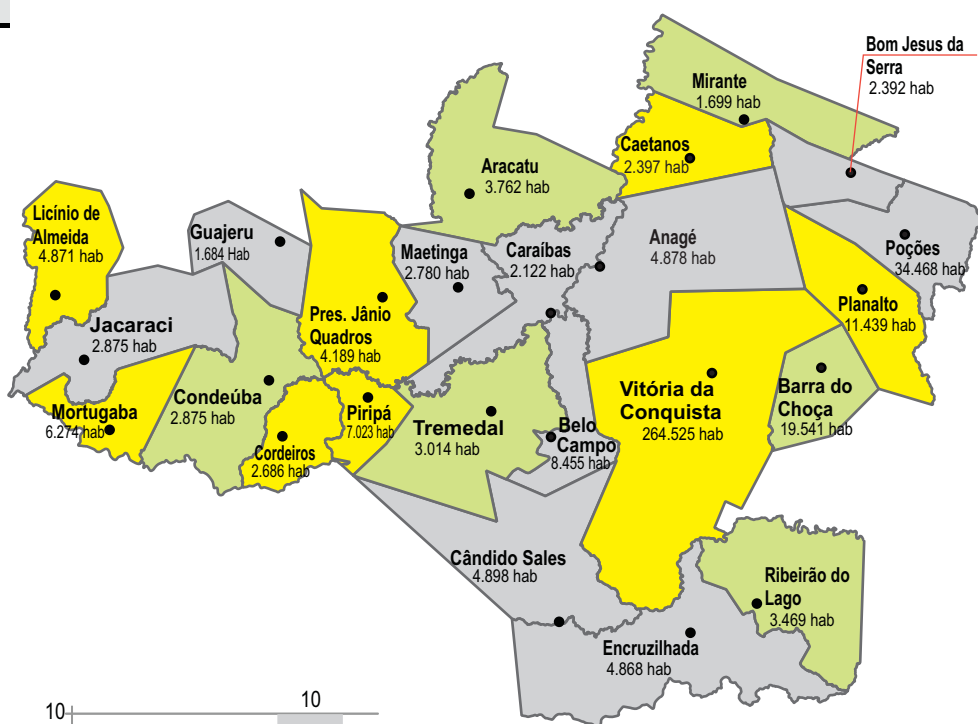
O índice médio da RDS para o tema microdrenagem foi avaliado com potencial de fragilidade classificado como requer atenção. Vale lembrar que este item trata dos dispositivos existentes e da cobertura dos serviços prestados. Das cidades estudadas, 10 não apresentam dispositivos de microdrenagem. Cinco localidades foram avaliadas com baixa vulnerabilidade. São elas Aracatu, Barra do Choça, Condeúba, Mirante, Ribeirão do Largo e Tremedal. Já Caetanos, Cordeiros, Licínio de Almeida, Mortugaba, Presidente Jânio Quadros, Vitória da Conquista, Piripá e Planalto requerem atenção. Estas duas últimas chamam atenção por apresentar quatro dos nove fatores levantados com classificação de fragilidade elevada ou muito elevada, embora apenas dois deles com pesos elevados atribuídos na análise.

O maior problema apresentado na região relativo a este tema está na cobertura da rede urbana, geralmente muito baixa, conduzindo a um índice médio regional elevado. Neste aspecto, o fator mais frágil é a baixa percentagem de vias pavimentadas com dispositivos de microdrenagem na grande maioria das cidades. A falta de microdrenagem nas vias pavimentadas pode dificultar a ordenação do fluxo no espaço urbano exigindo que o fluxo da água possa se dar pelas sarjetas sem quebra da continuidade do fluxo e com comportamento hidráulico que não cause grandes volumes de água nas pistas. A vulnerabilidade média regional deste fator é muito elevada.

No que se refere às condições de funcionamento dos dispositivos existentes, o maior problema regional é a convivência com esgotos na microdrenagem, fator avaliado como de fragilidade elevada em 10 cidades com dispositivos. Quanto ao lixo nas sarjetas, nas caixas coletoras e nas galerias existentes, ele é pouco observado.



Município	Índice
Anagé	-
Aracatú	1,7
Barra do Choça	1,7
Belo Campo	-
Bom Jesus da Serra	-
Caetano	3,1
Cândido Sales	-
Caraibas	-
Condeúba	2,1
Cordeiros	2,7
Encruzilhada	-
Guajeru	-
Jacaraci	-
Licínio de Almeida	2,7
Maetinga	-
Mirante	2,5
Mortugaba	2,8
Piripá	2,9
Planalto	3,3
Poções	-
Presidente Jânio Quadros	2,8
Ribeirão do Largo	2,0
Tremedal	2,4
Vitória da Conquista	3,0



CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- ESCOAMENTO PELAS SARJETAS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 20

VITÓRIA DA CONQUISTA
MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

POTENCIAL DE FRAGILIDADE

ÍNDICE DE MICRODRENAGEM

6.2.5 Adequabilidade do sistema existente

O potencial de fragilidade da adequabilidade do sistema existente avalia a eficiência do sistema de drenagem e considera aspectos como número de áreas críticas na localidade de acordo com seu porte, fragilidade das áreas críticas, complexidade das áreas alagadas, percentagem de vias pavimentadas e cobertura de dispositivos de microdrenagem.

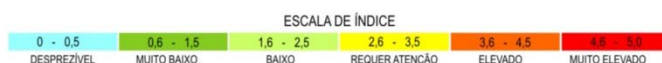
Vale salientar que sistemas de drenagem sem dispositivos de microdrenagem e sem áreas críticas sugerem que, de alguma forma, o processo de urbanização e as vias que com ele foram sendo implantadas não estão interferindo na continuidade do fluxo até locais estratégicos onde pode ser dado destino final adequado.

O **Quadro 6.6** seguinte sintetiza os elementos observados nas localidades.

Quadro 6.6 – Índice de adequabilidade do sistema existente – RDS 20

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE ÁREAS CRÍTICAS	ÁREA MAIS CRÍTICA	MÉDIA DAS ÁREAS CRÍTICAS	COMPLEXIDADE DAS ÁREAS ALAGÁVEIS	% DE VIAS PAVIMENTADAS	% DE VIAS COM DISPOSITIVOS DE MICRODRENAGEM	ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
ANAGÉ	2	2,0	2,0	3	5	5	3,2	Requer atenção
ARACATU	0	-	0,0	-	1	5	1,5	Muito baixo
BARRADO CHOÇA	3	2,9	2,9	-	3	3	3,0	Requer atenção
BELO CAMPO	3	1,4	1,4	-	4	5	3,1	Requer atenção
BOM JESUS DA SERRA	0	-	0,0	-	2	5	1,7	Baixo
CAETANOS	0	-	0,0	-	4	5	2,1	Baixo
CÂNDIDO SALES	2	1,2	1,2	-	3	5	2,6	Requer atenção
CARAÍBAS	0	-	0,0	-	1	5	1,5	Muito baixo
CONDEÚBA	0	-	0,0	-	3	5	1,9	Baixo
CORDEIROS	2	2,1	2,1	3	3	5	2,9	Requer atenção
ENCRUZILHADA	2	2,7	2,7	-	2	5	3,0	Requer atenção
GUAJERU	0	-	0,0	-	4	5	2,1	Baixo
JACARACI	3	3,9	3,8	5	1	5	3,6	Elevado
LICÍNIO DE ALMEIDA	0	-	0,0	-	4	5	2,1	Baixo
MAETINGA	0	-	0,0	-	4	5	2,1	Baixo
MIRANTE	0	-	0,0	-	3	5	1,9	Baixo
MORTUGABA	4	3,8	3,7	5	4	5	4,2	Elevado
PIRIPÁ	2	2,1	2,1	5	4	5	3,3	Requer atenção
PLANALTO	5	3,5	2,8	5	3	5	4,1	Elevado
POÇÕES	3	2,8	2,7	5	3	5	3,5	Requer atenção
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	0	-	0,0	-	4	5	2,1	Baixo
RIBEIRÃO DO LARGO	3	2,2	2,0	3	2	4	2,8	Requer atenção
TREMEDAL	2	2,3	2,3	5	3	5	3,2	Requer atenção
VITÓRIA DA CONQUISTA	3	3,6	2,5	3	5	5	3,7	Elevado
Somatório	39,0	36,5	34,2	42,0	75,0	117,0	65,2	
Média	1,6	2,6	1,4	4,2	3,1	4,9	2,7	
Desvio Padrão	1,6	0,9	1,4	1,0	1,2	0,4	0,8	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.

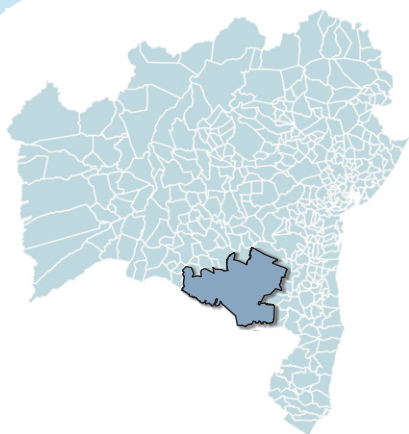


Este item reflete aspectos importantes do sistema urbano de drenagem sem, no entanto se reportar aos seus dispositivos, observando o maior ou menor risco do sistema espelhado por um bloco fatores selecionados. Para esta RDS, o índice médio regional expressa uma vulnerabilidade classificada como requerendo atenção. Duas entre as 24 cidades que integram a RDS foram classificadas como de muito

baixa fragilidade, Aracatu e Caraíbas. Já Jacaraci, Mortugaba, Planalto e Vitória da Conquista apresentaram índice médio em classificação com elevado potencial de fragilidade.

O fator com mais fraca avaliação foi referente à baixa percentagem das vias pavimentadas sem dispositivos de microdrenagem. Todas as localidades, excetuando Barra do Choça e Ribeirão do Largo, foram classificadas com a pior avaliação, correspondendo ao potencial de fragilidade muito elevado. A maioria das localidades, 14 no total, apresenta áreas críticas.

Outro fator que merece destaque é o relativo à complexidade das áreas alagáveis. Neste quesito, seis localidades foram avaliadas com potencial de fragilidade muito elevado o que corresponde a áreas centrais de ocupação formal.

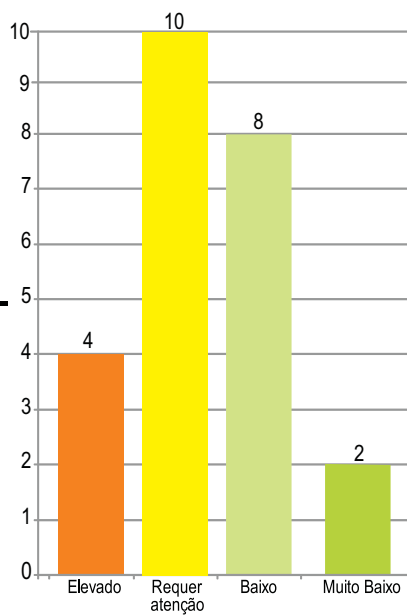
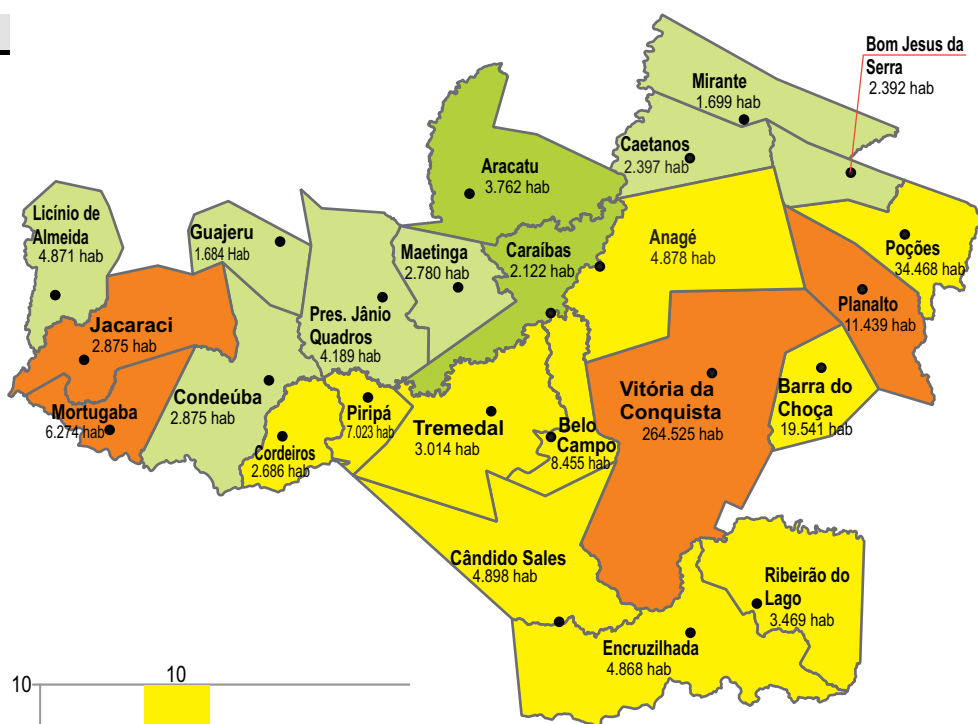


Município	Índice
Anagé	3,2
Aracatú	1,5
Barra do Choça	3,0
Belo Campo	3,1
Bom Jesus da Serra	1,7
Caetano	2,1
Cândido Sales	2,6
Caraibas	1,5
Condeúba	1,9
Cordeiros	3,0
Encruzilhada	3,0
Guajeru	2,1
Jacaraci	3,6
Licínio de Almeida	2,1
Maetinga	2,1
Mirante	1,9
Mortugaba	4,2
Piripá	3,3
Planalto	4,1
Poções	3,5
Presidente Jânio Quadros	2,1
Ribeirão do Largo	2,8
Tremedal	3,2
Vitória da Conquista	3,7

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)


RDS 20
VITÓRIA DA CONQUISTA
MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE ADEQUABILIDADE DO SISTEMA EXISTENTE

6.2.6 Infraestrutura de drenagem urbana

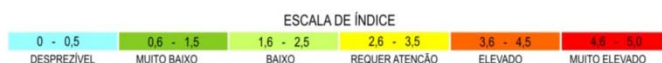
O índice da infraestrutura de drenagem urbana resume as características de macrodrenagem, microdrenagem e da adequabilidade do sistema existente.

O **Quadro 6.7** seguinte sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.7 – Índice infraestrutura de drenagem urbana – RDS 20

MUNICÍPIO	MACRODRENAGEM		MICRODRENAGEM		ADEQUABILIDADE DO SISTEMA EXISTENTE		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
ANAGÉ	9	4,5	3	4,1	2	3,2	3,7	Elevado
ARACATU	0	-	1	1,7	1	1,5	1,6	Baixo
BARRA DO CHOÇA	6	2,9	1	1,7	0	3,0	2,7	Requer atenção
BELO CAMPO	2	1,6	3	3,3	2	3,1	2,8	Requer atenção
BOM JESUS DA SERRA	0	-	2	3,0	1	1,7	2,1	Baixo
CAETANOS	0	-	3	3,1	2	2,1	2,4	Baixo
CÂNDIDO SALES	8	3,7	2	3,5	1	2,6	3,1	Requer atenção
CARÁIBAS	2	1,4	2	2,8	1	1,5	1,8	Baixo
CONDEÚBA	4	2,5	1	2,1	1	1,9	2,1	Baixo
CORDEIROS	0	-	2	2,7	1	2,9	2,8	Requer atenção
ENCRUZILHADA	4	2,7	2	3,3	1	3,0	3,0	Requer atenção
GUAJERU	0	-	3	3,3	2	2,1	2,5	Baixo
JACARACI	3	1,1	2	2,7	2	3,6	2,8	Requer atenção
LICÍNIO DE ALMEIDA	8	4,0	3	2,7	2	2,1	2,7	Requer atenção
MAETINGA	3	1,4	3	3,3	2	2,1	2,2	Baixo
MIRANTE	1	1,5	2	2,5	1	1,9	1,9	Baixo
MORTUGABA	7	3,1	3	2,8	4	4,2	3,6	Elevado
PIRIPÁ	0	-	4	2,9	3	3,3	3,2	Requer atenção
PLANALTO	0	-	4	3,3	3	4,1	3,9	Elevado
POÇÕES	5	3,6	2	3,0	2	3,5	3,4	Requer atenção
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	0	-	3	2,8	2	2,1	2,3	Baixo
RIBEIRÃO DO LARGO	4	1,9	2	2,0	1	2,8	2,4	Baixo
TREMEDAL	4	2,4	2	2,4	2	3,2	2,8	Requer atenção
VITÓRIA DA CONQUISTA	5	2,3	3	3,0	2	3,7	3,2	Requer atenção
Somatório	75	40,6	58	68,0	41	65,2	65,0	
Média		2,5		2,8		2,7	2,7	
Desvio Padrão		1,0		0,6		0,8	0,6	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.

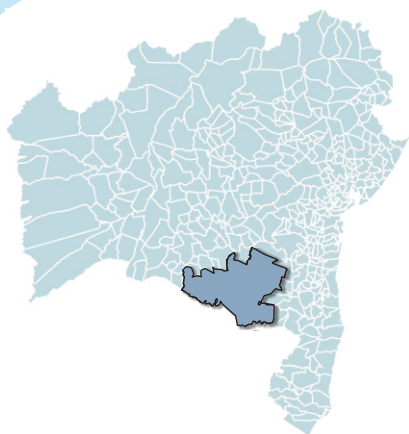


Considerando as avaliações dos blocos de *macrodrenagem*, *microdrenagem* e *adequabilidade do sistema existente*, a região apresenta como índice médio o valor 2,7 que a classifica com vulnerabilidade que requer atenção. Apenas Anagé, Mortugaba e Planalto foram classificadas com potencial de fragilidade elevado. Em média, as localidades apresentam sete fatores, entre os 25 considerados, classificados com

elevada ou muito elevada fragilidade. As localidades com pior desempenho nesta quantidade de fatores de elevada a muito elevada vulnerabilidade são Anagé, Licínio de Almeida e Mortugaba.

O tema relativo à *microdrenagem* é o que apresentou a pior avaliação, devido principalmente a baixa cobertura da rede de microdrenagem. A média regional é classificada como requer atenção.

Embora em Bom Jesus da Serra, Caraíbas, Guajeru e Maetinga não haja dispositivos tradicionais de microdrenagem, elas apresentam baixo potencial de fragilidade quanto à adequabilidade do sistema e à infraestrutura em geral, pois não apresentam áreas críticas. Isso significa que as águas da chuva escoam de maneira satisfatória pelas sarjetas, sem gerar grandes transtornos à população.

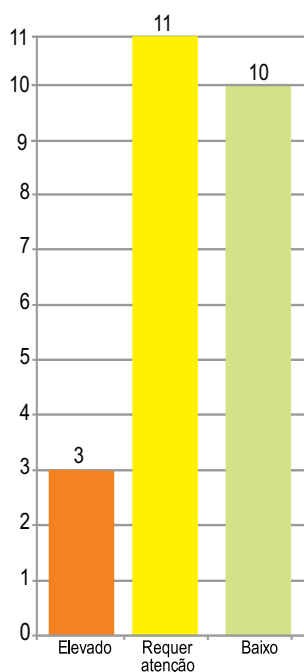
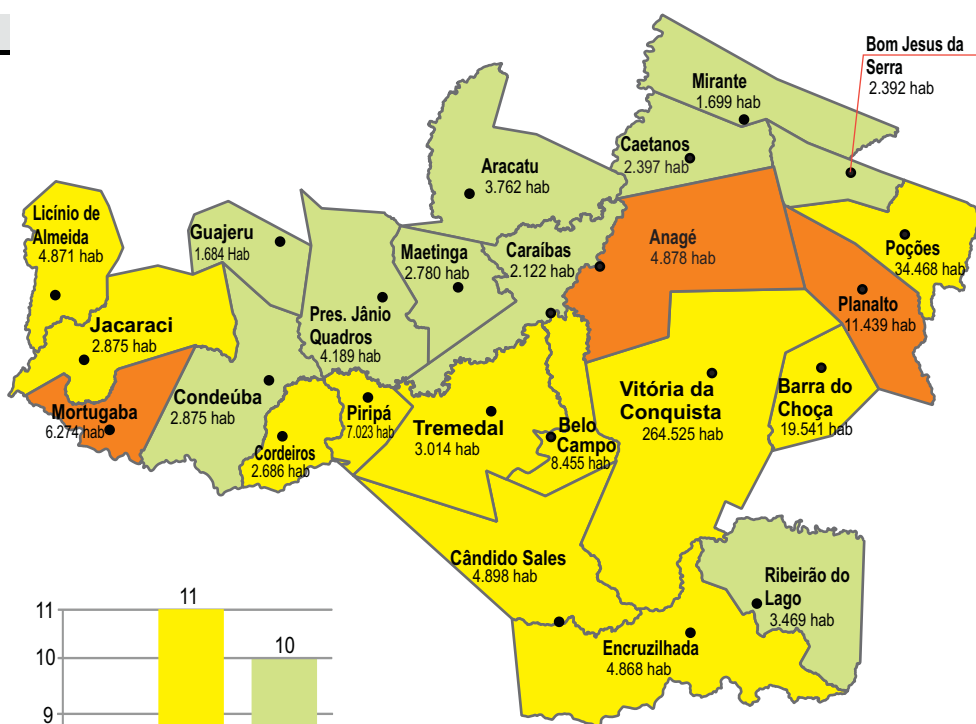


Município	Índice
Anagé	3,7
Aracatú	1,6
Barra do Choça	2,7
Belo Campo	2,8
Bom Jesus da Serra	2,1
Caetano	2,4
Cândido Sales	3,1
Caraibas	1,8
Condeúba	2,1
Cordeiros	2,9
Encruzilhada	3,0
Guajeru	2,5
Jacaraci	2,8
Licínio de Almeida	2,2
Maetinga	1,9
Mirante	3,6
Mortugaba	3,2
Piripá	2,9
Planalto	3,9
Poções	3,4
Presidente Jânio Quadros	2,3
Ribeirão do Largo	2,4
Tremedal	2,8
Vitória da Conquista	3,2

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)


RDS 20
VITÓRIA DA CONQUISTA
MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE INFRAESTRUTURA DE DRENAGEM URBANA

6.2.7 Inundações ribeirinhas

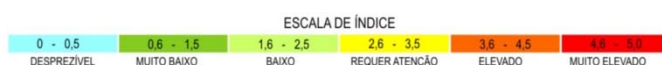
As inundações ribeirinhas somente podem ser encontradas nas localidades situadas em margem de rio, uma vez que trata de ocupação de terrenos marginais pelas águas de um curso de água em época de cheias, ocupando terrenos que, nos períodos de estiagem, não se encontram submersos. Na maioria das vezes a ocupação inadequada destes terrenos é a causa destas inundações. Outro fato atrelado a estas inundações é que elas podem ocorrer mesmo em oportunidades em que não esteja acontecendo chuvas na localidade, mas sim em áreas mais à montante da bacia de contribuição do rio.

São também considerados mais dois elementos que são avaliados independentemente da localidade ter apresentado ou não problemas de inundações ribeirinhas, mas possui terrenos localizados em margem de curso de água. Os elementos avaliados dizem respeito à bacia de contribuição considerando sua extensão territorial e a declividade do talvegue principal.

Quadro 6.8 – Inundações ribeirinhas – RDS 20

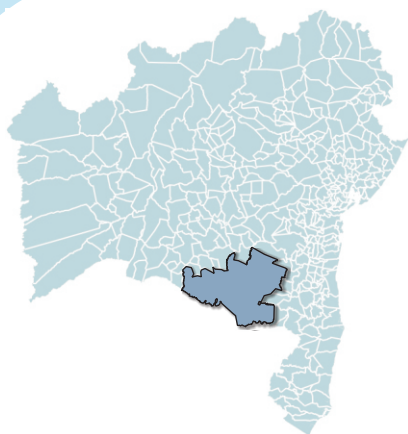
MUNICÍPIO	EXISTÊNCIA DE INUNDAÇÕES RECENTES	FREQÜÊNCIA COM QUE OCORREM	POSSÍVEIS CAUSAS	OCUPAÇÃO DOS TERRENOS INUNDÁVEIS	ÁREA DA BACIA DE CONTRIBUIÇÃO	DECLIVIDADE MÉDIA DO TALVEGUE	ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
ANAGÉ	0	-	-	-	5	2	2,7	Requer atenção
ARACATU	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
BARRADO CHOÇA	0	-	-	-	4	2	2,2	Baixo
BELO CAMPO	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
BOM JESUS DA SERRA	0	-	-	-	2	4	1,6	Baixo
CAETANOS	0	-	-	-	4	2	2,2	Baixo
CÂNDIDO SALES	0	-	-	-	5	2	2,7	Requer atenção
CARAÍBAS	0	-	-	-	5	2	2,7	Requer atenção
CONDEÚBA	0	-	-	-	5	2	2,7	Requer atenção
CORDEIROS	0	-	-	-	2	4	1,6	Baixo
ENCRUZILHADA	0	-	-	-	3	2	1,7	Baixo
GUAJERU	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
JACARACI	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
LICÍNIO DE ALMEIDA	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
MAETINGA	0	-	-	-	3	2	1,7	Baixo
MIRANTE	0	-	-	-	5	2	2,7	Requer atenção
MORTUGABA	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
PIRIPÁ	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
PLANALTO	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
POÇÕES	3	2	4	3	3	2	2,8	Requer atenção
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
RIBEIRÃO DO LARGO	3	4	3	3	3	2	3,1	Requer atenção
TREMEDAL	0	-	-	-	4	2	2,2	Baixo
VIÓRIA DA CONQUISTA	0	-	-	-	0	-	0,0	Não há
Somatório	6,0	6,0		6,0	53,0	32,0	32,6	
Média	0,3	3,0		3,0	2,2	2,3	1,4	
Desvio Padrão	0,8				2,1	0,7	1,2	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Apenas duas localidades apresentaram problemas recentes de inundações ribeirinhas, Poções e Ribeirão do Largo. Não foram observadas inundações ribeirinhas nos últimos anos em Anagé, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba e Mirante, mas estas cidades apresentam bacias de contribuição de porte razoável

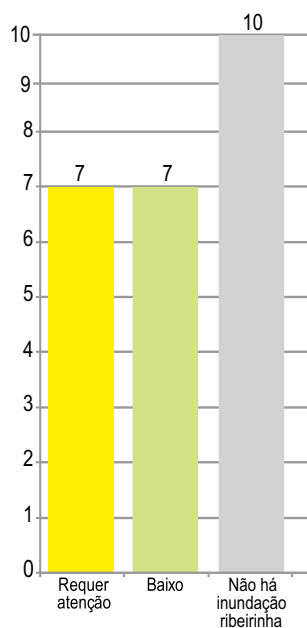
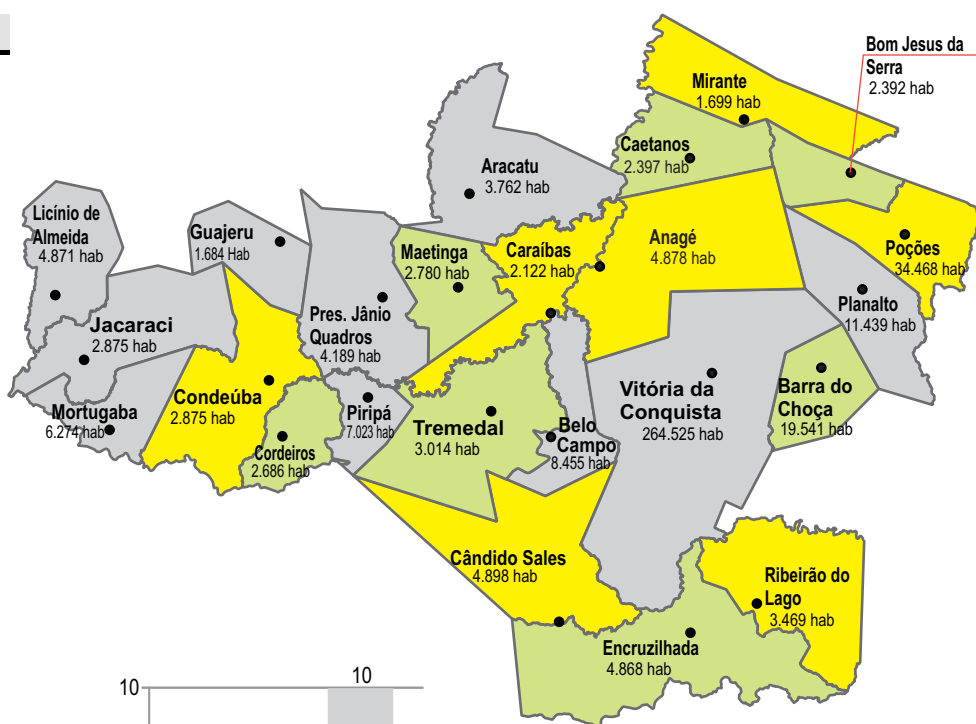
que podem resultar em ondas de cheias consideráveis. Nestas localidades, futuras ocupações inadequadas dos terrenos marginais aos cursos de água podem levar estas localidades a apresentarem tal situação. Para classificar o potencial de fragilidade destas áreas quanto a futuras ocorrências e porte dos eventos, são consideradas as áreas das bacias de contribuição e declividade média do curso d'água da referida bacia. No que se refere ao item área da bacia, oito cidades são cortadas ou margeadas por rio cuja bacia de contribuição é grande. Não há simultaneidade de indicadores elevados ou muito elevado para o item *bacia* e *declividade* simultaneamente em nenhuma localidade. Quanto à declividade as avaliadas com maior vulnerabilidade são Bom Jesus da Serra e Cordeiros.



Município	Índice
Anagé	2,7
Aracatú	-
Barra do Choça	2,2
Belo Campo	-
Bom Jesus da Serra	1,6
Caetano	2,2
Cândido Sales	2,7
Caraibas	2,7
Condeúba	2,7
Cordeiros	1,6
Encruzilhada	1,7
Guajeru	-
Jacaraci	-
Licínio de Almeida	-
Maetinga	1,7
Mirante	2,7
Mortugaba	-
Piripá	-
Planalto	-
Poções	2,8
Presidente Jânio Quadros	-
Ribeirão do Largo	3,1
Tremedal	2,2
Vitória da Conquista	-

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- NÃO HÁ INUNDAÇÃO RIBEIRINHA



26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 20
VITÓRIA DA CONQUISTA
MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE INUNDAÇÕES RIBEIRINHAS

6.2.8 Áreas críticas e impactos

O potencial de fragilidade relativo aos impactos da drenagem na área de estudo está diretamente associado com o comportamento das áreas críticas onde se refletem as deficiências do sistema como um todo e as consequências destas deficiências no meio urbano.

Para se estabelecer o potencial de fragilidade dos impactos são levados em conta fatores como ocupação dos terrenos afetados, frequência dos alagamentos, população afetada, implicações no trânsito e na movimentação de pessoas na cidade, casas alagadas, prejuízo material, risco de vida e outros.

O **Quadro 6.9** sintetiza os elementos observados nas localidades, além de listar a quantidade de indicadores de fragilidade considerados elevados ou muito elevados, para os subgrupos deste índice.

Quadro 6.9 – Índice de impactos – RDS 20

MUNICÍPIO	NATUREZA DOS PROBLEMAS		POSSIBILIDADE DE AMORTECIMENTO		RECORRÊNCIA DOS PROBLEMAS		INTERFERÊNCIA NA LOCALIDADE		RISCO DE VIDA HUMANA		ÍNDICE TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice	Número de fatores elevados	Índice		
ANAGÉ	5	3,8	0	3,0	2	3,1	0	2,2	0	0,0	2,0	Baixo
ARACATU	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
BARRADO CHOÇA	3	3,6	2	5,0	0	1,0	1	4,0	0	0,0	2,9	Requer atenção
BELO CAMPO	3	3,3	0	0,0	0	1,0	1	2,3	0	0,0	1,4	Muito baixo
BOM JESUS DASERRA	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
CAETANOS	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
CÂNDIDO SALES	3	3,3	2	5,0	0	1,0	0	0,9	0	0,0	1,2	Muito baixo
CARAÍBAS	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
CONDEÚBA	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
CORDEIROS	4	3,9	1	5,0	2	3,1	1	2,3	0	0,0	2,1	Baixo
ENCRUZILHADA	3	3,3	0	0,0	0	1,0	1	4,0	0	0,0	2,7	Requer atenção
GUAJERU	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
JACARACI	3	4,2	2	5,0	3	4,6	5	3,7	0	3,0	3,8	Elevado
LICÍNIO DE ALMEIDA	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
MAETINGA	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
MIRANTE	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
MORTUGABA	4	4,1	2	5,0	2	3,9	4	3,9	0	3,0	3,7	Elevado
PIRIPÁ	4	4,3	2	5,0	1	2,8	1	2,3	0	0,0	2,1	Baixo
PLANALTO	3	3,9	1	3,7	2	3,1	4	3,8	0	1,1	2,8	Requer atenção
POÇÕES	4	4,2	2	4,3	3	4,7	3	3,0	0	0,0	2,7	Requer atenção
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0,0	Não há
RIBEIRÃO DO LARGO	5	4,0	0	2,0	2	3,1	0	1,9	0	0,0	2,0	Baixo
TREMEDAL	5	4,3	2	5,0	2	3,1	1	2,5	0	0,0	2,3	Baixo
VITÓRIA DA CONQUISTA	3	3,8	2	5,0	1	3,0	2	3,2	0	0,5	2,5	Baixo
Somatório	52	54,0	18	53,0	20	38,5	24	40,0	0	7,6	34,2	
Média		3,9		3,8		2,8		2,9		0,5	1,4	
Desvio Padrão		0,4		1,9		1,3		0,9		1,1	1,4	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



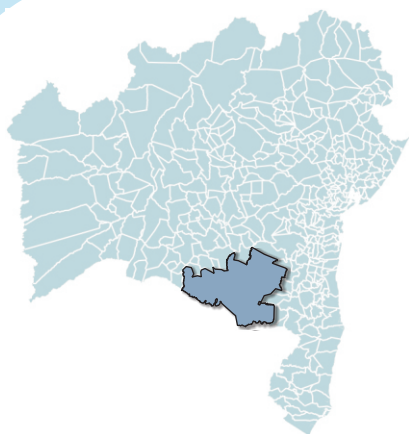
Das 24 sedes municipais da RDS, 10 não apresentam áreas críticas. Para as demais, os índices analisados correspondem aos valores médios dos indicadores para o conjunto de áreas críticas identificadas. Destas, duas foram classificadas com potencial de fragilidade muito baixo (Belo Campo e Cândido Sales), seis com potencial baixo (Anagé, Cordeiros, Piripá, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista), quatro apresentam índice médio classificado como requerendo atenção (Barra do Choça, Encruzilhada, Planalto e Poções) e duas índice elevado (Jacaraci e Mortugaba). Destacam-se ainda as cidades de Jacaraci, Mortugaba e Poções como aquelas que apresentaram maior número de fatores

qualificados com potencial de fragilidade elevado ou muito elevado. Para um total de 19 fatores, a primeira apresentou com esta avaliação 13 deles e as demais 12.

A natureza do problema referente à média dos impactos é significativa em 11 das cidades que apresentam áreas críticas, pois elas são classificadas com elevada vulnerabilidade. Uma observação importante é que o potencial de amortecimento como medida alternativa de controle sustentável se apresenta com potencial elevado de uso em Belo Campo e Encruzilhada.

Nas questões da interferência na localidade as situações avaliadas como mais problemáticas são as de Barra do Choça, Encruzilhada, Jacaraci, Mortugaba e Planalto, que apresentam índice classificado como elevado.

Quanto ao risco de perda de vida humana nas áreas críticas ele não é comum na RDS 20, mas existe um risco baixo quatro localidades: Jacaraci, Mortugaba, Planalto e Vitória da Conquista.

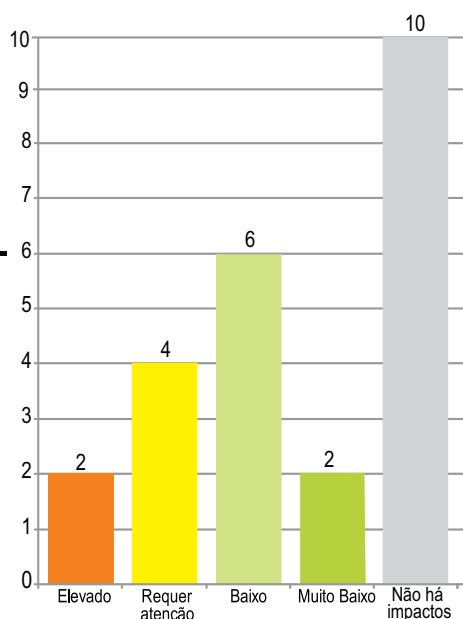
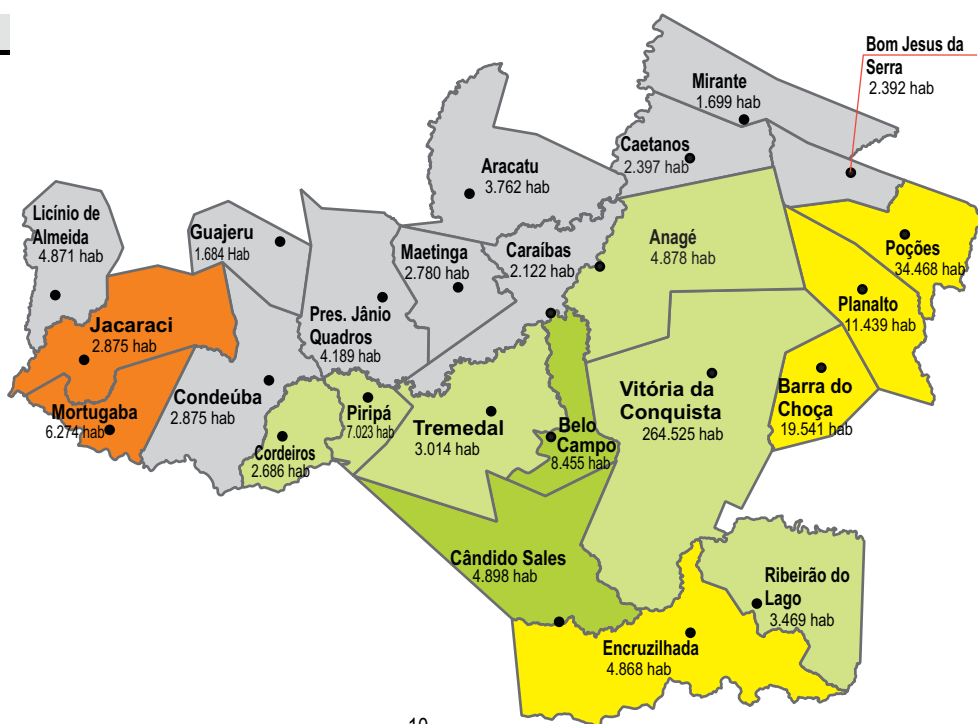


Município	Índice
Anagé	2,0
Aracatú	-
Barra do Choça	2,9
Belo Campo	1,4
Bom Jesus da Serra	-
Caetano	-
Cândido Sales	1,2
Caraibas	-
Condeúba	-
Cordeiros	2,2
Encruzilhada	2,7
Guajeru	-
Jacaraci	3,8
Licínio de Almeida	-
Maetinga	-
Mirante	-
Mortugaba	3,7
Piripá	2,1
Planalto	2,8
Poções	2,7
Presidente Jânio Quadros	-
Ribeirão do Largo	2,0
Tremedal	2,3
Vitória da Conquista	2,5

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL
- NÃO HÁ IMPACTOS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 20
VITÓRIA DA CONQUISTAMANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE DE IMPACTOS

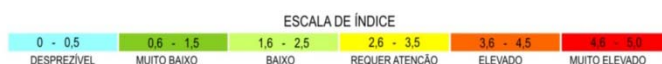
6.2.9 O sistema de manejo das águas pluviais como um todo

O **Quadro 6.10** sintetiza o conjunto de índices do potencial de fragilidade para o conjunto de municípios da RDS em estudo.

Quadro 6.10 – Índice do potencial de fragilidade por componentes do sistema de manejo de águas pluviais por município – RDS 20

MUNICÍPIO	COMPONENTE					ÍNDICE GLOBAL	CLASSIFICAÇÃO
	Aspectos Institucionais	Bacias	Infraestrutura de drenagem urbana	Inundações ribeirinhas	Impactos nas áreas críticas		
ANAGÉ	2,9	3,2	3,7	2,7	2,0	2,8	Requer atenção
ARACATU	2,9	3,5	1,6	0,0	0,0	1,0	Muito baixo
BARRADO CHOÇA	3,0	3,4	2,7	2,2	2,9	2,7	Requer atenção
BELO CAMPO	3,5	2,8	2,8	0,0	1,4	1,6	Baixo
BOM JESUS DA SERRA	3,1	3,3	2,1	1,6	0,0	1,6	Baixo
CAETANOS	3,5	3,3	2,4	2,2	0,0	1,9	Baixo
CÂNDIDO SALES	2,8	3,4	3,1	2,7	1,2	2,5	Baixo
CARÁIBAS	3,4	3,6	1,8	2,7	0,0	2,0	Baixo
CONDEÚBA	3,9	2,9	2,1	2,7	0,0	2,0	Baixo
CORDEIROS	2,9	2,9	2,8	1,6	2,1	2,2	Baixo
ENCRUZILHADA	2,8	3,3	3,0	1,7	2,7	2,5	Baixo
GUAJERU	3,3	3,2	2,5	0,0	0,0	1,2	Muito baixo
JACARACI	3,0	3,5	2,8	0,0	3,8	2,2	Baixo
LICÍNIO DE ALMEIDA	2,9	3,5	2,7	0,0	0,0	1,2	Muito baixo
MAETINGA	3,4	3,8	2,2	1,7	0,0	1,8	Baixo
MIRANTE	3,5	3,4	1,9	2,7	0,0	2,0	Baixo
MORTUGABA	3,5	3,3	3,6	0,0	3,7	2,4	Baixo
PIRIPÁ	2,2	3,3	3,2	0,0	2,1	1,7	Baixo
PLANALTO	3,3	3,3	3,9	0,0	2,8	2,2	Baixo
POÇÕES	2,9	3,4	3,4	2,8	2,7	3,0	Requer atenção
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	3,7	3,0	2,3	0,0	0,0	1,2	Muito baixo
RIBEIRÃO DO LARGO	2,7	3,5	2,4	3,1	2,0	2,7	Requer atenção
TREMEDAL	2,8	3,5	2,8	2,2	2,3	2,5	Baixo
VTORIADA CONQUISTA	1,9	3,4	3,2	0,0	2,5	1,8	Baixo
Média da RDS	3,1	3,3	2,7	1,4	1,4	2,0	
Desvio padrão	0,5	0,2	0,6	1,2	1,4	0,6	

Nota: Os valores em vermelho são superiores à soma da média do fator acrescida do respectivo desvio padrão, significando um potencial de fragilidade bem maior que o comportamento mais comum da região.



Considerando os índices médios para as localidades desta RDS, o índice global regional é classificado com potencial de fragilidade baixo. A maioria das cidades, 16, está nesta mesma classe, enquanto em quatro (Anagé, Barra do Choça, Poções e Ribeirão do Largo) a vulnerabilidade é classificada como requer atenção e em outras quatro como muito baixa (Aracatu, Guajeru, Licínio de Almeida e Presidente Jânio Quadros).

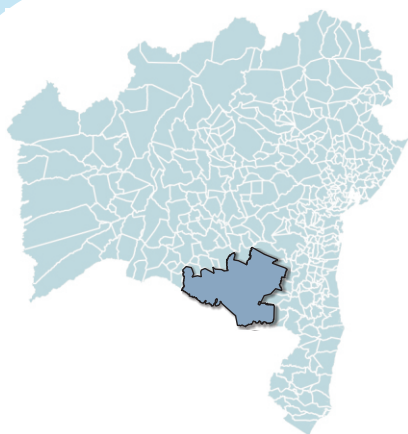
Cabe ressaltar que a análise pelo índice global é bastante relativa em face da tendência de amortecimento dos indicadores, quando feita a média entre seus componentes. Fica mais fácil de perceber o conjunto a partir dos segmentos em que o sistema de manejo das águas pluviais foi dividido para fins de avaliação e que constam do quadro acima.

Os aspectos *institucionais*, a *produção do escoamento nas bacias* e a *infraestrutura de drenagem urbana* são avaliados como requerendo atenção, em termos de valor médio. As cidades com pior classificação na questão aspectos institucionais são Condeúba e Presidente Jânio Quadros. Já quanto à geração de escoamento superficial, Caraíbas e Maetinga apresentam as situações mais críticas.

A *infraestrutura de drenagem* apresenta potencial de fragilidade elevado em Anagé, Mortugaba e Planalto, apontando algum nível de preocupação e medidas a serem tomadas para que se evitem futuros problemas mais significativos.

Quanto a questões relativas a *inundações ribeirinhas*, Poções e Ribeirão do Largo possuem comportamento que se configura em um cenário mais preocupante, pois apresentam, hoje em dia, este tipo de problema.

No que se refere às áreas críticas e os impactos nela ocorridos, Jacaraci e Mortugaba são os destaques de maior fragilidade.

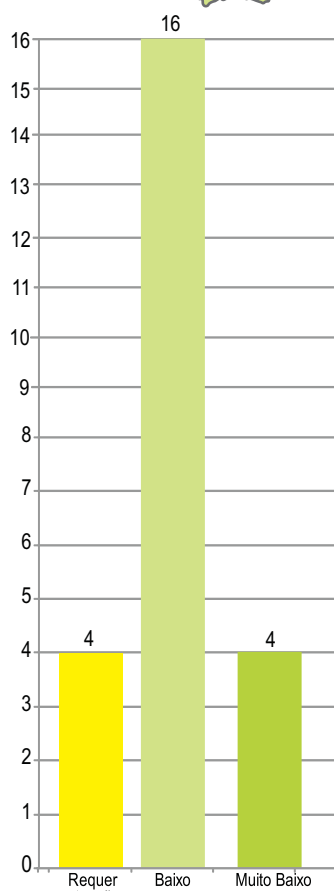
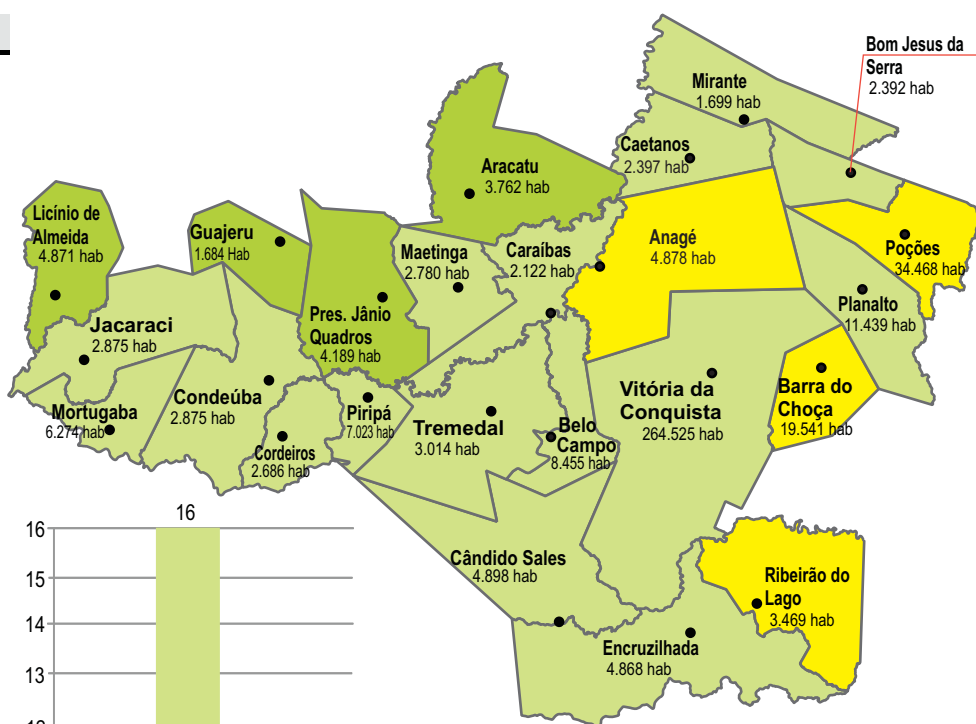


Município	Índice
Anagé	2,8
Aracatú	1,0
Barra do Choça	2,7
Belo Campo	1,6
Bom Jesus da Serra	1,6
Caetano	1,9
Cândido Sales	2,5
Caraibas	2,0
Condeúba	2,0
Cordeiros	2,3
Encruzilhada	2,5
Guajeru	1,2
Jacaraci	2,2
Licínio de Almeida	1,2
Maetinga	1,8
Mirante	2,0
Mortugaba	2,4
Piripá	1,7
Planalto	2,2
Poções	3,0
Presidente Jânio Quadros	1,2
Ribeirão do Largo	2,7
Tremedal	2,5
Vitória da Conquista	1,8

CLASSIFICAÇÃO DOS ÍNDICES

- MUITO ELEVADO
- ELEVADO
- REQUER ATENÇÃO
- BAIXO
- MUITO BAIXO
- DESPREZÍVEL

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)


RDS 20
VITÓRIA DA CONQUISTA
MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS
POTENCIAL DE FRAGILIDADE
ÍNDICE GLOBAL

7. O ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DA RDS

7.1 PANORAMA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA RDS

7.1.1 Aspectos institucionais relativos aos serviços de esgotos

▪ Entidade gestora dos sistemas

No Estado da Bahia, historicamente, os serviços urbanos de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais são prestados por instituições distintas, integrantes ou associadas ao poder público.

Na capital e nas cidades do interior, de forma geral, o manejo das águas pluviais constitui encargo direto da administração municipal que, via de regra, planeja, implanta e presta manutenção às galerias e aos demais dispositivos que compõem os sistemas.

Apenas em determinadas situações, correspondentes a loteamentos e conjuntos habitacionais de médio e grande porte, os responsáveis pelos empreendimentos, na maioria dos casos atendendo as exigências dos organismos financiadores, implantam conjuntamente estruturas de drenagem pluvial, abastecimento de água, e, algumas vezes, de esgotamento sanitário que, tão logo construídas são repassadas respectivamente para as prefeituras ou para os detentores das concessões no local, ficando esses com a incumbência de operá-las, mantê-las e ampliá-las.

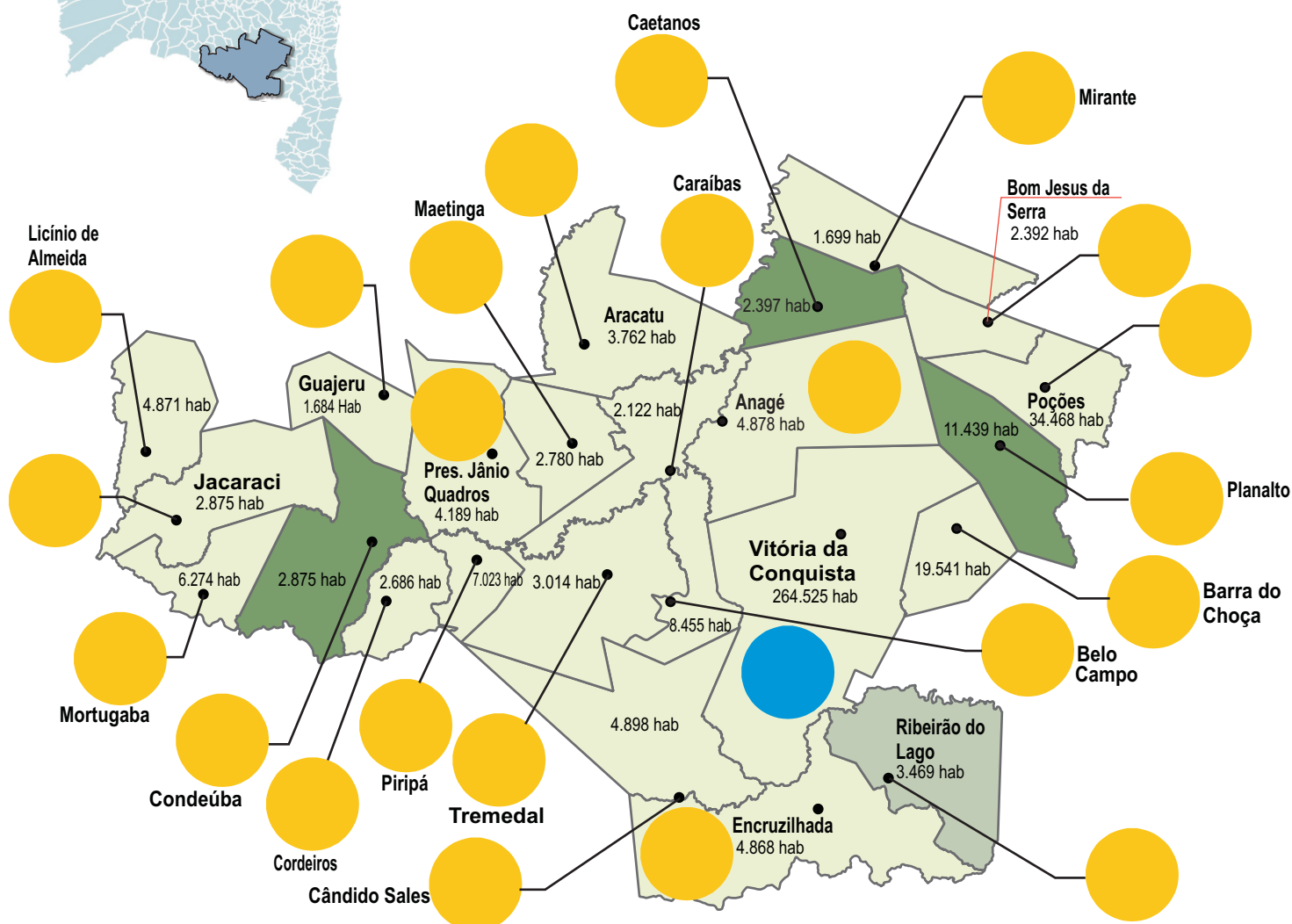
Com relação ao esgotamento das *contribuições sanitárias*, excetuando localidades onde os serviços inexistem, situações especiais ou então locais onde a atuação da concessionária do abastecimento de água vai além desta precípua função, as estruturas e as atividades correspondentes, a exemplo do que ocorre com a drenagem pluvial e do manejo dos resíduos sólidos, são também implantadas, mantidas e desempenhadas, quase sempre de forma precária, por órgãos integrantes da administração direta do poder municipal.

Na RDS 20, nas sedes dos 24 municípios que a compõe e na vila objeto do presente estudo qual seja, Barra Nova, no município Barra do Choça, reproduz-se, em termos institucionais, a situação geral que prevalece em todo o estado. Registra-se que em apenas três das localidades estudadas, Caetanópolis, Condeúba e Planalto, a administração municipal, detentora da titularidade, permanece com a delegação dos **serviços de esgotamento sanitário** enquanto que outras 21 as atribuições, conjuntamente às correspondentes ao abastecimento de água foram delegadas à Embasa. Na cidade restante, Ribeirão do Largo, os serviços concernentes estão aos encargos do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, que constitui autarquia municipal. Entretanto, apenas na Cidade de Vitória da Conquista e na sede distrital Barra Nova a atuação da concessionária estadual se faz marcante, conforme indica o **Quadro 7.1**, fato que implica na adoção de outras formas de manejo nos setores complementares.

Quadro 7.1 - Relação dos sistemas localizados operados pela Embasa – RDS 20

SISTEMA	TIPO	MUNICÍPIO	LOCALIDADE	POPULAÇÃO ATENDIDA	ANO INÍCIO OPERAÇÃO
Vitória da Conquista	SES	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	172.720	1978
Barra do Choça	SLE	Barra do Choça	Barra Nova	666	2007

Fonte: Embasa, 2010



STATUS DA DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E ESGOTO

- MUNICÍPIO COM DELEGAÇÃO À EMBASA
- MUNICÍPIO COM DELEGAÇÃO AO SAAE
- MUNICÍPIO COM PRESTAÇÃO DIRETA DOS SERVIÇOS

STATUS GESTOR DA INFRA ESTRUTURA EXISTENTE

- EMBASA (SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E/OU SISTEMA LOCALIZADO DE ESGOTO)

PREFEITURA:

- GESTÃO ESTRUTURADA (SAAE OU ADMINISTRAÇÃO DIRETA)
- GESTÃO NÃO ESTRUTURADA

RDS 20
VITÓRIA DA CONQUISTA
ESGOTAMENTO SANITÁRIO
ENTIDADE GESTORA DO SISTEMA

Em análise geral, ressalta-se que a ausência total ou a reduzida cobertura de sistemas estruturados de esgotamento sanitário nas sedes municipais da presente RDS faz com que as atribuições correspondentes aos serviços recaiam exclusiva ou parcialmente (conforme o caso) sobre as administrações públicas municipais que, normalmente, adotam soluções informais, ditas “alternativas” às disposições consideradas formais, conforme demonstrado com detalhes no item 7.1.3.

Tendo como objetivo a melhoria dos serviços, informações obtidas nos levantamentos de campo e registros institucionais indicam que em 10 cidades da região projetos técnicos de sistemas públicos foram desenvolvidos ou estão sendo providenciados; ressalta-se que em quatro destas sedes municipais, obras de implantação de SESSs estão sendo realizadas.

Para as cidades de Caraíbas, Encruzilhada, Jacaraci e Vitória da Conquista, projetos de SES foram desenvolvidos pela concessionária estadual contemplando rede coletora e estação de tratamento. Com exceção de Jacaraci e de Vitória da Conquista, que prevê a ampliação do atendimento existente, os demais projetos contemplam a totalidade da mancha urbana.

Por iniciativa das próprias administrações municipais, em Aracatu, Belo Campo, Cândido Sales e Presidente Jânio Quadros, projetos de SESSs também foram ou estão sendo desenvolvidos. Em todas essas cidades os estudos visam atendimento a toda cidade.

Para as sedes municipais de Anagé e Mortugaba, os projetos completos de sistema de esgotamento sanitário para atendimento a toda população urbana encontram-se elaborados por intermédio da SEDUR.

Em Jacaraci, sob a responsabilidade da Codevasf, as intervenções encontram-se em andamento e a disposição final se dará no Rio Passagem. Ressalva-se que apenas um loteamento não deverá ser contemplado pelo sistema em implantação, permanecendo com o uso de fossas sépticas seguidas de sumidouros.

Contando com recursos oriundos do *Programa de Aceleração do Crescimento - PAC*, viabilizados através da Embasa, na Cidade de Vitória da Conquista obras de ampliação do SES estão sendo realizadas, compreendendo expansão da rede coletora, implantação de novas estações elevatórias e de nova estação de tratamento. Após a conclusão o SES atenderá 80% da mancha urbana.

Para a cidade de Mortugaba, por intermédio da Funasa e também com recursos provenientes do *PAC*, a obra do SES iniciada em maio de 2010 encontra-se em andamento.

Em Encruzilhada obra iniciada em 2004 e sob a responsabilidade da Embasa encontra-se paralisada, restando a implantação das ligações domiciliares, do sistema de recalque e da estação de tratamento. Não obstante, registra-se que ligações clandestinas ocorrem na rede coletora recém-implantada embora a destinação final não seja a adequada.

Segundo relatos de campo, no âmbito da administração municipal, nas cidades de Condeúba, Cordeiros, Guajeru e Piripá recursos foram alocados para melhoria dos sistemas existentes.

▪ **Registro de informações sanitárias**

De uma forma geral para toda a RDS 20, como reflexo flagrante da precariedade e da não estruturação dos serviços de esgotamento sanitário, constata-se que as administrações municipais, quando responsáveis pelos mesmos, não possuem cadastro da infraestrutura implantada e, muitas vezes, nem mesmo o registro elementar, qualitativo ou quantitativo, das informações relativas aos dispositivos sanitários em uso.

Sendo assim, em quase todos os municípios integrantes da RDS, parcela considerável das informações obtidas no recente levantamento de campo, que respalda o presente relatório, se baseia em relatos de gestores ou servidores das prefeituras, responsáveis diretos ou encarregados funcionais pela execução ou acompanhamento das obras de implantação ou ampliação das tubulações coletoras e dos demais dispositivos associados.

Em análise geral, importa enfatizar que parcela das informações fornecidas e utilizadas na confecção do presente diagnóstico são passíveis de apresentar incoerências, do ponto de vista técnico, ou de refletir vulnerabilidade, no que tange à consistência dos dados, em face da inexistência ou da insuficiência dos registros.

A observação efetuada no parágrafo anterior se aplica a diversos itens e aspectos, principalmente quando são destacados e compilados, para a avaliação da condição sanitária das cidades, os dados e informações relativos à abrangência espacial das áreas atendidas por redes coletoras e à identificação dos materiais e dos diâmetros correspondentes.

- **A tarificação dos serviços**

A eventual atuação das entidades municipais responsáveis restringe-se a manutenção precária das tubulações condutoras de esgotos, linhas que, normalmente, na ausência de tratamento, convergem para rios, córregos e várzeas ou mesmo para estruturas da drenagem pluvial, com as quais se confundem em termos funcionais. Coerentemente a tal condição, os serviços relacionados não são tarifados.

Nos setores urbanos atendidos por sistemas estruturados de esgotamento sanitário operados pela Embasa a tarificação é praticada e varia conforme a categoria da infraestrutura implantada. Em Vitória da Conquista, onde a concessionária estadual implantou o SES que atende ao setor urbano central, a taxa corresponde a 80% do valor cobrado pelos serviços de abastecimento de água. Em Barra Nova, a alíquota aplicada sobre a taxa de serviço de água é de 45%.

7.1.2 Estimativa da produção dos volumes e cargas de esgotos gerados nas áreas urbanas

Os *esgotos sanitários* naturalmente apresentam elevada carga orgânica. Principalmente quando os efluentes são concentrados, como ocorre quando recolhidos e escoados por canalizações urbanas, a carga assume dimensão tal que exige redução a valores aceitáveis antes que possam ser descartados no meio ambiente.

Ao volume dos *esgotos sanitários* gerados em determinado setor urbano, em uma cidade ou mesmo em uma unidade residencial, corresponde uma determinada carga orgânica. A estimativa desses valores de volume e de carga constitui uma medida essencial para a avaliação do potencial poluente e para a concepção de alternativas de redução do teor concentrado. As diversas formas de promover a redução de uma carga orgânica guardam, portanto, relação direta com o volume gerado; variam desde o tratamento simplificado, como a infiltração elementar em solo compatível, por exemplo, aos diferentes tipos de processamento coletivo, através das denominadas estações de tratamento de efluentes (ETE).

Enfim, após satisfatória redução da carga orgânica, os efluentes tratados podem ser conduzidos a corpos receptores naturais ou até mesmo serem disponibilizados a um reúso agrícola controlado, quando apresentar as condições favoráveis e seguras para tal prática.

A partir dos números da população urbana é possível estimar os volumes dos esgotos potencialmente gerados em uma determinada cidade, considerando o volume de água consumida na mesma, devidamente ajustado por um índice que corresponda ao coeficiente de retorno.

Na RDS 20, os volumes de esgotos gerados pelas sedes municipais e as correspondentes cargas orgânicas (**Quadro 7.2**) foram obtidos com base na população estimada para o ano de 2009, admitindo para o coeficiente de retorno a taxa de 80%, e no valor de 54 g.DBO/dia, considerando ser este o valor médio produzido por um indivíduo.

Quadro 7.2 – Volume de esgotos estimado e carga orgânica gerada pelas sedes municipais – RDS 20

MUNICÍPIO	PROJEÇÃO POPULACIONAL 2009	CONSUMO MÉDIO PERCAPTA DE ÁGUA [l/hab./dia] - 2008	VAZÃO DE ESGOTOS ESTIMADA [BASE PROJ. POPULACIONAL 2009] [m3/dia]	% VAZÃO ESTIMATIVA DE ESGOTOS	CARGA ORGÂNICA GERADA [kg.DBO/dia]	% CARGA ORGÂNICA GERADA
ANAGÉ	4.878	117,3	458	1,2%	263	1,2%
ARACATU	3.762	111,4	335	0,9%	203	0,9%
BARRA DO CHOÇA	19.541	93,0	1.454	3,7%	1.055	4,6%
BELO CAMPO*	8.455	118,0	798	2,0%	457	2,0%
BOM JESUS DA SERRA	2.392	115,9	222	0,6%	129	0,6%
CAETANOS*	2.397	118,0	226	0,6%	129	0,6%
CÂNDIDO SALES	14.898	104,0	1.240	3,2%	804	3,5%
CARAÍBAS	2.122	116,4	198	0,5%	115	0,5%
CONDEÚBA	7.584	106,6	647	1,7%	410	1,8%
CORDEIROS	2.686	114,1	245	0,6%	145	0,6%
ENCRUZILHADA	4.868	309,6	1.206	3,1%	263	1,2%
GUAJERU	1.684	146,1	197	0,5%	91	0,4%
JACARACI	2.875	103,4	238	0,6%	155	0,7%
LICÍNIO DE ALMEIDA	4.871	90,5	353	0,9%	263	1,2%
MAETINGA	2.780	120,9	269	0,7%	150	0,7%
MIRANTE	1.699	113,3	154	0,4%	92	0,4%
MORTUGABA	6.274	94,8	476	1,2%	339	1,5%
PIRIPÁ	7.023	91,7	515	1,3%	379	1,7%
PLANALTO	11.439	87,4	800	2,1%	618	2,7%
POÇÕES	34.468	105,6	2.910	7,5%	1.861	8,2%
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	4.189	111,5	374	1,0%	226	1,0%
RIBEIRÃO DO LARGO*	3.469	118,0	327	0,8%	187	0,8%
TREMEDAL	3.014	109,4	264	0,7%	163	0,7%
VITÓRIA DA CONQUISTA	264.525	118,5	25.075	64,3%	14.284	62,7%
TOTAL DA RDS	421.894	118	38.980	100,00%	22.782	100,00%

(*) Consumo médio *per capita* estimado

Gráfico 7.1 – Volume de esgotos estimado gerados pelas sedes municipais (m³/dia) – RDS 20

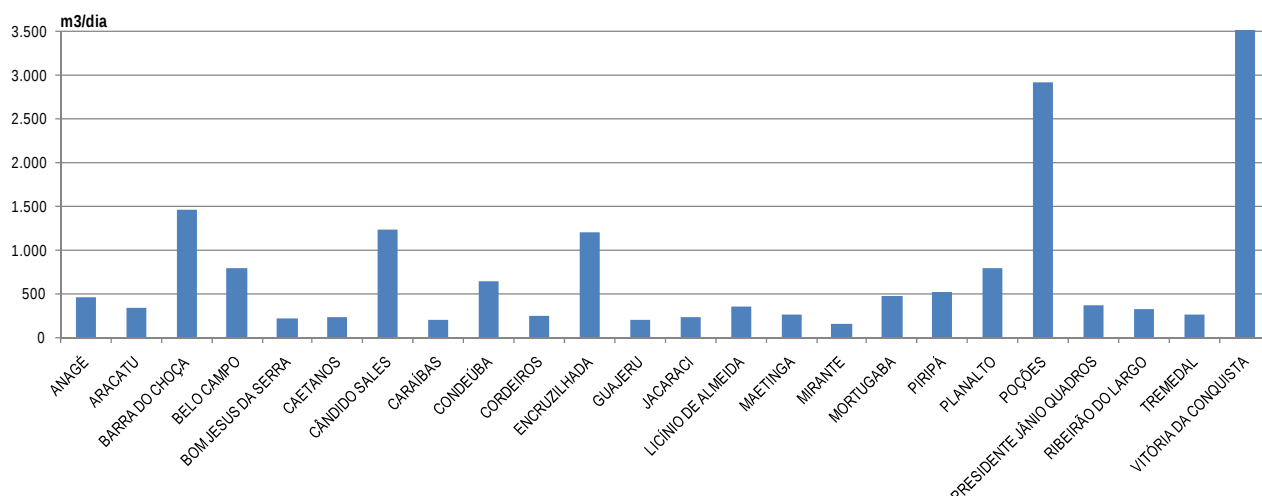
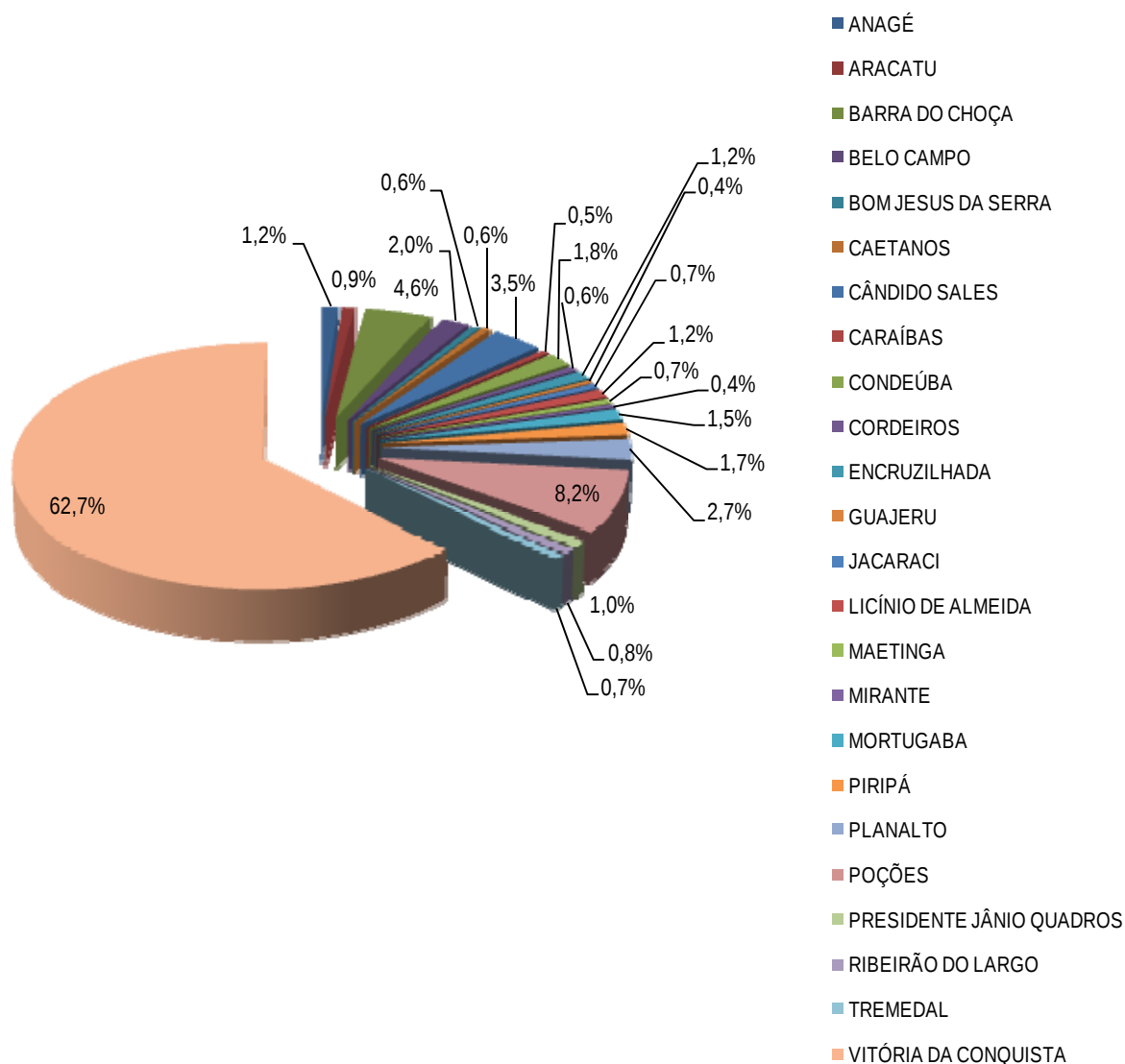


Gráfico 7.2 – Percentual de carga orgânica gerada pelas sedes municipais – RDS 20



O **Quadro 7.2** e o **Gráfico 7.1** apresentados demonstram o quanto representa a cidade de Vitória da Conquista no contexto da geração de carga orgânica na RDS 20. Considerando o fato de que nesta

populosa cidade o sistema estruturado implantado ainda não abrange a totalidade da mancha urbana, evidencia-se, a exemplo das demais sedes municipais de região, a vulnerabilidade do solo e dos corpos receptores, conforme abordado no item 7.1.4, adiante.

7.1.3 O manejo dos efluentes sanitários

Diversas são as soluções ambientalmente adequadas para o afastamento e para a disposição final dos esgotos gerados pelos contingentes populacionais urbanos.

Na ausência de redes públicas de saneamento básico, as normas técnicas brasileiras admitem para uma situação individual, desde que subsistam as elementares condições técnicas, a adoção da detenção séptica (fossa), seguida de estrutura de absorção (sumidouro) que promovam, respectivamente, a redução da carga poluente e a infiltração dos efluentes no solo.

Para situações onde o solo for incompatível, o adensamento populacional for alto, recomenda-se a implementação das denominadas soluções coletivas. Nesses casos, a disposição ideal indicada compreende a implantação de *sistema separador absoluto*, constituído de rede coletora e unidade de tratamento dos efluentes.

No Estado da Bahia, considerando o universo das cidades até então visitadas nos presentes trabalhos do PEMAPES, pode-se afirmar que a diversidade de soluções é condição que prepondera. No contexto, por iniciativa das administrações municipais, observa-se que disposições alternativas são consideradas como *soluções* ao enfrentamento da questão do esgotamento sanitário, algumas atendendo suficientemente as populações, outras servindo-as de forma parcial e outras ainda sem funcionar ou operando em condições críticas. Sistemáticamente, denota-se que a referida diversidade de soluções se verifica também no âmbito de uma mesma cidade.

Independente da reduzida capacidade que as administrações ou as entidades gestoras municipais têm de realizar, em qualidade e porte necessários, os investimentos em ampliação e na operação satisfatória dos serviços de saneamento básico, o panorama observado reflete, em análise geral, insuficiência de gestão e inaptidão administrativa do poder público em lidar com os inúmeros aspectos que determinam a questão urbana como um todo, desde a ausência ou não observância do planejamento até a falta de controle do uso do solo.

Na RDS 20, embora a Embasa seja a entidade detentora da concessão dos serviços em 21 das localidades estudadas, verifica-se que além do sistema localizado de esgotamento sanitário – SLE de Barra Nova há apenas em uma sede municipal, Vitória da Conquista, estruturas de esgotamento sanitário implantadas ou operadas pela empresa para atendimento às populações. Considerando a importância desta cidade no contexto regional, uma abordagem geral é apresentada no item 7.1.5.

Os levantamentos de campo indicam que nessa RDS, suprimindo a deficiência de sistemas de esgotamento estruturados, ao afastamento das *contribuições sanitárias* diversos são os tipos de solução adotados ou admitidos.

Em primeiro plano, desponta o emprego da **fossa de absorção**, disposição individual que, de forma variada quanto ao tipo e proporção dos efluentes recebidos (se *esgotos primários*¹, *esgotos secundários*¹ ou ambos), com exceção de Ribeirão do Largo, ocorre em todas as localidades estudadas. Ressalta-se

¹ Doravante nesse relatório, por convenção e definição de terminologia, designa-se como *esgoto primário* as contribuições sanitárias provenientes de vasos sanitários e mictórios, e como *esgoto secundário* às águas servidas advindas de ralos de escoamento, pias de cozinha e tanques de lavagem de roupa.

que ser intensa a utilização de *fossas de absorção* não implica afirmar que na totalidade das situações urbanas contempladas as condições do solo se apresentam apropriadas a este tipo de solução.

Na RDS 20, redes em *regime separador absoluto* aparecem como sendo a segunda forma mais utilizada para o afastamento dos efluentes sanitários urbanos. Embora só possam ser classificadas como parte de um sistema estruturado em Vitória da Conquista e em Barra Nova - localidade atendida por sistema localizado de esgotamento sanitário – SLE – em ambas situações operados pela Embasa, extensões de *rede separadora*, se estabelecem também em 13 outras localidades da região, sendo que nas cidades de Maetinga, Caraíbas e Mirante ocorrem em proporção bastante expressiva.

Ocupando o terceiro lugar, destaca-se a utilização de redes não padronizadas de coleta que nos presentes estudos são designadas como linhas do **sistema misto informal**. Registra-se que essa solução incide em 11 localidades da RDS, variando quanto à proporção e ao tipo (*primário* ou *secundário*) dos efluentes sanitários que veiculam. Destaque especial é dado para a cidade de Ribeirão do Largo na qual 100% dos *esgotos sanitários* são destinados, indiscriminadamente, a essa forma de disposição.

Em quarta posição, acontecendo em 21 das 25 localidades estudadas, setores urbanos lançam esgotos a *céu aberto* - através de valas de descarte ou mesmo por meio de sarjetas de vias - a caminho de corpos hídricos e estruturas de drenagem ou na direção de várzeas e descampados periféricos. Na maioria das situações, a disposição a *céu aberto* acontece apenas para os *esgotos secundários* embora em duas cidades, Presidente Jânio Quadros e Aracatu, reduzidos setores urbanos também fazem o descarte de *esgotos primários* nessas condições.

Outro recurso não recomendável em termos ambientais para o afastamento das *contribuições sanitárias primárias* e *secundárias*, como seja o **lançamento direto no corpo receptor**, é utilizado também em nove localidades da RDS.

Em seguida, números e informações representativas do manejo dos efluentes sanitários gerados nas sedes municipais da RDS 20 são apresentados a partir de gráficos, em enfoque sequencial e hierárquico das principais formas de manejo praticadas.

Na sequência imediata, na condição de integrantes da RDS 20, porém não participando do conjunto das localidades que comporão o enfoque hierárquico acima anunciado, a vila de Barra Nova, sede do distrito homônimo, situada no município de Barra do Choça é enfocada em destaque.

▪ Barra Nova

A sede distrital de Barra Nova dista cerca de 15 km da cidade de Barra do Choça.

Com relação aos serviços de saneamento básico, em Barra Nova o abastecimento de água e o esgotamento sanitário são prestados pela Embasa. Já o manejo das águas pluviais e dos resíduos sólidos são encargos da administração pública.

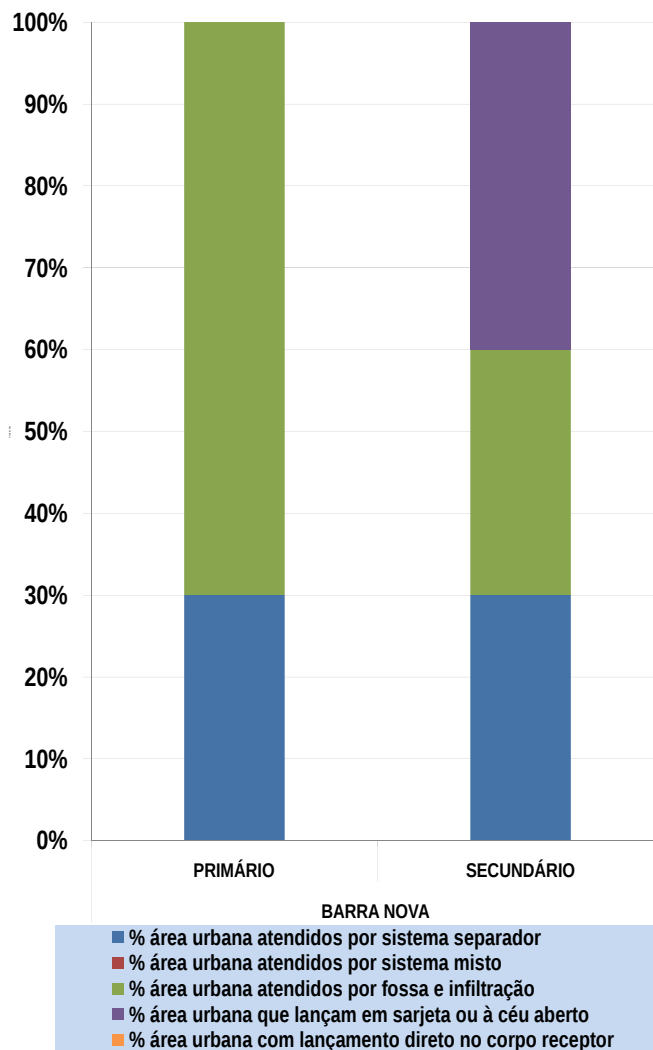
Desde o ano 2007 a vila dispõe de um *sistema localizado* de esgotamento sanitário implantado nos moldes convencionais e operado pela concessionária estadual. Constituído de *rede separadora* e unidades de tratamento, o SLE oferece cobertura sanitária a 30% da população, aproximadamente 670 habitantes, com base no número de economias atendidas pela concessionária.

O sistema de tratamento compreende gradeamento, caixa de areia, reator anaeróbio de fluxo ascendente e biofiltro. A destinação final dos efluentes tratados é o Rio Monos. De acordo com informações colhidas em campo, embora a estação de tratamento esteja operando em condições satisfatórias, observa-se constantemente ser inadequada a qualidade do efluente.

Em consequência do baixo índice de cobertura do sistema de esgotamento sanitário, registra-se que boa parte da área urbana remete *esgotos sanitários* para *fossas de absorção*, havendo inclusive *lançamento de esgoto secundário a céu aberto*.

O **Gráfico 7.3** retrata a situação do manejo dos *esgotos sanitários*, exclusivamente para a localidade de Barra Nova.

Gráfico 7.3 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – povoados de Barra Nova

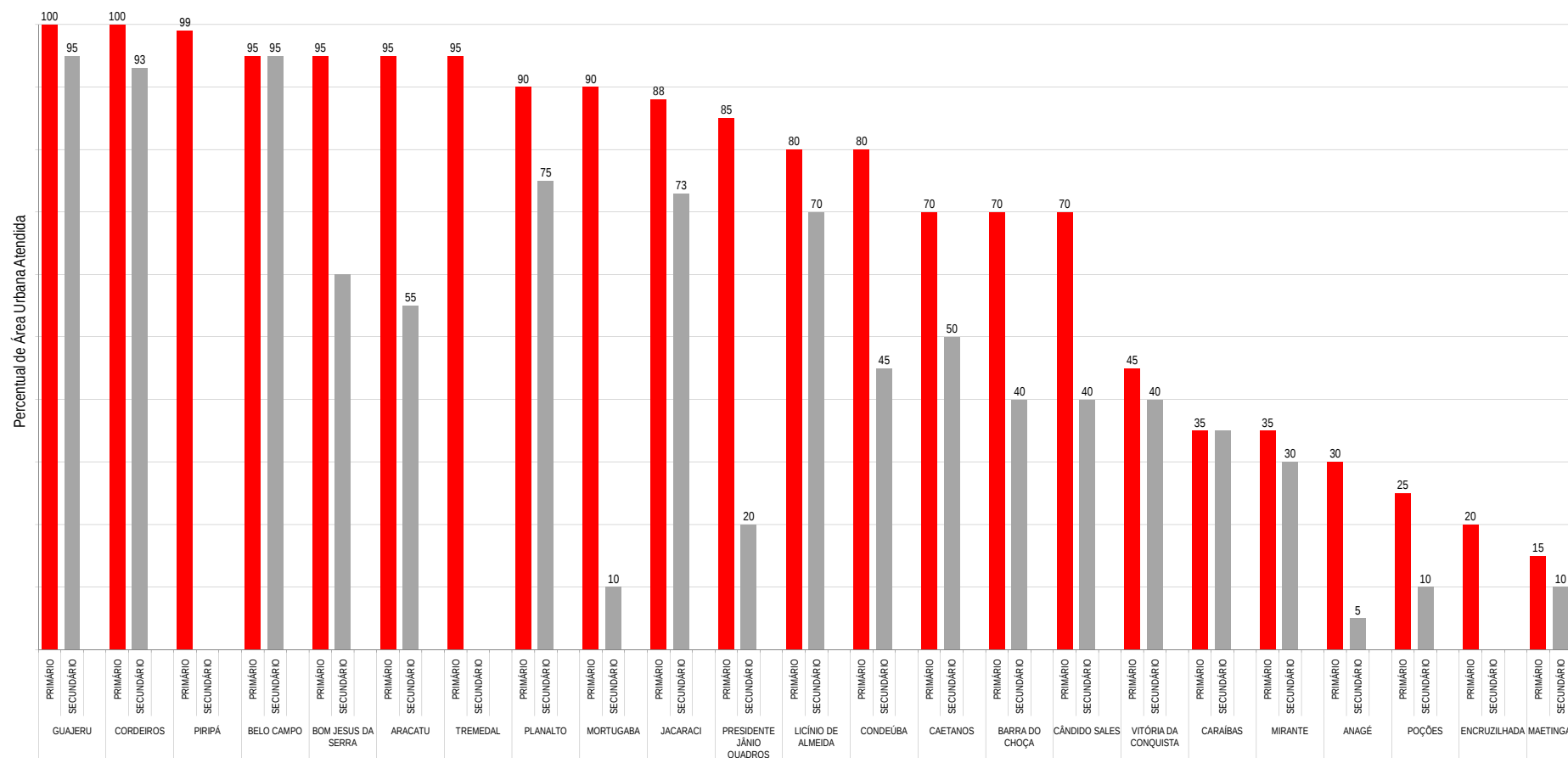


▪ Fossa de absorção

Fossas de absorção ou *poços absorventes* compreendem estruturas em câmara única, implantadas dentro dos lotes e vazadas no fundo para possibilitar a infiltração das *contribuições sanitárias* advindas das edificações, sejam os esgotos totais, seja apenas a parcela classificada como *esgoto primário*.

Com exceção da localidade de Ribeirão do Largo, as *fossas de absorção* estão presentes em todas as cidades da região. No conjunto das soluções adotadas para o manejo dos efluentes sanitários, as fossas assumem posição de destaque apesar do fato de que, conforme informações obtidas em campo, a capacidade de infiltração dos solos urbanos não ser reconhecida como satisfatória em todas as zonas urbanas o que resulta em transbordamentos (constante, freqüente ou ocasional) das estruturas em mais da metade das cidades contempladas por esse tipo de solução.

Gráfico 7.4 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Fossa de absorção



Fonte: Geohidro, 2010

Observa-se que em Guajeru e Cordeiros praticamente a totalidade das *contribuições sanitárias* geradas no ambiente urbano são remetidas para *fossas*. Nestas cidades a não ocorrência de transbordamento justifica o fato de o solo ser considerado apto a infiltração na totalidade das zonas urbanas. De forma semelhante, na Cidade de Presidente Jânio Quadros as *fossas de absorção*, implantadas em proporção considerável para a destinação de *esgotos primários*, não extravasam o que reflete a boa permeabilidade do solo em toda a área urbana.

Nas sedes de Tremedal, Barra do Choça, Cândido Sales, Vitória da Conquista, Anagé e Encruzilhada, embora o solo tenha sido declarado apto à infiltração na totalidade da projeção urbana, foi relatado que ocorrem transbordamentos. Desta forma a utilização de *fossas de absorção* em câmara única acontece em proporção reduzida para o descarte dos *esgotos secundários* gerados na cidade.

Importa ressaltar que na Cidade de Belo Campo estudos específicos comprovam a contaminação do lençol freático devido à utilização das *fossas de absorção*, disposição que acontece indiscriminadamente em 95% da mancha urbana.

Nas cidades de Bom Jesus da Serra, Planalto, Licínio de Almeida, Condeúba, Caetanos e Poções o solo foi classificado como suficiente à infiltração apenas em parcelas das manchas urbanas. Entretanto, com exceção de Planalto e Poções, onde ocorre ocasionalmente, nas demais cidades o transbordamento das estruturas foi notificado como constante. Registra-se que em Condeúba o elevado nível do lençol freático nos setores centrais dificulta a absorção.

Na sede do município de Mortugaba, onde a utilização de fossas ocorre de forma bastante expressiva para o descarte de *esgotos primários* e do fato de 100% do solo urbano ter sido classificado como impermeável, o transbordamento não ocorre devido às elevadas dimensões das estruturas e à prática de se implantar uma segunda fossa, evitando que a capacidade da unidade principal seja ultrapassada.

Na Cidade de Aracatu, apesar de toda área urbana ter sido considerada suscetível à extravasão, relatos informam que o transbordamento das fossas é apenas ocasional em razão de ser freqüente a manutenção realizada pela prefeitura através do emprego de veículo “limpa-fossa”. De forma similar, os serviços prestados pela prefeitura municipal de Caraíbas evitam o transbordamento das fossas nessa cidade.

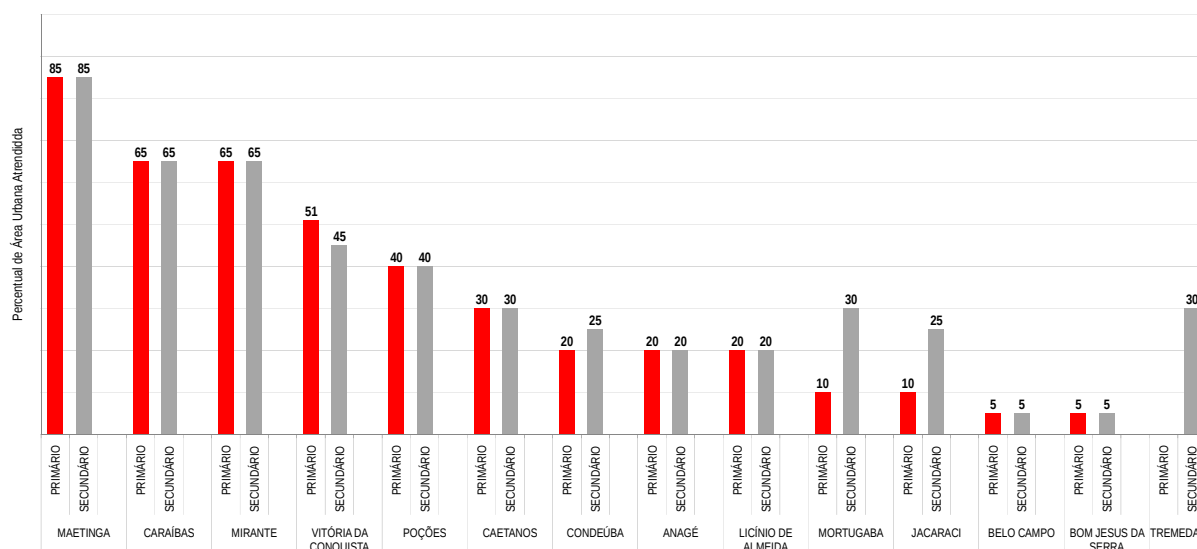
Em Piripá, Jacaraci, Mirante e Maetinga, apesar de o solo ser reconhecido como apto à infiltração somente em parte dos setores urbanos, os levantamentos de campo indicam que não ocorre extravasão das estruturas.

▪ **Sistema separador absoluto**

O *sistema separador absoluto* preconiza a implantação de rede coletora exclusivamente destinada a conduzir *esgotos sanitários*. A condição ideal corresponde às situações em que o efluente coletado pelas redes é remetido a unidade de tratamento com disposição final ambientalmente satisfatória. Do ponto de vista técnico, na hipótese de compreender unidades de tratamento, esta modalidade apresenta vantagens consideráveis se comparada com o *sistema misto* ou mesmo com o *sistema unitário*. Sob o enfoque econômico, entretanto, o *sistema separador* completo quase sempre demanda elevado custo de implementação, o que limita a ampliação do seu emprego pelas entidades gestoras na proporção requerida para atendimento às populações, persistindo o elevado déficit do setor de saneamento para esses serviços.

Presentes em 15 das 24 localidades estudadas, tubulações que funcionam como *regime separador* têm participação expressiva na RDS 20.

Gráfico 7.5 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Sistema separador absoluto



Fonte: Geohidro, 2010

Na Cidade de Maetinga, o recolhimento de *contribuições sanitárias* por intermédio de *rede separadora* atinge 85% da mancha urbana. Apesar de ter sido executada gradualmente ao longo dos anos, a rede confere uma condição satisfatória ao afastamento dos esgotos domésticos do contato com a população. As estruturas implantadas compreendem tubos de concreto e de PVC dispostos sob vias urbanas e também no fundo de lotes.

Na sede municipal de Caraíbas, a estrutura implantada pela administração municipal há aproximadamente oito anos compreende tubulação em PVC sob vias pavimentadas, com diâmetros que variam entre 100 e 150 mm, intercalados por poços de visita e caixas de passagem.

Segundo relatos de campo a rede coletora implantada em Mirante deveria atender a 100% da população da sede; entretanto, tal objetivo não foi alcançado devido à realocação dos recursos destinados às obras. A infraestrutura instalada corresponde a tubulações de PVC, concreto e fibra de vidro e dispõe de poços de visita e caixa de passagem.

Na Cidade de Vitória da Conquista, a rede coletora que opera sob *regime separador* foi implantada a partir de meados da década de 70. O sistema compreende manilhas cerâmicas e tubulações de PVC e concreto, com diâmetros variando entre 100 e 1.000 mm, conforme a disposição funcional no espaço urbano. Dispostos sob vias pavimentadas, não pavimentadas, passeios e fundo de lotes, os diversos tramos de rede são providos de poços de visita, dispositivos que facilitam as operações de manutenção.

Na sede municipal de Condeúba, de acordo com informações de campo, a população reclama constantemente dos odores inconvenientes exalados da *rede separadora* implantada. Registra-se também a ocorrência de danos na tubulação ocasionados por avarias no calçamento.

Nas cidades de Poções, Caetanópolis, Condeúba, Anagé, Licínio de Almeida, Mortugaba, Jacaraci e Bom Jesus da Serra, observa-se em comum a ausência de dispositivos que auxiliem a conservação apropriada. Não obstante, poços de visita intercalados na tubulação favorecem a operação satisfatória em Belo Campo e Tremedal.

▪ **Sistema misto informal**

Ao denominado *sistema misto informal* correspondem estruturas lineares de coleta e condução de esgotos sanitários e de contribuições pluviais recolhidas no interior dos lotes, implantadas principalmente sob as vias públicas dotadas de gradiente topográfico favorável.

Normalmente, os dutos do *sistema informal* concorrem para as galerias da micro ou da macrodrenagem pluvial, fazendo-as funcionar como *sistema misto*, ou seguem diretamente para as estruturas típicas da macrodrenagem, sejam estas naturalmente estabelecidas ou convenientemente construídas nos setores urbanos mais baixos. Quase sempre sem receber qualquer tipo de tratamento, o caudal escoado é direcionado a um corpo hídrico natural do tipo córrego, várzea ou bacia de acumulação. Em determinadas situações, as linhas do *sistema informal*, assim como as estruturas da drenagem pluvial que as seqüenciam, concorrem diretamente para corpos receptores principais, eventualmente estabelecidos nos flancos periféricos ou entrecortando as manchas urbanas.

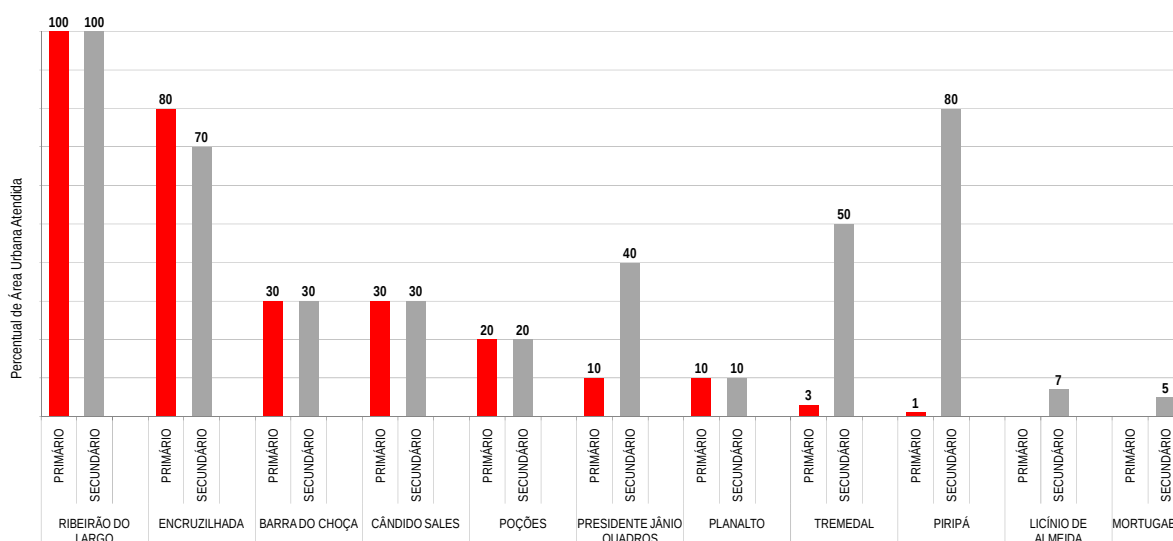
Os estudos de campo indicam que a opção pelo *sistema informal* como alternativa de esgotamento sanitário decorre geralmente da insuficiente capacidade de absorção do solo ou do intenso adensamento populacional dos setores enfocados, condições estas que inviabilizam a opção preferencial por *fossas de absorção*.

Além das *contribuições sanitárias* geradas diretamente nas edificações e das contribuições pluviais admitidas, eventualmente concorrem também para as estruturas do *sistema informal* os efluentes extravasados de *fossas de absorção*, colmatadas no decurso do tempo. Em determinadas situações, a reduzida absorção do solo impõe que apenas os esgotos primários sejam remetidos ao sistema enquanto que as demais águas residuárias são descartadas em sarjetas, quintais ou valas a céu aberto, por onde drenam as águas pluviais. Em outras situações, apenas as contribuições correspondentes aos esgotos secundários são conduzidas às linhas do *sistema informal*.

A distinção como “*informal*” remete ao fato da implantação da infraestrutura desta ordem normalmente acontecer à revelia de planejamento e controle técnico. Sem o respaldo de um projeto de engenharia, muitas vezes o traçado da rede não apresenta disposição espacial adequada e os diâmetros das tubulações possuem dimensões incompatíveis.

É significativa a presença de *rede mista informal* na RDS 20. Na região, verifica-se que, em menor ou maior proporção e de forma indiscriminada, nove são as cidades que adotam esta modalidade de afastamento das *contribuições sanitárias*. Em outras duas, apenas os esgotos secundários são conduzidos à rede informal.

Gráfico 7.6 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Sistema misto informal



Fonte: Geohidro, 2010

No conjunto, destaca-se a cidade de Ribeirão do Largo onde as *redes informais* constituem a forma de manejo adotada para o afastamento das contribuições sanitárias geradas pela totalidade da população urbana. As estruturas compreendem tubos de PVC e manilhas cerâmicas, com diâmetros que variam entre 100 e 200 mm implantadas pela prefeitura há aproximadamente 20 anos. Disposta indistintamente sob vias pavimentadas, vias não pavimentadas, passeios e fundos de lotes, a rede carece de poços de visita e caixas de passagem o que dificulta ações de manutenção sistemática. Ressalta-se que alguns trechos da rede precisam ser substituídos por apresentarem dimensão insuficiente.

De forma semelhante, na Cidade de Encruzilhada o conjunto de dutos que operam sob *regime misto informal*, também implantado pela prefeitura há cerca de 20 anos, abrange tubos de PVC e manilhas cerâmicas e são desprovidos de dispositivos facilitadores da conservação. Em determinado setor urbano linhas originalmente concebidas como rede condominial passaram a operar como mistas informais, fato que possibilita sobrecarga hidráulica nos condutos.

Assim como na Cidade de Licínio de Almeida, em Barra do Choça observa-se que dutos originalmente implantados para drenagem pluvial, com o posterior lançamento de contribuições sanitárias passaram a funcionar como *rede mista informal*. Ainda em Barra do Choça registra-se situação inversa, como seja: segmentos de rede coletora, implantados originalmente para escoamento exclusivo de *esgotos sanitários* conduzem águas pluviais em operação conjunta. Compreende tubulação em PVC com diâmetros que variam entre 150 e 200 mm que contam com dispositivos que favorecem adequada manutenção e conduzem as contribuições a uma estação de tratamento.

Na sede municipal de Cândido Sales, a rede coletora que funciona sob regime de *sistema misto* apresenta problemas operacionais devido principalmente à insuficiência dos diâmetros que variam entre 100 e 150 mm.

Na Cidade de Poções, a rede coletora que opera sob *regime misto informal* foi implantado pela prefeitura a partir de meados da década de 1980. Compreende manilhas de concreto com diâmetro de 200 mm dispostas funcionalmente no espaço urbano. Implantados sob vias pavimentadas, não pavimentadas e

passeios, os diversos tramos de rede, desprovidos de poços de visita - dispositivos facilitadores da manutenção -, convergem diretamente para o corpo receptor, o Rio São José.

Em Presidente Jânio Quadros, a *rede mista* que atende a região central da cidade foi concebida para coletar apenas os *esgotos secundários*. Posteriormente, de forma clandestina, a tubulação passou a receber contribuições de *esgoto primário* e de águas pluviais, inclusive por meio de caixas de passagem danificadas. De forma inversa, na Cidade de Planalto observa-se a utilização de condutos de microdrenagem de águas pluviais funcionando como *rede mista informal* o que ocasiona a exalação de odores inconvenientes. Ambas as situações são verificadas em Piripá, apesar dos gestores municipais exigirem que o descarte na rede coletora ocorra apenas para *esgotos secundários*.

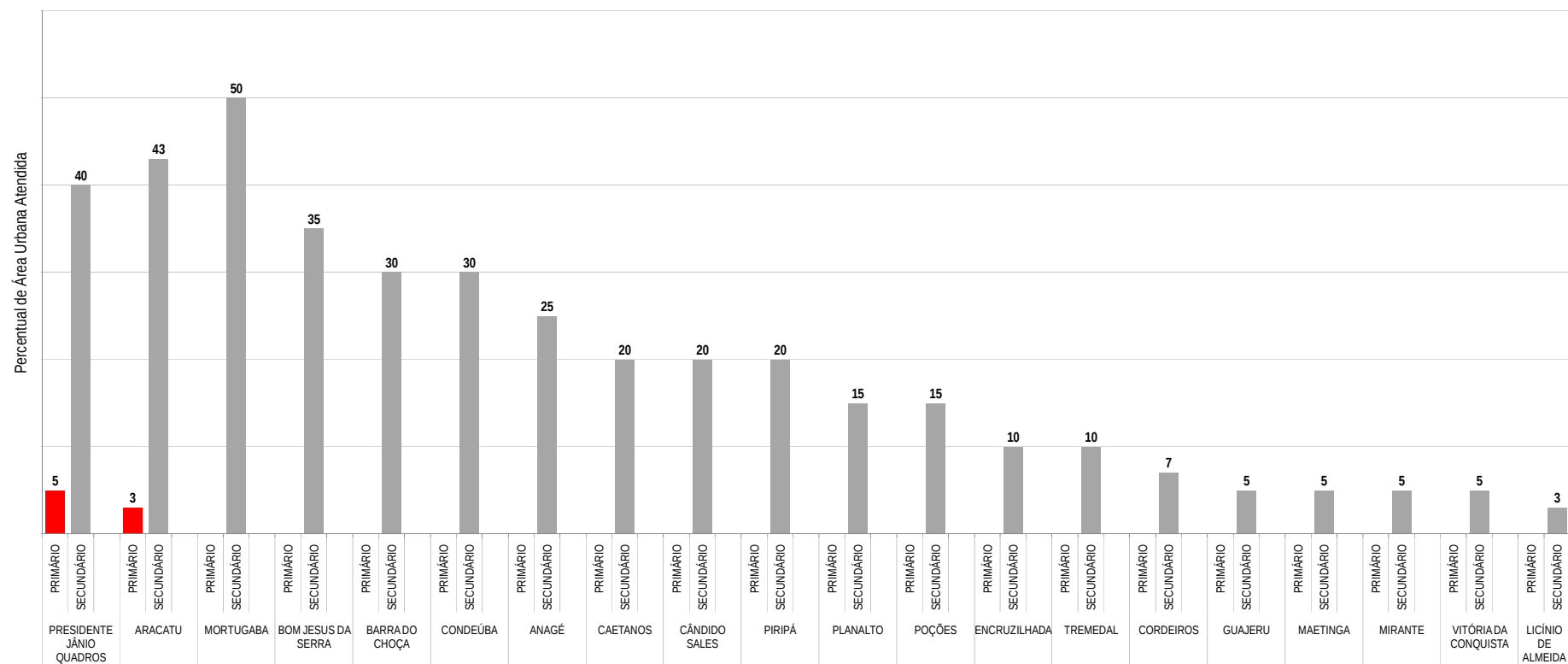
Na Cidade de Mortugaba, trechos da rede coletora que opera sob *regime misto* foram implantados de forma precária pelos próprios moradores. Ressalta-se que há também estruturas de microdrenagem que recebem contribuições de *esgoto secundário*. Registra-se ainda que sempre há reclamação de mau cheiro da vizinhança da rede.

- **Lançamento a céu aberto**

Um recurso utilizado nas cidades, quando não se dispõe de solução sanitária adequada, é o descarte dos *esgotos sanitários* em sarjetas, nos setores onde as vias são pavimentadas, e em valas e grotões, em fundos de quintais e vias desprovidas de pavimento. Disposição similar é praticada em porções urbanas periféricas, diretamente convergentes a rios, córregos, lagoas ou várzeas adjacentes. Na maioria das situações, apenas a porção correspondente aos denominados *esgotos secundários* são descartados a *céu aberto*; entretanto, há ocasiões em que também os *esgotos primários* sofrem idêntica destinação.

Entre as 24 cidades que compõem a RDS 20, o lançamento de efluentes sanitários a *céu aberto* é praticado em 20. Embora em apenas duas localidades, Presidente Jânio Quadros e Aracatu, parcelas bastante reduzidas das manchas urbanas descartem *esgotos primários* nessas condições, a situação diagnosticada é pouco confortável do ponto de vista ambiental.

Gráfico 7.7 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Lançamento a céu aberto



Fonte: Geohidro, 2010

Em Mortugaba e Presidente Jânio Quadros registra-se que a maior parcela dos *esgotos secundários lançados a céu aberto* escoam ao longo das vias públicas.

Em Aracatu, o *descarte a céu aberto* ocorre geralmente em quintais, fundo de lotes e sarjetas ao longo das vias públicas; registra-se também a existência de uma pequena rede de coleta que, de forma precária, descartam contribuições concentradas em um baixo periférico.

Em Bom Jesus da Serra, Anagé, Cândido Sales, Planalto, Encruzilhada e Tremedal foi notificado que filetes de águas servidas escoam pelas sarjetas e há registros que em Barra do Choça e Caetanópolis as emissões a *céu aberto* acontecem tanto em quintais e fundo de lotes quanto ao longo das vias públicas.

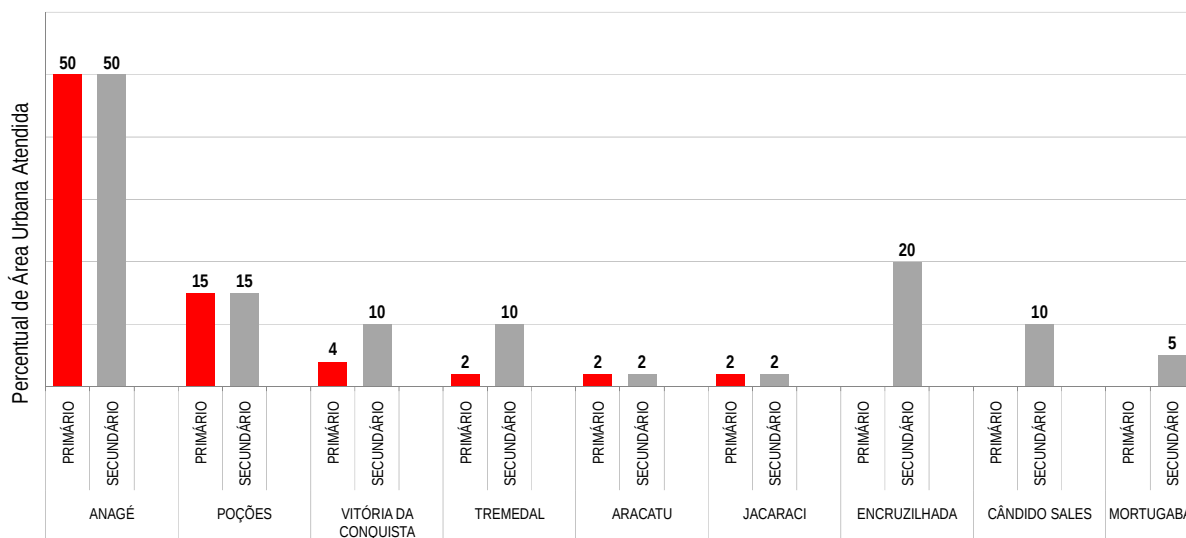
No conjunto, observa-se que em Cordeiros, Guajeru, Maetinga, Mirante, Vitória da Conquista e Licínio de Almeida menos expressivas são as parcelas urbanas que lançam *esgotos secundários* nessas condições.

▪ Lançamento direto no corpo receptor

Não obstante constitua a forma mais imediata de promover o afastamento dos esgotos do contato com a população, o descarte direto das contribuições sanitárias em corpo receptor representa uma prática não recomendada, sob a ótica da preservação dos recursos hídricos.

Na RDS 20 o *lançamento direto* acontece em nove cidades e em proporções reduzidas. Observa-se, de forma preocupante, que em apenas três dessas situações o descarte não se estende aos *esgotos primários*.

Gráfico 7.8 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – Lançamento direto no corpo receptor



Fonte: Geohidro, 2010

No conjunto diagnosticado, destaca-se a situação Anagé onde cerca de 50% da área da cidade lança indiscriminadamente *esgotos sanitários* no Riacho Zaia e no Rio Gavião. Situação similar ocorre em Poções, porém em proporção mais reduzida, onde parcela dos esgotos converge ao Rio São José e ao Canal Espírito Santo.

Na Cidade de Vitória da Conquista, o *lançamento direto* no Córrego Verruga e na Lagoa das Bateias corresponde aos *esgotos primários e secundários* gerados respectivamente, em cerca de 5 e 10% da projeção urbana. Em Tremedal a proporção da área da cidade que descarta diretamente parte das

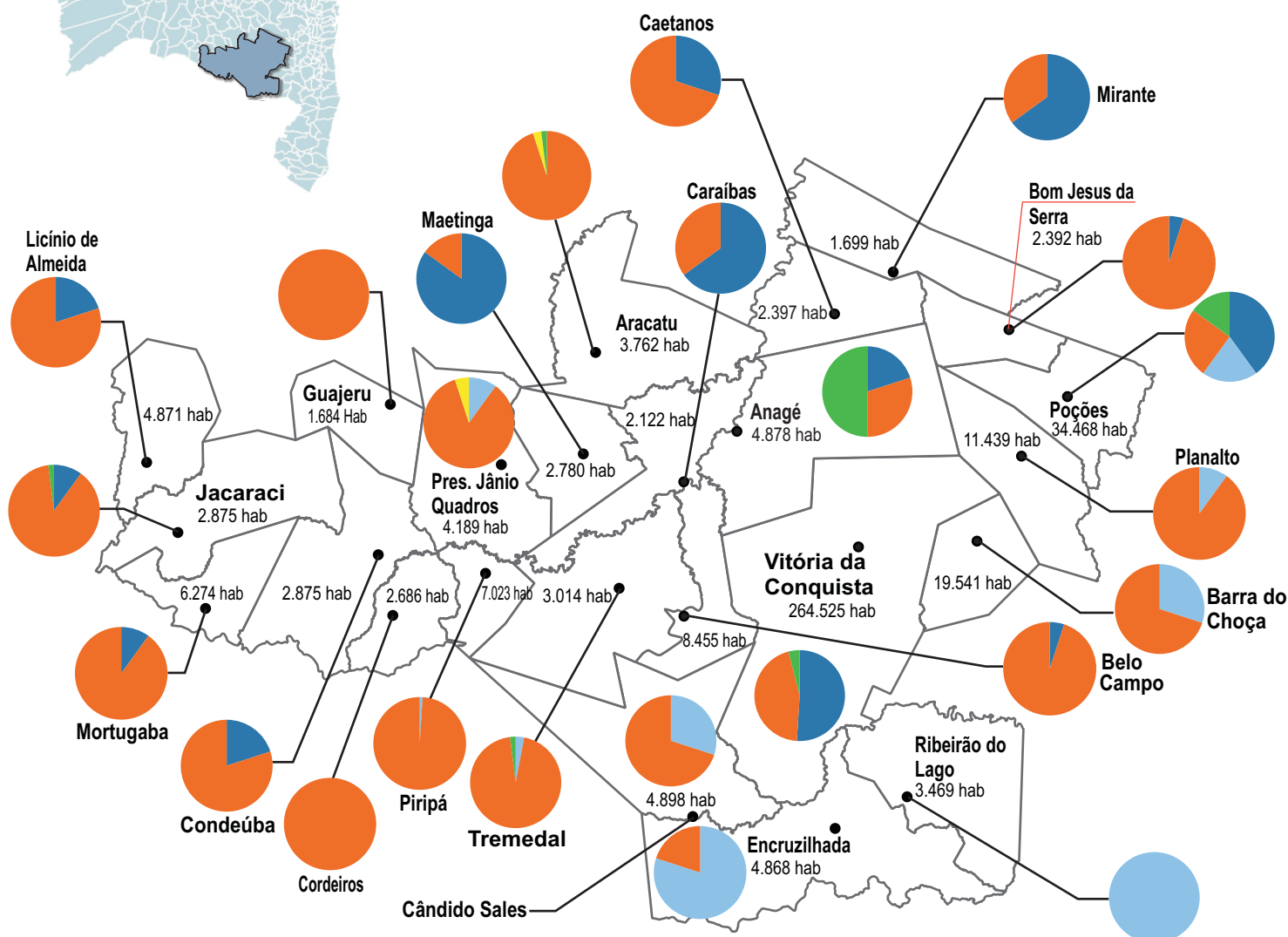
contribuições no vertedouro do açude representa cerca de 2% para *esgotos primários* e 10% para *esgotos secundários*.

No contexto, evidencia-se a sede de Encruzilhada muito embora nessa situação o *lançamento direto* restrinja-se a contribuições de *esgotos secundários*. De forma semelhante em Cândido Sales 10% dos *esgotos secundários* são remetidos diretamente ao Riacho Seco, Córrego Parque Vaquejada e Rio Pardo.

Quadro 7.3 – Formas de manejo e disposição dos esgotos primários nas sedes municipais – RDS 20

MUNICÍPIO	FORMAS DE MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS PRIMÁRIOS				
	% área urbana atendidos por sistema separador	% área urbana atendidos por sistema misto	% área urbana atendidos por fossa e infiltração	% área urbana que lançam a céu aberto	% área urbana com lançamento direto no corpo receptor
ANAGÉ	20	0	30	0	50
ARACATU	0	0	95	3	2
BARRA DO CHOÇA	0	30	70	0	0
BELO CAMPO	5	0	95	0	0
BOM JESUS DA SERRA	5	0	95	0	0
CAETANOS	30	0	70	0	0
CÂNDIDO SALES	0	30	70	0	0
CARAÍBAS	65	0	35	0	0
CONDEÚBA	20	0	80	0	0
CORDEIROS	0	0	100	0	0
ENCRUZILHADA	0	80	20	0	0
GUAJERU	0	0	100	0	0
JACARACI	10	0	88	0	2
LICÍNIO DE ALMEIDA	20	0	80	0	0
MAETINGA	85	0	15	0	0
MIRANTE	65	0	35	0	0
MORTUGABA	10	0	90	0	0
PIRIPÁ	0	1	99	0	0
PLANALTO	0	10	90	0	0
POÇÕES	40	20	25	0	15
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	0	10	85	5	0
RIBEIRÃO DO LARGO	0	100	0	0	0
TREMEDAL	0	3	95	0	2
VITÓRIA DA CONQUISTA	51	0	45	0	4

Fonte: Geohidro, 2010


LEGENDA:

-  SISTEMA SEPARADOR (SISTEMA OU SOLUÇÃO LOCALIZADA DE ESGOTO)
-  SISTEMA COM OPERAÇÃO MISTA (SISTEMA INFORMAL)
-  SISTEMA PLANEJADO PARA OPERAR COMO MISTO
-  FOSSA SUMIDOURO (CÂMARA ÚNICA)
-  LANÇAMENTO NO CORPO RECEPTOR VIA COLETORES
-  LANÇAMENTO A CÉU ABERTO
-  LANÇAMENTO DIRETO NO CORPO RECEPTOR
-  INFORMAÇÕES NÃO DISPONIBILIZADAS

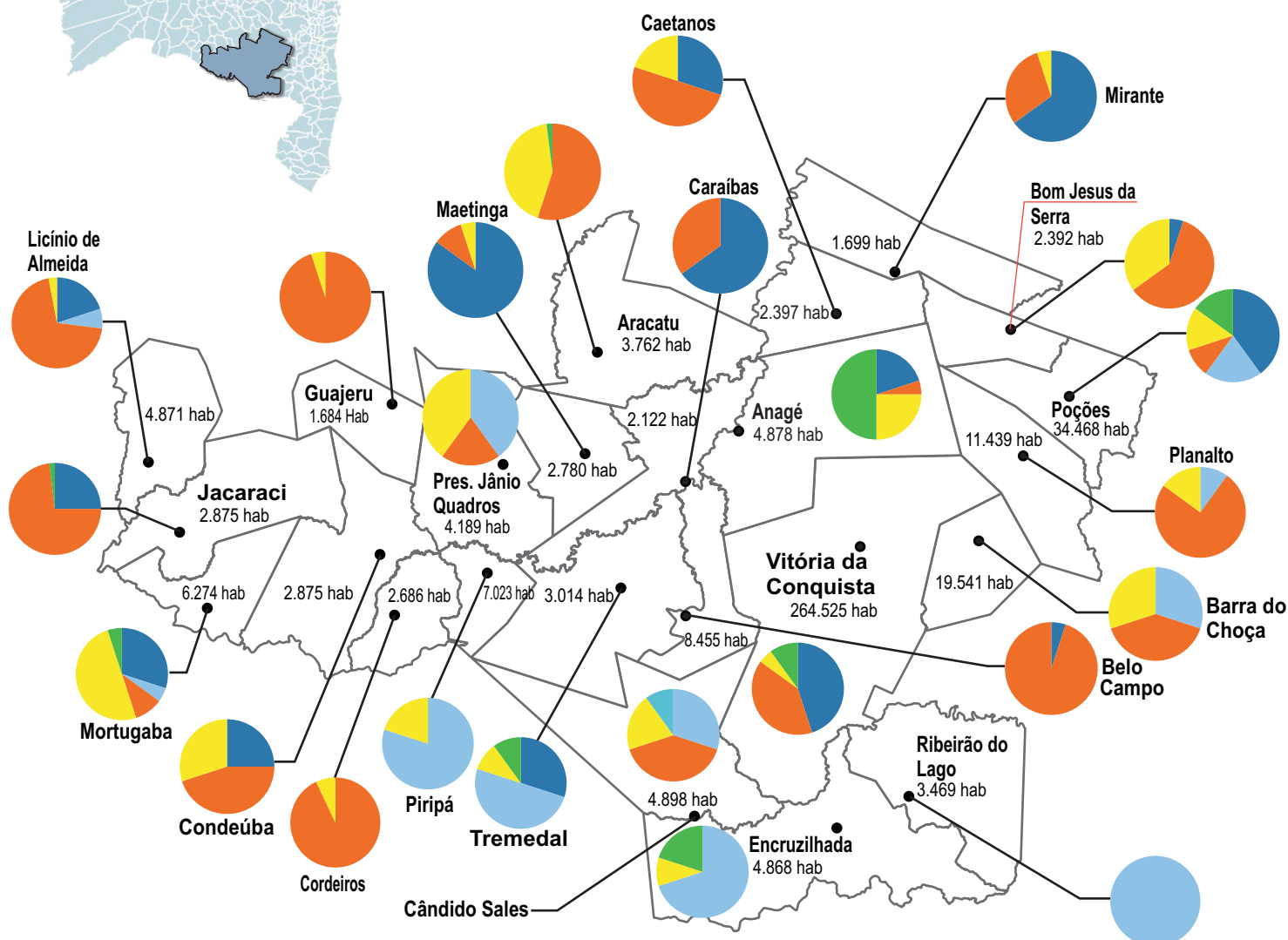
26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 20
VITÓRIA DA CONQUISTA
ESGOTAMENTO SANITÁRIO
TIPOLOGIAS SOLUÇÃO
MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS PRIMÁRIOS

Quadro 7.4. – Formas de manejo e disposição dos esgotos secundários nas sedes municipais – RDS 20

MUNICÍPIO	FORMAS DE MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS SECUNDÁRIOS				
	% área urbana atendidos por sistema separador	% área urbana atendidos por sistema misto	% área urbana atendidos por fossa e infiltração	% área urbana que lançam a céu aberto	% área urbana com lançamento direto no corpo receptor
ANAGÉ	20	0	5	25	50
ARACATU	0	0	55	43	2
BARRA DO CHOÇA	0	30	40	30	0
BELO CAMPO	5	0	95	0	0
BOM JESUS DA SERRA	5	0	60	35	0
CAETANOS	30	0	50	20	0
CÂNDIDO SALES	0	30	40	20	10
CARAÍBAS	65	0	35	0	0
CONDEÚBA	25	0	45	30	0
CORDEIROS	0	0	93	7	0
ENCRUZILHADA	0	70	0	10	20
GUAJERU	0	0	95	5	0
JACARACI	25	0	73	0	2
LICÍNIO DE ALMEIDA	20	7	70	3	0
MAETINGA	85	0	10	5	0
MIRANTE	65	0	30	5	0
MORTUGABA	30	5	10	50	5
PIRIPÁ	0	80	0	20	0
PLANALTO	0	10	75	15	0
POÇÕES	40	20	10	15	15
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	0	40	20	40	0
RIBEIRÃO DO LARGO	0	100	0	0	0
TREMEDAL	30	50	0	10	10
VITÓRIA DA CONQUISTA	45	0	40	5	10

Fonte: Geohidro, 2010



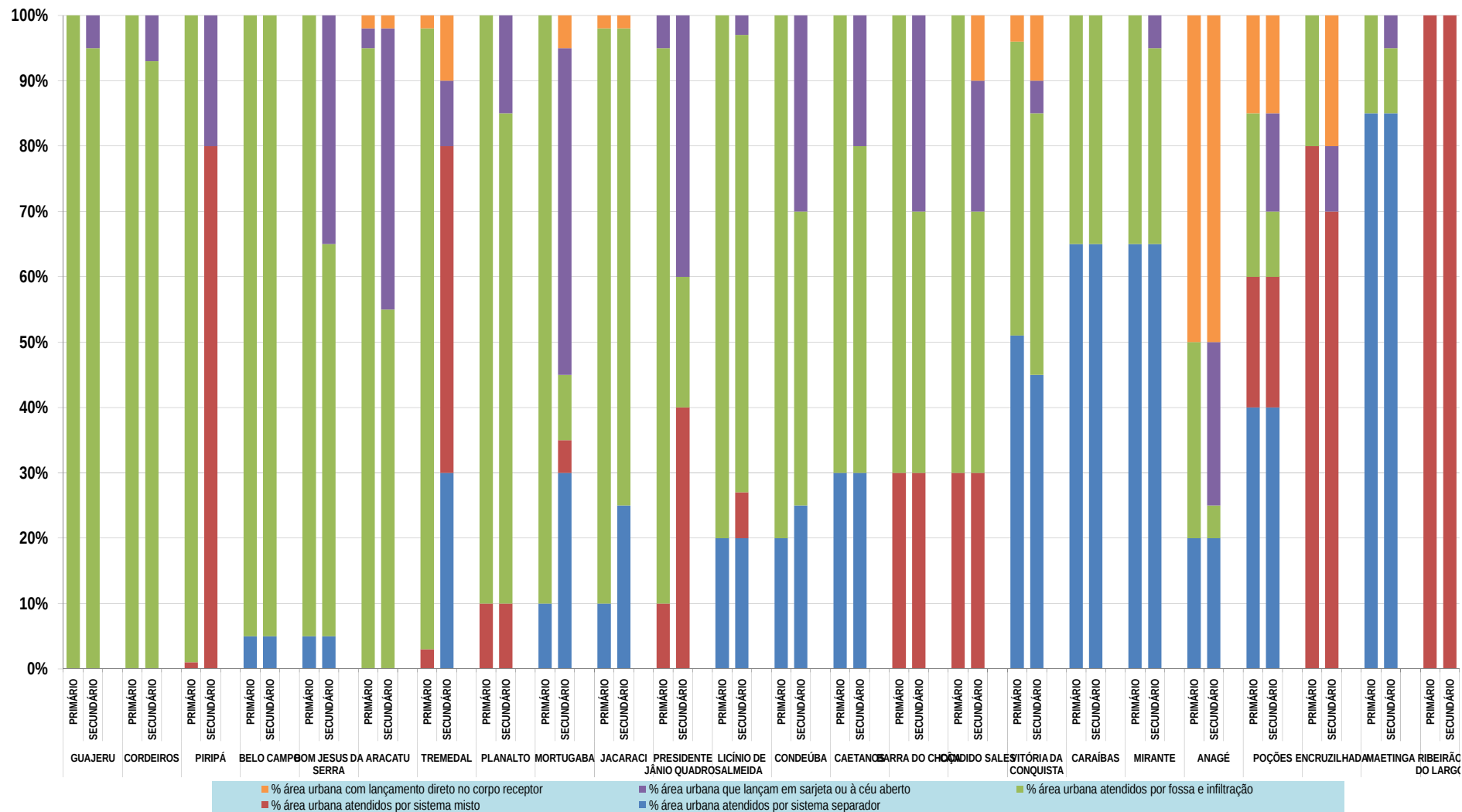
LEGENDA:

-  SISTEMA SEPARADOR (SISTEMA OU SOLUÇÃO LOCALIZADA DE ESGOTO)
-  SISTEMA COM OPERAÇÃO MISTA (SISTEMA INFORMAL)
-  SISTEMA PLANEJADO PARA OPERAR COMO MISTO
-  FOSSA SUMIDOURO (CÂMARA ÚNICA)
-  LANÇAMENTO NO CORPO RECEPTOR VIA COLETORES
-  LANÇAMENTO A CÉU ABERTO
-  LANÇAMENTO DIRETO NO CORPO RECEPTOR
-  INFORMAÇÕES NÃO DISPONIBILIZADAS

26.350 hab - População atual da sede municipal (2009)

RDS 20
VITÓRIA DA CONQUISTA
ESGOTAMENTO SANITÁRIO
TIPOLOGIAS DE SOLUÇÃO
MANEJO E DISPOSIÇÃO DOS ESGOTOS SECUNDÁRIOS

Gráfico 7.9 – Formas de manejo dos esgotos sanitários – RDS 20



Fonte: Geohidro, 2010

Nas tabelas e gráficos apresentados anteriormente, a terminologia *sistema misto* é empregada para designar as alternativas de condução conjunta de *esgotos sanitários* e águas pluviais que podem ocorrer, inclusive de forma simultânea, em uma mesma cidade: as redes do *sistema misto* e do *sistema unitário*, propriamente ditos; as denominadas *redes mistas informais*, concebidas para funcionar como *sistema misto*; as redes originalmente *separadoras* que passaram a receber águas pluviais; e as redes coletoras dos sistemas de drenagem que recebem esgotos.

7.1.4 Tratamento e destinação final dos efluentes

Nas localidades estudadas da RDS 20, as formas de promover a destinação final dos *esgotos sanitários* compreendem, em ordem hierárquica, a disposição dos efluentes no solo e o encaminhamento das contribuições, via condução dirigida, aos corpos hídricos receptores, precedidas ou não de unidades de tratamento.

A disposição no solo acontece principalmente por infiltração direta, através de *fossas de absorção* e de *fossas sépticas* seguidas por *sumidouros* e, de forma indireta, pelo lançamento de efluentes não tratados na superfície de terrenos descampados, normalmente situados nas bordas periféricas das cidades.

A disposição em corpos hídricos se verifica por intermédio do lançamento das *contribuições sanitárias* em rios, riachos, lagoas e várzeas úmidas que margeiam ou que se estabelecem no interior das manchas urbanas, seja por intermédio de extremidades finais de redes coletoras seja através de *lançamentos diretos* e individualizados. Ocorre também por via indireta através de canais, galerias, sarjetas, valetas e demais estruturas responsáveis pela drenagem pluvial das cidades.

Na região, com exceção da Cidade de Ribeirão do Largo onde as fossas não são empregadas, todas as localidades estudadas utilizam estruturas de absorção normalmente não precedidas por tanques sépticos promotores de redução da carga orgânica afluente. Destaca-se que a presença de fossas sépticas seguidas de sumidouro foi registrada como predominante apenas em Encruzilhada e Maetinga. Em assim ocorrendo, cargas brutas, diluídas ou não no conjunto das águas residuárias, infiltram-se direta e imediatamente no solo, sem sofrer prévia digestão anaeróbica em câmaras estanques. Ademais, mesmo na hipótese da implantação preliminar de tanques sépticos, não há informações que possibilitem avaliar, dentre outros aspectos, as características das camadas filtrantes do solo a ponto de garantir a eficácia da infiltração dirigida, enquanto método satisfatório de disposição final de efluentes sanitários. Desconhece-se também o comportamento dos fluidos percolados, nos períodos em que chuvas intensas provocam elevação do aquífero freático.

Em determinadas sedes municipais, as populações têm se deparado com a ineficiência das fossas, como reflexo da ausência de critério técnico na implantação das mesmas ou da inaptidão do solo a essa forma de disposição dos efluentes.

Das 25 localidades estudadas na RDS 20, apenas Barra Nova e Vitória da Conquista são servidas, mesmo assim de forma parcial, por sistemas de esgotamento sanitário geridos pela Embasa. Registra-se que na porção atendida dessas o tratamento dos efluentes domésticos coletados é efetivamente realizado. O **Quadro 7.5** retrata esta situação.

Quadro 7.5 – Tratamento e destinação final em cidades atendidas pela Embasa – RDS 20

SISTEMA	TIPO	MUNICÍPIO	LOCALIDADE	TRATAMENTO	CORPO RECEPTOR
Vitória da Conquista	SES	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Gradeamento, caixa de areia, lagoa aerada, lagoa facultativa e lagoa de polimento	Córrego Verruga
Barra do Choça	SLE	Barra do Choça	Barra Nova	Gradeamento, caixa de areia, DAFA e biofiltro	Rio Monos

Fonte: Geohidro, 2010

Em Vitória da Conquista, a contribuição coletada pelo *sistema separador* recebe *tratamento* compreendido por lagoa aerada, lagoa de polimento e lagoa facultativa. De acordo com informações, tais lagoas de tratamento apresentam vegetação inadequada nas bordas e encontram-se assoreadas. Em linhas gerais, o estado de conservação da estação de tratamento pode ser classificado como precário. Com relação ao tratamento, registra-se ainda a informação de que o processo exala odores inconvenientes que conduzidos pelo vento alcançam o centro da cidade. Nessas condições, tanto a parcela dos esgotos canalizados tratada como as contribuições brutas que não infiltram no solo e escoam *a céu aberto* são descartadas diretamente no Córrego Verruga, afluente do Rio Pardo. Ainda nesta cidade, observa-se que uma lagoa, denominada Lagoa das Bateias, também constitui corpo receptor dos *esgotos sanitários lançados diretamente* ou conduzidos pelos canais de macrodrenagem.

Sob o enfoque da Bacia do Rio Pardo evidenciam-se, além da Cidade de Vitória da Conquista, as situações de Ribeirão do Largo, Cândido Sales, Encruzilhada, Barra do Choça e Belo Campo.

Na Cidade de Ribeirão do Largo, a *rede mista* implantada conduz a totalidade dos *esgotos sanitários in natura* para rio homônimo, afluente do Rio Pardo.

Nas sedes municipais de Encruzilhada e Cândido Sales, tanto a parcela não tratada dos *esgotos sanitários* canalizados por *rede mista informal* como as contribuições secundárias brutas, *lançadas diretamente a céu aberto*, são também descartadas no Rio Pardo.

Na Cidade de Barra do Choça, de acordo com informações de campo, as unidades integrantes da ETE (grade, caixa de areia, DAFA e lagoa anaeróbia) que funciona aos encargos da prefeitura municipal, operam sob condições precárias. Registra-se ainda a informação de que o processo de tratamento exala odores inconvenientes e que as lagoas de estabilização encontram-se mal conservadas, com sinais de assoreamento e de eutrofização, caracterizada pela presença de vegetação inadequada nas bordas. Ressalta-se que na ocasião da visita os DAFA's estavam desativados. Os efluentes tratados direcionam-se, por meio de um emissário, ao Rio Catolé, para onde seguem também a parcela dos *esgotos secundários* descartada *a céu aberto*.

Em Belo Campo, o baixo percentual dos *esgotos sanitários* conduzidos pela *rede separadora* são remetidos a uma lagoa anaeróbia, que dispõe seus efluentes numa vereda situada na periferia. O estado geral de conservação desta unidade de tratamento pode ser classificado como precário, estando mal conservada e com presença de vegetação imprópria nas bordas. Em época de chuvas, as contribuições convergem ao Córrego da Vereda, um riacho intermitente.

No âmbito da bacia hidrográfica do Rio de Contas, observa-se que, em variada proporção, 15 cidades da RDS 20, utilizam-se de redes de coleta, sejam *mistas informais* ou *separadoras*, para o afastamento de parcelas dos *esgotos sanitários* gerados pelas suas populações. Ressalta-se que sete dessas localidades situam-se na sub-bacia do Rio Gavião.

Na sede de Anagé, a parcela dos *esgotos sanitários* recolhida pela *rede separadora* converge a uma bateria de digestores anaeróbios que, pelo fato de estarem parcialmente inoperantes, implica na descarga de efluentes brutos no Rio Gavião. O restante das contribuições coletadas e os efluentes que escoam a *céu aberto* ou que são *diretamente lançados* têm como destino final o próprio Rio Gavião e o Riacho Zaia, seu afluente direto. Registra-se também que parcela dos *esgotos secundários lançados a céu aberto* escoam em direção a uma lagoa urbana, denominada Lagoa do Cemitério.

Na Cidade de Poções a estação de tratamento de esgoto - abrangendo gradeamento, caixa de areia, decantadores, lagoa de polimento e facultativa - opera em condições satisfatórias. O efluente tratado assim como os *esgotos sanitários* afastados pelas outras formas de manejo utilizadas, como sejam as redes *mistas*, os *lançamentos direto* e a *céu aberto*, findam sendo conduzidos *in natura* para lagoas urbanas, brejos e para o Rio São José, tributário do Rio de Contas.

Em Caraíbas, de acordo com informações de campo, as unidades integrantes da ETE (grade, caixa de areia, DAFAs, lagoa aerada e leito de secagem), aos encargos da prefeitura municipal operam sob condições satisfatórias. Os efluentes tratados são remetidos ao lago formado pela Barragem do Rio Gavião.

Na sede municipal de Tremedal as contribuições brutas canalizadas por *rede separadora* ou *rede mista informal* e as parcelas que escoam a *céu aberto* ou que são *diretamente lançadas* têm como destino final o Ribeirão da Ressaca, afluente do Rio Gavião.

Na Cidade de Mirante, de acordo com informações de campo, parcela dos *esgotos sanitários* recolhida pela *rede separadora* é remetida às fossas comunitárias que operam de forma precária; a parcela restante é encaminhada a uma estação de tratamento - composta de grade, caixa de areia, DAFAs, lagoa facultativa e leito de secagem - que funciona aos encargos da prefeitura municipal e, apresentando capacidade insuficiente, também opera sob condições precárias. Os efluentes tratados direcionam-se, por meio de um emissário, ao Rio do Peixe para onde seguem também a parcela dos *esgotos secundários* descartada a *céu aberto*.

Em Maetinga, os esgotos concentrados pela *rede separadora* são dispostos sob três condições distintas: uma parcela é encaminhada à estação de tratamento, outra segue para uma fossa coletiva e o restante é *lançado diretamente* no corpo receptor. Segundo relatos de campo, as unidades integrantes da ETE (grade de limpeza e DAFA), que opera aos encargos da prefeitura municipal, apresentam condição precária. Registra-se ainda a informação de que o processo de tratamento exala odores inconvenientes. Afinal, os efluentes tratados são remetidos ao Riacho do Pires, para onde seguem também o percentual coletado que não recebe tratamento e a parcela dos *esgotos secundários* que escoam a *céu aberto*.

Na sede municipal de Mortugaba, o Rio dos Buracos e o Rio do Barreiro apresentam qualidade ambiental vulnerabilizada pelo lançamento de *esgotos sanitários* brutos, sejam esses canalizados por *rede mista*, *rede separadora*, diretamente lançados ou provenientes de descarte a *céu aberto*. Já em Presidente Jânio Quadros as *contribuições sanitárias* reunidas pela *rede mista* ou *dispostas a céu aberto* são remetidas *in natura* a uma lagoa estabelecida na área urbana.

Na Cidade Condeúba, a disposição final dos *esgotos sanitários* não tratados, veiculados por *rede separadora*, ocorre no Rio Gavião para onde seguem também as parcelas de *esgotos secundários* descartadas a *céu aberto*.

Em Piripá, registra-se a existência de um DAFA que se encontra inoperante. De acordo com relatos de campo as *contribuições secundárias* concentradas pela *rede mista* são conduzidas diretamente ao Rio

Canabrava e para a Lagoa de Dadá que também constitui corpo receptor dos *esgotos secundários* que escoam a *céu aberto*.

Na sede municipal de Caetanópolis, *esgotos sanitários* canalizados por *rede separadora* são descartados *in natura* no Rio Caveira, contribuinte do Rio de Contas, assim como ocorre com parcela considerável de *esgotos secundários* que escoam a *céu aberto*.

Em Licínio de Almeida, uma lagoa anaeróbia que opera em condições precárias recebe efluentes sanitários concentrados pela *rede separadora* convergente que, assim como *esgotos secundários* brutos canalizados pela *rede mista* ou *lançados a céu aberto* findam sendo descartados em um brejo localizado na periferia da cidade.

Na Cidade de Planalto, a lagoa urbana, denominada Lagoa de Periperi, é utilizada para disposição final da rede que opera sob regime de *sistema misto*. Observa-se que essa lagoa também constitui corpo receptor dos *esgotos secundários* que escoam a *céu aberto*. Já na sede municipal de Jacaraci os *esgotos sanitários* conduzidos pela *rede separadora* e a parcela que é diretamente descartada são remetidos ao rio homônimo à cidade.

Na Cidade de Bom Jesus da Serra, um riacho é utilizado para disposição final da rede que opera sob regime de *sistema separador* enquanto os *esgotos secundários*, *escoados a céu aberto*, fluem em direção a uma lagoa. Situação similar se verifica para Aracatu, onde os *esgotos sanitários* brutos que escoam a *céu aberto* ou a parcela correspondente ao *lançamento direto* são descartados em um tanque de acumulação e também para em um brejo situado na banda esquerda da mancha urbana.

Outro aspecto crítico a observar na RDS 20 é que em 19 das 24 cidades que a compõe, setores urbanos descartam *esgotos a céu aberto*, refletindo, além da insuficiência de infraestrutura adequada, a ausência de controle do uso do solo. Há situações em que os setores nessa condição contribuintes localizam-se tanto no miolo como nas periferias urbanas e os lançamentos acontecem em sarjetas e em valetas, nas vias não pavimentadas ou nos fundos de lotes. Desta forma, as contribuições findam escoando para os baixios urbanos, por onde correm os cursos d'água.

Em Guajerú e Cordeiros, cidades desprovidas de rede coletora de qualquer espécie, os *esgotos secundários* *escoados a céu aberto* são dispostos no solo.

Além do despejo de efluentes não tratados, conduzidos por redes coletoras e linhas de fluxo a *céu aberto*, os corpos hídricos da região recebem, via *lançamento direto*, *contribuições sanitárias* de nove cidades.

Em síntese, pode-se afirmar que na RDS 20, além do solo urbano, os rios, riachos, córregos e várzeas inseridos nas bacias hidrográficas do Rio de Contas e do Rio Pardo, que afinal comportam todas as localidades estudadas, encontram-se ameaçados pela ausência ou pela insuficiência de manejo adequado de esgotamento das *contribuições sanitárias*.

Para atenuar a situação diagnosticada, fato positivo é que em 10 das 24 cidades projetos técnicos encontram-se concluídos ou estão sendo elaborados por entidades governamentais no sentido da melhoria dos serviços. Registra-se, de forma negativa, que apenas em quatro cidades as obras correspondentes à implantação de SESs encontram-se em andamento. Não obstante, na sede mais populosa da região, portanto maior geradora de carga orgânica, qual seja Vitória da Conquista as intervenções visando ampliação ao atendimento apresentam-se em estágio avançado. Ressalta-se que os referidos estudos contemplam estações de tratamento o que reduzirá significativamente os riscos de

contaminação: seja das camadas do subsolo, nas situações onde predominam fossas; seja dos corpos hídricos, nas localidades onde sarjetas, valetas e redes coletoras descartam esgotos *in natura*.

Na sequência, o **Quadro 7.6**, indicativo da disposição final dos efluentes sanitários gerados nas sedes municipais da região.

Quadro 7.6 – Disposição final de efluentes sanitários – RDS 20

MUNICÍPIO	DISPOSIÇÃO FINAL				
	DISPOSIÇÃO OCEÂNICA	DISPOSIÇÃO FLUVIAL	DISPOSIÇÃO LACUSTRE	DISPOSIÇÃO DIRETA NO SOLO	
				EM BREJOS, PASTOS E VÁRZEAS	POR MEIO DE INFILTRAÇÃO EM FOSSA DE ABSORÇÃO OU SUMIDOURO
ANAGÉ		●	●		●
ARACATU			●		●
BARRA DO CHOÇA		●			●
BELO CAMPO				●	●
BOM JESUS DA SERRA			●		●
CAETANOS		●	●		●
CÂNDIDO SALES		●			●
CARÁÍBAS			●		●
CONDEÚBA		●			●
CORDEIROS					●
ENCRUZILHADA		●			●
GUAJERU					●
JACARACI		●			●
LICÍNIO DE ALMEIDA				●	●
MAETINGA		●			●
MIRANTE		●			●
MORTUGABA		●			●
PIRIPÁ		●	●		●
PLANALTO			●		●
POÇÕES		●	●	●	●
PRESIDENTE JÂNIO QUADROS				●	●
RIBEIRÃO DO LARGO		●			
TREMEDAL		●			●
VITÓRIA DA CONQUISTA		●			●

Fonte: Geohidro, 2010

7.1.5 O manejo dos esgotos sanitários na Cidade de Vitória da Conquista

Conforme explanado no corpo geral desse item, em Vitória da Conquista, na situação atual, pouco expressiva é a parcela de esgotos sanitários domésticos que não são afastados do convívio com a população urbana por intermédio de linhas separadoras do SES operado pela Embasa ou por estruturas de absorção (fossas de câmara única e tanques sépticos seguidos de sumidouro). Para essas contribuições remanescentes, duas são as formas de manejo utilizadas, como sejam: *lançamentos diretos* em corpos receptores e descartes *a céu aberto*, que findam sendo rejeitadas *in natura* no Córrego Verruga, contribuinte do Rio Pardo, e na Lagoa das Bateias, o que representa um panorama de dano da condição ambiental no conjunto do manejo dos esgotos sanitários na cidade.

Na sede municipal de Vitória da Conquista a concepção do sistema de esgotamento caracteriza-se por duas bacias distintas: bacias Leste e Oeste. A Bacia Leste abrange a área contribuinte para o Rio Verruga, onde se localiza a maior parte do SES existente, enquanto a Bacia Oeste contempla a expansão urbana ocorrida a oeste sobre setores inseridos na vertente hidrográfica do Riacho São Pedro.

Na RDS 20, apenas em duas localidades a atuação da concessionária estadual em serviços de esgotamento sanitário se faz presente. Em Vitória da Conquista ocorre através da operação de sistema de esgotamento sanitário (SES), implantado a partir da década de 70, estruturado em *regime separador absoluto* e dotado de unidades de tratamento dos efluentes. A tarifação é praticada e corresponde a 80% do valor cobrado pelos serviços de abastecimento de água.

Na situação atual o sistema cobre aproximadamente 51% da área urbana e atende a uma população de cerca de 173.000 habitantes. Esgotando a área central da cidade e bairros situados no seu entorno contempla ainda três glebas isoladas onde estão os conjuntos habitacionais Loteamento Parque Coveima, Urbis VI e Condomínio Green Ville. A rede coletora com extensão de aproximadamente 350 km encaminha os esgotos sanitários coletados por gravidade e recalcados por quatro estações elevatórias para a Estação de Tratamento de Efluentes.

A estação de tratamento compreende quatro lagoas de estabilização implantadas na década de 70 e foi reformada no ano 2000 visando à eliminação de maus odores gerados no processo. Entretanto, registrou-se na inspeção de campo a persistência da exalação de odores, com reclamações constantes devido à proximidade entre as unidades e edificações urbanas; assim, optou-se pela desativação e construção de uma nova ETE. Duas lagoas são aeradas sendo que uma funciona em regime de mistura completa enquanto a outra opera como lagoa facultativa. As lagoas restantes funcionam como lagoas de maturação. O efluente tratado é lançado no Córrego Verruga, afluente do Rio Grande, que, de acordo com verificação visual em campo, apresenta indícios de contaminação.

Apesar de não ser considerada satisfatória a situação do manejo dos esgotos sanitários na Cidade de Vitória da Conquista, sob responsabilidade da Embasa, observa-se que a ampliação do SES encontra-se em curso visando à expansão do atendimento a 80% da população.

8. LEVANTAMENTO DA REDE SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DA RDS 20

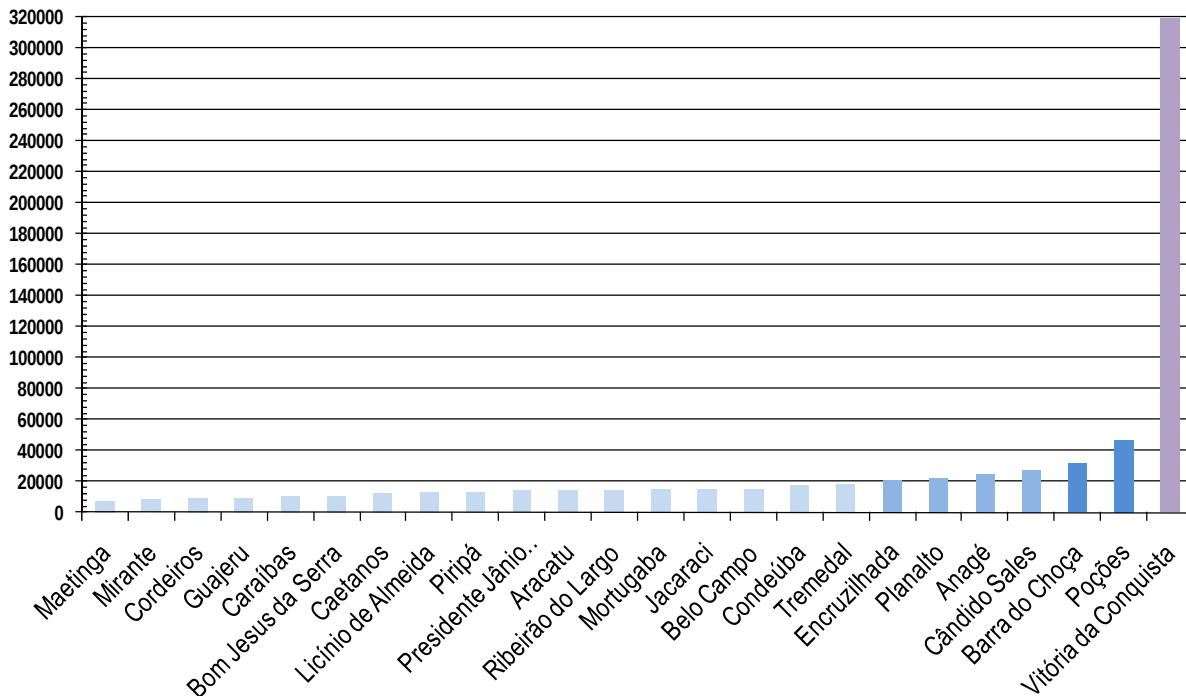
8.1 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES

A RDS 20 – Vitória da Conquista é composta por 24 municípios, localiza-se na região sudoeste do Estado. Economicamente a região, além de ser um importante pólo de serviços também caracteriza-se pelo protagonismo econômico do setor agrícola, com o café e a cana de açúcar como produtos de maior importância.

A região de Vitória da Conquista tem uma população total de 709.936 habitantes (IBGE - estimativa de população 2009). A distribuição dos municípios por faixa populacional, apresentada a seguir, no **Gráfico 8.1**, permite identificar que os 24 municípios ocupam quatro faixas distintas.

A primeira abrange 17 municípios com até 20.000 habitantes – Maetinga, Mirante, Cordeiros, Guajeru, Caraíbas, Bom Jesus da Serra, Caetanós, Licínio de Almeida, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Aracatu, Ribeirão do Largo, Mortugaba, Jacaraci, Belo Campo, Condeúba, Tremedal. Esta faixa representa 30,7% da população de toda RDS. A segunda faixa é formada por quatro municípios que possuem de 20.000 a 30.000 habitantes – Encruzilhada, Planalto, Anagé e Cândido Sales, compondo 13,4% do total populacional. A terceira faixa é composta apenas pelos municípios de Barra do Choça e Poções, que tem entre 30.000 e 50.000 habitantes e representa 11% do total de habitantes da RDS. A quarta faixa, que comporta municípios com mais de 100.000 mil habitantes, nesta RDS foi localizado apenas o município de Vitória da Conquista que tem exatamente 318.901 mil habitantes.

Gráfico 8.1 - Municípios por número de habitantes - RDS 20



A equipe do PEMAPES mapeou um total de 227 organizações da rede social com atuação representativa e ou afim aos objetivos do Plano Estadual. O **Quadro 8.1** seguinte apresenta os quantitativos das organizações mapeadas na região, por município, setor e tipo.

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo - RDS 20

MUNICÍPIOS	RDS 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA - ORGANIZAÇÕES MAPEADAS POR SETOR E TIPO																TOTAL
	GOVERNAMENTAL							SOCIAL						EMPRESARIAL	COMUNICAÇÃO	INTERSETORIAL	
	EXECUTIVO MUNICIPAL						OUTROS										
	SMMA	SME	SMI	SMS	SMAS			AACS	AM	AP	ONG	STR	OUTROS				
Anagé	X		X	X	X			X	X			X			Rádio Comunitária	Conselho Municipal de Saúde	9
Aracatu	X	X	X	X	X							X	Entidade Filantrópica		Rádio Comunitária	Conselho Municipal de Saúde	9
Barra do Choça *	X	X	X	SMS	X				2				Associação de Catadores	CDL	Rádio Comunitária	Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social	13
				PACS												Conselho Municipal de Meio Ambiente	
Belo Campo		X		X	X			X				X	Organização Religiosa		Rádio Comunitária	Conselho Municipal de Saúde	8
Bom Jesus da Serra	X	X	X	X	X			X		X						Conselho Municipal de Saúde	10
																Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano	
																Conselho Municipal de Combate à Pobreza Rural	
Caetanos		X	X	X	X			X	X	X		X				Conselho Municipal de Saúde	9
Cândido Sales	X	X	X	SMS PACS	X				3			X		CDL	Rádio Comunitária	Conselho Municipal de Meio Ambiente	13
Caraíbas		X		X	X				X			X				Conselho Municipal de Saúde	6
Condeúba	X		X	X	X			X	X			X	Associação de Mulheres			Conselho Municipal das Cidades	10
																Conselho Municipal de Saúde	
Cordeiros *			X *	X								X	Sindicato de Servidores Públicos			Conselo Municipal de Saude	6
																Conselho Municipal de Habitação	

* No município de Barra do Choça, além das organizações listadas, foi cadastrada a Associação dos Municípios da Microregião do Sudoeste (AMIRS) que não se enquadra nas categorias elencadas no gráfico.

** Os serviços de saneamento e infraestrutura no município de Cordeiros são de responsabilidade da Diretoria de Obras, vinculada à Secretaria Municipal de Administração.

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo - RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIOS	RDS 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA - ORGANIZAÇÕES MAPEADAS POR SETOR E TIPO															TOTAL	
	GOVERNAMENTAL						SOCIAL						EMPRESARIAL	COMUNICAÇÃO	INTERSETORIAL		
	EXECUTIVO MUNICIPAL					OUTROS											
	SMMA	SME	SMI	SMS	SMAS			AACS	AM	AP	ONG	STR					OUTROS
Encruzilhada	X		X	SMS PACS	X			X								Conselho Municipal de Saúde Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Meio Ambiente	8
Guajeru	X		X	X					X			X			Rádio Comunitária	Conselho Municipal de Saúde	7
Jacaraci	X	X		X	X			X	X			X	Organização Religiosa			Conselho Municipal de Saúde	9
Licínio de Almeida	X	X		X	X							X				Conselho Municipal de Saúde Conselho Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	7
Maetinga			X	SMS PACS	X				X	X		X	Organização Religiosa (2)			Conselho Municipal de Saúde	10
Mirante	X		X	X	X				X			X		Associação de Feirantes		Conselho Municipal de Saúde Comissão Preparatória para a Conferência Municipal das Cidades	9
Mortugaba		X	X	X	X				X	X		X		Associação Industrial e Comercial		Conselho Municipal de Saúde	9
Piripá	X		X	X				X	X		X				Rádio Comunitária	Conselho Municipal de Saúde	8
Planalto			X		X			X				X		CDL	Rádio Comunitária	Conselho Municipal das Cidades	7
Poções	X	X	X	X	X			X	2		X		Organização Religiosa	CDL		Conselho Municipal das Cidades Conselho Municipal de Saúde Conselho Municipal do Meio Ambiente	14

Quadro 8.1 – Organizações municipais mapeadas por setor e tipo - RDS 20 – Continuação

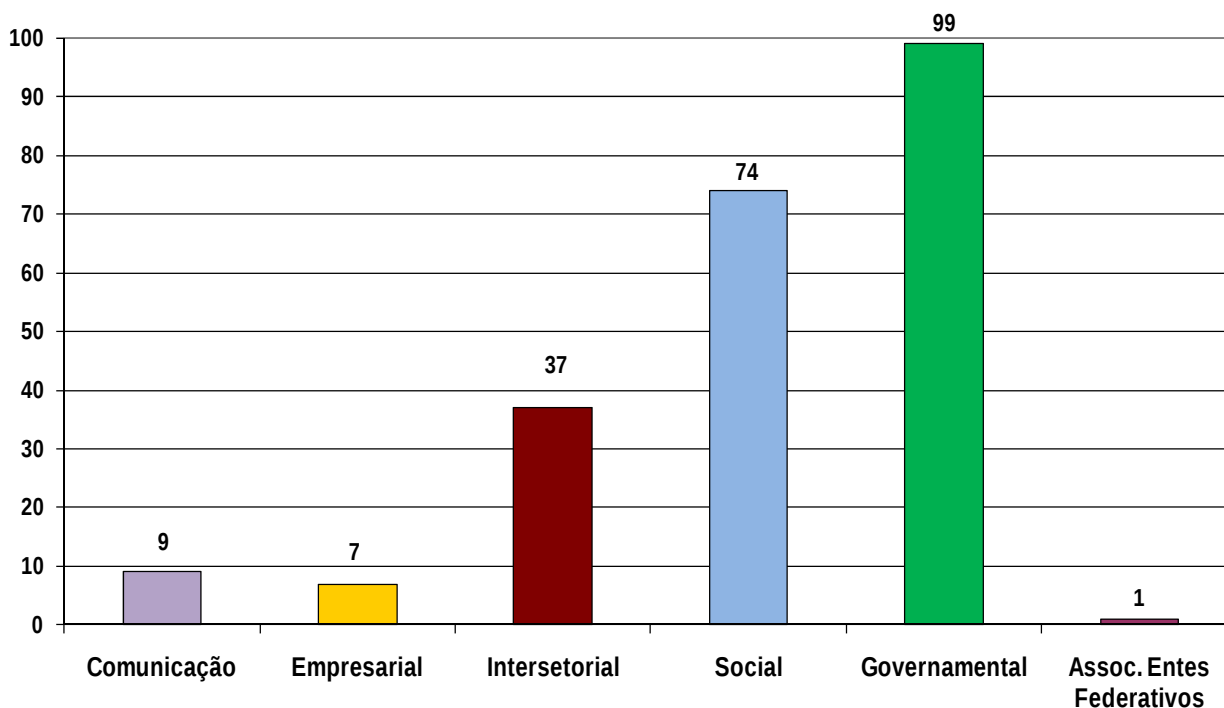
MUNICÍPIOS	RDS 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA - ORGANIZAÇÕES MAPEADAS POR SETOR E TIPO															TOTAL		
	GOVERNAMENTAL						SOCIAL							EMPRESARIAL	COMUNICAÇÃO		INTERSETORIAL	
	EXECUTIVO MUNICIPAL					OUTROS	AACS	AM	AP	ONG	STR	OUTROS						
	SMMA	SME	SMI	SMS	SMAS													
Presidente Jânio Quadros				X	X							X	Sindicato de Servidores Públicos			Conselho Municipal de Saúde	6	
																Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social		
Ribeirão do Largo	X	X	X	X	X	SAAE		X				X				Conselho Municipal de Saúde	9	
Tremedal	X	X		X	X							X	Associação de Catadores		Rádio Comunitária	Conselho Municipal de Saúde	8	
Vitória da Conquista	X	X	X	X	X		EMBASA	X	4		3	X	Organização Religiosa	CDL		Conselho Municipal da Cidade	22	
							UESB						Cooperativa de Catadores			Conselho Municipal de Saúde		
																		Conselho Municipal de Meio Ambiente
Total por tipo	16	14	18	27	21	1	2	12	21	4	5	19	13	7	9	37	227	
Total por Setor	99							74										
Percentual por Setor	43,6%							32,6%							3,1%	4,0%	16,3%	100,0%

Observação: Na soma indicada no gráfico inclui-se a Associação dos Municípios da Microregião do Sudoeste (AMIRS) cadastrada em Barra do Choça.

8.1.2 Perfil por setor e tipo

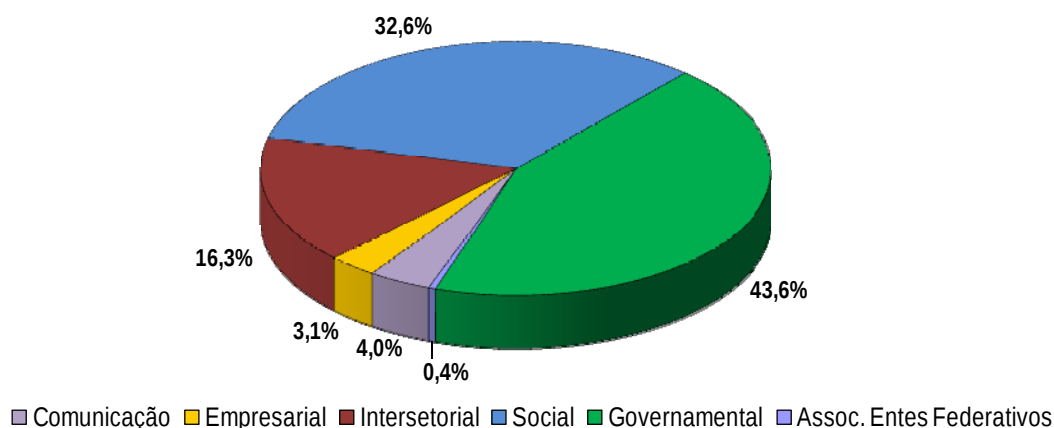
O mapeamento da rede social compreendeu um total de 227 organizações identificadas pela equipe técnica PEMAPES, nos 24 municípios da Região do Vitória da Conquista. Os setores social e governamental registram os maiores quantitativos de organizações mapeadas, como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 8.2 - Quantitativo de organizações mapeadas, por setor - RDS 20



A concentração de 43,6% das organizações no setor governamental no levantamento elaborado pela equipe técnica do PEMAPES é consequência direta da estratégia adotada para a realização do trabalho de campo. Esta consiste na busca do apoio das prefeituras municipais para o levantamento de seus dados. A segunda maior concentração está no setor social, 32,6%, refletindo o foco da equipe técnica em buscar e identificar as instituições da sociedade civil organizada da região. Este foco também é evidenciado por 16,3% de organizações intersetoriais no total mapeado nesta RDS.

Gráfico 8.3 - Percentual das organizações da rede social mapeada, por setor - RDS 20



▪ **Setor governamental**

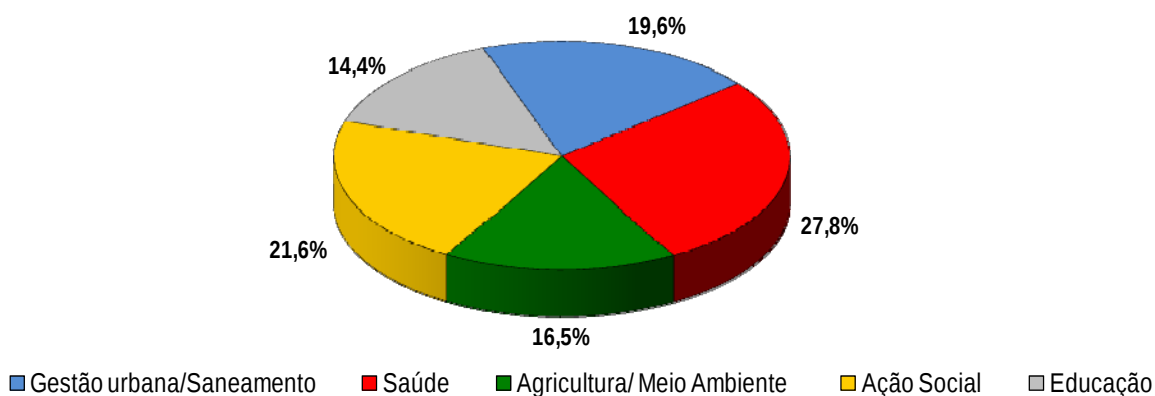
As 99 organizações do setor governamental mapeadas na RDS 20 apresentam a seguinte distribuição quantitativa por tipo:

Quadro 8.2 - Organizações do setor governamental segundo o tipo da organização - RDS 20

PODER PÚBLICO	ENTE DA FEDERAÇÃO	TIPO DE ORGANIZAÇÃO	Nº
Executivo	Municipal	Administração direta – Secretarias Municipais e outros órgãos	96
Executivo	Municipal	Administração indireta - Autarquias	1
Executivo	Estadual	Administração Indireta – Autarquias e Empresas Públicas	2
TOTAL			99

As organizações do tipo administração direta do Executivo Municipal constituem aproximadamente 97,9% do total de organizações do setor governamental mapeadas na RDS 20 e que exercem as seguintes atribuições afins ao PEMAPES:

Gráfico 8.4 - Organizações do executivo municipal, segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 20



Quadro 8.3 - Organizações do setor governamental municipal segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 20

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Anagé	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Aracatu	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Barra do Choça	Departamento Municipal de Meio Ambiente
Bom Jesus da Serra	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Condeúba	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Guajeru	Departamento de Meio Ambiente Municipal
Jacaraci	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Mirante	Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio e Meio Ambiente
Piripá	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Poções	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
Tremedal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Agricultura/ Meio Ambiente = 16	
Aracatu	Secretaria Municipal de Educação
Barra do Choça	Secretaria Municipal de Educação
Belo Campo	Secretaria Municipal de Educação
Bom Jesus da Serra	Secretaria Municipal de Educação
Caetanós	Secretaria Municipal de Educação
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Educação
Caraíbas	Secretaria Municipal de Educação
Jacaraci	Secretaria Municipal de Educação, Lazer, Cultura e Turismo
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Educação
Mortugaba	Secretaria Municipal de Educação
Poções	Secretaria Municipal de Educação
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Tremedal	Secretaria Municipal de Educação
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Educação
Educação = 14	
Anagé	Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo
Aracatu	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
Barra do Choça	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
Bom Jesus da Serra	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Caetanós	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infra-Estrutura
Condeúba	Secretaria Municipal de Transporte, Infraestrutura e Obras
Cordeiros	Secretaria Municipal de Administração

Quadro 8.3 - Organizações do setor governamental municipal segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
Guajeru	Departamento de Obras Municipal
Maetinga	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo
Mirante	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, Obras e Transporte Viário
Mortugaba	Secretaria Municipal de Obras e Infra-Estrutura
Piripá	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura
Planalto	Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas
Poções	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos
Ribeirão do Largo	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ribeirão do Largo
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Obras
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Infra-Estrutura Urbana
Gestão urbana/Infraestrutura/Saneamento = 19	
Anagé	Secretaria Municipal de Saúde
Aracatu	Secretaria Municipal de Saúde
Barra do Choça	Programa dos Agentes Comunitários de Saúde
Barra do Choça	Secretaria Municipal de Saúde
Belo Campo	Secretaria Municipal de Saúde
Bom Jesus da Serra	Secretaria Municipal de Saúde
Caetanós	Secretaria Municipal de Saúde
Cândido Sales	Programa dos Agentes Comunitários de Saúde
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Saúde
Caraíbas	Secretaria Municipal de Saúde
Condeúba	Secretaria Municipal de Saúde
Cordeiros	Secretaria Municipal de Saúde
Encruzilhada	Programa dos Agentes Comunitários de Saúde
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Saúde
Guajeru	Secretaria Municipal de Saúde
Jacaraci	Secretaria Municipal de Saúde
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Saúde
Maetinga	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
Maetinga	Secretaria Municipal de Saúde
Mirante	Secretaria Municipal de Saúde
Mortugaba	Secretaria Municipal de Saúde
Piripá	Secretaria Municipal de Saúde
Poções	Secretaria Municipal de Saúde
Presidente Jânio Quadros	Secretaria Municipal de Saúde
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Saúde
Tremedal	Secretaria Municipal de Saúde
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Saúde
Saúde = 27	

Quadro 8.3 - Organizações do setor governamental municipal segundo atribuição afim ao PEMAPES - RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Anagé	Secretaria Municipal de Assistência Social
Aracatu	Secretaria Municipal de Ação Social
Barra do Choça	Secretaria Municipal de Assistência Social
Belo Campo	Secretaria Municipal de Ação Social
Bom Jesus da Serra	Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social
Caetanós	Secretaria Municipal de Assistência Social
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Apoio e Desenvolvimento Social
Caraíbas	Secretaria de Assistência Social
Condeúba	Secretaria Municipal de Assistência Social
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Ação Social
Jacaraci	Secretaria Municipal de Assistência Social
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Maetinga	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Mirante	Secretaria Municipal de Assistência Social
Mortugaba	Secretaria Municipal de Assistência social
Planalto	Secretaria Municipal de Assistência Social
Poções	Secretaria Municipal de Assistência Social
Presidente Jânio Quadros	Secretaria Municipal de Ação Social
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Assistência social
Tremedal	Secretaria Municipal de Assistência Social
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Ação Social = 21	

Além das organizações do Executivo Municipal, foram também mapeadas pela equipe técnica PEMAPES as seguintes organizações do Executivo Estadual.

Quadro 8.4 Outras organizações do setor governamental mapeadas, por município e de esfera administrativa Estadual – RDS 20

ESFERA	MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO
Estadual	Vitória da Conquista	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Estadual	Vitória da Conquista	UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

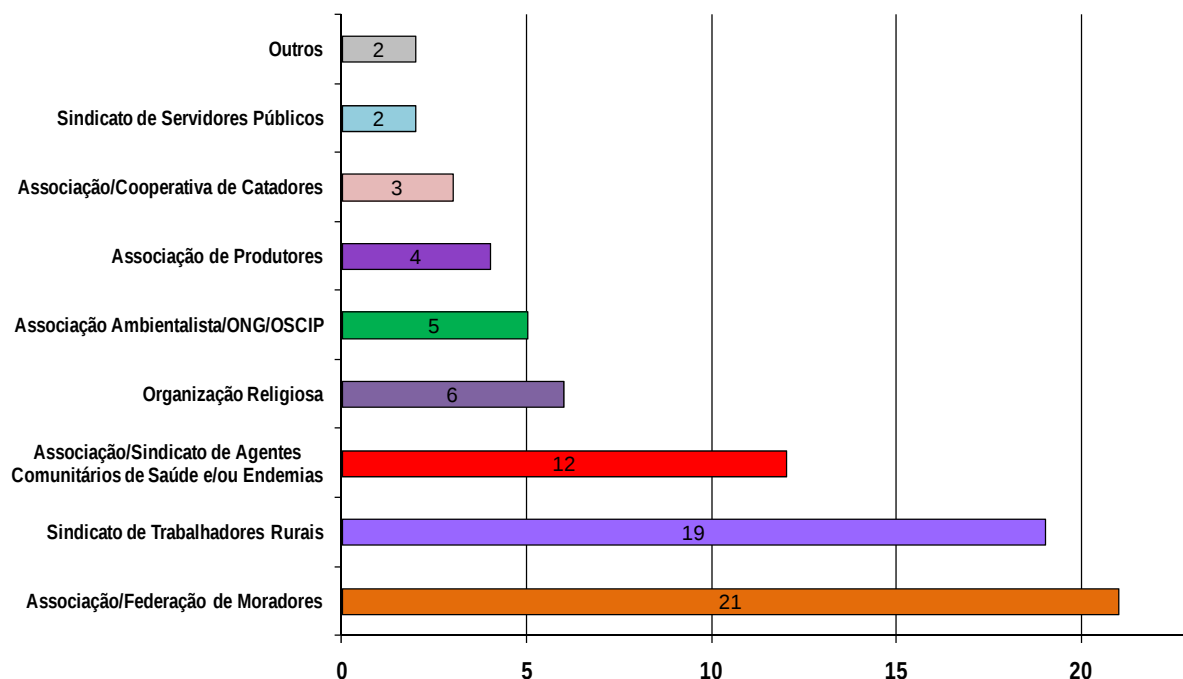
▪ Associação entre entes federativos

A equipe técnica mapeou, no município de Barra do Choça, a AMIRS - Associação dos Municípios da Microrregião do Sudoeste. Esta organização é composta por todos os municípios desta RDS. Este tipo diferenciado de organização, que se caracteriza pela associação entre entes federativos é de relevante importância para o processo de elaboração do PEMAPES, em virtude da sua composição, finalidade e abrangência regional.

▪ Setor social

As organizações do setor social constituem 32,6% do total de organizações mapeadas na RDS 20. Representam diferentes tipos de atuação da sociedade civil organizada nas redes sociais municipais e/ou regional.

Gráfico 8.5 – Quantitativo de organizações sociais mapeadas por tipo – RDS 20



No perfil das organizações sociais mapeadas na RDS 20, o tipo com maior representatividade é Associação/Federação de Moradores com 21 ou 28,4% do total. As associações foram identificadas em 14 municípios da região: Anagé, Barra do Choça (2), Caetanos, Cândido Sales (3), Caraíbas, Condeúba, Guajeru, Jacaraci, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Poções (2), e Vitória da Conquista (4). Algumas organizações, com a importante característica de representar outras associações de bairro e/ou rurais, são denominadas de central, federação ou união de associações e também foram identificadas nos municípios de Barra do Choça, Piripá, Poções e Vitória da Conquista (3).

A segunda posição de representatividade na RDS 20 pertence ao Sindicato de Trabalhadores Rurais com 19 ou 25,7% das organizações sociais mapeadas. Identificadas nos municípios de Anagé, Aracatu, Belo Campo, Caetanos, Condeúba, Cordeiros, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Planalto, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista, este tipo de organização representa uma das mais importantes categorias de trabalhadores da RDS de Vitória da Conquista.

Também com um percentual representativo de 16,2% e que equivale a 12 Associações/Sindicatos de Agentes Comunitários de Saúde e/ou Endemias que foram identificadas em Anagé, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Condeúba, Encruzilhada, Jacaraci, Piripá, Planalto, Poções, Ribeira do Largo e Vitória da Conquista. Os agentes orientam as comunidades urbanas e rurais destes municípios na prevenção de doenças, principalmente às decorrentes das carências de saneamento e salubridade ambiental.

Foram identificadas seis Organizações Religiosas que representando 8,1%, as organizações identificadas. Neste tipo de organização temos instituições como Arquidioceses, Paróquias e Pastorais

que foram cadastradas nos municípios de Belo Campo, Jacaraci, Maetinga (2), Poções e Vitória da Conquista.

As associações ambientais e ONG/OSCIP representam 6,8% do total de organizações mapeadas e estão localizadas nos municípios de Piripá, Poções e Vitória da Conquista (3). Este tipo de organização tem sua atuação focada na temática ambiental.

Também foram identificadas na região organizações como Associação de Produtores, Associação/Cooperativa de Catadores, Sindicato de Servidores Públicos, entre outros.

O quadro seguinte apresenta as 74 organizações sociais mapeadas pela equipe técnica PEMAPES na RDS 20 - Vitória da Conquista, discriminadas por tipo e município.

Quadro 8.5 - Organizações sociais por tipo e município – RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO
Anagé	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Anagé
Belo Campo	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde
Bom Jesus da Serra	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Bom Jesus da Serra
Caetanos	Associação de Agentes Comunitários de Saúde
Condeúba	Associação de Agentes Comunitários de Saúde de Condeúba
Encruzilhada	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Encruzilhada
Jacaraci	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias
Piripá	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde - Subsede de Piripá
Planalto	Associação de Agentes Comunitários de Saúde
Poções	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Poções
Ribeirão do Largo	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Ribeirão do Largo
Vitória da Conquista	SINDACSE - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias
Associação / Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde e/ou Endemias = 12	
Anagé	ADECAN - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Anagé
Barra do Choça	AMBOV - Associação de Moradores do Bairro Ouro Verde
Barra do Choça	FAMBAC - Federação de Associações Municipais de Barra do Choça
Caetanos	Associação de Moradores da Zona Urbana de Caetanos
Cândido Sales	AMAPRI - Associação de Moradores e Amigos do Bairro Primavera e Três Ranchos
Cândido Sales	Associação Comunitária dos Moradores do Bairro da Usina
Cândido Sales	Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Nova Conquista
Caraíbas	Associação do Desenvolvimento Comunitário de Caraíbas
Condeúba	Associação de Moradores do Bairro Divino Espírito Santo
Guajeru	Associação dos Moradores de Guajeru
Jacaraci	Associação de Moradores do Distrito Sede de Jacaraci
Maetinga	Associação de Moradores do Alto da Boa Vista
Mirante	Associação dos Moradores de Mirante

Quadro 8.5 - Organizações sociais por tipo e município – RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO
Mortugaba	Associação de Moradores e Pequenos Produtores de Mortugaba
Piripá	Central das Associações de Piripá
Poções	Associação dos Moradores do Bairro do Alto da Bela Vista
Poções	COAB - Coordenação de Associações de Bairros
Vitória da Conquista	Associação de Moradores do Loteamento vila da Conquista II - AMOVIC
Vitória da Conquista	FEMAC - Federação Municipal de Associação de Moradores
Vitória da Conquista	Movimento Unificado de Moradores de Vitória da Conquista
Vitória da Conquista	União das Associações de Bairro de Vitória da Conquista
Associação / Federação de Moradores = 21	
Bom Jesus da Serra	Associação de Agricultores Familiares Remanescentes de Quilombolas Mumbuca e Samambaia
Caetanós	Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Caetanós
Maetinga	Associação de Mulheres Pequenas Produtoras Rurais de Maetinga
Mortugaba	COODELEITE - Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar do Rio Gavião e Serra Geral
Associação de Produtores = 4	
Piripá	Movimento Água e Vida
Poções	OPA - Organização Político-Ambiental
Vitória da Conquista	Grupo de Economia Popular - GEP
Vitória da Conquista	Instituto Mata de Cipó
Vitória da Conquista	Organização Verde Vida
Associação Ambientalista / ONG / OSCIP = 5	
Anagé	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anagé
Aracatu	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracatu
Belo Campo	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Campo
Caetanós	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetanós
Cândido Sales	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cândido Sales
Caraíbas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caraíbas
Condeúba	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condeúba
Cordeiros	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cordeiros
Guajeru	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guajeru
Jacaraci	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacaraci
Licínio de Almeida	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar
Maetinga	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maetinga
Mirante	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirante
Mortugaba	Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura Familiar de Mortugaba
Planalto	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planalto
Presidente Jânio Quadros	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Jânio Quadros

Quadro 8.5 - Organizações sociais por tipo e município – RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO
Ribeirão do Largo	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ribeirão do Largo
Tremedal	Central das Associações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tremedal
Vitória da Conquista	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista
Sindicato de Trabalhadores Rurais = 19	
Belo Campo	Pastoral da Criança
Jacaraci	Pastoral da Criança
Maetinga	Paróquia Santo Antônio de Pádua
Maetinga	Pastoral da Criança
Poções	Pastoral do Meio Ambiente - Paróquia do Divino
Vitória da Conquista	Arquidiocese de Vitória da Conquista
Organização Religiosa = 6	
Barra do Choça	ACRESOL - Associação de Catadores de Resíduos Sólidos e Recicláveis
Tremedal	Associação Promotora de Vida - APROV
Vitória da Conquista	Cooperativa de Catadores Recicla Conquista
Associação / Cooperativa de Catadores = 3	
Cordeiros	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cordeiros
Presidente Jânio Quadros	Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Presidente Jânio Quadros
Sindicato de Servidores Públicos = 2	
Aracatu	Fundação da 3ª Idade de Aracatu
Condeúba	Associação das Mulheres Urbanas e Rurais de Condeúba
Outros = 2	

▪ **Setor empresarial**

Foram cadastradas sete organizações do tipo Câmara dos Dirigentes Lojistas, Associação Comercial que representam o Setor Empresarial, nos municípios de Barra do Choça, Cândido Sales, Mirante, Mortugaba, Planalto, Poções e Vitória da Conquista.

Quadro 8.6 - Organizações empresariais por município – RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO
Barra do Choça	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Barra do Choça
Cândido Sales	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas
Mirante	Associação dos Feirantes de Mirante
Mortugaba	ASSICOM - Associação Industrial e Comercial de Mortugaba
Planalto	Câmara de Diretores Lojistas de Planalto
Poções	CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Poções
Vitória da Conquista	CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Vitória da Conquista

▪ Setor comunicação

Foram cadastradas nove Rádios Comunitárias como instituições representantes do setor de comunicação. Elas foram identificadas nos municípios de: Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Cândido Sales, Guajeru, Piripá, Planalto e Tremedal.

▪ Organizações intersetoriais

A equipe técnica PEMAPES mapeou 37 organizações intersetoriais da RDS 20, em sua maioria Conselho Municipal com os mais diversos enfoques de atuação. A exceção foi encontrada apenas no município de Mirante com o cadastramento da Comissão Preparatória para Conferência das Cidades.

Quadro 8.7 - Organizações intersetoriais por município e nº membros – RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE MEMBROS
Anagé	Conselho Municipal de Saúde	12
Aracatu	Conselho Municipal de Saúde	12
Barra do Choça	Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social	12
Barra do Choça	Conselho Municipal de Meio Ambiente	8
Belo Campo	Conselho Municipal de Saúde	12
Bom Jesus da Serra	Conselho Municipal de Combate à Pobreza Rural	30
Bom Jesus da Serra	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano	9
Bom Jesus da Serra	Conselho Municipal de Saúde	24
Caetanos	Conselho Municipal de Saúde	7
Cândido Sales	Conselho Municipal de Meio Ambiente	12
Caraíbas	Conselho Municipal de Saúde	8
Condeúba	Conselho Municipal das Cidades	5
Condeúba	Conselho Municipal de Saúde	8
Cordeiros	Conselho Municipal de Habitação	4
Cordeiros	Conselho Municipal de Saúde	8
Encruzilhada	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Meio Ambiente	10
Encruzilhada	Conselho Municipal de Saúde	12
Guajeru	Conselho Municipal de Saúde	8
Jacaraci	Conselho Municipal de Saúde	9
Licínio de Almeida	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	7
Licínio de Almeida	Conselho Municipal de Saúde	10
Maetinga	Conselho Municipal de Saúde	7
Mirante	Comissão Preparatória para a Conferência Municipal das Cidades	9
Mirante	Conselho Municipal de Saúde	6
Mortugaba	Conselho Municipal de Saúde	12
Piripá	Conselho Municipal de Saúde	11
Planalto	Conselho Municipal das Cidades	12
Poções	Conselho Municipal das Cidades	8

Quadro 8.7 - Organizações intersetoriais por município e nº membros – RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE MEMBROS
Poções	Conselho Municipal de Saúde	12
Poções	Conselho Municipal do Meio Ambiente	10
Presidente Jânio Quadros	Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	4
Presidente Jânio Quadros	Conselho Municipal de Saúde	8
Ribeirão do Largo	Conselho Municipal de Saúde	11
Tremedal	Conselho Municipal de Saúde	11
Vitória da Conquista	Conselho Municipal da Cidade	40
Vitória da Conquista	Conselho Municipal de Meio Ambiente	24
Vitória da Conquista	Conselho Municipal de Saúde	16

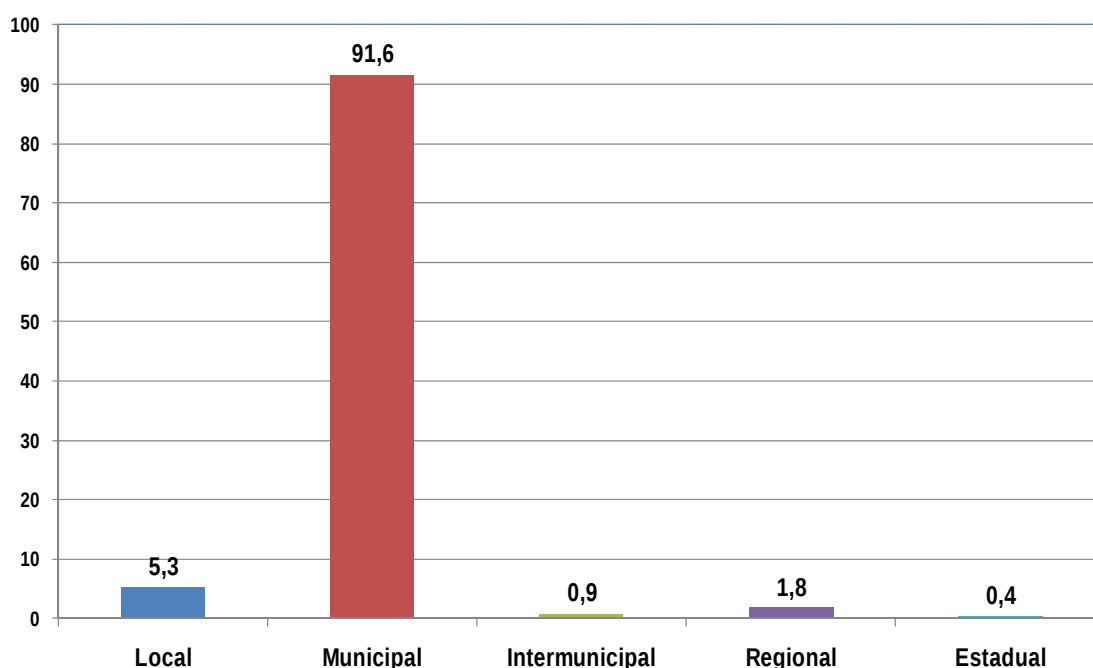
As organizações intersetoriais podem ampliar e potencializar o impacto das ações do Plano. Esta ação deve ser atribuída à principal característica deste tipo de organização, que é ser ela própria um espaço de discussão entre representantes dos setores governamental, social e empresarial. Portanto, promover a participação destas 37 organizações no PEMAPES também é, mesmo que indiretamente em alguns casos, garantir a participação de ao menos 428 organizações dos municípios da RDS 20.

8.2 PERFIL DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

▪ Área de abrangência

Do total das 227 organizações mapeadas na RDS 20, 91,6% atuam no respectivo município, 5,3% delas têm atuação no nível local, 0,9% têm atuação no plano intermunicipal, 1,8% têm atuação em nível regional e 0,4% atuam no Estado. Esta distribuição percentual segundo a área de abrangência é representada pelo gráfico abaixo.

Gráfico 8.6 - Organizações mapeadas por percentual de área de abrangência - RDS 20



São identificadas na listagem seguinte as organizações que, pela maior abrangência das respectivas áreas de atuação, poderão constituir-se em parceiras prioritárias da elaboração do PEMAPES na RDS 20. As sete organizações representam setores distintos: três organizações do setor social, duas governamental, uma associação de entes federativos e uma empresarial. Foram identificadas nos municípios de Mortugaba, Barra do Choça e Vitória da Conquista (5).

Quadro 8.8 - Organizações por área de abrangência - RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Mortugaba	ASSICOM - Associação Industrial e Comercial de Mortugaba	Intermunicipal
Vitória da Conquista	Cooperativa de Catadores Recicla Conquista	Intermunicipal
Barra do Choça	AMIRS - Associação dos Municípios da Microrregião do Sudoeste	Regional
Vitória da Conquista	UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Regional
Vitória da Conquista	Grupo de Economia Popular - GEP	Regional
Vitória da Conquista	Instituto Mata de Cipó	Regional
Vitória da Conquista	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Estadual

▪ Área temática de atuação

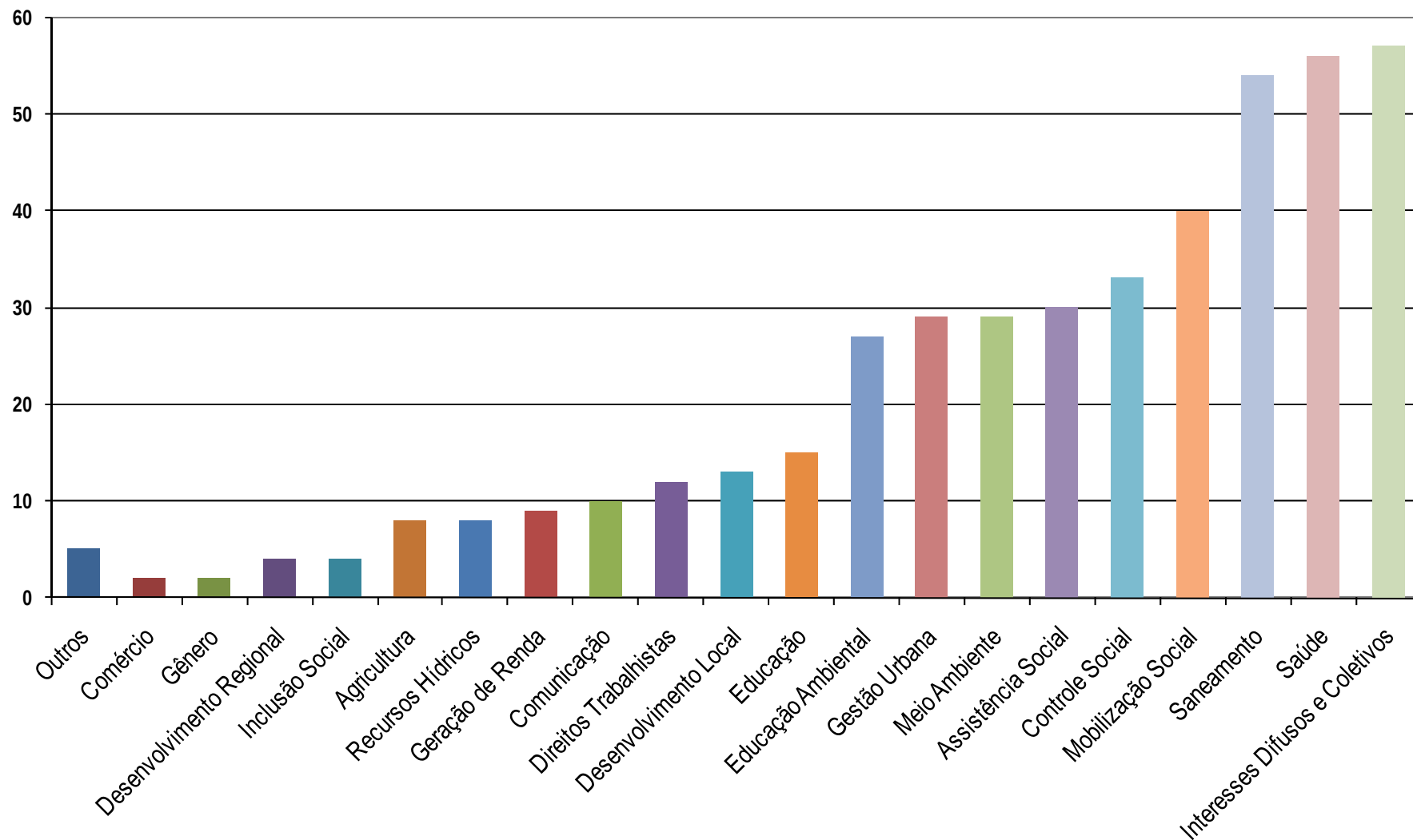
Cada representante entrevistado pela equipe técnica PEMAPES assinalou uma ou mais áreas temáticas de atuação da respectiva organização. Os representantes das 227 organizações mapeadas na RDS de Vitória da Conquista informaram o total de 25 áreas temáticas de atuação. Cinco foram mencionadas por apenas um entrevistado e 20 áreas temáticas foram mencionadas por pelo menos dois entrevistados

No conjunto dessas 25 áreas ou temas informados pelos representantes:

- a área temática *interesses difusos e coletivos* foi assinalada por 57 entrevistados, o que corresponde ao maior número de registros realizados (12,8%).
- logo em seguida o tema *saúde* foi assinalado por 56 entrevistados, correspondendo a 12,5% dos registros.
- **saneamento**, área fim do PEMAPES, foi assinalada por 54 entrevistados, obtendo 12,1% dos registros e sendo a terceira área em número de organizações atuantes na região.
- as áreas temáticas como *mobilização social*, *gestão urbana* e *educação ambiental*, relevantes ao PEMAPES, foram assinaladas, respectivamente, por 40, 29 e 27 entrevistados e correspondem, respectivamente, a 8,9%, 6,5% e 6% das respostas dadas a este item.

O **Gráfico 8.7** é seguido pela listagem de todas as áreas temáticas assinaladas por cada organização mapeada, registrando assim o perfil geral da atuação das organizações mapeadas pela equipe técnica do PEMAPES na RDS 20 – Vitória da Conquista.

Gráfico 8.7 - Área temática de atuação segundo quantitativo de organizações mapeadas - RDS 20



Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Anagé	ADECAN - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Anagé	Desenvolvimento local
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Anagé	Direitos trabalhistas
		Saúde
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Rádio Comunitária de Amparo Social de Anagé - Vilanova FM 87.9	Comunicação
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo	Gestão urbana
		Saneamento
		Transporte
	Secretaria Municipal de Saúde	Saneamento
		Saúde
Aracatu	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anagé	Direitos trabalhistas
		Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Fundação da 3ª Idade de Aracatu	Assistência social
		Mobilização social
	Rádio Sol Nascente	Comunicação
	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
		Mobilização social
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	Gestão urbana
		Recursos Hídricos
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Saneamento
		Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracatu	Direitos trabalhistas
		Interesses difusos e coletivos
Barra do Choça	ACRESOL - Associação de Catadores de Resíduos Sólidos e Recicláveis	Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Saneamento

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Barra do Choça	AMBOV - Associação de Moradores do Bairro Ouro Verde	Interesses difusos e coletivos
	AMIRS - Associação dos Municípios da Microrregião do Sudoeste	Desenvolvimento regional
	Associação Comunitária Nova Dimensão de Radiodifusão para Desenvolvimento Cultural	Comunicação
		Interesses difusos e coletivos
	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Barra do Choça	Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social	Gestão urbana
		Interesses difusos e coletivos
		Saneamento
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Controle social
		Meio Ambiente
	Departamento Municipal de Meio Ambiente	Educação ambiental
		Meio Ambiente
	FAMBAC - Federação de Associações Municipais de Barra do Choça	Gestão urbana
		Interesses difusos e coletivos
	Programa dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	Gestão urbana
		Saneamento
Belo Campo	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde	Saneamento
		Saúde
		Direitos trabalhistas
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Pastoral da Criança	Assistência social
		Saúde
	Rádio Comunitária Alvorada FM - 87,9	Comunicação
	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Educação ambiental
		Saneamento
		Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belo Campo	Direitos trabalhistas
		Interesses difusos e coletivos

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Bom Jesus da Serra	Associação de Agricultores Familiares Remanescentes de Quilombolas Mumbuca e Samambaia	Desenvolvimento local
		Saneamento
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Bom Jesus da Serra	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Conselho Municipal de Combate à Pobreza Rural	Controle social
		Geração de renda
		Saneamento
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano	Controle social
		Gestão urbana
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Gestão urbana
		Saneamento
Caetanos	Secretaria Municipal de Saúde	Saneamento
		Saúde
	Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social	Assistência social
		Geração de renda
	Associação de Agentes Comunitários de Saúde	Mobilização social
		Saúde
	Associação de Moradores da Zona Urbana de Caetanos	Desenvolvimento local
		Mobilização social
	Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Caetanos	Desenvolvimento local
		Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Educação ambiental
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	Gestão urbana
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetanos	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Cândido Sales	AMAPRI - Associação de Moradores e Amigos do Bairro Primavera e Três Ranchos	Interesses difusos e coletivos
	Associação Comunitária dos Moradores do Bairro da Usina	Desenvolvimento local
		Geração de renda
		Interesses difusos e coletivos
	Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Nova Conquista	Interesses difusos e coletivos
	CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas	Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Controle social
		Meio Ambiente
	Programa dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Rádio Nova Conquista FM	Comunicação
		Interesses difusos e coletivos
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infra-Estrutura	Desenvolvimento local
		Gestão urbana
		Planejamento
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Apoio e Desenvolvimento Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Saúde	Saneamento
		Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cândido Sales	Interesses difusos e coletivos
Caraíbas	Associação do Desenvolvimento Comunitário de Caraíbas	Interesses difusos e coletivos
		Saneamento
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Secretaria de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caraíbas	Interesses difusos e coletivos
Condeúba	Associação das Mulheres Urbanas e Rurais de Condeúba	Gênero
		Geração de renda
		Interesses difusos e coletivos
	Associação de Agentes Comunitários de Saúde de Condeúba	Educação ambiental
		Interesses difusos e coletivos
		Saúde

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Condeúba	Associação de Moradores do Bairro Divino Espírito Santo	Mobilização social
		Saneamento
	Conselho Municipal das Cidades	Controle social
		Gestão urbana
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Geração de renda
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Secretaria Municipal de Transporte, Infraestrutura e Obras	Gestão urbana
		Saneamento
Cordeiros	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condeúba	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Conselho Municipal de Habitação	Controle social
		Gestão urbana
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Administração	Gestão urbana
		Infraestrutura
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Encruzilhada	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cordeiros	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cordeiros	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Encruzilhada	Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Meio Ambiente	Controle social
		Gestão urbana
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Programa dos Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
		Saneamento

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	Gestão urbana
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Saneamento
		Saúde
Guajeru	Associação dos Moradores de Guajeru	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Departamento de Meio Ambiente Municipal	Meio Ambiente
		Mobilização social
		Saneamento
	Departamento de Obras Municipal	Gestão urbana
		Saneamento
	Rádio Cultura FM (Associação Comunitária Guajeru FM)	Comunicação
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
Jacaraci	Associação de Moradores do Distrito Sede de Jacaraci	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Pastoral da Criança	Assistência social
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Agricultura
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação, Lazer, Cultura e Turismo	Educação
		Educação ambiental
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Saneamento
		Saúde
	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias	Direitos trabalhistas
		Interesses difusos e coletivos
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacaraci	Direitos trabalhistas
		Interesses difusos e coletivos

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Licínio de Almeida	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar	Direitos trabalhistas
Maetinga	Associação de Moradores do Alto da Boa Vista	Mobilização social
	Associação de Mulheres Pequenas Produtoras Rurais de Maetinga	Gênero
		Geração de renda
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Paróquia Santo Antônio de Pádua	Assistência social
		Comunicação
		Mobilização social
	Pastoral da Criança	Assistência social
	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Saúde
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	Gestão urbana
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maetinga	Assistência social
		Direitos trabalhistas
Mirante	Associação dos Feirantes de Mirante	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Associação dos Moradores de Mirante	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Comissão Preparatória para a Conferência Municipal das Cidades	Controle social
		Gestão urbana
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Interesses difusos e coletivos
	Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio e Meio Ambiente	Agricultura
		Comércio
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Inclusão social
	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, Obras e Transporte Viário	Gestão urbana
		Saneamento

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20 – Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Mirante	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirante	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
Mortugaba	ASSICOM - Associação Industrial e Comercial de Mortugaba	Assistência social
		Interesses difusos e coletivos
	Associação de Moradores e Pequenos Produtores de Mortugaba	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	COODELEITE - Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar do Rio Gavião e Serra Geral	Assistência social
		Desenvolvimento local
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Obras e Infra-Estrutura	Gestão urbana
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura Familiar de Mortugaba	Direitos trabalhistas
Piripá	Associação Comunitária de Comunicação de Piripá	Comunicação
		Mobilização social
	Central das Associações de Piripá	Desenvolvimento local
		Mobilização social
	Conselho Municipal de Saúde	Fiscalização
		Saúde
	Movimento Água e Vida	Interesses difusos e coletivos
		Meio Ambiente
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Agricultura
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	Gestão urbana
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde - subsede de Piripá	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
		Saúde

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Planalto	Associação de Agentes Comunitários de Saúde	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Câmara de Diretores Lojistas de Planalto	Desenvolvimento local
		Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal das Cidades	Controle social
		Gestão urbana
	Rádio Comunitária Planalto FM	Comunicação
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
		Desenvolvimento local
		Inclusão social
	Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas	Gestão urbana
		Saneamento
Poções	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Poções	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Associação dos Moradores do Bairro do Alto da Bela Vista	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Poções	Comércio
		Interesses difusos e coletivos
	COAB - Coordenação de Associações de Bairros	Interesses difusos e coletivos
		Controle social
		Gestão urbana
	Conselho Municipal das Cidades	Interesses difusos e coletivos
		Controle social
		Interesses difusos e coletivos
	Conselho Municipal de Saúde	Saúde
		Interesses difusos e coletivos
		Saúde
Poções	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Interesses difusos e coletivos
		Meio Ambiente
		Saneamento
	OPA - Organização Político-Ambiental	Educação ambiental
		Meio Ambiente
	Pastoral do Meio Ambiente - Paróquia do Divino	Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Saneamento
Poções	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural	Agricultura
		Desenvolvimento local

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Poções	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural	Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
		Educação ambiental
	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos	Gestão urbana
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Mobilização social
		Saneamento
		Saúde
Presidente Jânio Quadros	Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	Controle social
		Gestão urbana
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Ação Social	Assistência social
		Geração de renda
		Inclusão social
	Secretaria Municipal de Saúde	Educação ambiental
		Saneamento
		Saúde
	Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Presidente Jânio Quadros	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
		Saneamento
Ribeirão do Largo	Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Ribeirão do Largo	Interesses difusos e coletivos
		Saúde
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ribeirão do Largo	Saneamento
	Secretaria Municipal de Assistência social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Cultura
		Educação
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Meio Ambiente
		Recursos Hídricos
	Secretaria Municipal de Obras	Gestão urbana
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Saúde	Saneamento
		Saúde
	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ribeirão do Largo	Direitos Trabalhistas
		Interesses difusos e coletivos

Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Tremedal	ACT - Associação Comunitária de Tremedal	Comunicação
	Associação Promotora de Vida - APROV	Geração de renda
		Mobilização social
		Saneamento
	Central das Associações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tremedal	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Saúde
	Secretaria Municipal de Assistência Social	Assistência social
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Arquidiocese de Vitória da Conquista	Assistência social
		Mobilização social
	Associação de Moradores do Loteamento vila da Conquista II - AMOVIC	Desenvolvimento local
	CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Vitória da Conquista	Desenvolvimento regional
	Conselho Municipal da Cidade	Controle social
		Gestão urbana
	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Controle social
		Meio Ambiente
	Conselho Municipal de Saúde	Controle social
		Educação ambiental
	Cooperativa de Catadores Recicla Conquista	Inclusão social
		Mobilização social
		Saneamento
		Saneamento
	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Desenvolvimento local
		Mobilização social
	FEMAC - Federação Municipal de Associação de Moradores	Desenvolvimento regional
		Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Mobilização social
	Grupo de Economia Popular - GEP	Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Recursos Hídricos
	Instituto Mata de Cipó	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	Movimento Unificado de Moradores de Vitória da Conquista	Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social

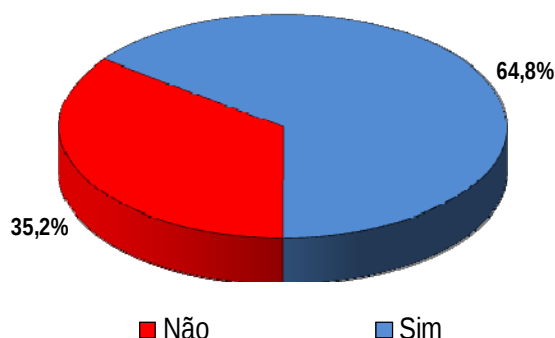
Quadro 8.9 - Organizações por município e suas respectivas áreas de atuação - RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	ÁREA TEMÁTICA
Vitória da Conquista	Organização Verde Vida	Educação ambiental
		Geração de renda
		Meio Ambiente
		Mobilização social
		Saneamento
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Assistência social
	Secretaria Municipal de Educação	Educação
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Educação ambiental
		Meio Ambiente
		Mobilização social
	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde
	Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Infra-Estrutura Urbana	Gestão urbana
		Saneamento
	SINDACSE - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias	Direitos trabalhistas
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista	Educação ambiental
		Interesses difusos e coletivos
		Mobilização social
	UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Educação
		Educação ambiental
		Mobilização social
		Saneamento
	União das Associações de Bairro de Vitória da Conquista	Desenvolvimento regional
		Mobilização social

▪ **Participação em conselhos, fóruns, comitês, redes e/ou afins**

No conjunto das 227 organizações mapeadas pela equipe técnica PEMAPES na RDS 20 – Vitória da Conquista, 147 organizações, ou 64,8%, informaram que participam de um ou mais conselhos e representações colegiadas afins.

Gráfico 8.8 - Participação em conselhos, fóruns, comitês, redes e/ou afins – RDS 20



A participação de 64,8% das organizações mapeadas em um ou mais conselhos, comitês, fóruns ou afins, registrada no **Gráfico 8.8**, indica que a participação destas organizações no processo de elaboração do

PEMAPES permitirá a multiplicação das informações relativas ao Plano junto a centenas de outras organizações municipais ou regionais da RDS 20 que também integram estes colegiados

8.3 PROJETOS E AÇÕES

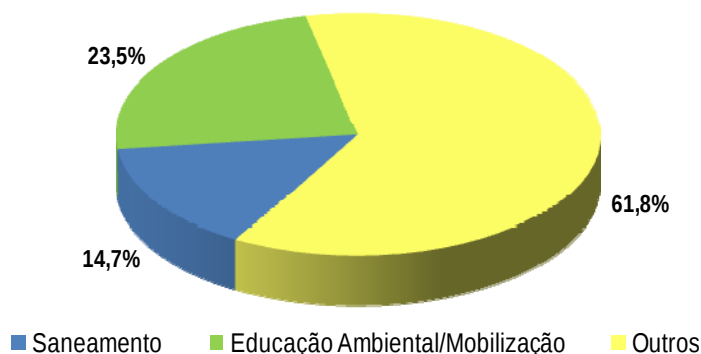
Segundo as informações disponibilizadas à equipe técnica PEMAPES pelos representantes entrevistados, as 227 organizações mapeadas na RDS 20 desenvolvem o total de 285 projetos e ações relacionados ao saneamento e/ou em áreas afins.

Os projetos e ações em desenvolvimento nos 24 municípios da região abrangem:

- 42 projetos/ações em abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e resíduos sólidos;
- 67 projetos/ações de educação ambiental e/ou mobilização social em saneamento, saúde, recursos hídricos e outros temas;
- 176 outros projetos/ações em infraestrutura urbana, saúde, meio ambiente, educação, geração de renda, inclusão social, assistência social e demais áreas afins.

O **Gráfico 8.9** apresenta os percentuais relativos a essas três tipologias, no conjunto dos 285 projetos e ações levantados junto às organizações da RDS 20.

Gráfico 8.9 - Projetos e ações segundo percentual por tipo – RDS 20

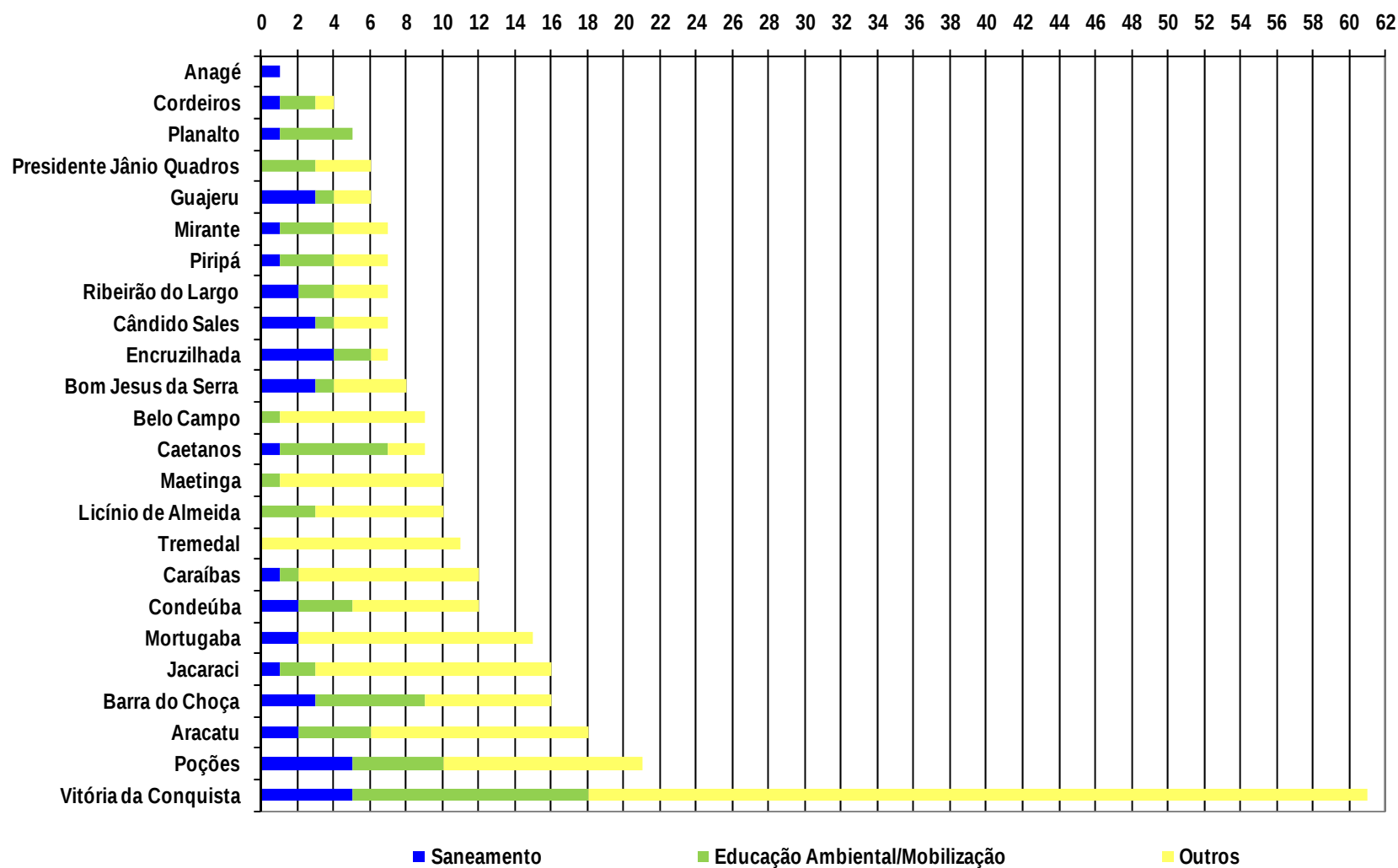


O **Gráfico 8.10** apresenta os quantitativos de projetos/ações, por município e tipo, informados à equipe técnica PEMAPES pelos representantes das organizações da RDS 20, entrevistados no mapeamento da rede social da região.

O Município de Vitória da Conquista concentra 21% (61 registros) do total de projetos/ações na região. É também o município com maior quantidade de projetos/ações em *Educação Ambiental/Mobilização* com 14 registrados, correspondendo também, a 21% das ações deste tipo na região.

Poções e Vitória da Conquista se destacam pelo número de projetos/ações em *Saneamento* com 24% (12% ou cinco registros cada) deste tipo de projeto/ação, seguido de perto pelo município Encruzilhada com quatro registros ou 10%.

Gráfico 8.10 – Projetos e ações por tipo e município – RDS 20



Fonte: Geohidro, 2010

8.3.1 Projetos e ações em saneamento

O mapeamento da rede social da RDS 20 registrou 42 projetos/ações em saneamento, abrangendo os componentes ou temas como abastecimento de água, resíduos sólidos, esgotamento e manejo de águas pluviais.

Dezoito ou 42,9% dos projetos/ações registrados em saneamento têm relação com o serviço de abastecimento de água. Destas oito ações, que representam 44,5% das ações, são de monitoramento da qualidade da água e são realizadas pelas Secretarias Municipais de Saúde dos municípios de Anagé, Bom Jesus da Serra, Jacaraci, Poções, Barra do Choça, Cândido Sales, Encruzilhada e Ribeirão do Largo.

As outras 10 ações relatadas que representam 56% das ações de saneamento em abastecimento de água mencionam o simples abastecimento e/ou a construção de estruturas voltadas para abastecimento de água, como cisternas e redes de distribuição. Entre as organizações que promovem este tipo de ação temos a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Aracatu, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Encruzilhada e Embasa de Vitória da Conquista, Associação de Agricultores Familiares Remanescentes de Quilombolas Mumbuca e Samambaia em Bom Jesus da Serra, Associação do Desenvolvimento Comunitário de Caraíbas, Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura Familiar de Mortugaba e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Planalto e Guajeru. As últimas seis organizações descritas constroem cisternas para o acúmulo de água proveniente das chuvas.

Dentre os projeto/ações registrados como saneamento, 16 ou 38,1% tem relação com o serviço de esgotamento sanitário. Destes, nove ou 56,3% destinam-se a construção e manutenção de banheiros e fossas e são realizados pelas seguintes instituições: Secretaria Municipal de Saúde de Aracatu, Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Caetanópolis, Associação de Moradores do Bairro Divino Espírito Santo em Condeúba, Secretaria Municipal de Transporte, Infraestrutura e Obras de Condeúba, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transporte Viário de Mirante, Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra do Choça, Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infraestrutura de Cândido Sales, Conselho Municipal de Combate à Pobreza Rural de Bom Jesus da Serra e Departamento de Obras Municipal de Guajeru. Cinco ações ou 31% destinam-se a implantação ou ampliação da rede de esgoto e são realizadas pela Secretaria Municipal de Obras e Infra-Estrutura de Mortugaba, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos de Poções, Secretaria Municipal de Obras de Ribeirão do Largo e EMBASA em Vitória da Conquista. As outras duas ações restantes se propõem a fiscalizar e orientar seus públicos alvos com o intuito de ordenar as ligações residenciais de esgoto, estas são executadas pela Secretaria Municipal de Infra-Estrutura de Piripá e Secretaria Municipal de Administração de Cordeiros.

Quatro ações de manejo de águas pluviais foram registradas nesta RDS e representam 9,5% das ações/projetos de saneamento identificadas na região. Trata-se de ações de pavimentação de ruas com implantação de sistema de drenagem e foi informada pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infraestrutura de Cândido Sales, Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Encruzilhada e Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos de Poções.

Projetos/ações com relação direta ao manejo de resíduos sólidos foram identificados quatro, o que representa 9,5% dos registros em saneamento. A Acresol - Associação de Catadores de Resíduos Sólidos e Recicláveis em Barra do Choça e a Cooperativa de Catadores Recicla Conquista em Vitória da Conquista promovem a coleta e separação de materiais recicláveis nos seus municípios. A Secretaria Municipal de Saúde realiza a identificação dos resíduos sólidos contaminados e perfurocortantes, em

Poções, para que estes materiais tenham destino diferente do restante do lixo. Em Guajeru, o Departamento de Meio Ambiente Municipal desenvolve um projeto de tratamento e compostagem do lixo orgânico para adubar pequenas plantações em propriedades próximas à sede do município.

8.3.2 Projetos e ações em educação ambiental / mobilização social

O mapeamento da rede social da RDS 20 – Vitória da Conquista registrou 67 projetos/ações de educação ambiental e/ou mobilização social, que se distribuem nos seguintes grupos temáticos:

Quadro 8.10 – Projetos/ações de educação ambiental e/ou mobilização social, segundo grupo temático - RDS 20

GRUPOS TEMÁTICOS EA / MOB	PROJETOS E AÇÕES	
	Nº	%
EA / MOB em saneamento	27	40,3
Educação sanitária	5	7,5
EA / MOB em recursos hídricos	10	14,9
MA ou temas diversos	25	37,3
Total	67	100

▪ Educação ambiental / mobilização social em saneamento

Organizações da RDS 20 informaram à equipe técnica PEMAPES o total de 27 projetos e ações de educação ambiental e/ou mobilização social relativos aos serviços de saneamento ou a componente(s) do saneamento.

Quinze ou 55,6% dos projetos/ações classificados no grupo *EA/MOB Saneamento* enfocam o componente *Resíduos Sólidos*. Destes, 11 ou 73% têm como finalidade a divulgação de práticas relacionadas à coleta seletiva e reciclagem e são desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Educação de Aracatu e Caetanos, Secretaria Municipal de Assistência Social de Planalto, Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Presidente Jânio Quadros além das seis organizações de Vitória da Conquista: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cooperativa de Catadores Recicla Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Grupo de Economia Popular – GEP e Organização Verde Vida. Outros quatro projetos/ações, que representam 27% dos projetos de resíduos sólidos, são realizados pela Pastoral do Meio Ambiente de Poções que trabalha em parceria com o Ministério Público para minimizar os efeitos negativos do lixão e a as três outras referem-se à orientação aos moradores para evitar o acúmulo de lixo nas ruas e são realizadas pela Associação de Agentes Comunitários de Saúde de Condeúba, Rádio Comunitária Planalto FM em Planalto e o Movimento Água e Vida em Piripá.

Entre os projetos de *EA/MOB Saneamento* foram identificados oito ações/projetos, que representam 29,6% do total, que enfocam o esgotamento sanitário. Cinco deles tem como fim a promoção, entre seus públicos alvos, de práticas relacionadas à adequada destinação dos esgotos domésticos, sejam primários ou secundários. São as seguintes instituições as reladoras destas ações: Conselho Municipal do Meio Ambiente de Poções, Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Jânio Quadros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cordeiros, Movimento Água e Vida de Piripá, Rádio Comunitária Planalto FM e Secretarias Municipais de Assistência Social e Obras Públicas em Planalto. A exceção ocorre apenas no município de Caetanos, onde a Secretaria Municipal de Saúde realiza palestras de orientação com açougueiros para reduzir o despejo de sangue e resíduos do abate de animais no rio.

Das cinco ações voltadas para o abastecimento de água que foram agrupadas no grupo *EA/MOB Saneamento* e que representam 18,5% deste tipo de ação, três focam na promoção do uso racional da

água e são desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Maetinga, Movimento Água e Vida de Piripá e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória da Conquista e as outras duas referem-se à solicitação e tratamento da água e foram informadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cordeiros e Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Jânio Quadros.

Duas ou 7,4% das ações/projetos de *EA/MOB Saneamento* referem-se a ações de conhecimento da situação sanitária e de orientação quanto à higiene e saneamento das residências urbanas. São desenvolvidas pela FAMBAC - Federação de Associações Municipais de Barra do Choça e Secretaria Municipal de Assistência Social de Caetanos.

Ainda foi registrada uma ação classificada no grupo de ações/projetos de *EA/MOB Saneamento* com foco em manejo de águas pluviais. Trata-se do Instituto Mata de Cipó em Vitória da Conquista que atua educando a comunidade para preservação e manutenção do Poço Escuro, importante canal receptor de água de chuva, através de oficinas e palestras.

- **Educação sanitária**

Este grupo de cinco projetos/ações envolve atividades relacionadas a ações educativas visando à promoção da saúde entre o público atendido e são desenvolvidas por Secretarias Municipais de Saúde (Caetanos, Condeúba, Cordeiros, Mirante e Belo Campo), através de orientações acerca do tratamento da água, saúde básica, higiene e saneamento a fim de evitar proliferação de doenças como dengue e esquistossomose.

- **Educação ambiental / mobilização social em recursos hídricos**

A equipe técnica do PEMAPES mapeou na RDS 20 – Vitória da Conquista 10 projetos e ações relativos à proteção e/ou revitalização de recursos hídricos que representam 14,9% dos projetos/ações de *EA/MOB*. Nove deles são desenvolvidos por secretarias e departamentos municipais, de Meio Ambiente em Cândido Sales, Encruzilhada, Jacaraci, Mirante, Barra do Choça e Ribeirão do Largo, Educação em Aracatu e Jacaraci e Obras em Encruzilhada. Apenas uma ação é desenvolvida pelo Instituto Mata de Cipó em Vitória da Conquista.

- **Educação ambiental / mobilização social em outros temas**

Vinte e cinco projetos e ações educativas em meio ambiente ou em temas ambientais diversos são também realizados na RDS 20.

Projetos de educação ambiental, encontros socioeducativos e mobilização sobre a importância da preservação do ambiente, realizadas por instituições do setor governamental (15), organizações sociais (8) e organizações intersetoriais (2) constituem esse grupo de projetos/ações.

8.3.3 Outros projetos e ações

Além dos projetos e ações em saneamento e em educação ambiental/mobilização social, outros 176 projetos e ações em infraestrutura, saúde, meio ambiente e demais temas afins estão sendo desenvolvidos por organizações da RDS 20.

Os projetos e ações mapeados na RDS de Vitória da Conquista são apresentados a seguir, por tipo e município, nos **Quadros 8.11, 8.12 e 8.13**.

Quadro 8.11 - Projetos e ações em saneamento – RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Anagé	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiágua	Controle da qualidade da água para consumo	Comunidade	Sede e zona rural
Aracatu	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	Abastecimento de água para consumo humano	-	População	Zona rural
Aracatu	Secretaria Municipal de Saúde	Limpeza de fossas sépticas em parceria com a Secretaria de Transportes	-	População em dia com o IPTU	Município
Barra do Choça	Acsol - Associação de Catadores de Resíduos Sólidos e Recicláveis	Projeto de Coleta Seletiva	Dar destino correto para os resíduos sólidos e recicláveis. Gerar renda.	Comunidade em geral	Sede
Barra do Choça	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto João de Barro (recurso do FIES)	Construção de unidades sanitárias	Famílias de baixa renda (per capita de 1/4 do SM)	Sede e zona rural
Barra do Choça	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiágua	Controle da água para consumo	Zona urbana e rural	Município
Bom Jesus da Serra	Associação de Agricultores Familiares Remanescentes de Quilombolas Mumbuca e Samambaia	Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (implantação de cisternas)	Construção de cisternas para melhor aproveitamento da água de chuva.	Zona rural	Distritos de Mumbuca e Samambaia, Gradia e Lagoa do Boi
Bom Jesus da Serra	Conselho Municipal de Combate à Pobreza Rural	Construção de unidades sanitárias	Garantir melhor qualidade de vida à população	Zona urbana e rural	Município
Bom Jesus da Serra	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiágua	Controle da água para consumo humano (qualidade)	Zona urbana e rural	Município
Caetanós	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	Orientação e construção de fossas em residências carentes	Diminuir a emissão de esgoto e água servida nas ruas da sede	Moradores carentes	Sede
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infra-Estrutura	Ações paliativas para sanar os problemas de transbordo das fossas.	Amenizar e evitar as ligações com tubos de PVC continuem desaguando nos córregos e rio Pardo.	Zona urbana	Em 50% da sede
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infraestrutura	Rede de drenagem com manilha	Amenizar áreas críticas de alagamento	Zona urbana	Bairro Célio Alves
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiágua	Controle da água para consumo	Zona urbana	Sede
Caraíbas	Associação do Desenvolvimento Comunitário de Caraíbas	Projeto de cisternas	Armazenar água de chuva para consumo humano	População em geral	Zona rural

Quadro 8.11 - Projetos e ações em saneamento – RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Condeúba	Associação de Moradores do Bairro Divino Espírito Santo	Melhorias e construção de sanitários residenciais (parceria com CAR)	Dar qualidade de vida aos moradores	Moradores	Bairro Divino Espírito Santo
Condeúba	Secretaria Municipal de Transporte, Infraestrutura e Obras	Construção e limpeza de fossas em residências carentes	Diminuir a emissão de esgotos residenciais nas ruas	Famílias carentes	Bairros Divino Espírito Santo e Bom Jesus
Cordeiros	Secretaria Municipal de Administração	Orientação e fiscalização de esgoto	Verificação de esgoto a céu aberto, notificação e auxílio para construção de fossas residenciais	Comunidade Geral	Sede
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Sistema de Tratamento de Água de Vila do Café (parceria com a CERB)	Promover melhorias no convívio em comunidade dando qualidade de vida as pessoas.	Comunidade	Distrito de Vila do Café
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	Projeto de urbanização e drenagem	Calçamento de ruas já com rede de drenagem e melhorias urbanísticas promovendo qualidade de vida da comunidade.	Sede	Bairro Nova Encruzilhada e Nossa Senhora de Lourdes
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	Sistema de abastecimento de água	Implantar o sistema de abastecimento de água levando melhoria à comunidade.	Comunidades	Comunidades de Sobrado, Jataí, Posto do Farol, Lagoa de Domingão e Santa Rita de Cássia.
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiágua	Controle da água para consumo	Sede e zona rural	Município
Guajeru	Departamento de Meio Ambiente Municipal	Projeto de tratamento e compostagem do lixo orgânico para adubar pequenas plantações	Diminuir o impacto ambiental e aumentar a fertilidade de quintais e pequenas culturas	Moradores	Sede
Guajeru	Departamento de Obras Municipal	Orientação e construção de fossas em residências carentes	Reduzir lançamento de esgotos nas ruas	Famílias carentes	Sede
Guajeru	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guajeru	Projeto de construção de cisternas para consumo de água - parceria com ASA (Articulação do Semi-Árido)	Promover a melhoria da comunidade.	Moradores	Zona rural

Quadro 8.11 - Projetos e ações em saneamento – RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Jacaraci	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiágua	Coleta de água potável e bruta para análise	População	Município
Mirante	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transporte Viário	Construção de fossas e ligação de esgoto para residências carentes	-	Famílias carentes	Sede
Mortugaba	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	Projeto de Implantação da Rede de Esgoto, em parceria com a FUNASA	-	-	Município
Mortugaba	Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura Familiar de Mortugaba	Construção de cisternas	Fornecer água para consumo humano	Famílias	Zona rural
Piripá	Secretaria Municipal de Infraestrutura	Orientação e notificação de residências com esgoto lançado na rua	Diminuir o lançamento de esgoto a céu aberto	-	
Planalto	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planalto	Construção de 210 cisternas em parceria com a ASA, e projeto para construção de 90 em parceria com a CAR.	Consumo para famílias carentes e pequenos agricultores	Moradores	Zona rural
Poções	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	Calçamento com rede de drenagem	-	-	Bairro São Paulo
Poções	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	Calçamento e drenagem	-	-	Bairro Alto do Recreio
Poções	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	Rede de esgoto (450 m)	-	Bairro Alto da Vitória	-
Poções	Secretaria Municipal de Saúde	Qualificação dos resíduos sólidos contaminados e perfurocortantes	Dar o destino conveniente para os resíduos sólidos	-	-
Poções	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiágua (Vigilância Sanitária)	Controle da água para consumo humano (qualidade)	-	Sede e zona rural

Quadro 8.11 - Projetos e ações em saneamento – RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Obras	Esgotamento do Bairro do Campinho	-	-	Bairro do Campinho
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Saúde	Vigiágua	Controle da água para consumo	-	Sede e Distrito de Nova Brasília
Vitória da Conquista	Cooperativa de Catadores Recicla Conquista	Coleta Seletiva	Recolher material reciclável em bairros, indústrias, condomínios, para diminuir o volume do lixo, contribuindo para a preservação do meio ambiente e geração de renda.	Cooperados	Município
Vitória da Conquista	Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Abastecimento de Água	Fornecer água tratada e de boa qualidade para a comunidade	Comunidade	Município
Vitória da Conquista	Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Ampliação do SES com implantação de rede coletora e construção de nova ETE com reaproveitamento do lodo.	Contemplar maior número de domicílios com sistema de coleta e tratamento de esgoto, adotando um sistema de tratamento final dos resíduos sólidos, contribuindo para a mitigação da degradação do meio ambiente	Comunidade	Sede
Vitória da Conquista	Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água	Dotar a cidade de água tratada e de qualidade	Comunidade	Belo Campo, São João da Vitória, Veredinha, Dantlândia, Itaipu, Vereda do Progresso, Lagoa Zé Luís e Pedra Branca
Vitória da Conquista	Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Dotar a cidade de saneamento básico na área da coleta e tratamento de esgoto	Comunidade	Município

Quadro 8.12 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Aracatu	Secretaria Municipal de Educação	Projeto "O Lixo é um Luxo"	Trabalhar a reciclagem do lixo, melhorando a limpeza da cidade e a qualidade de vida da população.	Alunos e comunidade	Município
Aracatu	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Água Fonte da Vida	Conhecer sobre os recursos hídricos do município e a necessidade de adotar medidas de economia e manejo da água.	Alunos de educação infantil e ensino fundamental	Município
Aracatu	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Meio Ambiente	Estimular a mudança de atitude em relação à utilização dos recursos naturais.	Alunos do ensino fundamental	Município
Aracatu	Secretaria Municipal de Educação	Projeto de Desmatamento no Município e Aracatu	Alertar sobre os problemas causados pelo desmatamento	Alunos da 5ª à 8ª Séries	Município
Barra do Choça	Departamento Municipal de Meio Ambiente	Projeto de Reflorestamento e Recuperação das Áreas das Nascentes	Promover a melhora ambiental do município	Sede e zona rural	Município
Barra do Choça	Departamento Municipal de Meio Ambiente	Projeto Trilhas Ecológicas	Levar os alunos a conhecer a realidade ambiental (fauna e flora) do município.	Escolas municipais	Sede e zona rural
Barra do Choça	Departamento Municipal de Meio Ambiente	Projeto Barra Ambiental	Promover, mediante cartilhas, a realidade socioambiental do município	Rede municipal de ensino	Sede e zona rural
Barra do Choça	Fambac - Federação de Associações Municipais de Barra do Choça	Levantamento sobre a situação habitacional do município.	Verificar e viabilizar as melhorias sanitárias e habitacionais da população	Sede e zona rural	Município
Barra do Choça	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Nossa Moradia (PTTS). 36 unidades habitacionais	Trabalhar com as famílias beneficiárias, educação patrimonial, ambiental e organização comunitária	Famílias beneficiárias do Projeto de Habitação e Interesse Social	Bairro São José
Barra do Choça	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Nossa Morada (PTTS) - Projeto de Trabalho Técnico-Social. 85 unidades habitacionais.	Trabalhar com as famílias beneficiárias, educação patrimonial, ambiental e organização comunitária	Famílias beneficiárias do Projeto de Habitação e Interesse Social	Barra Nova e Nova Esperança

Quadro 8.12 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Belo Campo	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras sobre saneamento básico nas unidades de saúde	Orientar a população sobre questões relacionadas entre saúde e saneamento básico	População	Município
Bom Jesus da Serra	Secretaria Municipal de Educação	Projetos desenvolvidos nas escolas com a temática do meio ambiente (coleta seletiva e outros temas)	Alertar a comunidade para a importância de cuidar do meio ambiente.	Alunos da rede municipal	Município
Caetanos	Secretaria Municipal de Assistência Social	Palestras e oficinas sobre higiene doméstica e saneamento básico	Conscientizar e orientar beneficiários da Assistência Social	Famílias carentes	CRAS - Sede
Caetanos	Secretaria Municipal de Educação	Coleta seletiva - aulas interdisciplinares	Conscientizar sobre a importância da coleta seletiva	Alunos do ensino básico	Escolas Municipais
Caetanos	Secretaria Municipal de Educação	Projeto de Preservação Ambiental e Reciclagem	Despertar nos educandos a consciência da preservação ambiental	Alunos do ensino básico	Escolas municipais
Caetanos	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras de orientação e conscientização no combate à dengue	Diminuir os focos de larvas do mosquito	Moradores	Sede
Caetanos	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras de orientação com açougueiros para regularizar o abate	Reduzir o despejo de sangue e demais dejetos no rio	Criadores e açougueiros	Município
Caetanos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetanos	Reuniões bimestrais para orientações ambientais e agricultura	Diminuir o desmatamento para plantio	Agricultores	Zona rural
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Projeto de Recuperação da Área Degradada do Rio Pardo (ações em parceria com a Secretaria Estadual e Ministério do Meio ambiente)	Restaurar a qualidade ambiental do município	Sede e zona rural	Município
Caraíbas	Secretaria Municipal de Educação	Projetos transversais de saúde e meio ambiente	Preservação da saúde e do meio ambiente	Alunos	Município
Condeúba	Associação de Agentes Comunitários de Saúde de Condeúba	Conscientização e orientações durante visitas domiciliares	Diminuir a quantidade de lixo jogado na rua	Moradores	Sede

Quadro 8.12 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Condeúba	Secretaria Municipal de Saúde	Campanha contra a dengue	Limpeza e conscientização para diminuir os casos de dengue	Moradores	Sede
Condeúba	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condeúba	Reuniões mensais com abordagem a respeito do desmatamento	Diminuir o impacto ambiental causado pela derrubada da mata para criação e lavouras	Sindicalizados	Zona rural
Cordeiros	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras, reuniões, e campanhas para orientações de saneamento e saúde básica	Diminuir endemia de esquistossomose no município	Moradores	Sede e povoados
Cordeiros	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cordeiros	Mobilização no Conselho Municipal de Saúde para ações de saneamento	Solicitação de água tratada e solução para o matadouro que não possui fossa.	Comunidade em geral	Sede
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Revitalização do rio Água Preta	Promover a recuperação, conservação e preservação ambiental diminuindo a vulnerabilidade do rio.	Toda a extensão do rio	Município
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	Projeto de urbanização e drenagem da calha do Rio Água Preta.	Melhorar a qualidade do rio e torná-lo agradável para a comunidade.	Toda a extensão do rio	Município
Guajeru	Associação dos Moradores de Guajeru	Mutirão para reforma e limpeza de residências de famílias carentes	Promover melhorias na comunidade	Moradores carentes	Sede
Jacaraci	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Proteção das nascentes	Garantir a qualidade da água.	Proprietários de terras	Município
Jacaraci	Secretaria Municipal de Educação, Lazer, Cultura e Turismo	Projeto de Revitalização do Rio do Paiol	Recuperar a mata ciliar do rio com mudas de plantas nativas	Alunos, professores e pais	Povoado de Paiol
Licínio de Almeida	Conselho Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Criação de uma APA - Área de Proteção Ambiental	Disciplinar as atividades socioeconômicas do Município - desenvolvimento sustentável.	-	Município
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Viveiro de mudas nativas	Reflorestamento das nascentes	Comunidade	Município
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	APA - Área de Preservação Ambiental - parceria com a SEMA	Preservação do meio ambiente	-	Município
Maetinga	Secretaria Municipal de Saúde	Ações educativas	Cuidados com a água para consumo humano	População rural	Município

Quadro 8.12 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Mirante	Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio e Meio Ambiente	Palestras sobre educação ambiental em escolas e associações	Educação, orientação e preservação das margens dos rios de Contas e Gavião	-	-
Mirante	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras temáticas em escolas e associações	Noções e orientações de higiene, saneamento, saúde básica e combate à dengue	Comunidade em geral	Sede e povoados
Mirante	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirante	Reuniões mensais com abordagem de educação ambiental	Diminuir o desmatamento para formação de pastos	Pequenos produtores	Zona rural
Piripá	Movimento Água e Vida	Mobilização e abaixo-assinado para solicitar ampliação da barragem para abastecimento da sede	Diminuir transtornos ocorridos em períodos de estiagem	Moradores	Sede
Piripá	Movimento Água e Vida	Reuniões e palestras para orientação, conscientização e educação ambiental	Diminuir a quantidade de lixo nas ruas e emissão de esgoto no rio Canabrava	Moradores	Sede
Piripá	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Reuniões com Associações para orientações ambientais	Diminuir o desmatamento e as queimadas na região	Agricultores	Zona rural
Planalto	Rádio Comunitária Planalto FM	Campanha educativa	Orientar a população para diminuir o lançamento de esgoto e lixo nas ruas.	Ouvintes	Sede
Planalto	Secretaria Municipal de Assistência Social	Orientação e cadastro de famílias em condições precárias de saneamento.	Construção de banheiros e fossas e orientação de higiene e saneamento.	Famílias carentes	Sede e povoados
Planalto	Secretaria Municipal de Assistência Social	Incentivo à organização das famílias que vivem da seleção de material reciclável.	Criação de uma cooperativa de catadores.	Catadores de material reciclável	Sede
Planalto	Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas	Orientação e auxílio para construção de fossas residenciais	-	Moradores	Sede
Poções	Conselho Municipal do Meio Ambiente	Intervenção à ocupação humana (com lançamento de dejetos (esgoto) a céu aberto) às margens da barragem de Morrinhos, que abastece a cidade. Ação no Ministério Público	-	-	Barragem de Morrinhos
Poções	OPA - Organização Político-Ambiental	Palestras nas escolas acerca do Meio Ambiente e Organização Política - Direitos Humanos	-	Alunos e professores das escolas públicas do município	Sede

Quadro 8.12 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Poções	Pastoral do Meio Ambiente - Paróquia do Divino	Parceria com o Ministério Público para minimizar os efeitos negativos do lixo, retirar a população, fazer coleta seletiva, fazer valas sépticas, cercar a área.	-	-	Sede
Poções	Pastoral do Meio Ambiente - Paróquia do Divino	Palestras nos colégios e nas igrejas sobre o Meio ambiente	-	-	-
Poções	Secretaria Municipal de Educação	Programa Despertar	Trabalhar com questões ambientais na zona rural	Alunos da rede municipal	Zona rural
Presidente Jânio Quadros	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras e oficinas sobre saúde básica e cuidados com água e esgoto.	Diminuir casos de verminoses e diarreias causadas pela água e contato direto com o esgoto.	Comunidade Escolar	Sede e Povoados
Presidente Jânio Quadros	Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Presidente Jânio Quadros	Mobilização para recolha de garrafas pet das ruas e margens das lagoas.	Promover conscientização quanto à reciclagem e despoluição da cidade.	Filiados e Famílias	Sede
Presidente Jânio Quadros	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Jânio Quadros	Palestras sobre educação ambiental (parceria com EBDA).	Diminuir o uso de defensivos agrícolas na lavoura.	Trabalhadores Rurais Filiados	Sede e povoados
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Projeto de Recuperação do Rio Ribeirão do Largo	-	-	-
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Campanha de Educação Ambiental nas Escolas	-	Alunos das redes municipal e estadual	Município
Vitória da Conquista	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Reunião mensal	Avaliar os problemas ambientais, discutir sobre as ações da Secretaria e acompanhar a gestão do Fundo e decidir sobre o melhor uso dos recursos	-	-
Vitória da Conquista	Cooperativa de Catadores Recicla Conquista	Palestras	Sensibilizar a comunidade sobre a importância da coleta seletiva	Comunidade	Município
Vitória da Conquista	Grupo de Economia Popular - GEP	Projeto do Marista da Feira Microrregional da Economia Solidária	Fabricar móveis com materiais recicláveis, contribuindo para a preservação do meio ambiente e geração de renda.	Pequenos empreendedores	Sede

Quadro 8.12 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Vitória da Conquista	Instituto Mata de Cipó	Projeto do Poço Escuro	Educar a comunidade em torno do poço escuro para preservação e manutenção do poço e realização de oficinas que permitirão às pessoas identificar produtos que geralmente são descartados no meio ambiente, mas podem ser utilizados na confecção de peças que geram renda.	Comunidade	Bairro Guarani e Bairro Cruzeiro
Vitória da Conquista	Instituto Mata de Cipó	Preservação do Riacho dos Quatis	Preservar as nascentes do riacho	Comunidade	Comunidade de Pradoso
Vitória da Conquista	Organização Verde Vida	Confecção de bijuterias de papel	Transformar o papel em bijuterias, contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a geração de renda.	Comunidade carente	Sede
Vitória da Conquista	Organização Verde Vida	Fábrica de Pequenos Móveis e Objetos Decorativos	Transformar o papelão em pequenos móveis, e conscientizar a comunidade que o material pode ser reaproveitado, contribuindo para a preservação do meio ambiente e geração de renda.	Comunidade carente	Sede
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Palestras	Conscientizar a população quanto ao melhor uso da água	Alunos das escolas municipais	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Ecoexposição, Feira ambiental e Sala Verde Itinerante	Despertar e conscientizar a comunidade para a prática dos 3 Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) mediante exposição de artesanato fabricado com sucatas, e oficinas de reutilização e reciclagem.	Comunidade	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Edição periódica da revista Turma do Saru, revista infanto-juvenil	Informar de forma lúdica sobre as ações da Secretaria e divulgação dos espaços de relevância do município e as boas práticas ambientais.	Comunidade	Município

Quadro 8.12 - Projetos e ações em educação ambiental e/ou mobilização social – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Mostra de Cine e Vídeo	Sensibilizar e divulgar as melhores ações para o uso racional dos recursos naturais, proteção aos mananciais, manutenção da biodiversidade e combate ao tráfico de animais silvestres.	Comunidade	Município
Vitória da Conquista	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista	Palestras	Sensibilizar os trabalhadores rurais sobre a importância da preservação e manutenção do meio ambiente	Trabalhadores rurais	Zona rural
Vitória da Conquista	UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Projeto Reciclo UESB	Contribuir para o exercício cotidiano da cidadania a partir da multiplicação de conhecimentos, valores, habilidades e atividades que favoreçam a ação individual e coletiva consciente e atuante para a solução de problemas ambientais presentes e prevenção de problemas ambientais futuros.	Associação de moradores e alunos de escolas públicas	Sede

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Aracatu	Conselho Municipal de Saúde	Fiscalização e deliberação das ações de saúde	-	Comunidade	Município
Aracatu	Fundação da 3ª Idade de Aracatu	Trabalho socioeducativo para idosos	Oferecer atividades de lazer para os idosos	Idosos	Município
Aracatu	Fundação da 3ª Idade de Aracatu	Padaria Comunitária	Geração de emprego e renda	População	Município
Aracatu	Fundação da 3ª Idade de Aracatu	Filarmônica	Levar música para a população	População	Município
Aracatu	Rádio Sol Nascente	Projeto "O Aluno e a Escola"	Encaminhamento do aluno para a comunicação, atuando na rádio	Crianças e adolescentes a partir de 12 anos	Município
Aracatu	Secretaria Municipal de Ação Social	Projeto Meninos do Amanhã - fanfarra	Acolher crianças para tirá-las da rua. Crianças carentes cadastradas no bolsa-família	Criança e adolescente	Município
Aracatu	Secretaria Municipal de Ação Social	Projeto Eu e Tu Andando Juntos	Oferecer atividades socioeducativas e culturais para crianças e adolescentes	Crianças, jovens	Município
Aracatu	Secretaria Municipal de Ação Social	Projeto Kit Bebê	Orientação e doação de enxovais básicos para gestantes	Gestantes	Município
Aracatu	Secretaria Municipal de Ação Social	Ação jovem em parceria com a Secretaria de Educação	Palestras e atividades socioeducativas para os jovens	Jovens de 14 a 17 anos	Município
Aracatu	Secretaria Municipal de Saúde	Núcleo de Apoio à Saúde da Família	Orientação a grupos de hipertensos, diabéticos e gestantes	População	Município
Aracatu	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracatu	TOPA - Todos pela Educação	Alfabetização dos agricultores	População urbana e rural	Município
Aracatu	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracatu	PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar	Dar direcionamento no crédito agrícola aos pequenos agricultores	Pequenos produtores	Zona rural
Barra do Choça	Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social	Construção do PLHISS - Plano Local de Habitação e Interesse Social	Criar um plano municipal de habitação e desenvolvimento urbano	Sede e distritos	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Barra do Choça	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Licenciamento ambiental para área de lavras	Garantir que a área a ser construída siga as normas ambientais	Zona rural	Estrada Barra do Choça-Barra Nova, km 6
Barra do Choça	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Licenciamento ambiental para loteamento	Garantir que a área a ser construída siga as normas ambientais	Sede e distritos	Loteamento Floresta
Barra do Choça	Departamento Municipal de Meio Ambiente	Horta Escolar	Implantação de hortas nas escolas, visando à melhoria na qualidade de vida (nutrição).	Alunos, professores e comunidade local	Sede e zona rural
Barra do Choça	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	Pavimentação de ruas	Melhorar o convívio em comunidade	Sede	Bairros Ouro Verde e Bela Vista
Barra do Choça	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos	Ampliação e Melhoria de Estradas Vicinais	Dar melhores condições de transporte e locomoção.	Zona rural	Estrada Barra do Choça-Barra Nova
Barra do Choça	Secretaria Municipal de Saúde	Controle da Esquistossomose	Diagnóstico e viabilização de tratamento	Sede e zona rural	Município
Belo Campo	Pastoral da Criança	Visitas domiciliares	Orientações às famílias, gestantes, e atendimento a crianças	Famílias carentes	Município
Belo Campo	Secretaria Municipal de Ação Social	Cursos profissionalizantes	Geração de emprego e renda	População do bolsa-família	Município
Belo Campo	Secretaria Municipal de Ação Social	Doação de cestas básicas, enxoval para gestantes e auxílio Funeral	Possibilitar melhor qualidade de vida para população em vulnerabilidade social	População em vulnerabilidade social	Município
Belo Campo	Secretaria Municipal de Educação	Projeto de Educação Infantil	Plano municipal de educação infantil	Crianças até seis anos	Município
Belo Campo	Secretaria Municipal de Educação	Plano de Carreira de Apoio Escolar	Promover melhorias trabalhistas	Funcionários das escolas	Município
Belo Campo	Secretaria Municipal de Educação	Plano de Carreira dos Professores	Promover melhorias trabalhistas	Professores	Município
Belo Campo	Secretaria Municipal de Saúde	Saúde e Prevenção nas Escolas	Oferecer palestras e consultas aos estudantes na área de saúde	Estudantes	Município
Belo Campo	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto Laços Sociais	Prevenção da AIDS e sífilis congênita	População	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Bom Jesus da Serra	Conselho Municipal de Combate à Pobreza Rural	Combate à pobreza e à seca. Construção de barragens, cisternas, poços artesanais	Garantir melhor qualidade de vida à população	Zona rural	Município
Bom Jesus da Serra	Conselho Municipal de Saúde	Em conjunto com o Conselho de Saúde e SEREST: Levantamento das famílias sintomáticas e dos expostos aos resíduos de amianto.	Analisar os impactos da mina de Amianto na população.	Moradores do local	Próximo ao povoado de Bonfim do Amianto, a 5 km da sede
Bom Jesus da Serra	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	Pavimentação de ruas	Melhorar o convívio em comunidade	Zona Urbana	Sede
Bom Jesus da Serra	Secretaria Municipal de Saúde	Em conjunto com o Conselho de Saúde e SEREST: Levantamento das famílias sintomáticas e dos expostos aos resíduos de amianto.	Analisar os impactos da mina de amianto na população	Moradores do local	Próximo ao povoado de Bonfim do Amianto, a 5 km da sede
Caetanos	Associação de Moradores da Zona Urbana de Caetanos	Mobilização para construção da ponte sobre o riacho do Lúcio	Desenvolver o município e facilitar a entrada na cidade	Moradores	Sede
Caetanos	Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Caetanos	Programação de palestras em parceria com a COOPASUBA	Noções ambientais e de desenvolvimento de lavouras na região	Pequenos agricultores	Zona rural
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infra-Estrutura	Obra de calçamento (17 ruas, em parceria com os Governos Federal e Estadual, entre estas, dois com verbas municipais)	Promover melhorias para a comunidade	Zona urbana	Bairros Lagoinha, Nova Conquista, Célio Alves e Usina
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Apoio e Desenvolvimento Social	Projeto de Lei para Benefícios Eventuais (em votação na Câmara Municipal)	Viabilizar melhorias habitacionais, auxílio funeral, passagens	População de baixa renda	Município
Cândido Sales	Secretaria Municipal de Apoio e Desenvolvimento Social	Projeto Casas Populares (já foram entregues 30 casas, faltam serem entregues 100 casas)	Viabilizar melhorias habitacionais	População de baixa renda	Sede e zona rural

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Caraíbas	Conselho Municipal de Saúde	Deliberação e fiscalização das ações de Saúde	Promover o bom funcionamento das ações de saúde	Zona urbana e rural	Município
Caraíbas	Secretaria de Assistência Social	Grupo de Gestantes	Orientações sobre saúde, alimentação e gestação	Gestantes	Município
Caraíbas	Secretaria de Assistência Social	Grupo de Idosos	Palestras, dinâmicas, atividades físicas, recreação, acompanhamento de saúde.	Idosos	Município
Caraíbas	Secretaria de Assistência Social	Visitas domiciliares	Orientação, cadastro das famílias para inserção nos cursos profissionalizantes oferecidos pela Secretaria.	População em geral	Município
Caraíbas	Secretaria Municipal de Educação	Projeto de correção de fluxo do Instituto Alfabeto	Melhorar a qualidade do ensino	Alunos do ensino fundamental séries iniciais	Município
Caraíbas	Secretaria Municipal de Educação	Plano de Ação Articulada	Cumprir as 28 diretrizes de educação - Todos pela Educação	Gestores, professores e sociedade	Município
Caraíbas	Secretaria Municipal de Saúde	Ampliação da Unidade Básica de Saúde	Atender melhor à população	População em geral	Município
Caraíbas	Secretaria Municipal de Saúde	Construção de uma Unidade do Programa Saúde da Família	Atender melhor à população	População em geral	Município
Caraíbas	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto de combate à doença de Chagas	Melhoria habitacional	50 famílias	Zona rural
Caraíbas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caraíbas	Construção de habitações na zona rural	Melhoria habitacional	Famílias em vulnerabilidade social	Zona rural
Condeúba	Associação das Mulheres Urbanas e Rurais de Condeúba	Cursos de capacitação e profissionalizantes	Ampliar conhecimento e renda das mulheres	Mulheres	Município
Condeúba	Associação das Mulheres Urbanas e Rurais de Condeúba	Projeto Saúde da Mulher	Evitar doenças relacionadas às mulheres e gravidez na adolescência	Mulheres	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Condeúba	Associação das Mulheres Urbanas e Rurais de Condeúba	Campanha para evitar violência contra as mulheres	Orientar mulheres sobre direitos	Mulheres / adolescentes	Município
Condeúba	Associação de Moradores do Bairro Divino Espírito Santo	Mobilização para construção de praças e áreas de lazer	Promover qualidade de vida aos moradores	Moradores	Bairro Divino Espírito Santo
Condeúba	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Criação da APA Morro da Feirinha	Promover a preservação ecológica com o intuito de melhoria da qualidade ambiental do município	Zona Urbana e rural	Município
Condeúba	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Arborização urbana	Plantio de árvores nativas na sede	Moradores	Sede
Condeúba	Secretaria Municipal de Assistência Social	Cursos de capacitação em corte e costura, manicure, informática, bordado, pintura, etc.	Geração e ampliação de renda para famílias carentes	Famílias cadastradas no bolsa-família	CRAS - Sede
Cordeiros	Conselho Municipal de Habitação	Elaboração do Plano Municipal de Habitação	Investimento em Habitação - Recurso do Ministério das Cidades	Moradores	Sede
Encruzilhada	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	Reforma da Praça Nossa Senhora de Lourdes	Tornar a cidade mais bonita, dar qualidade de vida a comunidade.	Sede	Bairro Nova Encruzilhada
Guajeru	Rádio Cultura FM (Associação Comunitária Guajeru FM)	Participação no Programa Enconasa - parceria com ASA (Articulação do Semi-Árido)	Orientação e divulgação de ações de acesso a terra, água e outros	Ouvintes	Município
Guajeru	Secretaria Municipal de Saúde	Campanha contra a dengue	Orientação à população para evitar aumento de casos de dengue	Moradores	Sede
Jacaraci	Associação de Moradores do Distrito Sede de Jacaraci	Aquisição de um trator por intermédio da CAR	Melhoria de vida do homem do campo	Pequenos agricultores	Zona rural
Jacaraci	Conselho Municipal de Saúde	Reuniões deliberativas sobre questões de saúde	Buscar coletivamente a aprovação dos assuntos e ou ações.	População	Município
Jacaraci	Pastoral da Criança	Visitas domiciliares	Orientações básicas de saúde e alimentação às famílias cadastradas	Famílias	Sede
Jacaraci	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	PRONAF B em parceria com o Banco do Nordeste	Incentivar a agricultura familiar	Famílias de baixa renda	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Jacaraci	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Projeto Garantir a Safra, em parceria com a EBDA	Garantir a produtividade do pequeno agricultor	Pequeno agricultor	Município
Jacaraci	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Reposição de mudas para ruas e praças	Arborizar a cidade promovendo qualidade de vida.	Sede	Município
Jacaraci	Secretaria Municipal de Assistência Social	Cursos de Culinária e Cabeleireiro	Gerar renda para famílias vulneráveis	Famílias em situação de vulnerabilidade	Município
Jacaraci	Secretaria Municipal de Assistência Social	Grupo de Convivência da 3ª Idade	Trabalhar as questões do vínculo entre os idosos e reinserção social	Idosos	Sede e zona rural
Jacaraci	Secretaria Municipal de Educação, Lazer, Cultura e Turismo	Programa Bom de Escola, Bom de Esporte	Proporcionar lazer para crianças carentes e incentivá-las a estudar e tirar boas notas	Alunos de baixa renda com 6 a 12 anos de idade	Município
Jacaraci	Secretaria Municipal de Educação, Lazer, Cultura e Turismo	Infocentro (CDC e Telecentro)	Inclusão digital	Toda a população	Município
Jacaraci	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de Saúde da Família	Acompanhar e orientar as famílias para prevenção de doenças e promoção da saúde	População	Município
Jacaraci	Secretaria Municipal de Saúde	Vigilância Sanitária	Inspeção de estabelecimentos de comércio, saúde e pocilgas	População	Município
Jacaraci	Secretaria Municipal de Saúde	Vigilância Epidemiológica	Controle de endemias e vacinação	População	Zonas urbana e rural
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Programa Nossa Sopa	Distribuição de sopa para famílias desnutridas	100 famílias	Município
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Educação	Correção de fluxo - parceria com Instituto Ayrton Senna	Correção de distorção idade/série	Crianças de 9 a 14 anos	Município
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Educação	PROINFO	Informatização nas escolas	Professores e alunos	Município
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Escola Ativa	Trabalho com multissérie	Crianças de 6 a 14 anos	Zona rural
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de Saúde da Família	Atenção básica de Saúde	População em geral	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Saúde	Medicação de Alto Custo	Fornecer medicamento de alto custo à população	População em geral	Município
Licínio de Almeida	Secretaria Municipal de Saúde	TFD - Tratamento Fora do Domicílio	Tratar pacientes com doenças crônicas	População em geral	Município
Maetinga	Associação de Mulheres Pequenas Produtoras Rurais de Maetinga	Projeto de Artesanato	Geração de Renda	Mulheres	Município
Maetinga	Associação de Mulheres Pequenas Produtoras Rurais de Maetinga	Projeto de uma resfriadeira de leite	Gerar renda para a associação	Mulheres	Município
Maetinga	Conselho Municipal de Saúde	Reuniões e fiscalização das ações de saúde do município.	-	População em geral	Município
Maetinga	Paróquia Santo Antônio de Pádua	Projeto Era	Dar assistência a crianças carentes por meio de diversas atividades.	Crianças	Município
Maetinga	Paróquia Santo Antônio de Pádua	Rádio comunitária	Terços e missas	Fiéis	Município
Maetinga	Pastoral da Criança	Visitas domiciliares	Acompanhamento de crianças de 0 a 6 anos	Crianças	Município
Maetinga	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	Visitas domiciliares	Identificar problemas de saúde da população	População em geral	Município
Maetinga	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto para melhorias habitacionais na zona urbana	Melhoria das habitações para evitar o barbeiro (Chagas)	População carente	Município
Maetinga	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maetinga	PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar	Incentivar a agricultura familiar	Pequenos produtores	Município
Mirante	Associação dos Moradores de Mirante	Projeto de criação da rádio comunitária - rádio FM Comunitária de Mirante	-	Moradores	Sede
Mirante	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Gente Jovem	Curso de reciclagem para jovens cadastrados no Programa Bolsa-Família	Famílias cadastradas	CRAS - Sede

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Mirante	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirante	Participação no Projeto SISATER	Parceria com órgãos federais e associações para prestar assistência técnica a pequenos agricultores e preservar rios de Contas e Gavião	Pequenos agricultores	Zona rural
Mortugaba	Assicom - Associação Industrial e Comercial de Mortugaba	Doação de cestas básicas para pessoas carentes	Ajudar famílias em vulnerabilidade social	-	Município
Mortugaba	Assicom - Associação Industrial e Comercial de Mortugaba	Movimentos Promocionais	Aquecimento do comércio e melhoria do crédito	-	Município
Mortugaba	Assicom - Associação Industrial e Comercial de Mortugaba	Criação de um clube	Proporcionar lazer à população	População	Município
Mortugaba	Conselho Municipal de Saúde	Fiscalização das ações de Saúde	-	-	Município
Mortugaba	Coodeleite - Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar do Rio Gavião e Serra Geral	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos	Doação para pessoas carentes	-	Município
Mortugaba	Coodeleite - Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar do Rio Gavião e Serra Geral	Viveiro de mudas	Replanteio para bosque energético	Cooperados	Município
Mortugaba	Secretaria Municipal de Assistência social	Programa Nossa Sopa	Distribuição de sopa a famílias carentes	Crianças desnutridas	Município
Mortugaba	Secretaria Municipal de Assistência social	Programa Municipal do Leite	Distribuir leite para famílias vulneráveis	Famílias	Município
Mortugaba	Secretaria Municipal de Assistência social	SATI - Serviço de Assistência à 3ª Idade	Assistência aos Idosos	Idosos	Município
Mortugaba	Secretaria Municipal de Saúde	Projeto de Implantação do SAMU	Atendimento de urgência e emergência móvel	População	Município
Mortugaba	Secretaria Municipal de Saúde	TOPA - Todos pela Alfabetização - Saúde em Movimento	Oferecer serviços de oftalmologia à população	População	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Mortugaba	Secretaria Municipal de Saúde	Ampliação do Programa Saúde da Família	Implantação da 5ª Unidade do PSF	-	Zona rural
Mortugaba	Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura Familiar de Mortugaba	Projeto "Caprichando a Morada"	Construção de casas para famílias de baixa renda na zona rural	Famílias	Zona rural
Piripá	Associação Comunitária de Comunicação de Piripá	Projeto para criação da rádio comunitária Sociedade FM		Moradores	Sede
Piripá	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de combate à esquistossomose	Reduzir casos diagnosticados devido à falta de saneamento básico	Moradores	Município
Piripá	Secretaria Municipal de Saúde	Comitê Municipal de Combate à Dengue	Planejar, executar e avaliar ações de combate à dengue	Moradores	Sede
Poções	Conselho Municipal das Cidades	Ações norteadoras para projetos de Infra-Estrutura na sede do município (a exemplo do PAC 2)	-	-	Sede
Poções	Conselho Municipal de Saúde	Projetos do PSF do bairro do Alto da Vitória	-	-	Bairro Alto da Vitória
Poções	Conselho Municipal de Saúde	Implantação da UPA - Unidade de Pronto-Atendimento no Bairro Indaiá	-	-	Bairro Indaiá
Poções	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural	Projeto de Viveiro para Reflorestamento		-	Morrinhos
Poções	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Poções - Um Resgate Histórico do Município	Trabalhar com as questões sociais, ambientais, culturais e econômicas do município.	Alunos da rede municipal	Zonas urbana e rural
Poções	Secretaria Municipal de Educação	Possui a disciplina Gestão Ambiental no currículo do Ensino Fundamental II		Alunos da rede municipal	Zonas urbana e rural
Poções	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	Calçamento	-	-	Bairro Santa Rita

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Poções	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos	Calçamento	-	-	URBIS
Poções	Secretaria Municipal de Saúde	Cadastramento das pessoas expostas ao amianto que trabalharam na mina de Bom Jesus da Serra.	Reconhecer as pessoas de risco expostas e garantir tratamento	-	Município
Poções	Secretaria Municipal de Saúde	Reconhecimento e mapeamento de espaços de risco (risco ambiental, do trabalhador e da comunidade).	-	-	Sede e zona rural
Poções	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de Controle da Doença de Chagas	-	Equipe de Vigilância Epidemiológica que trabalha com o controle de triatomíneo (Doença de Chagas)	Sede e zona rural
Presidente Jânio Quadros	Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	Controla e fiscaliza as ações implementadas no município pelo setor governamental que se propõe a construção de moradias	-	Beneficiados de programas de habitação	Município
Presidente Jânio Quadros	Secretaria Municipal de Ação Social	Cursos de capacitação em bijuteria, tapeçaria e bordado	Capacitar e incentivar a geração de renda para famílias cadastradas no bolsa-família	Famílias cadastradas	CRAS - Sede
Presidente Jânio Quadros	Secretaria Municipal de Ação Social	Palestras de prevenção a DSTs, gravidade na adolescência e uso de drogas	Diminuir problemas sociais causados por drogas e sexualidade precoce	Comunidade escolar	Sede e povoados
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Projeto de Implantação de Viveiros de Mudas	-	-	Município
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Projeto de Arborização	-	-	Sede, Zona Rural e distrito de Nova Brasília

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Ribeirão do Largo	Secretaria Municipal de Saúde	Programa de Esquistossomose	Identificar, fornecer tratamento e dar acompanhamento	-	Sede e Zona Rural
Tremedal	Associação Promotora de Vida - APROV	Venda de material reciclável	Geração de Renda	Associados catadores	Município
Tremedal	Conselho Municipal de Saúde	Reuniões e fiscalização das ações de saúde do município.	-	-	Município
Tremedal	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto Bom de Bola, Bom de Escola	Oferecer atividades socioeducativas e recreativas	208 crianças	Município
Tremedal	Secretaria Municipal de Assistência Social	Grupo da Melhor Idade	Palestras, viagens, atividades lúdicas, caminhadas	70 Idosos	Município
Tremedal	Secretaria Municipal de Assistência Social	Projeto de reforma de casas		População em vulnerabilidade social	Município
Tremedal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Parceria na criação de Associação Promotora de Vida	Proteção ao meio ambiente	Catadores de material reciclável	Município
Tremedal	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Viveiro de mudas	Reflorestamento com plantas nativas	Pequenos agricultores	Zona rural
Tremedal	Secretaria Municipal de Saúde	Curso de Qualificação para os Agentes Comunitários	-	Agentes Comunitários	Município
Tremedal	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Saúde na Escola	Levar de ações de saúde para os estudantes	Alunos	Município
Tremedal	Secretaria Municipal de Saúde	Palestras	Abordagem de temas de saúde para a população	População em geral	Município
Tremedal	Secretaria Municipal de Saúde	Hiperdia	Atendimento a hipertensos e diabéticos	População em geral	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Vitória da Conquista	Arquidiocese de Vitória da Conquista	Pastoral da Criança	Promover o desenvolvimento integral de crianças até 6 anos de idade.	Crianças de 0 a 6 anos de idade	Anagé, Belo Campo, Barra do Choça, Cândido Sales, Encruzilhada, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Macarani, Vitória da Conquista, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Aguai, Ibicui, Nova Canaã, Planalto, Poções, Maiquinique, Ribeirão do Largo, Caatiba, distrito de Cobraçu e distrito de Veredinha
Vitória da Conquista	Arquidiocese de Vitória da Conquista	Comissão Pastoral da Terra	Apoiar, incentivar e contribuir com o processo de organização, mobilização, formação e articulação dos agricultores	Agricultores	Zona rural
Vitória da Conquista	CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Vitória da Conquista	Assessoria Jurídica	Prestar assessoria jurídica aos associados	Associados	Município
Vitória da Conquista	CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Vitória da Conquista	Apoio técnico na consulta de crédito	Auxiliar na concessão de crédito, possibilitando a confirmação dos dados cadastrais e a análise de informações positivas e restritivas	Associados e consumidores	Município
Vitória da Conquista	CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Vitória da Conquista	Campanha Promocional	Promover o comércio da cidade mediante várias promoções com redução de preços nos diversos estabelecimentos comerciais.	Consumidores	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Vitória da Conquista	Conselho Municipal de Saúde	Reunião mensal	Estabelecer a Política Municipal de Saúde e controle sobre a execução das políticas e ações da Saúde	-	-
Vitória da Conquista	Cooperativa de Catadores Recicla Conquista	Inclusão Social	Apoio, orientação e encaminhamentos para retirada de documentos para que os cooperados possam se tornar cidadãos.	Cooperados	Município
Vitória da Conquista	Femac - Federação Municipal de Associação de Moradores	Apoio às Associações	Fortalecimento às associações para buscar melhorias em saúde, educação, energia, infra-estrutura, visando à melhoria de vida dos munícipes	Associados	Município
Vitória da Conquista	Grupo de Economia Popular – GEP	Projeto de Café Tipo Via Úmido Despoldado	Trabalhar a colheita e a secagem do café visando à conscientização do meio ambiente para os cafeicultores.	Pequenos empreendedores	Poções, Planalto e Nova Canaã
Vitória da Conquista	Grupo de Economia Popular – GEP	Projeto de Feira Territorial	Incentivar e promover a integração de produtores organizados em associações e entidades representativas em torno de uma rede solidária, cujos produtos são comercializados na feira, com o intuito de fortalecer a agricultura familiar.	Agricultores	Sede
Vitória da Conquista	Instituto Mata de Cipó	Resgate de macacos-prego	Resgatar este tipo de animal silvestre que está risco de extinção	-	Município
Vitória da Conquista	Movimento Unificado de Moradores de Vitória da Conquista	Apoio às Associações de Moradores	Apoio técnico às associações, acompanhamento na Receita Federal	Associados	Município
Vitória da Conquista	Movimento Unificado de Moradores de Vitória da Conquista	Fortalecimento do Associativismo	Fomentar as associações e buscar trazer melhoria na qualidade de vida da comunidade mediante saúde, educação, transporte, habitação, agricultura e melhoria nas estradas.	Comunidade	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Unidade de Medidas de Liberdade	Atender aos adolescentes que cometeram infrações	Adolescentes em conflito com a Lei	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Rede de Proteção à criança e ao adolescente	Proteger crianças e adolescentes em situação de risco de violência	Crianças e adolescentes em situação de risco	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	Atender às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados e que se encontra em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de violência física, sexual, psicológica, exploração sexual, negligência, uso de drogas e trabalho infantil.	Crianças, adolescentes, mulheres e idosos vítimas de violência doméstica ou intrafamiliar	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	Acompanhamento sociofamiliar, prestação de serviços e acolhimento, acompanhamento, inserção em serviços socioeducativos e de convivência, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias e encaminhamento das famílias para os demais serviços socioassistenciais.	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Centro de Referência da Mulher Vítima de Violência Doméstica	Oferecer atendimento especializado e acompanhamento psicológico, social e orientação jurídica às mulheres em situação de violência.	Mulheres	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Rede de Apoio à mulher vítima da violência doméstica	Atender às mulheres que são vitimadas pela violência doméstica	Mulheres vitimadas	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Educação	Escola Mais	Promover o desenvolvimento das habilidades artísticas e culturais do aluno e garantir a preservação das manifestações culturais e locais	Alunos do Ensino Fundamental I	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Educação	Programa Mais Educação	Envolver a família na escola como estratégia de garantia da aprendizagem, e reduzir o índice de desenvolvimento da educação básica	Alunos do Fundamental I e II	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Educação	Roda de Alfabetização	Alfabetizar os alunos com defasagem em idade/série	Alunos dos Ciclos I, II e III	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Educação	Progestão	Contribuir para que os gestores possam desenvolver o seu trabalho nas escolas de forma qualificada, e garantia da eficiência e eficácia dos serviços prestados à comunidade escolar e local.	Diretor, Vice-Diretor, Coordenador, Secretário Escolar	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Educação	EJA - Educação de Jovens e Adultos	Alfabetizar jovens e adultos que estão em idade/série em distorção	Jovens e adultos	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Educação	TOPA - Todos pela Alfabetização	Alfabetizar jovens e adultos	Jovens e adultos	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Educação	Programa Pró Letramento	Formação continuada dos profissionais de língua portuguesa e matemática, para que esses profissionais possam atuar de forma qualificada nos seus espaços	Professores	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Educação	Projeto Pró Infantil	Formação para os profissionais que atuam na educação infantil	Monitores de Creches	Sede
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	CETAS - Centro de Triagem de Animais Silvestres	Combater o tráfico de animais silvestres e recuperar animais resgatados durante as ações de fiscalização, para serem devolvidos à natureza.	Animais silvestres	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Arborização Pública	Atender à comunidade na solicitação de podas, limpeza e eventualmente alguma erradicação	Comunidade	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Implantação de Jardins	Embelezar e harmonizar os mais variados locais e contribuir para melhorar a qualidade de vida dos moradores.	Comunidade	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Horto Florestal Vilma Dias	Produzir mudas por estacas e ou sementes para doar à comunidade com intuito de arborizar áreas verdes e produzir espécies ornamentais para o paisagismo da cidade.	Comunidade	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Saúde	Centro Médico de Atendimento Especializado	Prestar atendimento especializado nas diversas áreas médicas	Comunidade	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Saúde	Centro Especializado Odontológico	Prestar atendimento odontológico aos pacientes	Comunidade	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Saúde	Programa Saúde da Família - PSF	Prevenção de doenças e promoção da saúde	Comunidade	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Saúde	CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	Atender indivíduos com transtornos mentais em estado mais agravado, para tratar a saúde mental de forma apropriada, oferecendo atendimento à população, realizando o acompanhamento clínico e promovendo a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho e ao lazer, a fim de fortalecer os laços familiares e comunitários.	Indivíduos com transtorno mental	Município
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Saúde	Centro de Reabilitação Física e Auditiva	Promover assistência às pessoas com limitação física e auditiva, buscando a sua reabilitação.	Pacientes com limitação física e auditiva	Município

Quadro 8.13 - Outros projetos e ações – RDS 20 - Continuação

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	AÇÃO/PROJETO	FINALIDADE	PÚBLICO	LOCAL
Vitória da Conquista	Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Infra-Estrutura Urbana	Iluminação Pública, construção e reforma de prédios escolares, construções e reforma de Posto de Saúde, construção e manutenção da rede de drenagem	Melhorar a infra-estrutura	Comunidade	Município
Vitória da Conquista	SINDACSE - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias	Reivindicação trabalhista	Busca por melhores condições de trabalho e por plano de cargos e salários	Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias	Sede
Vitória da Conquista	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista	Habitação Popular Rural	Beneficiar os trabalhadores rurais com casas para aqueles que não têm moradia.	Trabalhadores rurais	Zona rural
Vitória da Conquista	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista	Encaminhamento ao INSS	Encaminhar os trabalhadores rurais para adquirir os seus benefícios	Trabalhadores rurais	Zona rural
Vitória da Conquista	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista	Assistência Técnica	Garantir que o trabalhador rural tenha direito a terra e condições de produzir	Trabalhadores rurais	Zona rural
Vitória da Conquista	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista	Recadastramento do Imposto Territorial rural	Legalizar as propriedades rurais	Trabalhadores Rurais	Zona rural
Vitória da Conquista	União das Associações de Bairro de Vitória da Conquista	Apoio às Associações	Apoio e fortalecimento das associações visando à melhoria na infra-estrutura do município	Associados	Município

8.4 PERCEPÇÃO SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

8.4.1 Comparativo da percepção da qualidade dos serviços

Os representantes das 227 organizações mapeadas na RDS 20 informaram nas entrevistas à equipe técnica PEMAPES como percebem ou avaliam a qualidade dos serviços de saneamento de seus respectivos municípios. O **Quadro 8.10** apresenta os resultados absolutos e percentuais registrados na região, por serviço e por opção de resposta.

Quadro 8.14 - Percepção da qualidade dos serviços - RDS 20

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA		ESGOTAMENTO SANITÁRIO		MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		COLETA DE LIXO		DESTINO DO LIXO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Excelente	21	9,3	1	0,4	15	6,6	31	13,7	9	4,0
Boa	109	48,0	28	12,3	101	44,5	153	67,4	45	19,8
Subtotal Positiva	130	57,3	29	12,8	116	51,1	184	81,1	54	23,8
Média	63	27,8	58	25,6	60	26,4	25	11,0	37	16,3
Subtotal Positiva + Média	193	85,0	87	38,3	176	77,5	209	92,1	91	40,1
Ruim	24	10,6	75	33,0	38	16,7	11	4,8	77	33,9
Muito ruim	8	3,5	59	26,0	9	4,0	4	1,8	30	13,2
Subtotal Negativa	32	14,1	134	59,0	47	20,7	15	6,6	107	47,1
Não soube avaliar	2	0,9	6	2,6	4	1,8	3	1,3	29	12,8

No conjunto dos 24 municípios da RDS 20, os serviços de *coleta de lixo*, *abastecimento de água* e *manejo de águas pluviais* receberam os maiores percentuais de avaliação positiva, os três obtiveram mais de 50% de respostas positivas. A qualidade do serviço de *coleta de lixo* prestado nos seus municípios recebeu 81,1% de avaliação excelente ou boa, sendo 13,7% das respostas na opção excelente, o percentual mais alto entre os cinco serviços. O serviço de *abastecimento de água* recebeu 57,3% de avaliação excelente ou boa por parte dos entrevistados. A terceira melhor avaliação foi para o serviço de *manejo de águas pluviais* (51,1%), área fim do PEMAPES.

Considerados os percentuais de respostas nas opções excelente, boa e média qualidade, o *abastecimento de água* passa a ser percebido como o serviço de melhor qualidade na região, alcançando o percentual de 92,1%. O serviço de *coleta de lixo* também recebeu avaliação positiva alta, exatamente 85%. O serviço de *manejo de águas pluviais*, área fim do PEMAPES, teve a terceira melhor avaliação, com 77,5%. A segunda área fim do PEMAPES, *esgotamento sanitário* ficou com o índice de 38,3% de avaliações excelente, boa e média.

O serviço que recebeu avaliação mais negativa foi o de *esgotamento sanitário*. 59% dos entrevistados o percebem como ruim ou muito ruim em seus respectivos municípios. Seguido pelo serviço de *destinação do lixo*, que obteve 47,1% de avaliação ruim ou muito ruim por parte dos entrevistados. Dentre os serviços, aquele que recebeu a menor avaliação negativa foi o de *coleta de lixo*, com 6,6%.

De acordo com a percepção dos representantes das 227 organizações mapeadas na RDS 20:

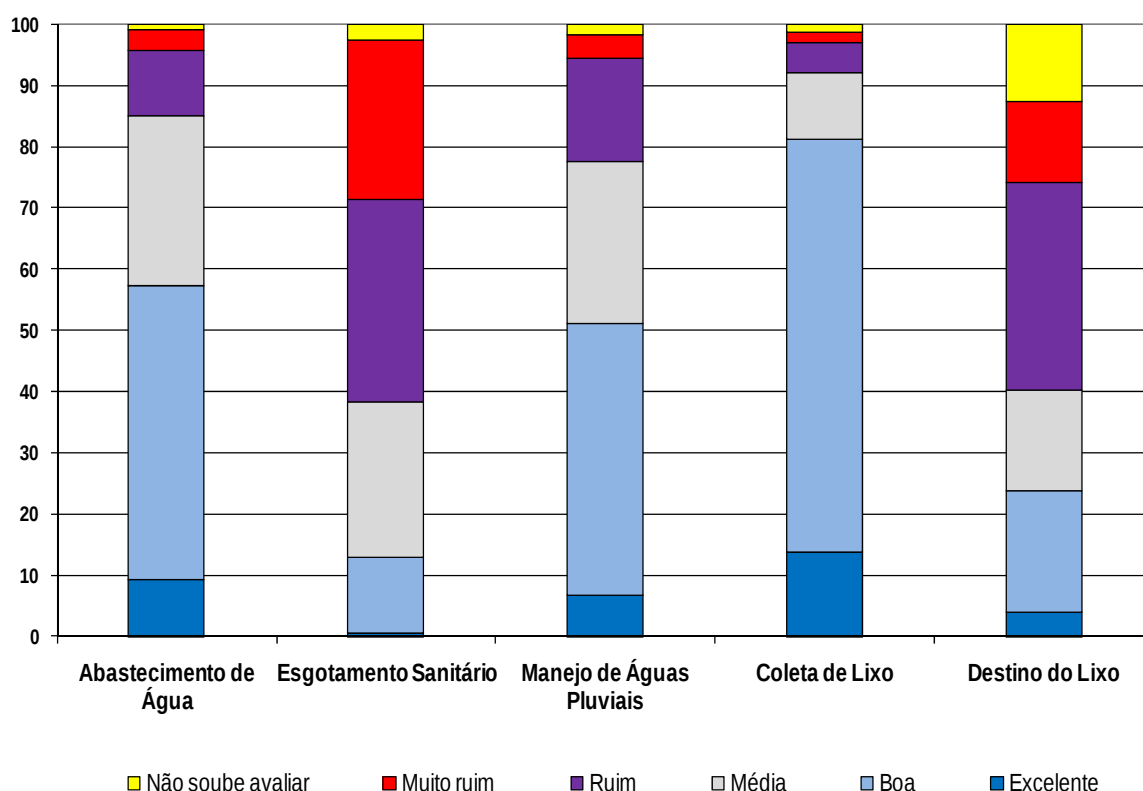
- *coleta de lixo* é o serviço de saneamento prestado com maior qualidade;

- o segundo serviço em qualidade é *abastecimento de água*;
- o componente PEMAPES *manejo de águas pluviais* ocupa a terceira posição em qualidade, registrando avaliação positiva por parte de 51,1% dos entrevistados e avaliação positiva + média de 77,5%;
- a qualidade do serviço de *esgotamento sanitário*, componente PEMAPES, é percebida como ruim ou muito ruim pela maior parte dos entrevistados, 59%. Dentre as avaliações muito ruim este serviço responde pela maior recorrência desta avaliação entre todos os serviços avaliados, 26%;
- muitos entrevistados não souberam avaliar o serviço *destino do lixo* na RDS 20, obtendo um índice elevado de 12,8%.

O resultado negativo na percepção da qualidade do serviço de esgotamento sanitário registrado na RDS de Vitória da Conquista, principalmente pela maior incidência de avaliações muito ruim, ratifica a importância da iniciativa do Governo do Estado de, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, elaborar o Plano Estadual que norteará as intervenções para a melhoria da cobertura e da qualidade deste serviço público essencial à saúde e à qualidade de vida da população.

O gráfico seguinte apresenta o balanço comparativo da percepção da qualidade dos serviços de saneamento na RDS 20, sintetizando visualmente os resultados já analisados.

Gráfico 8.9 - Percepção da qualidade dos serviços de saneamento, comparativo dos resultados percentuais - RDS 20

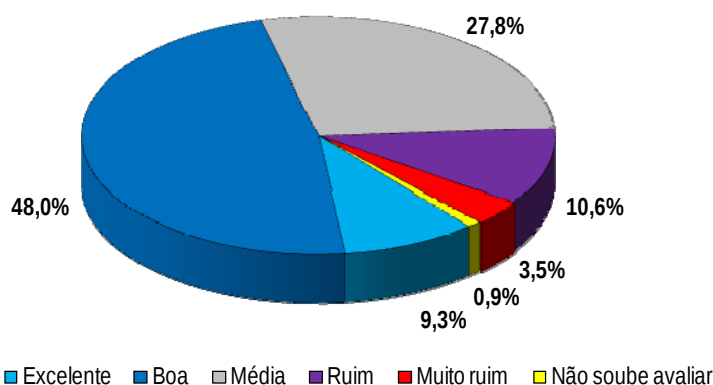


8.4.2 Comparativo da percepção da qualidade dos serviços, por município

▪ Abastecimento de água

Na RDS 20, a percepção da qualidade do serviço de abastecimento de água é excelente, boa ou média para 85% dos 227 entrevistados nos 24 municípios da região. O serviço é considerado o segundo melhor em qualidade na RDS.

Gráfico 8.10 - Percepção da qualidade do abastecimento de água - RDS 20



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 24 municípios da RDS de Vitória da Conquista em **cinco faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de abastecimento de água:

Quadro 8.15 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município - RDS 20

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA	Aracatu, Bom Jesus da Serra, Cândido Sales, Condeúba, Cordeiros, Poções	6	31,58
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados			
POSITIVA	Barra do Choça, Caraíbas, Jacaraci, Mirante, Mortugaba, Presidente Jânio Quadros, Vitória da Conquista	7	36,84
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados			
POSITIVA / MÉDIA	Anagé, Encruzilhada, Guajeru, Licínio de Almeida, Maetinga, Piripá, Planalto, Ribeirão do Largo, Tremedal	9	47,37
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados			
NEGATIVA	Caetanos	1	5,26
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados			
MUITO NEGATIVA	Belo Campo	1	5,26
Ruim/Muito ruim = 80% a 100% dos entrevistados			

Nos **Gráficos 8.11 e 8.12** é apresentada a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.11 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município e nº de entrevistados – RDS 20

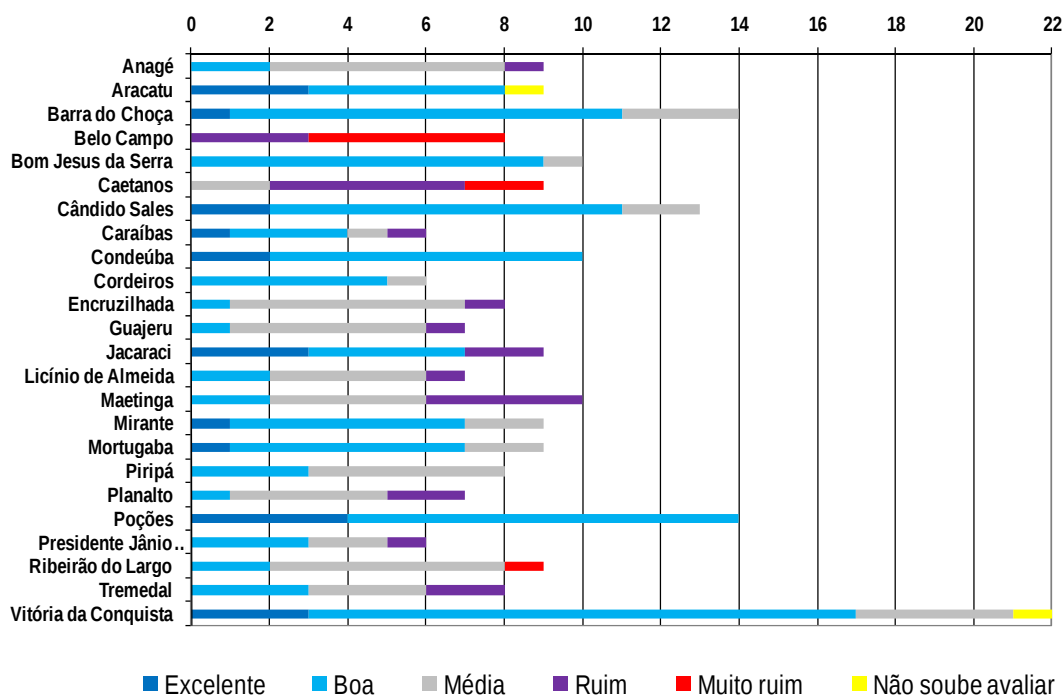
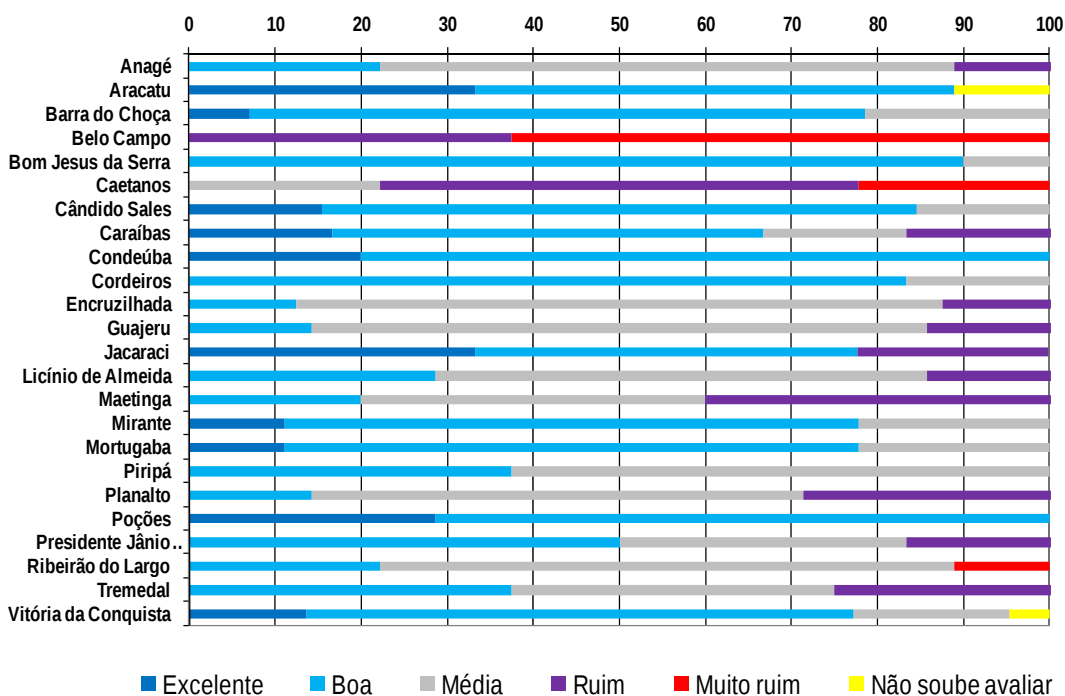


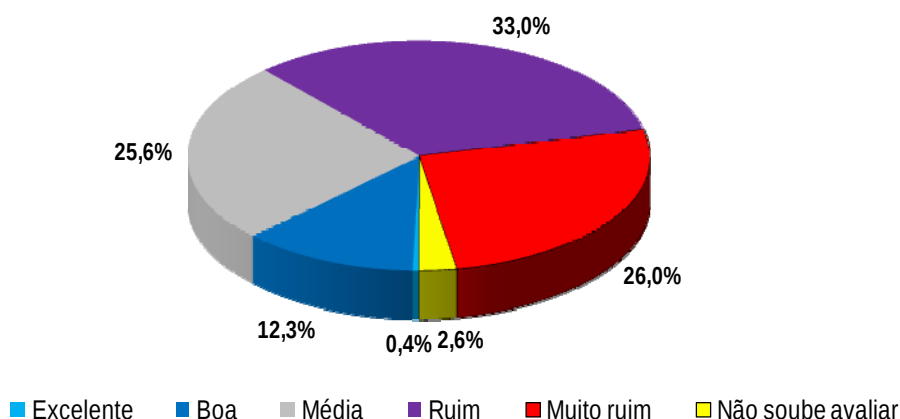
Gráfico 8.12 - Percepção da qualidade do abastecimento de água, por município e % de entrevistados - RDS 20



▪ Esgotamento sanitário

Apenas 38,3% dos 227 entrevistados nos 14 municípios da RDS 20 percebem a qualidade do serviço de esgotamento sanitário (componente PEMAPES) como excelente, boa ou média. Este serviço foi avaliado como o pior em qualidade da RDS, com 59% dos entrevistados assinalando ruim ou muito ruim nas opções de resposta.

Gráfico 8.13 - Percepção da qualidade do esgotamento sanitário - RDS 20



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 24 municípios da RDS de Vitória da Conquista em **quatro faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de esgotamento sanitário:

Quadro 8.16 - Percepção da qualidade dos serviços de esgotamento sanitário - RDS 20

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
POSITIVA			
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados	Caraíbas, Maetinga, Vitória da Conquista	3	15,79
POSITIVA /MÉDIA			
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados	Jacaraci, Mirante, Poções, Ribeirão do Largo	4	21,05
NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados	Anagé, Barra do Choça, Cordeiros, Guajeru, Mortugaba, Presidente Jânio Quadros, Tremedal	7	36,84
MUITO NEGATIVA			
Ruim/Muito ruim = 80% a 100% dos entrevistados	Aracatu, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanós, Cândido Sales, Condeúba, Encruzilhada, Licínio de Almeida, Piripá, Planalto	10	52,63

Nos **Gráficos 8.14 e 8.15** é apresentada a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.14 - Percepção da qualidade do esgotamento sanitário, por município e nº de entrevistados - RDS 20

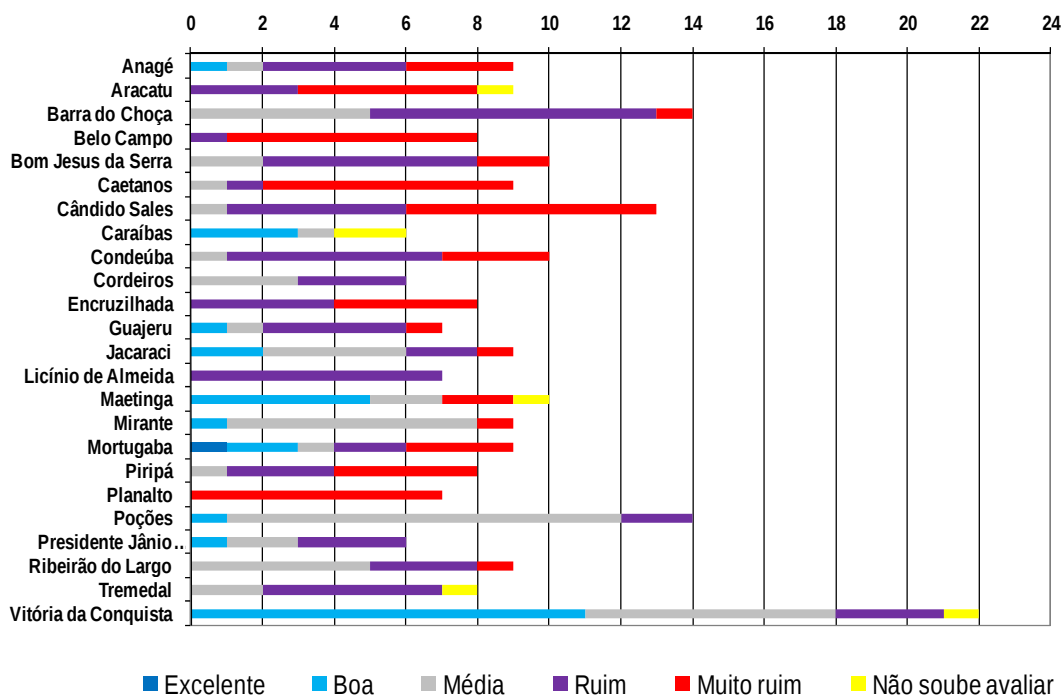
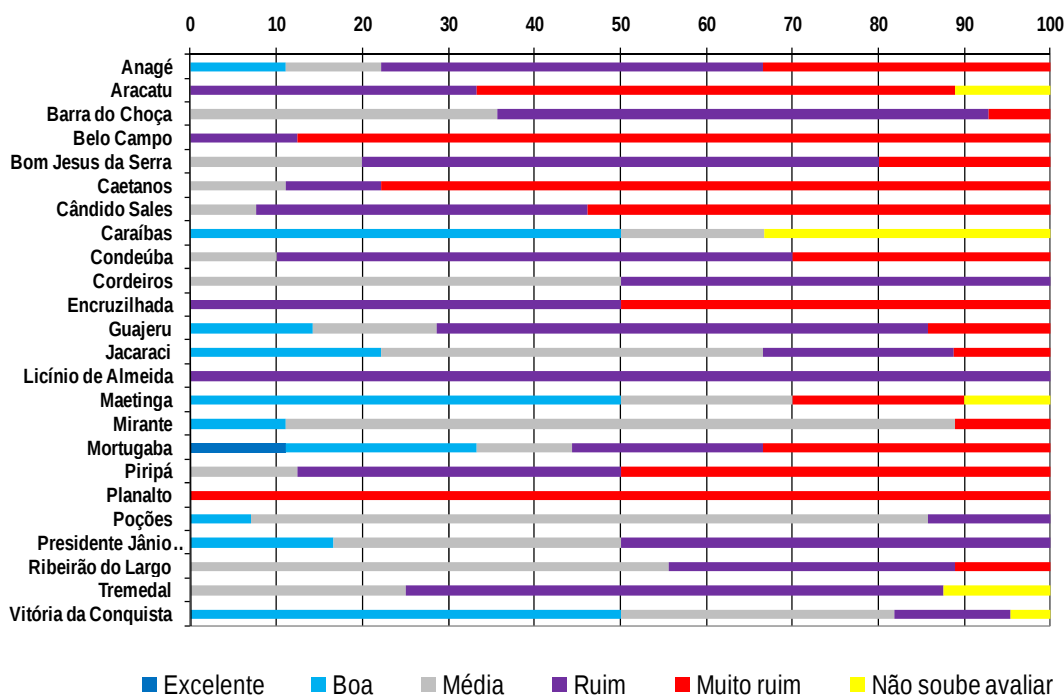


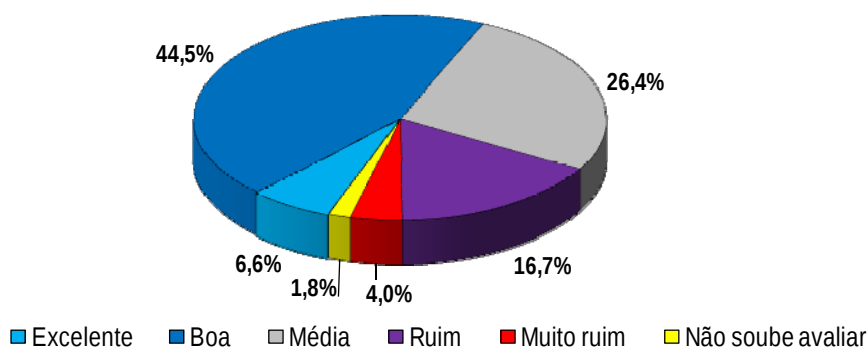
Gráfico 8.15 - Percepção da qualidade do esgotamento sanitário, por município e % de entrevistados - RDS 20



▪ Manejo de águas pluviais

A qualidade do serviço de manejo de águas pluviais é percebida como excelente boa ou média por 77,5% dos 227 entrevistados nos 24 municípios da RDS 20. Este resultado situa o serviço numa posição intermediária e levemente negativa, na avaliação da qualidade dos cinco serviços de saneamento na região. Cabe ressaltar que 20,7% dos entrevistados avaliaram negativamente este componente PEMAPES.

Gráfico 8.16 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais - RDS 20



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 24 municípios da RDS de Vitória da Conquista em **três faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de manejo de águas pluviais:

Quadro 8.17 - Percepção da qualidade dos serviços de manejo de águas pluviais - RDS 20

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA	Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Cândido Sales, Guajeru, Maetinga, Mirante	6	31,58
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados			
POSITIVA	Aracatu, Caetanos, Caraíbas, Cordeiros, Encruzilhada, Licínio de Almeida, Mortugaba, Piripá, Planalto	9	47,37
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados			
POSITIVA /MÉDIA	Anagé, Jacaraci, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista	7	36,84
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados			
NEGATIVA	Barra do Choça, Condeúba	2	10,53
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados			

Nos **Gráficos 8.17 e 8.18** é apresentada a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.17 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais, por município e nº de entrevistados - RDS 20

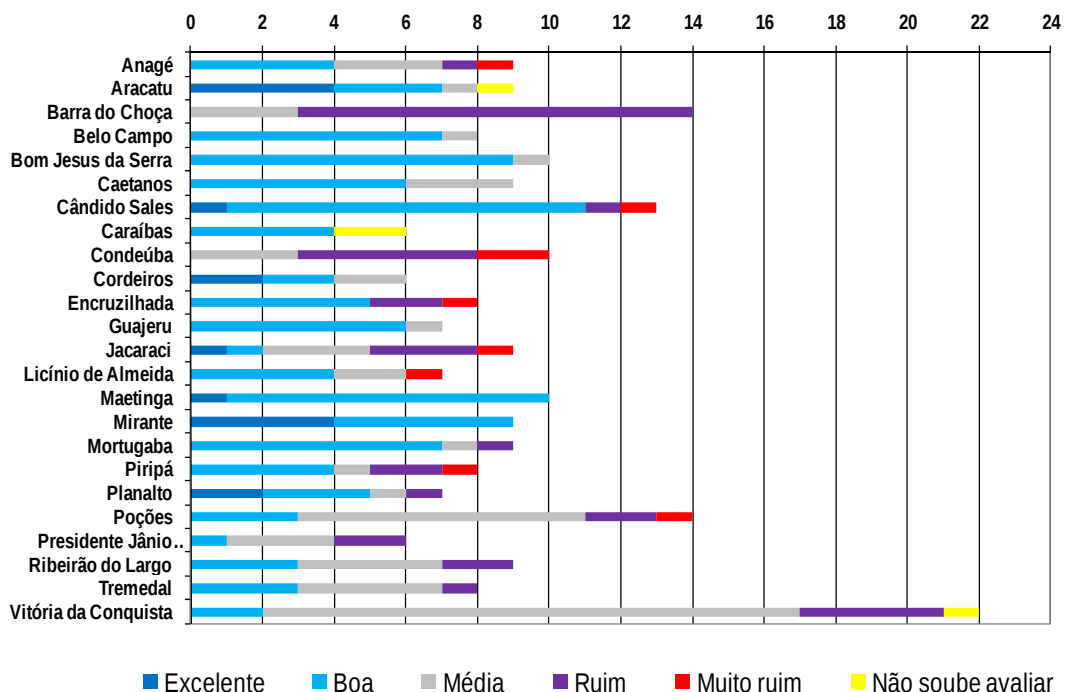
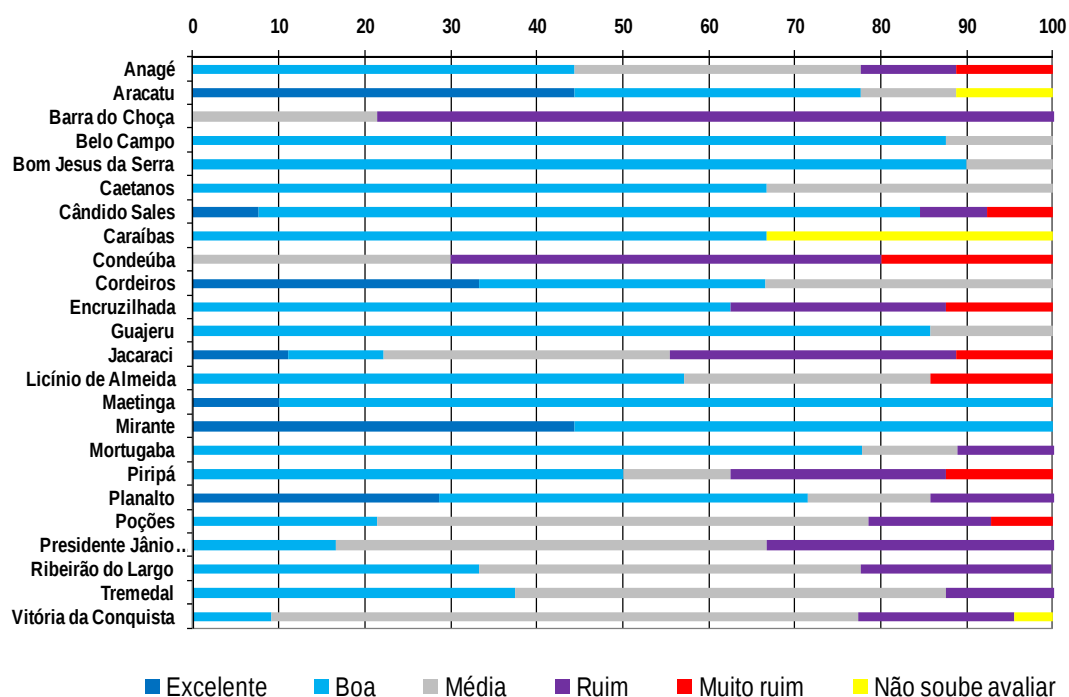


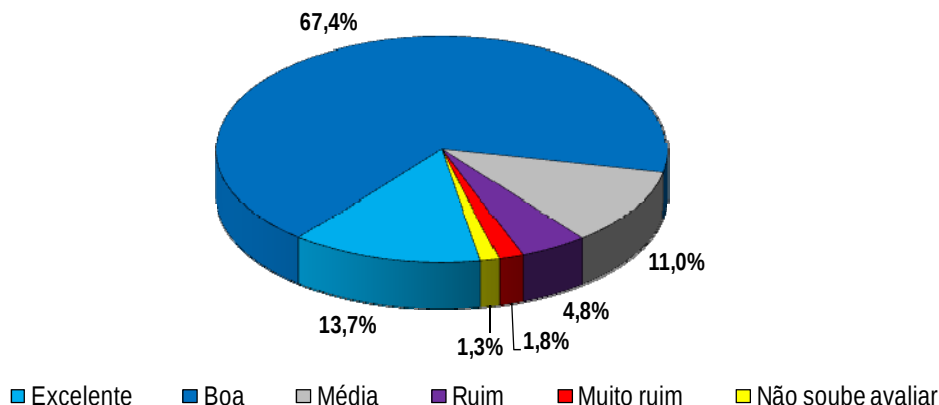
Gráfico 8.18 - Percepção da qualidade do manejo de águas pluviais, por município e % de entrevistados - RDS 20



▪ Coleta de lixo

A qualidade do serviço de coleta de lixo é percebida como excelente, boa ou média por 92,1% dos 227 entrevistados nos 24 municípios da RDS 20. Este resultado situa o serviço como o melhor dentre os cinco componentes do saneamento avaliados, sendo que 13,7% dos entrevistados classificaram como excelente.

Gráfico 8.19 - Percepção da qualidade da coleta de lixo – RDS 20



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar os 24 municípios da RDS de Vitória da Conquista em **quatro faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de coleta de lixo:

Quadro 8.18 - Percepção da qualidade dos serviços de coleta de lixo - RDS 20

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA	Anagé, Barra do Choça, Bom Jesus da Serra, Cândido Sales, Cordeiros, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mortugaba, Poções, Presidente Jânio Quadros, Tremedal, Vitória da Conquista	14	73,68
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados			
POSITIVA	Aracatu, Caetanos, Caraíbas, Mirante, Planalto, Ribeirão do Largo	6	31,58
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados			
POSITIVA /MÉDIA	Condeúba, Encruzilhada, Piripá	3	15,79
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados			
NEGATIVA	Belo Campo	1	5,26
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados			

Nos **Gráficos 8.20 e 8.21** é apresentada a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.20 - Percepção da qualidade da coleta de lixo, por município e nº de entrevistados - RDS 20

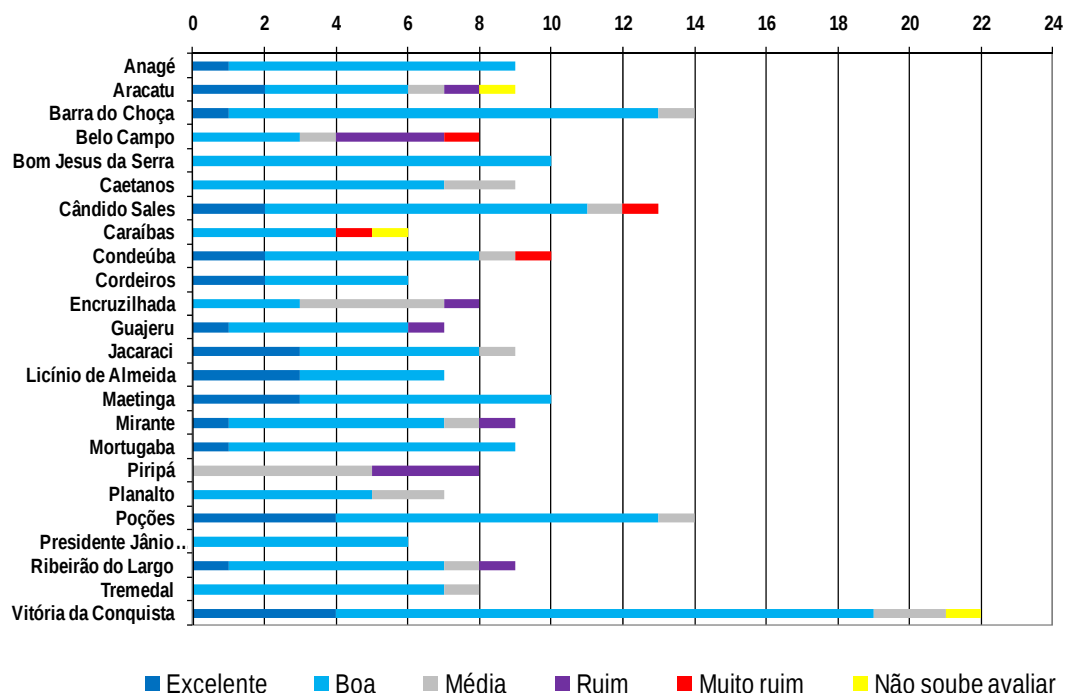
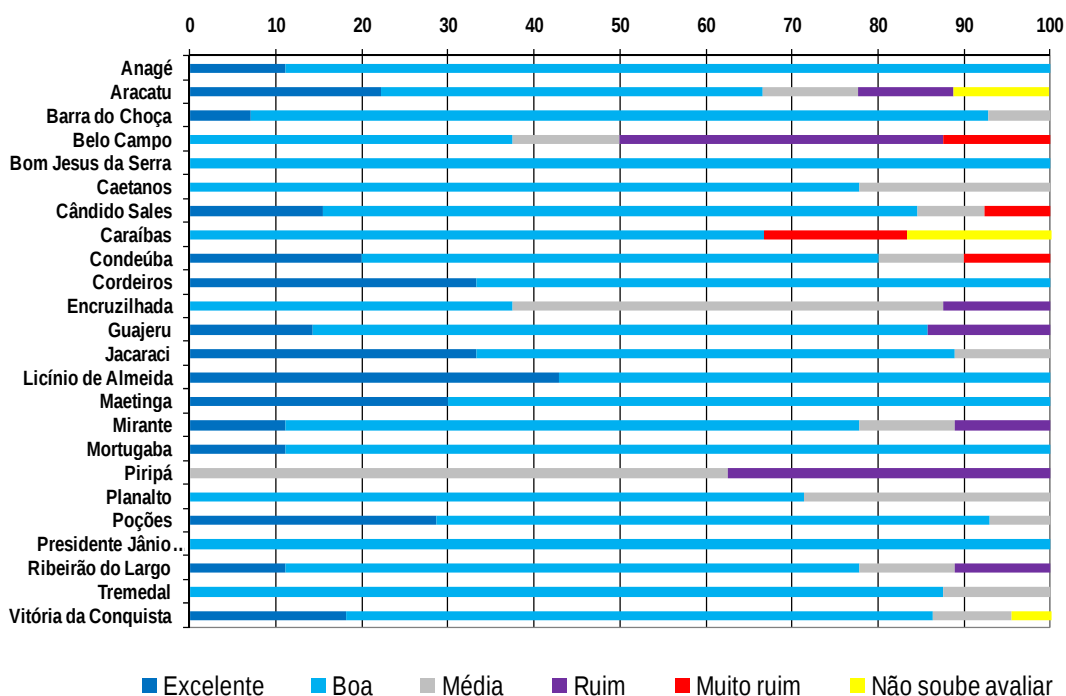


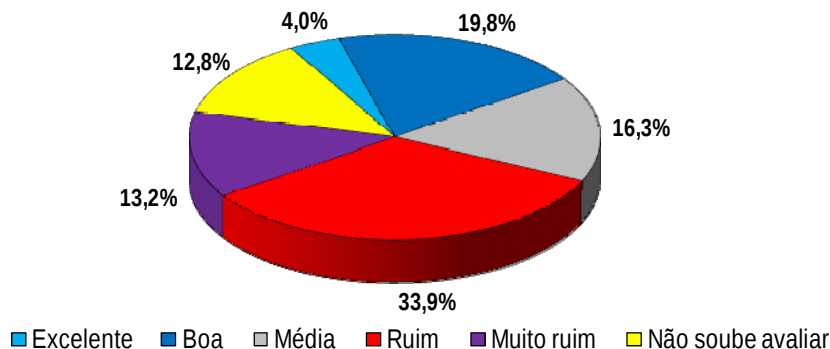
Gráfico 8.21 - Percepção da qualidade da coleta de lixo, por município e % de entrevistados - RDS 20



▪ Destino do lixo

A percepção da qualidade do serviço de destino do lixo é excelente, boa ou média para 40,1% dos 227 entrevistados nos 24 municípios da RDS 20. Outros 47,1% o avaliaram como ruim ou muito ruim, e 12,8% dos entrevistados não souberam avaliar a qualidade do serviço. Estes resultados situam o serviço de destino do lixo como o segundo pior em qualidade na região.

Gráfico 8.22 - Percepção da qualidade do destino do lixo - RDS 20



A análise comparativa dos resultados por município possibilita classificar 19 municípios da RDS de Vitória da Conquista em **cinco faixas** distintas de percepção da qualidade do serviço de destinação final do lixo:

Quadro 8.19 - Percepção da qualidade do serviço de destino do lixo - RDS 20

PERCEPÇÃO DA QUALIDADE	MUNICÍPIOS	N.º	% NA RDS
MUITO POSITIVA	Vitória da Conquista	1	5,26
Excelente/Boa = 80% a 100% dos entrevistados			
POSITIVA	Caraíbas, Ribeirão do Largo	2	10,53
Excelente/Boa = 50% a 79% dos entrevistados			
POSITIVA /MÉDIA	Cândido Sales, Cordeiros, Jacaraci, Mortugaba, Planalto	5	26,32
Excelente/Boa/Média = 50% ou + dos entrevistados			
NEGATIVA	Aracatu, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Mirante, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Tremedal	8	42,11
Ruim/Muito ruim = 50% a 79% dos entrevistados			
MUITO NEGATIVA	Condeúba, Encruzilhada, Poções	3	15,79
Ruim/Muito ruim = 80% a 100% dos entrevistados			

Os municípios de Anagé, Barra do Choça, Guajeru, Licínio de Almeida e Maetinga, quanto a suas respectivas distribuições de avaliações do serviço de destino do lixo, não se enquadram em nenhuma das cinco faixas possíveis. Abaixo no **Gráfico 8.24**, onde é possível observar a distribuição relativa das avaliações deste serviço, também é possível verificar que há uma equivalência de avaliações positivas, negativas e de não avaliações.

Nos **Gráficos 8.23 e 8.24** é apresentada a distribuição de avaliações por município em valores absolutos e percentuais. A distribuição reflete o observado nos quadros.

Gráfico 8.23 - Percepção da qualidade do destino do lixo, por município e nº de entrevistados – RDS 20

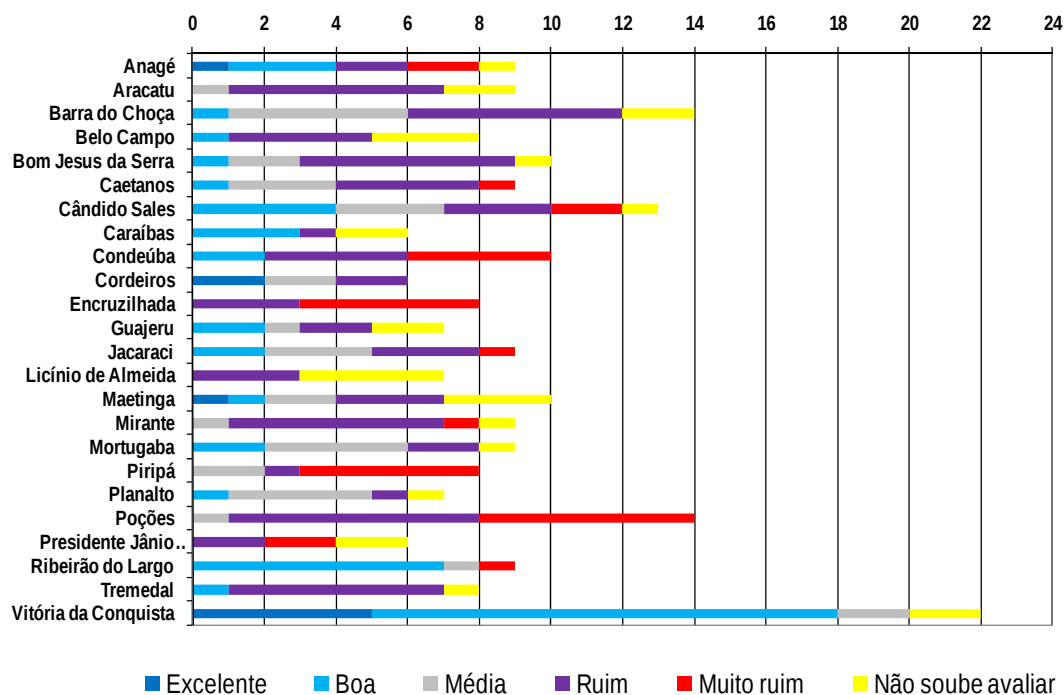
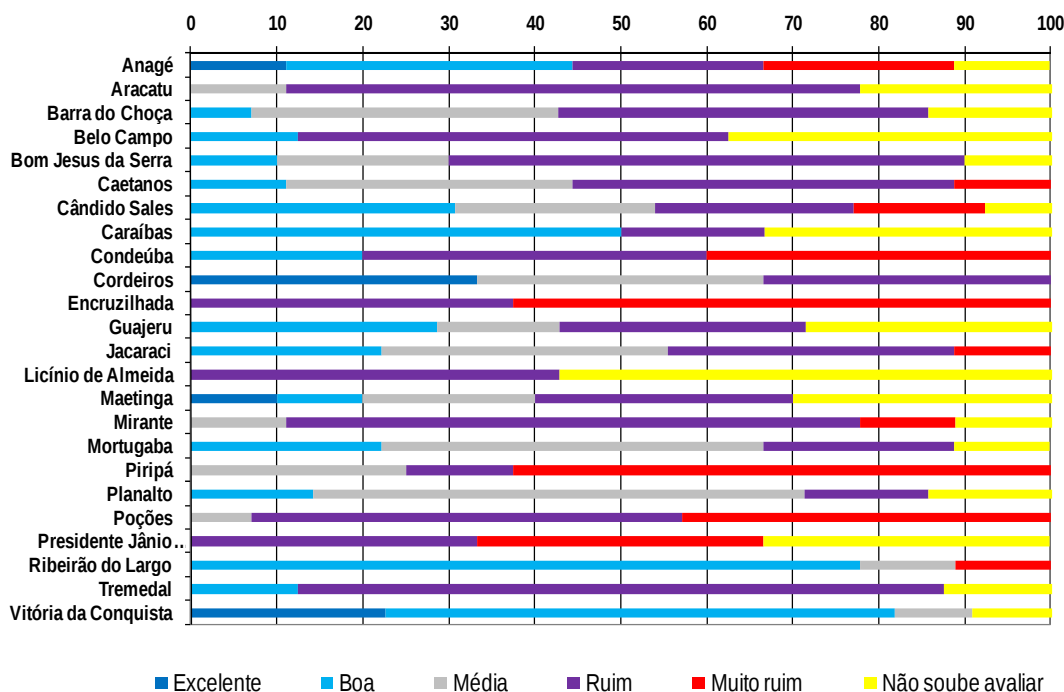


Gráfico 8.24 - Percepção da qualidade do destino do lixo, por município e % de entrevistados – RDS 20



8.5 NÍVEL DE CONHECIMENTO PRÉVIO SOBRE SEDUR E CONSÓRCIOS

Entre os 227 representantes das organizações mapeadas na RDS 20, o nível de conhecimento prévio sobre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR é médio.

Em relação aos consórcios públicos regionais para gestão associada de serviços, já constituídos ou em fase de implantação pelo Governo do Estado nas Regiões de Desenvolvimento Sustentável, através da SEDUR e em parceria com as prefeituras municipais e associações de municípios, o nível de conhecimento é médio/baixo.

Quadro 8.20 - Conhecimento prévio - SEDUR e consórcio - RDS 20

PERGUNTA	SIM		NÃO	
	Nº	%	Nº	%
Já ouviu falar na SEDUR?	134	59%	93	41%
Já ouviu falar em consórcio regional para gestão associada de serviços?	108	48%	119	52%

8.6 NÍVEL DE INTERESSE PELO PEMAPES

Todos os 227 representantes de organizações dos 24 municípios da RDS de Vitória da Conquista (100%) têm interesse em participar do processo de discussão e elaboração do PEMAPES.

9. POSSIBILIDADE DE PRÁTICAS DO REÚSO DOS ESGOTOS

O reúso ou reaproveitamento da água é o processo pelo qual os efluentes sanitários ou industriais, tratados ou não, são reutilizados para integrar o mesmo processo ou para outra finalidade. Essa reutilização pode ser direta ou indireta e decorre de ações que podem ou não refletir adequado planejamento.

O reúso planejado das águas assume fundamental importância, principalmente nas cidades inseridas em regiões caracterizadas pela escassez dos recursos hídricos. O reúso pode evitar a contaminação dos aquíferos subterrâneos, permite a conservação do solo por meio de acumulação de “húmus” e do aumento da resistência à erosão e contribui para o aumento da produção de alimentos, dentre outros efeitos positivos.

Os eventuais efeitos negativos compreendem a contaminação de aquíferos por nitratos, o aumento da salinidade dos solos e o acúmulo de microrganismos patogênicos e compostos tóxicos orgânicos no solo, situações passíveis de ocorrer na insuficiência ou inadequação do tratamento previamente adotado.

O lançamento final dos esgotos, ou mesmo o descarte dos efluentes sanitários tratados em níveis incompatíveis, nos corpos receptores e mananciais, principalmente no semi-árido, onde o regime hidrológico, via de regra, é intermitente, constituem problemas enfrentados pelas concessionárias de saneamento e autarquias municipais.

Estudar os diversos arranjos e alternativas que possam, em maior ou menor grau, viabilizar o reúso dos efluentes sanitários para fins agrícolas através da ferti-irrigação de forrageiras, do cultivo de frutíferas, ou de demais culturas que exijam menor controle sanitário, no cultivo de flores, entre outros, ou até mesmo para a piscicultura, representa um avanço no aproveitamento econômico das águas.

A disposição subsuperficial de efluentes sanitários no solo, como forma complementar ao tratamento dos esgotos gerados nos núcleos urbanos, é uma alternativa que vem sendo cada vez mais empregada. Em diversos países do mundo, há muito tempo, o reúso controlado dos efluentes advindos de unidades de tratamento é técnica conhecida e praticada.

No Brasil, embora essa modalidade de tratamento ainda não seja amplamente considerada, denota-se ser crescente a prática do reúso e o desenvolvimento de pesquisas e aplicações experimentais bem sucedidas no tema. Não obstante a ausência de orientações técnicas formais e de regulamentação específica, fatores que limitam sobremaneira o desenvolvimento do método, o recurso vem sendo informalmente adotado, principalmente nas regiões onde a pluviosidade é mais baixa.

No Estado da Bahia, os levantamentos de campo revelam que as práticas de reúso de efluente de esgoto, na maioria das situações, são pontuais e ocorrem como iniciativas da população de determinadas regiões motivadas pela carência de água para o uso agrícola e também pela percepção de que os efluentes sanitários constituem uma fonte de incorporação de nutrientes no solo. Geralmente são utilizados os esgotos descartados por sistemas informais, ou são feitas captações diretas em corpos d'água receptores dos lançamentos.

É nesse contexto, considerando a situação atual, as tendências de uso racional dos recursos hídricos e o potencial de aplicação, que o reúso de efluentes tratados vem sendo considerado no âmbito da SEDUR e constitui objeto dos presentes trabalhos do PEMAPES. A recente aprovação da Resolução CONERH nº 75, de 29 de julho de 2010, estabelece procedimentos para disciplinar a prática de reúso direto não

potável de água na modalidade agrícola e/ou florestal, abrindo novas perspectivas que possibilitem o incentivo e controle da ferti-irrigação no Estado a partir do emprego de efluentes tratados.

Na RDS 20, a experiência mais efetiva de reúso acontece em Anagé. Nesta cidade, mangueirais são há algum tempo irrigados com esgotos captados no leito do Rio Gavião, contribuições estas providas de desvios de unidades de tratamento que se encontram inoperantes ou que operam sob condições precárias. No contexto, projeto do SES desenvolvido no âmbito da SEDUR considera a sustentação da iniciativa a partir do recolhimento dos efluentes da futura estação de tratamento.

Nas cidades de Caetano, Cordeiros e Guajeru experiências informais de aproveitamento de efluentes secundários não tratados na irrigação de jardins foram notificadas. Na sede municipal de Vitória da Conquista relatos de campo informam que, também de maneira informal, irrigação de café é realizada desde o corpo hídrico receptor das contribuições da estação de tratamento, sendo a captação efetuada logo após o ponto de lançamento dos efluentes. Em Planalto, registra-se que em 2006 houve uma iniciativa formal de reúso do *esgoto secundário*, hoje descontinuada, através de uma instituição local, o NUGA (Núcleo Urbano de Gestão Ambiental). Nas cidades de Barra do Choça e Poções as respectivas prefeituras municipais apresentam-se dispostas a colaborar para fazer reúso de esgotos tratados.

Num primeiro momento, são apresentadas para a RDS 20, como estimativa do potencial de reúso, as extensões superficiais passíveis de serem irrigadas pelos efluentes sanitários, considerando apenas os volumes atualmente tratados pelas respectivas unidades operadas pela Embasa.

Os parâmetros para a obtenção dos valores constantes no **Quadro 9.1**, consideram uma taxa de aplicação de 0,70 L/s.ha, adotando-se por referência métodos de irrigação que minimizem os riscos sanitários.

Quadro 9.1 – Área potencialmente irrigável a partir de vazão efluente de ETEs implantadas – RDS 20

LOCALIDADE	TIPO DE SISTEMA	VAZÃO TRATADA (m³/dia)	ÁREA PASSÍVEL DE SER IRRIGADA POR REÚSO (ha)
BARRA NOVA	SLE	60,80	1,21
VITÓRIA DA CONQUISTA	SES	18.465,00	366,37

Nota: Dados da vazão tratada pelos sistemas fornecidos pela Embasa - fev /2010

Com a implantação dos novos sistemas de esgotamento sanitário, haverá ampliação do potencial de destinação dos efluentes tratados para o reúso agrícola. No sentido de se obter uma avaliação mais completa da viabilidade para o reúso de efluentes tratados na ferti-irrigação, uma série de estudos e considerações complementares deve ser procedida. No contexto, dentre outros aspectos deverá ser determinada a aptidão dos solos às modalidades de irrigação, a topografia dos terrenos, as características qualitativas e quantitativas dos efluentes tratados, a disponibilidade de áreas adequadas para implantação, a identificação de culturas possíveis e de interesse das comunidades e o modelo ajustado de gestão para os empreendimentos. Os estudos de viabilidade deverão considerar as possibilidades atuais e a projeção para situação futura em face da ampliação das vazões decorrentes do crescimento vegetativo, bem como das ampliações dos sistemas.

De acordo com publicações técnicas, duas dimensões são fundamentais nas considerações sobre o desenvolvimento da prática do reúso: a avaliação da tendência à formação ou ao fortalecimento do

interesse da população acerca do assunto e a análise da postura que o setor público deve exercer frente à questão.

Ressalta-se que, apesar da incipiência hoje observada, percebe-se no país uma tendência a expansão das práticas de reúso de efluentes sanitários para fins diversos inclusive para a ferti-irrigação. Compete ao setor público, com respaldo em experiências nacionais e internacionais, regulamentar e fiscalizar o manejo, por meio de uma gestão participativa, tornando assim a prática da reutilização dos efluentes sanitários um eficiente instrumento de gestão dos recursos hídricos na Bahia.